



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 10/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este projeto básico está elaborado em conformidade à legislação aplicável, com destaque aos artigos 6º, inciso IX; 7º; 22, inciso I e §1º e 23, inciso I, alínea "c", todos da Lei n. 8.666/93 e às regras da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008. Contém os elementos necessários e suficientes à contratação, por meio da modalidade licitatória da concorrência pública, de pessoa jurídica especializada em execução de obras e serviços de engenharia.

1.2. Este Projeto Básico observa ainda:

I - no que for aplicável, a Política de Governança das contratações no âmbito da Justiça Eleitoral disciplinadas pela Resolução TSE n. 23.702, de 09 de junho de 2022, as regras contidas nas Resoluções do CNJ n. 114, de 20 de abril de 2010 e n. 347, de 13 de outubro de 2020:

II - as diversas legislações, normas e regulamentos nele expressamente referidos, ou delas decorrentes;

III - as decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

1.3. Com relação ao planejamento e à objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, este Projeto Básico detalha os serviços que compõem a obra de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para **executar serviços de engenharia consistentes em terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Fórum Eleitoral, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia,** de acordo com os Projetos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Executivos (**Anexo I - Evento [1003635](#)**), cadernos de encargos, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais Anexos deste Projeto Básico, todos disponíveis:

I - No sítio eletrônico da internet <https://www.gov.br/compras/pt-br> (UASG 070024);

II - No sítio eletrônico da internet <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2023/pregoes-eletronicos>, ou, ainda,

III - Mediante solicitação formal pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br;

IV - Na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, CEP 76805-901, devendo o interessado fornecer um *pen drive* ou *CD* com capacidade mínima para a cópia dos arquivos. A visita para retirada dos arquivos poderá ser agendada pelos telefones: (69) 3211 2082 ou ainda pelo e-mail: licitacao@tre-ro.jus.br.

2.1.1. NOTA IMPORTANTE SOBRE OS PROJETOS EXECUTIVOS:

O conjunto completo dos **projetos de engenharia em plataforma BIM** (*Building Information Modelling* (BIM)), foram contratados pelo **TRE-RO** com a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**, que tem sede em Brasília/DF, materializada no instrumento do Contrato Administrativo n. 027/2017, celebrado em 29/12/2017 ([0254602](#)), que tramita no PSEI n. [0002397-77.2017.6.22.8000](#).

Estes projetos de todo complexo de Edifícios foram elaborados com o objetivo de obter a **certificação LEED Silver** (*Leadership in Energy and Environmental Design*, em português: Liderança em Energia e Design Ambiental) e **ENSI-Classe "A" do Programa PROCEL**, cuja determinação está inserida no rol de documentos obrigatórios da empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., na forma da Cláusula Segunda, item B, 5 do Contrato Administrativo n. 027/2017 (Evento [0254602](#)).

Tal condição deve ser mantida e obedecida pela futura contratada para execução parcial da obra e atender aos serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação, de modo a garantir que tais certificações sejam alcançadas na execução dos serviços e na finalização da obra por completo, conforme subitem 2.3.3.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2. Endereço da execução das obras:

LOCALIZAÇÃO DO TERRENO QUE RECEBERÁ A OBRA	TIPO DE OBRA
Av. Lauro Sodré n. 2.661, Bairro São Sebastião, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP n. 76.803-490.	CONSTRUÇÃO

2.3. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Consiste na execução de todas as atividades inerentes à terraplanagem, drenagem e pavimentação para a execução da construção (OBRA DE ENGENHARIA) de edificação administrativa, que é constituída pelos: Edifício Sede, Fórum Eleitoral da Capital, e anexos, de acordo com o Projeto Executivo, que totalizará uma área construída de mais de 20.000 m² (vinte mil).

2.3.1. Aspectos gerais relacionados à execução dos serviços:

I - Os serviços demandados se enquadram na definição de execução de obra, sob a modalidade de construção, conforme **Orientação Técnica n. 002/2009**, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, disponível em: <https://www.ibraop.org.br>, adiante reproduzida:

Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66.

Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:
3.1 - Ampliar: produzir aumento na área construída de uma edificação ou de quaisquer dimensões de uma obra que já exista.

3.2 - Construir: consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova.

3.3 - Fabricar: produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura.

3.4 - Recuperar: tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços.

3.5 - Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

(...)

5. LISTA EXEMPLIFICATIVA DE OBRAS DE ENGENHARIA

As atividades relacionadas a seguir atendem à definição estabelecida no item 3 desta Orientação Técnica, sendo que aquelas não incluídas na listagem deverão ser estudadas em particular:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.1. Construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de:

Edificações; **Vias Públicas; Rodovias;** Ferrovias; Aeroportos; Portos; Hidrovias; Canais; Usinas hidrelétricas, termelétricas, eólicas e nucleares; Barragens; Açudes; Gasodutos e oleodutos; Pontes e Viadutos; Túneis; Galerias; Adutoras, estações de tratamento e redes de distribuição de água; Obras de saneamento, **drenagem** e irrigação; Linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações de energia elétrica; Muros de arrimo e obras de contenção; Refinarias, plataformas de prospecção e exploração de petróleo; Recuperação ou ampliação, por meio de dragagem, de canal de aproximação em Portos; Sistemas de tratamento de resíduos sólidos, incluindo aterros sanitários e usinas de compostagem.

II - A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada, **em regra**, diretamente pela contratada, por intermédio de equipe técnica composta por profissionais com formações técnicas adequadas e experiências anteriores na execução de serviços técnicos semelhantes, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas nos projetos técnicos (e documentos de especificações), como também todas demais condições e encargos de contratação fixadas no Projeto Básico e Executivo, as normas técnicas da ABNT, as normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, entre outras;

III - Integra o escopo das obrigações contratuais o fornecimento de todo o pessoal que atuará na prestação dos serviços iniciais e anteriores à etapa de execução de construção do complexo de edifícios do TRE/RO, bem como dos equipamentos e materiais especificados nos projetos técnicos, memorial descritivo e caderno de encargos necessários ;

IV - O escopo contratual será composto também pela obrigação de fornecimento do todo ferramental e demais equipamentos de infraestrutura para execução dos serviços, dos equipamentos de segurança do trabalho, fardamentos, alimentação e encargos da mão de obra, nos termos da legislação;

V - Durante a execução dos serviços a contratada deverá manter toda a equipe técnica indicada no certame licitatório. Na ocorrência de eventuais pedidos de substituição de algum responsável técnico, os substituto deverá comprovar, no mínimo, qualificações técnicas equivalentes às exigidas neste projeto básico;

VI - A contratada deverá dar cumprimento rigoroso aos programas vigentes que tratam da saúde e segurança do trabalhador e o meio ambiente do trabalho para atendimento das normas de Segurança e Saúde do Trabalho;

VII - A contratada deverá dar cumprimento rigoroso às exigências de sustentabilidade ambiental, econômica e social e de acessibilidade definidas neste projeto básico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - As partes deverão pactuar canais de comunicação oficiais para fins de comunicações formais durante a execução da futura contratação, bem como para solicitação de serviços, sobretudo aquelas classificados como de prioridade URGENTE;

IX - Os locais de execução dos serviços deverão ser devidamente protegidos por meio de equipamentos de proteção coletivos necessários e adequados para cada tipo de serviços, nos termos da legislação e das NR's vigentes, tais como sirenes de aviso, placas de alerta, grades de contenção, cones e fitas que limitam espaços, entre outros itens.

2.3.2. Especificações técnicas e Critérios de medição - Caderno de Especificações Técnicas - CET:

2.3.2.1. Especificações técnicas

O Caderno de Especificações Técnicas, **ANEXO I (Evento [1003635](#))** deste projeto básico tem por objetivo apresentar as especificações dos materiais e serviços de arquitetura e urbanismo e de engenharia para a execução de todas as atividades inerentes à terraplanagem, drenagem e pavimentação, inclusive com todos os elementos para a execução da construção (OBRA DE ENGENHARIA) de edificação administrativa consistente no novo edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital, na cidade de Porto Velho/RO, que podem subsidiar a visão do todo da obra.

O Caderno contém um conjunto de definições e determinações elaboradas para esta etapa da obra, contendo normas, caracterização técnica, especificações de serviços/materiais, memoriais descritivos, procedimentos de execução, fabricantes, condições de fornecimento e aplicação dos materiais e equipamentos especificados.

No Caderno de Especificações estão estabelecidas as normas gerais, métodos de execução, as características básicas de materiais e equipamentos e os procedimentos executivos de cada tipo de serviço. O conteúdo do Caderno de Especificações Técnicas - CET deve ser entendido como complementar aos desenhos dos projetos executivos e a estas especificações técnicas, que são documentos específicos para a devida execução das obras da construção do novo edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital.

A inserção de todos os projetos e especificações de toda a obra tem por objetivo possibilitar ao licitante a visão do conjunto da obra, pois a etapa de terraplenagem, drenagem e pavimentação é a parte inicial da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obra; tratando-se da preparação das etapas futuras de construção das edificações.

2.3.2.2. Critérios de medição:

a) A aferição dos serviços executados e seus quantitativos, bem como a apuração de valores para fins de pagamento, será realizada através da medição dos serviços, com base nos critérios definidos no **Caderno de Encargos**.

b) A planilha de medição será montada com base no Cronograma Físico-Financeiro e na estrutura analítica do projeto apresentada e aprovada pela Comissão de Fiscalização.

c) Ao completar 30 (trinta) dias de execução dos serviços será executada a primeira medição, e assim sucessivamente até o término da obra, devendo a contratada apresentar, via correio eletrônico, sua proposta de medição de serviços através de planilhas, acompanhada necessariamente, de memória de cálculo que aponte os locais dos serviços para melhor compreensão das quantidades apontadas em planilha.

d) O item/ etapa a ser medido(a) deverá estar em conformidade com o Cronograma, não sendo permitido a antecipação de um serviço que possa interferir em atividade subsequente ou mesmo resultar em retrabalho do serviço.

e) A aferição da periodicidade do cronograma será feito em conformidade com os itens concluídos e contidos nas etapas mensais, conforme o regime de contratação.

f) A contratada deverá apontar em planilhas de medição os serviços (material e mão-de-obra) efetivamente concluídos até a data da medição, não serão aprovadas pela Comissão de Fiscalização serviços executados de forma incompleta, tampouco alegação de material simplesmente adquirido por meio de Nota Fiscal ou posto em obra.

g) Somente após o ateste da Comissão de Fiscalização, poderá a contratada emitir a Nota Fiscal, que deverá ser acompanhada, além da planilha de medição de serviço e memória de cálculo, dos demais documentos de regularidade fiscal e trabalhista.

2.3.3. Obrigações relacionadas à obtenção de certificação LEED Silver para a execução da obra:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As obrigações decorrentes da obtenção de **Certificação LEED, categoria SILVER** (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design Ambiental) devem ser obedecidas, pois durante a execução dos serviços de engenharia em destaque, a empresa a ser contratada deverá atentar que seus procedimentos de execução dos serviços estejam em estrito cumprimento às orientações estabelecidas pelas entidades certificadoras, com o fito do TRE/ RO obter a certificação de construção com os parâmetros do LEED e PROCEL. As referidas certificações serão expedidas pela entidade GBC Brasil - *Green Building Council* Brasil e pela PROCEL, os requerimentos e aprovações prévias estão disponibilizados através do ANEXO I (Evento [0976772](#)).

As obrigações definidas pelas certificadoras estão indicadas no requerimento da LEED de indicativo de serviços, que é denominado **OPR - Requerimento de Projeto do Proprietário** e seus anexos, assim como a Etiqueta PROCEL e seus documentos correlatos à certificação. Informa-se ainda que, o empreendimento terá uma fiscalização direta de Agentes Comissionadores da GBC Brasil e do PROCEL para atuarem na verificação do cumprimento das obrigações de projeto e da conduta da construtora na execução dos serviços.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Dos Estudos Técnicos Preliminares:

As justificativas para a pretensa contratação estão elencadas no **Estudo Técnico Preliminar** ([1003890](#)), no qual são abordadas de forma ampla e vasta a fim de esclarecer a necessidade de construir uma nova sede para o TRE/RO, Fórum Eleitoral e seus Anexos.

Entretanto, em que pese o esforço das unidades envolvidas para contratar o objeto da Concorrência n. 01/2023, o procedimento administrativo restou como DESERTO, ou seja, ausência de interessados na contratação com este Regional.

Frente a isto, após a unidade técnica buscou entender com o mercado as possíveis causas do referido resultado, foram constatados alguns fatores de âmbito técnico e econômico que limitaram a ampla competição, tais como, exigência de acervo técnico para os profissionais e atestados para as empresas em BIM, conforme Manifestação nº 13/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE ([1002946](#)), além disso, o valor total da obra



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

perante o cenário econômico e oscilação dos preços devido a pandemia causaram insegurança nas empresas em investir neste empreendimento.

Assim, considerando o orçamento disponibilizado para a obra, bem como o objetivo de ampliar a competição e obter preços vantajosos à Administração Pública, pretende-se parcelar o objeto em etapas adequadas e atrativas para o cenário econômico atual da construção civil no Estado de Rondônia e no Brasil.

3.2. Justificativas técnicas e econômicas da escolha do tipo de solução:

Resgata-se dos estudos técnicos preliminares, parcialmente reproduzidas no item 3.2 desse capítulo, apenas o cerne das **justificativas técnicas**, centradas no fato de que as atuais instalações do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e dos cartórios das 5 zonas eleitorais das Capital, mostram-se inadequadas sob a perspectiva de funcionalidade, segurança plena e, ainda, por razões de racionalidade e economicidade. Por sua vez, a nova sede contará com a **Certificação Verde de Alto Nível e padrão internacional LEED** (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design ambiental) com adoção de políticas de sustentabilidade, sendo que os projetos apresentam dispositivos para o aproveitamento de água de chuvas, energia limpa por meio de geração de energia solar.

A sustentabilidade se fará presente desde esta etapa até a construção dos prédios e suas respectivas entregas, o uso das edificações contarão ainda, com o **monitoramento remoto total de todas as instalações** elétricas, vigilância, refrigeração e outros sistemas, por meio do qual será possibilitada a aferição da economicidade e segurança de funcionamento predial, concomitantemente às soluções que contemplam a sustentabilidade de redução de poluentes e de tratamento de resíduos. Além disso, durante a construção da obra serão exigidas da contratada práticas e critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, além de cumprimento de regras de acessibilidade como forma de elidir ou minimizar os impactos do empreendimento.

Quanto às **justificativas econômicas** que lastreiam a solução - afastadas as demais que foram analisadas no item 7.1 do ETP - elas se deram em função da modelagem adotada para o dimensionamento temporal da construção dos edifícios no período de 60 (sessenta) meses. No entanto considerando o exposto no item 3.1 deste PB, para a realização dos serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação continuar em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

harmonia com a equação orçamentária que decorre de descentralização orçamentária do Tribunal Superior Eleitoral - TSE para este Regional, de forma proporcional ao tempo e valor referente a obra. Veja-se:

2023	2024	2025	2026	2027
11.000.000,00	13.000.000,00	17.000.000,00	45.000.000,00	44.000.000,00

Por fim, considerando a necessidade de parcelamento do objeto que restou DESERTO, foram selecionados os serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação como etapa do parcelamento de modo que terá um prazo de execução de 12 meses, em conformidade com o planejamento orçamentário acima.

4. DA SOLUÇÃO

4.1. Desenvolvimento da solução escolhida:

De acordo com os registros contidos nos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, (**Evento [1003890](#)**) deste projeto básico, a solução consiste na, essência, na contratação de Pessoa Jurídica especializada na execução de serviços de engenharia de terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova **Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital**, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários à execução da referida etapa da obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste projeto básico e seus anexos.

Face a impossibilidade legal e material da Administração demandante executar, ela própria, a obra - ou mesmo por meio de outro ente da Administração Pública, situação não prevista na legislação - não resta outra alternativa senão adotar o certame licitatório na modalidade de **concorrência do tipo menor preço** (artigos 10, II, "a"; 22, I; art. 23, I e art. 45, § 1º, I, todos da L. 8.666/93) para a contratação empresa especializada de engenharia para o atendimento integral da demanda.

4.2. Do PARCELAMENTO da solução:

Em que pese a Comissão de Planejamento da Contratação manifestar-se inicialmente pelo não parcelamento, conforme destaque abaixo

..... entendeu que os serviços objeto da contratação, bem como os insumos que ele



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compreende, são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, além de de ser feitos em único lote, visto que o parcelamento do objeto possibilita conflito técnicos na interrelação entre diferentes instalações, limitação da área disponível para canteiro de obra, controle de acesso e patrimonial de diferentes contratados, risco de atrasos de etapas sucessoras em razão de atrasos predecessoras, conflito de identificação de responsabilidade de garantias, acréscimo de custo de administração local, realizar e gerenciar diferentes contratos com a limitação de pessoal para isso, entre outros fatores.

Dessa forma, **optou pelo não parcelamento da contratação**. Até porque os serviços deixariam de apresentar padrão de qualidade uniforme - isso no mínimo, porque no limite poderia mesmo inviabilizar a compatibilidade entre as partes que contêm o todo da obra. Essa preocupação ficou ainda mais destacada quando sabido que os projetos de engenharia foram formatados em **Plataforma BIM** (*Building Information Modeling*, em português, Modelagem da Informação da Construção), exigindo também total compatibilidade na execução das diversas estruturas que integram a obra.

A licitação para a contratação de que trata o objeto deste projeto básico, no regime de empreitada por preço global, na forma aqui modelada permitirá à Administração maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade do certame da concorrência.

Embora conste no **ETP - Estudo Técnico Preliminar** (Evento [0944040](#)) que seriam construídos todos os itens do Complexo do TRE-RO, que tinha uma área total de mais de 20.634,00 m² e tem-se agora uma área de 17.884 m², devido à necessidade de adequar à disponibilidade orçamentária atual, conforme informação contida no item 3.1, b, III deste PB. Nessa direção, não há prejuízo à contratação e nem à funcionalidade do nova Sede e demais edifícios que a compõe. A futura execução das referidas edificações suprimidas será procedida em outro momento que houver disponibilidade orçamentária.

Os diversos itens de serviços que integram a obra foram agrupados em **lote único** porque acredita-se que a execução conjunta trará significativa redução do preço final obtido no certame, comparando-se com uma modelagem alternativa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que preveja a execução descentralizada dos serviços por empresas de engenharia distintas.

Não se pode perder de vista que essa modelagem permitirá à **contratada** **lançar mão da subcontratação** prevista no art. 72 da L. 8.666/93, nos termos e limites definidos no item 10.7 deste projeto básico.

Há ainda um fator que, embora seja na essência de **ordem econômica**, pode influenciar de decisivamente no resultado da contratação e que, em síntese, pode ser resumido na entrega, ao final da obra, de edificações modernas, funcionais, no qual serão empregados diversas tecnologias construtivas, ambientais e sustentáveis, com a observância estrita de toda a legislação aplicável, com custo considerável de recursos públicos para o atendimento do interesse público representado pela prestação de serviços também adequados à sociedade que faz uso dos serviços da Justiça Eleitoral.

Dessa forma, busca-se uma empresa com estrutura material e de pessoal técnico à altura do empreendimento.

Uma rápida pesquisa nos processos de contratações de obras pela Administração Pública, principalmente daqueles com valores mais expressivos, revelará um quadro bastante pessimista. Isso porque são notórios os incidentes de inexecução parcial e total das obrigações assumidas, quase sempre em função da carência de estrutura adequada dessas empresas que, embora vencem os certames licitatórios não conseguem gerir de forma eficaz os empreendimentos.

Assim, o parcelamento da obra em módulos, por exemplo, poderia também afastar grandes empresas do ramo da construção civil e, ao mesmo tempo, atrair apenas empresas que não dispõem de estrutura adequada para sua execução, mesmo que parcial, em função da qualidade que se espera do produto final.

De outra via, o agrupamento dos diversos serviços que compõem a obra poderá permitir a competitividade do certame no segmento especializado da construção civil com efetivas condições potenciais de executar de forma adequada o objeto pretendido pela Administração.

Pode-se acrescentar que os quantitativos agrupados de serviços certamente ampliarão o interesse do mercado.

Por fim, tem-se ainda que a decisão pela **UNICIDADE** **DOS**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS fundamenta-se nas seguintes justificativas:

Aspectos técnicos: Todos os serviços se referem a um plano uniforme, composto pelo conjunto de edificações da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia.

Os membros da área técnica que integram a comissão de planejamento entendem que não é recomendável contratar serviços descentralizados de obra pública, situação capaz de produzir **conflitos técnicos** entre os diversos executores dos serviços, podendo levar a administração a lidar com o conhecido "jogo de empurra" no qual um fornecedor sinaliza que os problemas são de responsabilidade do outro e vice e versa.

Além disso, a multiplicidade de contratados executores levaria à imperiosa necessidade de compatibilização e harmonização simultânea entre eles em relação aos prazos das ações, sob pena das intercorrências de uma - atrasos, por exemplo - gerar reflexos negativos sobre outra que deveria ser realizada de forma concomitante ou na sequência da primeira.

Some-se a esses fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores, os quais poderia resultar também em maiores custos ao Erário e, eventualmente, até na forçosa interrupção de um serviço em andamento e que, no fim, conduz ao atraso no cronograma geral da obra.

Gestão (coordenação centralizada): Por experiências já vivenciadas pelos membros da equipe técnica na execução de obras, o papel do coordenador, profissional da empresa contratada, é de fundamental relevância na rotina das atividades e na correta conclusão dos serviços. Assim, a existência de múltiplos coordenadores, de empresas distintas, em um mesmo processo sistêmico de obras contribui negativamente com o bom andamento das atividades, interesses distintos que poderiam também impactar nos prazos de execução dos serviços, além dos aspectos técnicos já citados.

Economicidade: A importância da contratação unificada apoia-se ainda na necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos serviços por meio de sua execução da obra por uma única empresa.

Quando realizada por mais de uma empresa abrem-se possibilidade de conflitos, principalmente, no relacionamento técnico entre



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elas e a Administração e na execução dos serviços.

Esse fator expõe a risco a celeridade nas execuções, como já explicitado. Some-se a esses, o fato de que a separação do objeto acarretará elevação dos custos fixos à administração pública, como por exemplo as despesas administrativas das contratadas com a instalação de canteiros, as horas dos profissionais técnicos como engenheiros que acompanham e supervisionam a realização dos serviços e que, caso haja mais de uma contratada envolvida, podem significar duplicidade de custos ao contrato ou dos custos de gestão de mais de um contrato simultaneamente com a mesma finalidade. Estes custos se multiplicam quando sopesamos as horas investidas em duplicidade para eventuais notificações e trâmites processuais.

Ha também outro um fator relevante para a manutenção da execução global da obra.

Dado o valor, complexidade e diversidade de serviços de engenharia que deverão ser executados no decorrer da obra, os valores proporcionais das garantias que serão exigidas das licitantes no certame e da futura contratada, os requisitos de habilitação técnica da empresa e dos profissionais que nela atuarão, esta Comissão decidiu pela possibilidade da **participação de empresas em consórcio**, medida que é recomendada fortemente pelo Tribunal de Contas da União, por exemplo, no **Acórdão TCU n. 310/2004 - Plenário**, como forma de ampliar a competitividade do certame. Para tanto, deverão ser observadas as regras aplicáveis a esse tipo de consórcio definidas no art. 33 da Lei n. 8.666/93, estando suas regras e condições de liderança explicitadas no item 9.3.2 deste projeto básico.

Verificou-se na execução do certame que houve desinteresse por parte da indústria da construção civil na referida contratação, como adiantado no item 3.1. Alguns fatores técnicos e econômicos, na atual realidade do mercado, afastaram a atratividade da contratação, conforme exposto no evento [1002946](#).

Assim, frente a esta realidade de mercado, a Comissão mudou seu entendimento e aceitou o parcelamento do objeto fundamentado na viabilidade técnica que a execução dos serviços iniciais da obra: TERRAPLANAGEM, DRENAGEM e PAVIMENTAÇÃO, não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprometerão a integralização com as demais etapas a serem executadas nas futuras contratações.

Nessa nova modelagem busca-se fomentar a participação no novo certame, visto o desinteresse constatado no último processo de contratação.

Ademais, o objetivo da norma prevista no art. 23, § 1º da Lei 8.666/93 é ampliar a competitividade, sobretudo, porque algumas empresas não têm capacidade ou condições de oferta o objeto integralmente - tal como ocorrido no certame anterior - mas apenas uma parte dele, razão pela qual se opta pelo parcelamento do objeto previsto no ETP.

5. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. Plano Obras 2021-2023:

Trata-se de evento previsto no Plano de Obras 2020-2022, definido pela Resolução TRE-RO n. 4/2021 ([0688044](#)), depois alterado para **Plano de Obras 2021-2023 pela Resolução TRE-RO n. 10/2022** ([0806503](#)), que atualizou a Escala de Priorização de Obras e Valores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para o triênio 2021/2023 e no seu Anexo III elencou a priorização da construção do Edifício sede, Fórum Eleitoral, garagem e depósitos, com início no ano de 2023 ([0804685](#)).

5.2. Plano Anual de Contratações 2023:

Constará do PAC 2023 em fase de elaboração no PSEI [0003487-81.2021.6.22.8000](#).

5.3. Aderência ao Planejamento Estratégico:

O objeto deste projeto básico vem ao encontro das premissas do **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022-2026** do órgão, disponível em: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico>:

MACRODESAFIOS - SOCIEDADE, no tocante ao *fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade*, a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Descrição: Trata-se do estreitamento da relação com a sociedade, para consolidar a atuação do TRE-RO como instituição garantidora dos direitos. Abrange a garantia de satisfação do cidadão, eleitor e jurisdicionado com os serviços prestados e a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas para a solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e a sociedade.

Já em relação aos **PROCESSOS INTERNOS** concretiza a *promoção da sustentabilidade* à medida em que a construção do prédio terá a **certificação LEED** (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design Ambiental), que é um símbolo de excelência que eleva o nível em termos de sustentabilidade para edifícios, que será um *greem building* (edifício verde/sustentável), pelo aperfeiçoamento de ações que estimulam o uso sustentável de recursos naturais e dos bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente por meio de reuso de águas e o aproveitamento da luz natural na iluminação das instalações e geração de energia, contribuindo para o uso apropriado dos recursos finitos, e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Considerando que o projeto se preocupa com a redução dos impactos de vizinhança, o que inclui o trânsito do entorno, também busca a **promoção da sustentabilidade ambiental e social**.

Promove também a **Transformação digital**, com a modernização das instalações e otimização da infraestrutura tecnológica, que possibilitará a adoção de novas tecnologias, garantindo a convergência tecnológica de sistemas e serviços para aprimorar as ferramentas e processos de trabalho, aumentando a eficiência no atendimento aos cidadãos, eleitor e jurisdicionado.

6. DAS PRÁTICAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

6.1. Das justificativas e da fundamentação da exigência de critérios e práticas de sustentabilidade:

A Lei de Licitações, com a redação dada pela Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, traz em seu artigo 3º, entre os demais, o Princípio da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável.

Por sua vez, o **Decreto Federal n. 7.746, de 5 de junho de 2016** - com a redação do Decreto federal n. 9.178, de 23 de outubro de 2017



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- regulamenta o referido dispositivo para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal.

No tocante à contratação de obras, o referido regulamento estabelece os seguintes comandos:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

...

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

....

Art. 6º As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaboradas, nos termos do [art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993](#), de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Por relevante, veja-se a redação citada da Lei n. 8.666/93:

Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

- I - segurança;
- II - funcionalidade e adequação ao interesse público;
- III - economia na execução, conservação e operação;
- IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;
- V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;
- VI - adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- VII - impacto ambiental.

Na esteira das normas antes referidas, tem-se ainda a **Instrução Normativa MPOG n. 001/2010**, da Secretária de Logística e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, editada também na esteira regulamentatória da Lei n. 8.666/93 e que dispõe sobre os critérios de **sustentabilidade ambiental** na aquisição de bens, contratação de serviços ou **obras** pela Administração Pública Federal.

Quando trata das obras, a referida Instrução Normativa traz todo um capítulo da matéria que se preocupa com a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Embora a maior parte das práticas digam respeito aos projetos e materiais especificados, também há normas aplicadas às construções propriamente ditas. Vejam-se na íntegra as regras, com destaques daquelas relacionadas aos serviços das obras:

Capítulo II

DAS OBRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Art. 4º Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de **obras e serviços de engenharia**, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

....

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

§ 1º Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

§ 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 3º Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.

§ 4º No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

§ 5º Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO 14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

Deve-se registrar que tanto o Decreto Federal n. 7.746, de 15 de junho de 2016, como a IN SLTI/MPOG n. 001/2010 são de observância obrigatória somente no âmbito do Poder Executivo. Contudo, os órgãos do Poder Judiciário, de modo geral, e o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em especial, tem inserido regularmente diversas práticas referidas nesses dispositivos nos documentos de suas contratações, não por sua natureza impositiva - que de fato não há - mas sobretudo como **boa prática de gestão**, até porque são normas infralegais editadas para materializar comandos da L. 8.666/93, esta de observância vinculativa a este órgão.

Impossível também deixar de mencionar o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União - AGU**, que neste ano de 2022 apresentou sua 5ª edição. Amplamente adotado no âmbito de toda a Administração Pública brasileira, inclusive recomendado pelo Tribunal de Contas da União na formatação de exigências sustentáveis nas contratações públicas. Veja-se:

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que o Guia “tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais” (Acórdão nº 1056/2017 - Plenário). Em outra oportunidade, a Corte de Contas entendeu pela licitude de cláusulas editalícias relativas à habilitação e à certificação dos licitantes, desenhadas com base em recomendações constantes do nosso Guia, admitindo sua reprodução para certames futuros (**Acórdão nº 2661/2017-Plenário**). ps. 12-13.

No que mais relevante para este trabalho, encontra-se no referido guia da AGU:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) a preocupação com resíduos e rejeitos gerados na obra, devendo a fase de planejamento da contratação considerar medidas para a minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental adequada (p. 85);

b) a licitação sustentável deve associar-se à prevenção na geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento contratual, reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados (p. 86).

No âmbito do Poder Judiciário tem-se a **Resolução CNJ n. 400/2021**, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e que estabelece, além de práticas **ambientalmente corretas, também aquelas economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.**

Já a recente **Resolução TSE n. 23.702, de 9 de junho de 2022**, que dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral, traz em seu artigo 4º, III, a diretriz geral de estimular as contratações compartilhadas e **sustentáveis**, inclusive estabelecendo com instrumento de governança o Plano de Logística Sustentável (PLS) em todos os órgãos da Justiça Eleitoral.

Na esteira de todos esses normativos, a **Resolução TSE n. 23.474, de 19 de abril de 2016**, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE), já traz a seguinte redação:

Art. 6º As unidades ou núcleos socioambientais deverão fomentar ações que estimulem:

I - o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;

II - o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;

III - a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados;

IV - a promoção das contratações sustentáveis;

V - a gestão sustentável de documentos, em conjunto com a unidade responsável;

VI - a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas; e

VII - a qualidade de vida no ambiente de trabalho, em conjunto com a unidade responsável.

Não por outro motivo, o **Plano de Logística Sustentável – PLS 2020-2025 deste Órgão**, instituído por meio da Portaria TRE-RO n. 131/2020, publicado no DJE TRE-RO n. 142, de 23/07/2020, registra, no que relevante para este ETP, a implementação da **reciclagem e reuso de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

resíduos de obras (p. 17) e o monitoramento da **destinação de resíduos de obras e reformas** como desempenho de sustentabilidade do órgão (p.21).

6.1.1. Das exigências relacionadas aos critérios e práticas de sustentabilidade:

Em face de todas as normas e regulamentos referidos no item anterior desta seção, reprisando que a **Resolução CNJ n. 400/2021**, dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e estabelece práticas **ambientalmente corretas, também aquelas economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade**, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável e, ainda, tendo como norte que a discricionariedade do agente público não reside em decidir se deve realizar licitações sustentáveis ou não. **Não se trata de dever moral, mas de respeito ao princípio da legalidade e da eficiência decorrentes do Estado de Direito. Nesse sentido é o Acórdão TCU n. 1752/2011 - Plenário, serão exigidos os seguintes itens de sustentabilidade:**

6.1.1.1. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada por meio das seguintes medidas, **se aplicável, far-se-á:**

I - Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento, com comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra por meio do CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificação Florestal ou outros institutos acreditados pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ou, ainda, pela FSC - *Forest Stewardship Council* - ou Conselho de Manejo Florestal, organização internacional não-governamental, fundada em 1993, que não emite certificados e sim acredita certificadoras no mundo inteiro, garantindo que os certificados destas obedeçam a padrões de qualidade. As certificadoras desenvolvem um método para certificação baseado nos Princípios e Critérios do FSC, adaptando-o para a realidade de cada região ou sistema de produção (Fundamento: art. 3º da L. 8.666/93 c/c om art. 4º do Decreto 7.746/2016);

a) a contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a.1) cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

a.2) comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n. 13, de 23/08/2021 e legislação correlata;

a.3) a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

b) cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR (Fundamento: O Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) integra o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais, sob coordenação, fiscalização e regulamentação do Ibama. O Sinaflor foi instituído pela Instrução Normativa n. 21, de 24 de dezembro de 2014, em observância dos arts. 35 e 36 da [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#);

b.1) caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/SINAFLOR, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

b.2) caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não-nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

a) a contratada deverá observar a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de Porto Velho, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição.

b) a contratada deverá fazer uso obrigatório de agregados reciclados na obra, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos;

b.1) Na ocorrência do uso de agregados reciclados na obra, a contratada deverá apresentar os dados e informações à fiscalização para análise e eventual aprovação, levantamento da diferença dos custos para fins de pagamento.

III - Quanto aos demais bens utilizados ou empregados na obra, a contratada deverá utilizar, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela contratada, conforme disciplinado no Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A contratada deverá seguir os manuais e recomendações do **CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável)**, bem como do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, da Advocacia Geral da União - AGU, 5ª ed. 2022 e a legislação específica vigente, em especial a Lei n. 12.305, de 2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

V - Além de outros critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, a contratada deverá adotar as seguintes, de acordo com o art. 3º da L. 8.666/93 e art. 4º do Decreto Federal n. 7.746/2016:

a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

b) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

c) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

d) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras que executar.

VI - Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;

VII - Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

VIII - Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

IX - Dar cumprimento a todas as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho, quando houver, relacionadas às atividades, serviços e tarefas executadas na obra.

X - Obrigações decorrentes da obtenção de **certificação LEED Silver** e **Certificação PROCEL** - Etiqueta PBE EDIFICA CLASSE A: Outras práticas de sustentabilidade ambiental: A construção civil causa impactos significativos ao meio ambiente, principalmente face à grande utilização de matérias primas não renováveis, grande consumo energético e expressiva geração de resíduos. Em face dessa constatação, deverão ser adotadas, no mínimo, as orientações para a melhoria da qualidade ambiental de acordo com as orientações da GBC BRASIL (Item 2.3.3).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1.1.2. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA:

De acordo com o SEBRAE:

Sustentabilidade econômica é um **conjunto de práticas econômicas, financeiras e administrativas** que visam o desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações. (Cartilha do SEBRAE: Sustentabilidade econômica (Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-a-cartilha-sustentabilidade-economica,5141b319e3070610VgnVCM1000004c00210aRCRD>)

Serão exigidos da contratada os seguintes critérios e práticas:

I - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (de acordo com o art. 3º da L. 8.666/93 e art. 4º do Decreto Federal n. 7.746/2016);

II - Possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação (art. 12, V, da L. 8.666/93);

III - Deverão ser observados os procedimentos apontados pela **Certificação do LEED** que orienta a adoção de medidas que impactam economicamente na execução e que geram efeitos extremamente positivos para a sociedade e em especial, para situação financeira da própria empresa contratada.

6.1.1.3. SUSTENTABILIDADE SOCIAL:

Por definição, sustentabilidade social é um conjunto de ações que tem como propósito melhorar a qualidade de vida da população como um todo, visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, por exemplo. O ponto a ser observado é que não existe sociedade igualitária ou justa sem a participação do mercado e das empresas. Porém, é bom ressaltar que ações socialmente sustentáveis não são importantes apenas para as pessoas de mais baixa renda, uma vez que, assim que colocadas em prática, acabam por favorecer a vida de toda a população, indiscriminadamente. (FONTE: <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/sustentabilidade-social-por-que-ela-deve-fazer-parte-da-sua-empresa>)

Serão exigidos da contratada os seguintes critérios e práticas:

I - geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local (art. 4º do Decreto Federal n. 7.746/2016);

II - responsabilidade social na preservação de direitos trabalhistas e social de seus empregados, de acordo com a legislação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicável, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

III - responsabilidade social na preservação de direitos contratuais das empresas terceirizadas e subcontratadas, na forma da legislação aplicável e de acordo com os contratos celebrados, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

IV - responsabilidade social na preservação de direitos creditórios de todos os fornecedores de todos e quaisquer insumos fornecidos à contratada para emprego na obra, na forma da legislação aplicável e de acordo com os contratos celebrados, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

V - observar o **emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional** pela empresa contratada, na seguinte proporção:

a) quatro por cento (4%) das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta ou menos funcionários;

b) cinco por cento (5%) das vagas, quando a execução do contrato demandar cinquenta e um a oitenta funcionários; ou

c) seis por cento (6%) das vagas, quando a execução do contrato demandar mais de oitenta funcionários.

A efetiva contratação do percentual indicado nas alíneas "a" a "c" deste inciso será exigida da adjudicatária quando da assinatura do contrato. O referido percentual deverá ser respeitado durante toda a execução do contrato, com a devida fiscalização de seu cumprimento.

IMPORTANTE: A obrigação disciplinada neste inciso somente será exigível mediante comprovação, pelo TRE-RO, por oportunidade da assinatura do contrato ou, posteriormente, na fase de execução do contrato, da possibilidade concreta de efetivação dessa política pública (Fundamento: Art. 40, § 5º da Lei n. 8.666/93; **Decreto n. 9.450**, de 24 de julho de 2018 e **Resolução CNJ n. 307**, de 17 de dezembro de 2019, ainda, **Parecer Jurídico n. 303**, de 29/01/2021 ([0656175](#)), proferido em sede de consulta no PSEI n. [0002651-45.2020.6.22.8000](#)).

6.2. ACESSIBILIDADE:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e assim disciplina:

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

Art. 58. O projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, na forma regulamentar. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º As construtoras e incorporadoras responsáveis pelo projeto e pela construção das edificações a que se refere o *caput* deste artigo devem assegurar percentual mínimo de suas unidades internamente acessíveis, na forma regulamentar.

§ 2º É vedada a cobrança de valores adicionais para a aquisição de unidades internamente acessíveis a que se refere o § 1º deste artigo.

Por sua vez, a **Lei Complementar n. 873, de 16 de dezembro de 2021**, que institui o **Código de Postura do Município de Porto Velho** (disponível em: <https://sapl.portovelho.ro.leg.br/ta/1847/text?print>) dispõe:

Art. 31. Fica garantido o livre acesso, a acessibilidade e o trânsito da população nos logradouros e espaços públicos, exceto em casos de interdição pela administração pública para realização de intervenções ou preparação para realização de eventos de interesse público e no estado de calamidade pública declarada pelos órgãos competentes.

§ 1º Para efeitos deste Código, define-se acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso coletivo seja público ou privado, tanto na zona urbana quanto na de expansão urbana, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2º *É proibida a instalação de barreiras urbanísticas e a utilização dos logradouros públicos para atividades diversas daquelas permitidas em lei, e sem o prévio licenciamento ou autorização pelo órgão competente, sob pena de sanção pecuniária prevista neste Código.*

§ 3º *Considera-se barreiras urbanísticas, para efeito deste Código, qualquer entrave, obstáculo, que impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento, à circulação com segurança, entre outros, existentes nas vias, nos espaços e edifícios públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.*

§ 4º As obras de caráter permanente em logradouro público, desde que não tenham licenciamento do município, serão consideradas barreiras urbanísticas irregulares devendo ser coibidas pela fiscalização de obras do município.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cumprimento a essas legislações, será exigido da contratada:

I - Que a instalação dos canteiros, assim como todas as demais instalações e equipamentos que forem utilizadas na obra, além das placas de indicações, sinalizações, tapumes, barreiras de proteção e outros dispositivos dessa natureza ou não, **cumpram com rigor** as disposições do Código de Postura do Município de Porto Velho (LC PMPV n. 873/2021), para que não constituam barreiras urbanísticas e, de qualquer forma interferiram no direito do livre acesso, a acessibilidade e o trânsito da população nos logradouros e espaços públicos por eles afetados;

II - Que observe com rigor todas as demais recomendações, regulamentos e normas nacionais acerca do cumprimento de regras de acessibilidade no empreendimento da obra, principalmente as recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) e as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre o tema.

7. DO CUSTO GLOBAL DE REFERÊNCIA DA ETAPA DA OBRA

7.1. O O custo global de referência das obras foi dimensionado em **R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, obtido pela metodologia descrita na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, **ANEXO IX (Evento [1003651](#))** deste projeto básico, de acordo com as planilhas orçamentárias que compõem seu **ANEXO II (Evento [1003641](#))**, das quais foram extraídas o valor total registrado no quadro adiante:

DESCRIÇÃO DA OBRA	TIPO DE PROJETO	VALOR DA OBRA
SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO TERRENO DO NOVO EDIFÍCIO SEDE, FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL E ANEXOS	Construção	R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Endereço: Av. Lauro Sodré n. 2.661, Bairro São Sebastião, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP n. 76.803- 490.		
TOTAL	R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)	

7.2. Os valores constantes nas Planilhas Orçamentárias Sintéticas dos serviços são formados pela composição de custos completa, incluindo mão de obra e fornecimento de materiais para a execução da obra, em conformidade com as regras do **Decreto Federal n. 7.983, de 8 de abril de 2013**, veja-se:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, **será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi**, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 4º *omissis*

Art. 5º O disposto nos arts. 3º e 4º não impede que os órgãos e entidades da administração pública federal desenvolvam novos sistemas de referência de custos, desde que demonstrem sua necessidade por meio de justificativa técnica e os submetam à aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3º e 4º, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do Sinapi e Sicro.

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor **ou em pesquisa de mercado**. (sem destaques no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.3. Registra-se que o TCU, de longa data, pacificou o entendimento acerca da obrigatoriedade da utilização dos custos de referência disponibilizados pelo SINAPI para a elaboração de orçamentos de obras e edificações custeadas com recursos federais, como reafirmado recentemente. Veja-se:

Acórdão 324/2021-Plenário:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.4. dar ciência ao Hospital Geral do Rio de Janeiro, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, que:

9.4.1. o orçamento defeituoso afronta o art. 6º, inciso IX, alínea "f", da Lei 8.666/1993;

9.4.2. **é obrigatório o uso do Sinapi na elaboração de orçamentos de obras e edificações custeadas com recursos federais, em obediência ao art. 3º do Decreto 7.983/2013;**

9.4.3. **em caso de necessidade de uso de composições originárias de outros sistemas de preços, devem ser adotados, preferencialmente, os valores e insumos pesquisados pelo Sinapi, a exemplo do preconizado pelo [Acórdão 1176/2012-TCU-Plenário](#), relatora Ministra Ana Arraes;**

(...) (sem destaques no original).

7.4. Referidos valores de referência têm como base preferencial a TABELA SINAPI NÃO DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, complementada com outras tabelas oficiais, bem como cotações de mercado, seguindo os critérios estabelecidos no Decreto Federal n. 7983/2013.

A empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** - CNPJ n. 01.693.698/0001-30 (Carta-Contrato n. 027/2017 (0254602) - evento SEI nº [0002397-77.2017.6.22.8000](#)) adotou a **data-base de junho de 2021** e **foram atualizados os valores através de aplicação do Índice acumulado e correspondente ao PERÍODO DE JULHO/ 2021 A MARÇO DE 2023 (Tabela SINAPI)** pela ASSENGE/TRE-RO deste Regional, tendo sido adotada essa metodologia após ter sido demonstrada ser demasiadamente complexa a atualização estimativa orçamentária em razão do volume de itens de serviços e insumos da planilha orçamentária, conforme recomendação do Acórdão 19/2017 - Plenário TCU.

7.4.1. JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DA TABELA DO SINAPI NÃO DESONERADA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A **Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011** facultou às empresas de Construção Civil nos grupos 412, 432, 433 e 439 do CNAE 2.0, substituir a contribuição social previdenciária incidente sobre a folha de salários por uma contribuição incidente sobre a receita bruta. Deixando a cargo da empresa contribuinte o critério desta escolha. Veja-se a redação atual dessa norma:

Art. 7º **Até 31 de dezembro de 2023**, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: (Redação dada pela Lei nº 14.288, de 2021)

...

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013) (Vigência) (sem destaques no original)

...

*Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de **call center** referidas no inciso I, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento), e para as empresas identificadas nos incisos III, V e VI, todos do **caput** do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 2% (dois por cento).* (Redação dada pela Lei nº 13.202, de 2015) (Vigência)

De acordo com a **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE**, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse>, tem-se a seguinte descrição:

CNAE 2.0

412 (Construção de Edifícios)

432 (Instalações Elétricas, Hidráulicas e outras Instalações em Construções)

433 (Obras de Acabamento)

439 (Outros Serviços Especializados para Construção).

No artigo 9º, § 16, da mesma Lei, restou consignado que a opção da empresa dar-se-á para cada obra específica. Veja-se:

§ 16. Para as empresas relacionadas no inciso IV do **caput** do art. 7º, **a opção dar-se-á por obra de construção civil** e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento. (Incluído pela Lei nº 13.161, de 2015) (Vigência)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, pelo que dispõe a Lei, esta é uma opção do contribuinte empresário, que certamente deverá avaliar o menor custo para sua escolha.

Dito isto, cabe justificar a opção da Administração para a estimativa orçamentária diante desse quadro tributário facultativo.

Como visto, o referido diploma legal limita à data de **31 de dezembro de 2023** a possibilidade de as empresas beneficiárias do regime especial recolherem as contribuições à seguridade social apuradas pela receita bruta. Em função desse marco temporal e da incerteza da prorrogação do regime, considerando que as obras que integram o objeto deste projeto básico possuem cronograma de execução no período de 2023 a 2027, **OPTOU-SE** pela definição dos custos unitários pela **TABELA DO SINAPI NÃO DESONERADA** para todos os serviços. Até porque, tratando-se do critério de julgamento do menor preço na concorrência, para a empresa se sagrar vencedora deverá ofertar a proposta de menor valor, independentemente do regime de contribuição tributária em que esteja enquadrada. Assim, para o **TCU**, escorado por inúmeras análises elaboradas por suas unidades técnicas, a adoção do regime desonerado ou onerado terá **pouca repercussão no preço efetivamente praticado**, pois as empresas, na elaboração de suas propostas, considerarão os respectivos regimes tributários aplicáveis, independentemente daquele considerado nas estimativas. Nesse sentido, cita-se excerto de recente acórdão da Corte de Contas Nacional:

Acórdão n. 2595/2021 - PLENÁRIO:

(...) Feita a contextualização, passo a decidir.

...

VII

Ainda com relação às falhas de orçamento, dirijo do apontamento relativo à não avaliação da vantagem do uso do regime de desoneração. Em primeiro lugar porque a questão foi pouco aprofundada, e, ao que consta nos autos, não se sabe qual regime seria menos oneroso.

Ainda que num cenário ideal o gestor pudesse ter considerado as duas hipóteses, e optado pela mais econômica, penso que tal procedimento não seria decisivo para o preço praticado na contratação, que dependeria, fundamentalmente, do regime a que se submete a empresa vencedora do certame.

O critério de julgamento do pregão é o menor preço, assim, para a empresa se sagrar vencedora, deve ofertar a proposta de menor valor, independentemente do regime de contribuição tributária em que esteja enquadrada.

Na realidade, o grande impacto da utilização do regime tributário menos oneroso na fase de estimativa está no impedimento à participação de uma empresa enquadrada em regime mais caro, em vista do fato de que a sua proposta, potencialmente, ultrapassaria o preço máximo admitido na licitação. Se, de outro modo, for



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

considerado regime tributário mais caro, todas as empresas podem, em tese, participar.

De toda sorte, em ambiente de competição, o fato de estimar como desonerado, lucro real, lucro presumido, simples etc. terá pouca repercussão no preço efetivamente praticado, pois as empresas, na elaboração de suas propostas, considerarão os respectivos regimes tributários aplicáveis, independentemente daquele considerado nas estimativas.

Exemplificativamente, uma empresa desonerada, que pague 2,5% de Contribuição Social sobre o faturamento, no lugar dos 20% sobre a folha de salários, deverá reconhecer esta realidade em sua proposta e consequente contrato, mesmo que no caso concreto o orçamento estimado da Administração tenha considerado o regime onerado.

Podemos traçar analogia com dois regimes tributários comumente considerados na estimativa de custos para a contratação de serviços: lucro real e o lucro presumido, com diferenças diretas nas alíquotas do PIS e da Cofins. Não se tem notícias de que os órgãos devam fazer estudo para saber qual deles seria mais vantajoso para determinada contratação, e eleger o menos oneroso.

Importa, em tais casos, **que o regime tributário adotado nas estimativas seja factível diante dos serviços a serem contratados, e não que seja necessariamente o menos oneroso, até porque o custo do tributo efetivamente praticado no contrato dependerá da empresa vencedora, e não do regime considerado na estimativa.** (sem destaques no original)

Esse entendimento do TCU é harmônico com aquele que já alicerçara no **Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário**, quando da análise similar das empresas optantes do SIMPES NACIONAL, veja-se:

2.3.3.3. Simples Nacional

(...)

Esse regime diferenciado não é considerado um tributo em si, mas sim uma modalidade de arrecadação unificada dos seguintes tributos: a) IRPJ; b) IPI; c) CSLL; d) COFINS; e) PIS/Pasep; f) Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991; g) ICMS; e h) ISS (art. 13 da LC 123/2006). O valor a ser recolhido é calculado a partir da aplicação de um percentual sobre o montante da receita bruta anual da ME ou EPP, podendo ser diferenciado por setor econômico (indústria, comércio e serviços) e progressivo de acordo com o total da receita bruta auferida pelas empresas. No caso de atividades da construção civil, as alíquotas do Simples Nacional estão previstas no Anexo IV da LC 123/2006.

Além disso, as empresas optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas do pagamento de algumas contribuições instituídas pela União, como as contribuições para Serviços Sociais Autônomos (Sesi, Sesc, Senai, Sebrae etc.), as contribuições relativas ao salário-educação e a contribuição sindical patronal, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, as quais não estão incluídas no sistema de recolhimento unificado (art. 13, § 3º, da LC 123/2006).

Dessa forma, nos orçamentos de obras públicas, a estimativa dos percentuais dos tributos do BDI ganha uma maior complexidade, visto que não é possível prever os diversos regimes de tributação que as empresas licitantes estão enquadradas, além da própria diversidade de tributos que compõem o Simples Nacional e da variabilidade de seus percentuais, bem como da exclusão das contribuições sociais do Sistema S (Sesi, Senai, Sebrae etc.) do cálculo dos encargos sociais das obras. Em função disso, considera-se que o BDI do orçamento-base da licitação pode, por exemplo, estimar os percentuais dos tributos que incidem sobre o faturamento (ISS, PIS e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cofins) pelo regime comum e incluir os gastos previstos para o ressarcimento dos encargos sociais daquelas contribuições sociais.

Por outro lado, **na fase de elaboração das propostas de preços, considera-se que a composição de BDI das ME e EPP contratadas pela Administração Pública deve prever alíquotas compatíveis com aquelas em que a empresa está obrigada a recolher**, conforme os percentuais contidos no Anexo IV da LC 123/2006, e não incluir na composição de encargos sociais os gastos relativos ao ressarcimento das contribuições a que estão dispensadas de recolhimento, conforme disposto no art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar. Esse é o entendimento deste Tribunal exarado no Acórdão 3.037/2009-TCU-Plenário, nos seguintes termos:

9.2.2.4. adote as medidas necessárias ao ressarcimento do percentual de PIS, ISS e Cofins discriminados na planilha de composição do BDI em alíquotas eventualmente superiores às quais a contratada está obrigada a recolher, em face de ser optante do Simples Nacional, bem como ao ressarcimento dos encargos sociais referentes ao Sesi, Senai e Sebrae, dos quais a empresa está dispensada do pagamento, conforme previsto no art. 13, § 3º, da LC nº 123/2006 e que foram acrescidos indevidamente na planilha de composição de encargos sociais;

Conclui-se, dessa forma, que a proposta de preços da empresa vencedora do certame, comprovadamente optante do Simples Nacional deve estar de acordo com as disposições previstas na LC 123/2006 quanto aos tributos que integram a composição de BDI e às contribuições do Sistema S que compõem os encargos sociais da obra, por se tratar de um regime diferenciado e favorecido dispensado às ME e EPP por força de expressa previsão constitucional, de modo que os benefícios tributários conferidos pelo Simples Nacional estejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração Pública. **(sem destaques no original)**

Diante da opção facultada ao empresário, a Administração podera elaborar a planilha orçamentária onerada ou desonerada, **mas ressalvar no Edital que o licitante poderá apresentar sua planilha de preços onerada ou desonerada, como opção para a referida obra, desde que apresente a tributação adequada de acordo com sua escolhas, em especial quando apresentar desonerada que lance o valor relativo à contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta**, conforme previsto no Artigo 7, IV, e Art. 9º, § 16, da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Acerca do tema vide orientação do TCU no mesmo **Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário**:

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

No Edital também deve ser estipulado que, **uma vez feita a opção na proposta de preços, ela será irretratável**, na forma do artigo 9º, §16 da Lei 12.546/2011.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.5. Sobre os custos unitários e, por consequência, o orçamento global de referência assim apurado foi aplicado o **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)** de acordo com o item 4, páginas 7 a 11, do Memorial Descritivo do Orçamento, **Anexo III (Evento [1003642](#))**, que trata da composição do BDI, no qual tem o **percentual do BDI correspondente a 25,97%** (vinte e cinco inteiro e noventa e sete centésimos por cento), referente a convencional; e o **percentual de BDI de 19,43%** (dezenove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente aos serviços gerais; conforme a média definida pelos **Acórdãos n. 2369/2011 – TCU – Plenário e 2.622/2013 - TCU - Plenário.**

8. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

8.1. O Tribunal de Contas da União tem reiterado aos ordenadores de despesa que observem os dispositivos legais da Lei n. 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro como, por exemplo, no Acórdão TCU n. 645/2007 - Plenário:

"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986."

8.2. É fundamental que o órgão contratante preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro. Contudo, o objeto desta contratação, consistente em uma obra com previsão de execução por 5 exercícios (2023 a 2017), encontra abrigo na exceção disciplinada no **art. 57 da Lei n. 8.666/93**. Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, **exceto quanto aos relativos:**

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório. (sem destaque no original).

8.3. De acordo com a atualização dos custos unitários, do custo orçamentário sintético e o replanejamento da obra adequando o Cronograma Físico Financeiro para 12 (DOZE) meses, observando-se situações adversas em função do período de seca e chuvas na Amazônia, tem-se a cifra de **R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, assim distribuídos pelos exercícios fiscais:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.4. Por sua vez, trata-se de obra constante do Plano de Obras do biênio 2020/2023, objeto da Resolução TRE-RO n. 13/2020, com alterações da Resolução TRE-RO n. 10/2022, bem como da proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício 2023 registrada no processo SEI n. 0000150-50.2022.6.22.8000, com cronograma de execução financeira-orçamentária no período de 2023 a 2027, nos moldes do demonstrativo supraidentificado.

8.5. O suporte orçamentário para a execução dos valores estimados no exercício de 2023 consta da Proposta de Lei Anual de Orçamento do exercício 2023 que tramita no Congresso Nacional através do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN n. 32, de 2022, **na condição de investimento plurianual**, destacado na ação orçamentária *159L - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – RO, vinculada ao Plano Plurianual 2020-2023* através do programa de gestão *0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário*, com previsão dotações de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para o exercício 2023.

8.6. Assim, em cumprimento ao aos artigos 58 e 60 da Lei n. 4.320/1964 - e a jurisprudência da Corte de Contas Nacional - a dotação necessária para assinatura do contrato advém dos recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por exercício fiscal
			Exercício 2023 (R\$)
Investimento	Construção da nova sede do TRE-RO	RO CONSEDE	11.000.000,00
Total por exercício financeiro			11.000.000,00
Fonte: Painel Orçamentário, PPA e LOA			

9. DO CERTAME LICITATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

9.1. A Comissão de Planejamento da Contratação - CPC tem ciência que a Assessoria Jurídica deste órgão - no caso específico a Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos designados pela Portaria DG/TRE-RO n. 247/2022 - é competente para indicar a modalidade licitatória dos certames, em consonância com o Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, como também no art. 11 da IN TRE-RO N. 004/2008. De antemão, este Coletivo entende que deverá ser adotada a modalidade de CONCORRÊNCIA, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço, com fundamento nos arts. art. 6º, VIII, "a" c/c 22, I, c/c 45, § 1º, I, todos da Lei n. 8.666/93.

9.2. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

9.2.1 Por certo o valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006 e pelo art. 6º do Decreto Federal n. 8.538/2015, patamar que **afasta a exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame .

9.2.2. Tratando-se de empreitada por preço global, **não** será aplicável a regra do art. 48, III da LC n. 123/2006 e art. 8º do Decreto Federal n. 8.538/2015, que estabelecem a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou a estipulação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

9.2.3. Embora este projeto básico **NÃO ADMITA** a possibilidade de subcontratação dos serviços objeto da contratação, também **não terá aplicação a regra da subcontratação obrigatória** de microempresa ou empresa de pequeno porte prevista no art. 48, II da LC n. 123/2006 e art. 7º, do Decreto Federal n. 8.538/2015, posto que esse segmento não poderia executar tais serviços. Tais serviços são da área de engenharia e quando aglutinados, de forma geral, são prestados por empresas de médio e grande porte econômico, como é o caso das empresas que atuam no segmento de terraplanagem, drenagem e pavimentação. A ausência dessa exigência, todavia, não impede que a contratada venha a subcontratar com ME/EPP'S serviços auxiliares necessários à execução dos serviços finalísticos ora pretendidos pela Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

9.3.1. Poderão participar da Concorrência quaisquer licitantes que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste projeto básico e no edital do certame e que tenham especificado, como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o seu objeto.

9.3.2. Consórcios

Apesar de que o valor objeto da Concorrência ser inexpressivo em função do tipo da obra, pois se trata de infraestrutura de drenagem e pavimentação em área menor que 2 (dois) hectares e ainda, haver diversas empresas do setor de construção que atuam na área objeto da contratação, vimos como salutar a participação de empresas na forma de consórcio, pois possibilita a ampliação da competitividade entre as mesmas, inclusive com possibilidade de empresas de menor porte a atuar na execução, observando-se os requisitos técnicos exigidos, desta forma será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 33 da L. 8.666/1993.

9.3.2.1. No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, nos termos do artigo 33, §1º, da L. 8.666/1993, a qual ficará obrigada a atender as mesmas condições gerais de liderança definidas neste projeto básico e no edital da licitação.

9.3.2.2. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, **no mínimo**, idênticos percentuais de participação no consórcio, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório, na forma definida no edital.

9.3.2.3. É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do artigo 33, inciso IV, da L. 8.666/1993.

9.3.2.4. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3.2.5. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e técnica, regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

9.3.2.6. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9.3.3. Empresas estrangeiras: Será admitida a participação de empresas estrangeiras, de forma isolada ou em consórcio, nos termos dos respectivos artigos 3º, II e 33 da L. 8.666/1993.

9.3.3.1 De acordo com a IN SEGES n. 10, de 2020, que alterou a IN SEGES n. 3, de 2018, as **empresas estrangeiras que não funcionem no país** podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. O normativo prevê a possibilidade de que um ou mais documentos requeridos não existam em outros países, situação na qual o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. Assim, deverão atender, tanto quanto possível, às **exigências de habilitação e proposta** mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente (art. 32, § 4º, da Lei n. 8.666/93).

9.3.4. IMPORTANTE: Em cumprimento ao art. 9º, inciso I, da Lei n. 8.666/93, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** - CNPJ n. 01.693.698/0001-30, **não poderá participar DESTA LICITAÇÃO** em razão de seu impedimento legal por sua condição de autora dos projetos que serão objeto de execução nesta contratação, bem como a empresa **EACE - Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda** - CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, empresa contratada para os serviços técnicos de **FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS**.

9.3.4.1. Também não poderá participar da licitação a empresa que tenha vínculo com os autores dos projetos, não descaracterizando a ilicitude o desligamento recente deste do quadro societário da licitante, em tempo próximo ao lançamento do instrumento convocatório (Acórdão TCU n. 1170/2010 - Plenário e Acórdão TCU n. 9917/2016 - 2ª Câmara).

9.3.4.2. As demais vedações à participação serão registradas no edital do certame.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES:

9.4.1. Os licitantes e os Consórcios que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

9.4.1.1. **Titular da empresa licitante ou do Consórcio**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

9.4.1.2. **Representante** designado pela empresa licitante ou consórcio, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial;

9.4.1.3. Para participar do certame o representante da licitante **ou da empresa líder do consórcio**, apresentará à Comissão Especial de Licitação para a contratação de construção do novo Prédio Sede, designada pela Portaria DG/TRE-RO n. 248/2022, doravante denominada apenas "Comissão de Licitação", **o documento hábil que o credencia (itens 9.4.1.1. e 9.4.1.2), bem como na forma prevista no edital, no ato programado para a entrega dos documentos de habilitação e da proposta de preços.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4.1.4. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da sessão de licitação, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

9.4.2. Do recebimento dos envelopes:

9.4.2.1. Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo do Edital, cada licitante deverá apresentar à Comissão de Licitação, simultaneamente, sua documentação e proposta de preços, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além do nome comercial da licitante, ou do consórcio, os seguintes dizeres:

CONCORRÊNCIA N. 02/2023
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA
DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE N. 01

CONCORRÊNCIA N. 02/2023
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA
PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE N. 02

9.5. DOS DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE N. 1 - DOCUMENTAÇÃO: Serão exigido dos licitantes e consorciados os documentos de habilitação descritos neste projeto básico, que deverão ser apresentados no ENVELOPE Nº 01 - que pode ser composto, caso necessário, por mais de 1 (um) envelope, desde que todos sejam identificados como ENVELOPE 1, podendo o segundo ser identificado com ENVELOPE N. 01.1; o terceiro como ENVELOPE N. 01.2 e assim sucessivamente.

9.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I - Tratando-se de sociedades comerciais, as licitantes ou consorciadas deverão apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado na junta comercial. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste projeto básico;

II - Tratando-se de consórcios, deverá, ainda, ser apresentando no mesmo ENVELOPE 01, o **compromisso público ou particular de constituição do consórcio**, subscrito pelos consorciados, que deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da **empresa responsável pela liderança do consórcio** e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado e atender às seguintes condições de liderança:

g.1) a líder do consórcio é a empresa que detém a maioria da participação no consórcio;

g.2) a empresa líder do consórcio deve ser empresa da área técnica, ou seja, empresa prestadora de serviços de engenharia;

g.3) a empresa líder será responsável por todos os atos administrativos, técnicos e judiciais nesse processo, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do órgão contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

III - Tratando-se empresa estrangeira que funcionam no país, com participação isolada ou em consórcio:

a) o ato de autorização de funcionamento e instalação no país;

b) o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente para a atividade de engenharia.

IV - Tratando-se empresa estrangeira que NÃO funcionam no país, com participação isolada ou em consórcio: deverão atender, tanto quanto possível, às **exigências de habilitação e proposta** mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente (art. 32, § 4º, da Lei n. 8.666/93).

V - Documentos oficiais de identificação pessoal dos representantes da empresa ou do consórcio.

9.5.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

I - A licitante e/ ou as consorciadas devem apresentar:

a) comprovação de regularidade perante à Fazenda Federal relativa a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

b) certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (CRF);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho;

d) Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

II - Tratando-se de empresa estrangeira que não funciona no Brasil, tanto em participação isolada ou que integre



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consórcio com liderança de empresa brasileira: De acordo com a Instrução Normativa SEGES n. 3/2018, as empresas estrangeiras que não funcionem no país podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar aqui. O normativo prevê a possibilidade de que um ou mais documentos requeridos não existam em outros países, situação na qual o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. A equivalência entre documentos e omissões na sua apresentação serão objeto de cuidadosa apreciação pela comissão de licitação ou pelo pregoeiro, conforme o caso. Eventualmente, o exame demanda, inclusive, a realização de diligências, de modo a se evitarem questionamentos dos licitantes e assegurar a lisura do certame.

9.5.3. QUALILIFICAÇÃO TÉCNICA

Em que pese ser uma obra de grande vulto em relação ao seu todo, conforme art. 6º, inciso V, da Lei n. 8.666/93; no que tange a etapa da obra em questão, não será exigido dos participantes a metodologia de execução, visto que a obra não apresenta alta complexidade técnica e, ainda a metodologia de execução está descrita no projeto executivo detalhado, anexo I ([1003635](#)), portanto não se aplicando o contido no art. 30, § 8º, da Lei n. 8.666/93.

9.5.3.1. Da Qualificação Operacional

I - Serão exigidos como documentos indispensáveis para as empresas que participarão do certame os seguintes:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Competente da Região, dentro do prazo de sua vigência;

b) A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá ser efetuada mediante a apresentação de um ou mais atestados em nome da licitante, fornecidos por pessoas de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a execução de serviços similares ou compatíveis com o objeto licitado. Assim, não será permitido o somatório dos atestados de capacidade técnico-operacional das empresas participantes, conforme alínea f desse item.

b.1) Para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante, serão consideradas como parcelas de maior relevância da obra, objeto do presente certame, execução de obras de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

terraplenagem, drenagem e pavimentação de acordo com o **Acórdão TCU n. 1.214/2013-Plenário**, com as seguintes características:

i) Serviços de Terraplenagem: área mínima de 9.000 m² (metro quadrado);

ii) Serviços de Drenagem: 300 m (metro) de tubulações;

iii) Serviços de Pavimentação (base e sub base): 360 m³ (metro cúbico).

c) Não é obrigatória a apresentação de atestado único que contemple as 03 (três) características (terraplenagem, drenagem e pavimentação). No consórcio podendo a qualificação ser comprovada por diferentes integrantes do consórcio, observando-se o quantitativo mínimo por atestado de serviços definidos na alínea **b.1)**.

c.1) Às empresas reunidas em consórcio, não será permitida a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional emitido umas às outras, pois a atestação como instrumento de prova, pressupõe, necessariamente, a expedição de documento por terceiro desinteressado no resultado do certame

c.2) A licitante poderá apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

d) Declaração da licitante com a indicação dos profissionais exigidos neste projeto básico e a aceitação de responsabilidade técnica, nos termos do modelo do **ANEXO V (Evento [1003646](#))** deste projeto básico - art. 30, II, da L. 8.666/93.

e) Declaração, conforme modelo reproduzido no **ANEXO VIII (Evento [1003649](#))** deste projeto básico, de que disporá, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**, dos equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços e se compromete a manter os profissionais indicados como responsáveis técnicos treinados e capacitados para a realização de suas tarefas. Além disso, dentre as ferramentas, a contratada deverá declarar que disporá de todas as licenças dos *softwares* de sua propriedade compatíveis com a execução dos serviços - art. 30, II c/c o § 6º do mesmo artigo, da L. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Justificativa para a exigência de quantitativos mínimos dos serviços para comprovação de qualificação técnica operacional e profissional: Tal exigência tem seu fundamento no fato de que os controles tecnológicos necessários para a execução da obra pretendida (Item 2.1) apresentam as mesmas características de uma obra de grande dimensão, não sendo razoável admitir que uma empresa que realizou terraplenagem de lotes nos padrões urbanos (15m x 30m) haverá de ter a almejada experiência técnica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o escopo desta contratação, como exigido pelo art. 30, II, da Lei n. 8.666/93, diferentemente de uma empresa que executou obras de maior porte como, por exemplo pavimentação de uma estrada. Outrossim, a metodologia considerada para o serviço objeto deste projeto básico, segue o dimensionamento do pavimento de acordo com as especificações do extinto DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), atual DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre), conforme registrado no Anexo I do Memorial de Cálculo de Pavimentação, item 3; que são técnicas aplicadas às rodovias; portanto, exigindo das empresas conhecimento, experiência e familiaridade com obras deste porte. Portanto, os quantitativos mínimos buscam selecionar empresas que tenham efetiva estrutura para realização de obras no nível técnico e em conformidade com as especificações dos serviços que compõem o objeto da obra. Deve-se registrar, ainda, que a Administração contratante realizou ensaios de estudos geológicos para adoção de área de empréstimos de solo e para a exigência de compactação com energia igual a 95% do Proctor Normal, o que impõe à empresa a obrigação de apresentar e manter equipe técnica e equipamentos de ensaios de solo para acompanhar a execução de compactação das camadas de aterro, sub-base e base. Além dos ensaios, faz-se necessário rígido controle da execução dos taludes dos cortes e aterro a fim de atender às especificações, com acompanhamento de ensaios de umidade ótima, granulometria, entre outros. Tratando-se ainda de obras assemelhadas à rodovia (obras viárias), há necessidade de monitoramento e controle métrico das inclinações mínimas necessárias ao bom escoamento das águas, sendo que tal serviço exige dos operadores de equipamento um certo rigor e capacidade operacional, assim reforça-se a necessidade de quantitativos e características mínimas atestadas para comprovação de capacidade técnica operacional.

9.5.3.2. Da Qualificação Profissional

I - Serão exigidos como documentos indispensáveis para os profissionais técnicos indicados pela empresa, os seguintes documentos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao Conselho Competente da Região, dentro do prazo de sua vigência (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara);

b) Comprovação de aptidão técnico-profissional consistente na apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome do(s) respectivo(s) profissional(is) que exercerá(ão) a(s) função(ões) de responsável(is) técnico(s) de acordo com a qualificação técnica-operacional solicitada no subitem 9.5.3.1, "b". Assim, não será permitido o somatório dos Acervos Técnicos dos profissionais indicados pelas empresas participantes, conforme alínea b.1 desse item.

b.1) o(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) o(s) responsável(is) técnicos pela prestação dos serviços objeto desta licitação, compondo a respectiva equipe técnica - art. 30, § 10, da Lei n. 8.666/93;

b.2) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas;

*b.3) Comprovação de aptidão técnico-profissional consistente na apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome dos respectivos profissionais que exercerão as funções de responsáveis técnicos para cada uma das especialidades abaixo, comprovando a execução de serviços semelhantes, assim considerados como aqueles que atenderem aos quantitativos e características mínimos descritos a seguir:*

b.4) Engenheiro Civil ou Arquiteto, com execução de serviços com quantidades superiores a:

i) Serviços de Terraplenagem: área mínima de 9.000 m² (metro quadrado);

ii) Serviços de Drenagem: 300 m (metro) de tubulações;

iii) Serviços de Pavimentação (base e sub base): 360 m³ (metro cúbico).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b.1) Não é obrigatória a apresentação de atestado único que contemple as 03 (três) características (terraplenagem, drenagem e pavimentação).

c) **No caso de consórcio**, as Certidões de Acervo Técnico - CAT's de que tratam o subitem anterior, **poderão ser apresentados por um ou mais profissionais das empresas consorciadas, observando o estabelecido nos subitens anteriores.** Será permitido o somatório dos atestados de capacidade técnico-profissional dos Responsáveis Técnicos dos integrantes do consórcio.

d) outras formas alternativas de comprovar o vínculo do profissional com a empresa contratada:

d.1) cópia autenticada da Carteira Profissional de Trabalho (CTPS) assinada pela licitante ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE), devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho, que demonstrem o vínculo empregatício do(s) profissional(ais) indicado(s);

d.2) será admitida, ainda, a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado. Nos casos em que o contrato possua prazo indeterminado e tenha sido assinado há mais de 180 dias, na data da comprovação, deverá ser entregue também declaração do profissional devidamente assinada;

d.3) quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante a comprovação será feita por meio do seu ato constitutivo e Certidão do Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

e) **Declaração** dos profissionais indicados pela licitante aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos respectivos serviços, conforme **ANEXO V (Evento [1003646](#))** deste projeto básico.

9.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a **boa situação financeira da empresa, de acordo as alíneas**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste item, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir - (art. 31, I, da L. 8.666/93);

A boa situação financeira da licitante será avaliada por meio dos seguintes comprovações:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Comprovação de Patrimônio Líquido correspondente a 10% do valor total estimado do Contrato, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, conforme teor do art. 31, §3º, Lei n. 8.666/93 (**Acórdão TCU n. 2.397/2017-Plenário**).

c) Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do Patrimônio Líquido atualizado e sua capacidade de rotação (art. 31, § 4º, Lei n. 8.666/93).

Justificativa: Art. 31, § 4º da L. 8.666/93 e Acórdão TCU n. 592/2016 - Plenário: *4.16 A exigência da relação de compromissos assumidos (item 31.3 do edital) também encontra amparo no art. 31, § 4º da Lei 8.666/93, e tem por finalidade avaliar a real capacidade da empresa de cumprir satisfatoriamente o objeto licitado, considerando os compromissos já assumidos em outros contratos. Ressalte-se que a Lei estabelece que a diminuição da capacidade operativa ou da disponibilidade financeira decorrentes de outros compromissos assumidos deve ser avaliada em relação ao patrimônio líquido da empresa.*

II - Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - CONSÓRCIOS: Será permitida o somatório dos quantitativos para efeito de qualificação econômico-financeira das empresas integrantes do consórcio, na proporção de sua respectiva participação (art. 33, III, Lei n. 8.666/93).

9.5.5. REGRAS PARA A MATRIZ E FILIAL :

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

I - Em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

II - datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do Envelope n. 01, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a); e:

a) não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade (responsabilidade) técnica.

9.5.6. DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Os licitantes isolados e consórcios também deverão inserir no Envelope n. 01 a manifestação de ciência e concordância com as condições do certame, bem como apresentar declarações legais, conforme modelo constante em anexo próprio do edital da concorrência.

9.5.7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EMITIDOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, realizada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.5.8. DA VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA:

I - É facultado ao interessado realizar visita ao local de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser agendadas com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Assessoria de Engenharia - ASSENGE, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail assenge@tre-ro.jus.br, devendo ser realizadas entre os horários de 11h00 (onze) às 17h00 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas;

II - É de inteira responsabilidade do interessado a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos;

III - O interessado poderá realizar todos os levantamentos julgados necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

IV - Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da interessado;

V - Nas datas e horários marcados para visita, o representante da interessada deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da interessada.

VI - Não haverá condicionantes, por parte da Administração, que resultem em ônus desnecessário aos interessados e importem restrição injustificada à competitividade do certame, podendo ser



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realizada a visita por qualquer preposto da licitante, conforme o **Acórdão TCU 234/2015 - Plenário**.

9.5.9. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Os critérios de julgamento dos documentos da fase de habilitação serão definidos no edital. Independentemente dessas regras os licitantes deverão apresentar os documentos de forma organizada e listados observando a sequência deste projeto básico.

9.6. DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE N. 02:

O ENVELOPE N. 02 pode ser composto, caso necessário, por mais de 1 (um) envelope, desde que todos sejam identificados como ENVELOPE 02, podendo o segundo volume ser identificado com ENVELOPE Nº 02.1; o terceiro como ENVELOPE N. 02.2 e assim sucessivamente - na forma relacionada neste projeto básico.

9.6.1. DAS CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:

I - A proposta comercial deverá ser apresentada, tanto pelos pelos licitantes isolados como pelos consórcios, no envelope próprio n. 02, em conformidade com o **ANEXO VI (Evento [1003647](#))** deste projeto básico - **Modelo de proposta comercial**, sob pena de sua desclassificação, observando ainda os seguintes elementos:

a) redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada;

b) fazer menção ao número da concorrência e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e e-mail e o respectivo endereço com CEP, a indicação do banco, agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e pagamentos;

c) indicação dos preços dos serviços, nas condições que constam do **item 9.6.1.1.** deste projeto básico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) indicação dos prazos para a execução dos serviços, conforme previsto nas condições que constam do **item 9.6.1.3** deste projeto básico;

e) O valor unitário e total para cada item da proposta, em moeda corrente nacional, sendo o seu valor global expresso em numeral e por extenso;

f) **AS PLANILHAS RESUMO POR ETAPAS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA, PLANILHA ANÁLITICA DOS SERVIÇOS E PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS**, nos moldes do **ANEXO II (Evento [1003641](#))**;

f.1) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

f.2) Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

f.3) Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

f.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

g) **A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI**, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme **ANEXO III (Evento [1003642](#))**;

g.1) Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g.2) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

g.3) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254);

g.4) Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

g.5) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

g.6) Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;

g.7) Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma;

g.8) Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, não superior ao limite indicado no projeto básico;

h) **O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme **ANEXO IV (Evento [1003644](#))**, deve ser observado o prazo de execução 12 (doze) meses.

i) Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos no Decreto nº 7.983/2013, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 13, I, do referido Decreto, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência obtidos pela administração pública;

j) O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega, observado o disposto no parágrafo 3º do art. 64 da Lei nº 8.666/93;

k) Em se tratando de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, o encaminhamento da proposta deverá ser feito pela empresa líder;

l) Aconselha-se às licitantes, para que as mesmas executem um minucioso estudo do local, dos projetos e das especificações antes da apresentação da sua proposta, eventuais dúvidas devem contatar a ASSENTE - Item 13.1;

m) Todas as planilhas e composições que alimentam a formação do valor global deverão ser **TAMBÉM** apresentadas em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL, empregando ainda a seguinte fórmula: =ARRED (Coluna Quantitativa*Coluna de Preço Unitário; 2), bem como que todas as células e abas estejam ativas com suas fórmulas em funcionamento automático. O modelo das planilhas é o disponibilizado no arquivo nativo contido no **ANEXO I (Evento [1003635](#)) - Modelo de detalhamento de proposta**.

n) Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

II - As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá aos interessados formular imediata comunicação escrita à Comissão Especial de Licitação, no prazo estabelecido no Edital, para fins de esclarecimento à Comissão de Licitação;

III - Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazos de garantia e preços dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação;

a) Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

b) a falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “PROPOSTA” e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência; e

c) a falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n. 01 - DOCUMENTAÇÃO;

9.6.1.1. DOS PREÇOS:

I - A licitante deverá indicar os **preços global e de cada uma das etapas** previstas no cronograma físico-financeiro que consta do **ANEXO IV (Anexo [1003644](#))** e, ainda, apresentar as planilhas com as composições dos custos unitários.

a) a licitante deverá indicar o percentual do BDI, detalhando todos os seus componentes, também em forma percentual, conforme item 9.6.1.2 deste projeto básico;

b) na composição de custos unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas referentes à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

II - Os quantitativos indicados nas planilhas que integram este projeto básico são meramente estimativos, não acarretando à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração do Tribunal Regional Eleitoral qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento;

III - Nos preços ofertados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto da licitante deverão estar considerados em item específico-BDI, conforme **Planilha de Quantidades e Preços –ANEXO I (evento [1003635](#)) deste projeto básico;**

a) A cotação apresentada e considerada para fins de julgamento pela Comissão de Licitação será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos;

b) Apenas serão aceitas cotações em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

9.6.1.2. DA COMPOSIÇÃO DO BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS):

I - Observando os preços praticados no local de execução dos serviços, principalmente quanto aos materiais básicos, o licitante deverá fazer a sua composição de **BDI**, incluindo todas as despesas indiretas incidentes na execução dos serviços, tais como: Administração Central, Seguros e Riscos Imprevistos, Despesas Financeiras, ISS, COFINS, PIS, bem como sua estimativa de Lucro;

II - O valor do **BDI** não deverá ser incluso no item de serviço, devendo constar na planilha somente após a apuração do somatório de todos os itens de serviços;

III - Não poderão ser incluídas na composição do **BDI**, as despesas com administração, mobilização e desmobilização, outras despesas diversas, que devem ser classificadas como custo direto (Acórdão TCU 2029/2008-Plenário);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A fórmula para o cálculo do **BDI**, abaixo demonstrada, também foi pacificada pelo TCU no Acórdão 2622/2013, de acordo com as passagens adiante reproduzidas:

A formação de preços de uma obra tradicionalmente é determinada pelo **somatório dos custos diretos e do BDI** expresso em porcentagem do próprio custo direto. Esse método de precificação depende essencialmente da conceituação do que os orçamentistas consideram custos diretos e BDI. É consenso na engenharia de custos de construção que a expressão básica do **preço de venda de uma obra**, que pode ser explicitada pela seguinte fórmula:

PV = Preço de Venda;

CD = Custo Direto; e

BDI = Benefício e Despesas Indiretas.

Embora essa expressão básica não encontre maiores divergências, o mesmo não se pode afirmar sobre a fórmula de cálculo do BDI. Na literatura especializada, encontra-se uma grande variedade de métodos de cálculo do BDI, situação que foi amplamente evidenciada no tratamento estatístico deste trabalho, em que foi possível identificar mais de 20 diferentes fórmulas de cálculo da taxa de BDI. No presente trabalho, optou-se por adotar a fórmula do BDI indicada no estudo que subsidiou o Acórdão 2369/2011-TCU (alías também adotada pelo Acórdão TCU n. 2622/2013):

FÓRMULA:

$$\text{BDI} = [\{ 1 + (AC + S + R + G) (1 + DF) (1 + L) \} / (1 - T)] - 1] \times$$

100

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os percentuais correspondentes a formação da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) estão devidamente demonstrados no itens 1 (BDI) e 4 (Planilha Financeira), do Memorial Descritivo do Orçamento - **ANEXO III (Evento [1003642](#))**, assim formados:

a) BDI Convencional: 25,97 % (vinte e cinco inteiros e noventa e sete centésimos por cento);

b) BDI Diferenciado 1: Serviços Gerais: 19,43% (dezenove inteiro e quarenta e três centésimos por cento).

VI - Em conformidade com o Acórdão TCU n. 548/2016-Plenário, a análise isolada de apenas um dos componentes do preço (custo direto ou BDI) não é suficiente para caracterizar o sobrepreço, pois um BDI contratual elevado pode ser compensado por um custo direto ofertado pela licitante abaixo do paradigma, qual seja o valor global, de forma que o preço do serviço contratado esteja abaixo do preço de mercado. Esse exato entendimento constou na ementa do **Acórdão TCU n. 1551/2008 - Plenário**, relatado pelo Ministro Augusto Nardes, veja-se:

"Não se admite a impugnação da taxa de BDI consagrada em processo licitatório plenamente válido sem que esteja cabalmente demonstrado que os demais componentes dos preços finais estejam superestimados, resultando em preços unitários completamente dissociados do padrão do mercado. Na avaliação financeira de contratos, o controle deve incidir sobre o preço unitário final e não sobre cada uma de suas parcelas individualmente..."

VII - Neste sentido, durante a fase da licitação, a Jurisprudência do TCU entende que a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima dos limites considerados neste Projeto Básico só deverá acontecer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por custos inferiores aos paradigmas, conforme o Acórdão 1804/2012 e 1452/2017, ambos do TCU - Plenário.

9.6.1.3. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

I - O Cronograma apresentado na proposta comercial da licitante deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Deve conter a identificação clara de todo o caminho crítico do projeto/empreendimento.

b) Deve ser respeitado o limite anual de disponibilidade orçamentária na distribuição das etapas, conforme quadro abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.000.000,00

c) Deve ser elaborado com o emprego de software específico, Project ou compatível, o qual forneça as informações acima de forma automatizada, bem como a disponibilização do respectivo arquivo nativo.

II - Após o início da execução dos serviços, poderá ser proposta à Comissão de Fiscalização/ Gestão a alteração do cronograma inicial, que será apreciada mediante a apresentação de motivação circunstanciada, independente da não alteração do prazo final de execução da obra, e que resultará no correspondente aditamento do Contrato.

9.6.1.4 DOS PRAZOS:

I - A obra tem o prazo de execução de, no máximo, **12 (doze) meses corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pelo Contratante;

a) o prazo para o início da obra será de até **30 (trinta) dias** corridos, contado do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo Contratante;

b) a licitante vencedora não poderá propor prazo inferior para a conclusão da obra, salvo se aceitar o cronograma original de pagamento que consta deste projeto básico;

c) qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados, deverá ser previamente comunicado à fiscalização do do contrato;

d) Quaisquer serviços a serem realizados fora dos horários preestabelecidos pela Administração dependerão de prévia e formal comunicação à fiscalização do contrato e não implicarão nenhuma forma de acréscimo ou majoração do preço pactuado para a execução da obra ora licitada, razão pela qual será improcedente a reivindicação de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, bem, ainda, “horas-extras” ou “adicionais-noturnos”, uma vez que a licitante vencedora se obrigará a dimensionar o horário dos trabalhos de acordo com os parâmetros apontados neste termo de referência e no edital da Concorrência.

II - O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior à 60 (sessenta) meses, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente;

III - A proposta deverá ter a validade mínima de 90 (noventa) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo desta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Concorrência para o recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”;

IV - Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, esses serão considerados como aceitos para efeito de julgamento;

V - O prazo previsto na alínea "a" do I deste subitem, poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

VI - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade referida a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo;

VII - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes, sem a solicitação ou a convocação de que trata o inciso anterior deste subitem e o item 10.1. IV, deste PB, respectivamente, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos;

9.6.2. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

I - Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n. 8.666/93, as propostas que apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido **ou** com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto e não atenderem às exigências contidas no edital da Concorrência;

II - Consideram-se manifestamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) **do menor** dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

b) valor orçado pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Das licitantes classificadas na forma das alíneas “a” e “b” da condição prevista no inciso anterior deste subitem cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” desta condição, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de **GARANTIA ADICIONAL**, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta (**art. 48, § 2º, L. 8.666/93**);

a) a garantia adicional deverá ser apresentada juntamente com a garantia contratada.

IV - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

9.6.3. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.6.3.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE:

I - Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido neste termo de referência e no edital da Concorrência e seus Anexos será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de **menor preço global**;

II - À Comissão de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus Anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste projeto básico.

9.6.3.2. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

De Acordo com a Lei n. 8.666/93:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

...

X - o **critério de aceitabilidade dos preços unitário e global**, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (sem destaque no original)

Referido comando, reiteradamente reafirmado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, foi sumulado no ano de 2010:

Decisão 253/2002:

5. ... Não é demais frisar, como informado no Relatório, que a 1ª Câmara do TCU, ao apreciar o TC-926.037/1998-6, de relatoria do Ministro Humberto Souto (Decisão n.º60/1999), já se manifestou no sentido de que o estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, ao contrário do que sugere a interpretação literal da lei, é obrigação do gestor e não sua faculdade.”

8.1. determinar à AHIMOC, ... faça constar do edital critérios de aceitabilidade de preços unitário e global, com a fixação de preços máximos, tendo por referência os preços de mercado e as especificidades do objeto licitado;

SÚMULA 259/2010:

“Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor.”

Contudo, essa regra geral encontra ressalvas nas situações do **critério de julgamento pelo menor preço global**. Nessa hipótese, o TCU pacificou o entendimento que não se deve desclassificar automaticamente licitante que apresentou melhor proposta por violar o critério de aceitação dos preços unitários, na forma prevista no edital. Veja-se:

Acórdão 2767/2011-Plenário:

1. Não obstante a necessidade de fixação de critérios de aceitabilidade de preços unitários em licitação do tipo menor preço global, **a desclassificação de proposta com base nesses critérios deve-se pautar pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.**

2. **É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosa para a Administração, que contém um único item, correspondente a uma pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido pela entidade.** (sem destaque no original)

Por sua vez, tem-se ainda o Decreto Federal n.º 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos orçamentos da União e que, aos dispor das contratações em regime de empreitada por preço global, assim definiu:

Art. 11. Os critérios de aceitabilidade de preços deverão constar do edital de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia

(...)

Art. 13. Em caso de **adoção dos regimes de empreitada por preço global** e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para **formação e aceitabilidade dos preços**:

I - na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência previstos neste Decreto, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, observado o art. 9º, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública obtidos na forma do Capítulo II, assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a essas informações; e

II - deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

Parágrafo único. **Para o atendimento do art. 11, os critérios de aceitabilidade de preços serão definidos em relação ao preços global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, que deverão constar do edital de licitação.** (sem destaques no original)

Por sua vez, **Marçal** distingue os dois momentos distintos trazidos pelos **incisos IV e V do art. 43 da Lei n. 8.666/93** para o processo de julgamento das propostas, sendo que no primeiro são julgadas os requisitos formais previstos no edital e, no segundo, definida a classificação das propostas, também de acordo com as regra do edital. Veja-se:

20.3) Desclassificação das propostas

A comissão deverá divulgar o resultado do julgamento das propostas, discriminando as desclassificadas e as classificadas. As propostas desclassificadas são ignoradas no que toca a seu conteúdo. **A desclassificação significa uma decisão preliminar, que exclui de consideração uma proposta, por não corresponder às exigências da lei ou do edital**, como se examinará nos comentários aos arts. 44, 45 e 48.

As propostas remanescentes serão examinadas pela Comissão, que julgará sua vantajosidade.

Nesse ponto e de passagem, pode apontar-se uma dificuldade terminológica, que usualmente passa despercebida. O vocábulo “classificação” possui dois sentidos que devem ser diferenciados, para evitar confusões conceituais. **O exame das propostas envolve duas tarefas distintas.** Uma delas consiste no exame da compatibilidade das propostas com a lei e o ato convocatório. As propostas desconformes serão eliminadas (*desclassificadas*). As que estiverem conformes serão mantidas no certame e, sob um certo ângulo, poderiam ser ditas como “classificadas”. Mas o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vocabulo significa, nesse ponto, apenas que essas propostas preenchiam os requisitos mínimos de admissibilidade. Passa-se, então, ao exame da vantajosidade das propostas. O resultado é a organização das propostas em uma relação em ordem decrescente de vantajosidade. Essa atividade também pode ser identificada como “classificação”.

Ou seja, o vocabulo “classificação” pode ser utilizado tanto para referir-se à primeira etapa da fase de julgamento como para indicar a segunda. Pode indicar quer a atividade de exame das condições de admissibilidade da proposta como a avaliação da vantagem que apresentam.

Jurisprudência do TCU

“6. Como sabido, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, a licitação deve ser processada e julgada com observância do procedimento de verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.” (Acórdão nº 8.663/2011, 2ª C., rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti)

.....

21) Julgamento e classificação das propostas (inc. V)

Utilizando-se dos critérios previstos no edital, a Comissão deverá julgar as propostas. Objetivamente, promoverá a classificação das propostas em ordem decrescente de vantajosidade.

A fase de julgamento culmina com uma classificação, na qual a Comissão distingue as propostas segundo as vantagens apresentadas. A classificação significa arrolar as propostas segundo uma ordem decrescente de vantajosidade. Assim, a proposta classificada em primeiro lugar é considerada vencedora.

Caberá recurso contra a decisão. Se houver pluralidade de envelopes, caberá recurso contra a decisão que apreciar o conteúdo de cada envelope. Não é válida a determinação de que caberá recurso apenas contra a decisão final, o que contraria a própria natureza procedimental da licitação. ((Justen, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15ª edição. São Paulo. Editora Dialética, 2012)

Em função da legislação, da orientações do TCU, defendida também pela segura doutrina de Marçal, **DEVERÁ SER OBSERVADO O SEGUINTE PROCEDIMENTO PARA A ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:**

I - Os preços máximos de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro para a execução do objeto desta projeto básico são os definidos no orçamento de referência (Parágrafo único do art. 13 do Decreto 7.983/2013);

II - Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência adotados por este Projeto Básico, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, incluído o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor correspondente ao BDI, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência adotados pela Administração licitante (**art. 13, I, Decreto 7.983/2013**);

III - Na Composição do Custo Unitário deverão constar obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) nome do item de serviço;
- b) descrição dos itens de composição;
- c) unidade do item de composição;
- d) coeficiente do item de composição;
- e) valor unitário e total do item de composição;
- f) somatório dos materiais e equipamentos;
- g) somatório de mão de obra: Na apuração dos valores de mão de obra deverão ser considerados os valores dos salários estabelecidos na Convenção Coletiva da categoria com encargos complementares;
- h) valor dos Encargos Sociais e seu respectivo coeficiente;
- i) valor total do item de Serviço sem **BDI**.

IV - A Comissão de Licitação realizará análise dos preços unitários cotados pela licitante classificada em primeiro lugar na competição. Caso haja divergência entre o preço unitário apresentado na planilha de preços e aquele apresentado na composição de custos, prevalecerá sempre esse último. a Comissão de Licitação poderá solicitar a relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados;

V - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista na Concorrência, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes;

VI- Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que a Concorrência não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

VI - Caso os preços unitários da licitante classificada em primeiro lugar estejam de acordo com as regras deste projeto básico e do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

edital da concorrência, a licitante será declarada vencedora do certame pelo critério do menor preço global;

VIII - Caso a proposta seja recusada, será analisada a proposta da licitante classificada em segundo lugar, repetindo-se o procedimento até a obtenção de uma proposta julgada aceitável, se houver.

10. DO CONTRATO

10.1. FASE DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

I - Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93 será celebrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e o Contratado;

II - No ato da assinatura do contrato deverá ser comprovada a regularidade da adjudicatária com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias;

III - Verificada a conformidade das condições e dos documentos exigidos para a contratação, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link), para que o adjudicatário realize, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a solicitação da Seção de Contratos do TRE-RO, o cadastramento de seu representante legal no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO e apresente os documentos solicitados;

IV - Após a realização do cadastro pelo adjudicatário e sua liberação pela Seção de Contratos do TRE-RO, o adjudicatário será convocado (por e-mail automático ou outra forma idônea) para assinar o instrumento de contrato (art. 64 da Lei n. 8.666/93);

V - O adjudicatário terá prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o instrumento de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Seção;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI do TRE-RO, a Seção de Contratos do TRE-RO remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do instrumento de contrato, para impressão, assinatura e devolução direta ou pela via postal, sendo que, nessa situação, contar-se-á o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir do efetivo recebimento do e-mail enviado ao adjudicatário, cujo prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração (§ 1º do art. 64 da Lei n. 8.666/93);

VII - O contratado deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos e 01 (um) endereço de correio eletrônico válido para servirem como canais de comunicação entre seu representante legal e a Administração contratante, por meio de seu fiscal/gestor designado, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto do contratado. Os dados devem ser mantidos atualizados pelo e-mail **assenge@tre-ro.jus.br**;

VIII - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital do certame e seus Anexos, a proposta vencedora do contratado, seus anexos e documentações técnicas, independentemente de transcrição;

IX - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital do certame e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais;

X - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas nesta Seção implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93). Nessa situação os demais contratantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93).

10.2. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES:

10.2.1. PREVIAMENTE À ASSINATURA DO CONTRATO, DEVERÁ O CONTRATADO:

I - Será consultada a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias;

II - Comprovar junto à Gestão/ Fiscalização, se ainda não o fez, o vínculo dos profissionais indicados no certame licitatório como responsáveis técnicos, conforme teor do art. 30, II, da Lei n. 8.666/93;

a) a eventual substituição dos profissionais apenas será admitida por motivos relevantes comprovados e justificados e aceitos pela Administração - por outros que detenham as qualificações exigidas na licitação, todas acompanhadas das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, emitidas pelo CREA/CAU (art. 30, § 10, da L. 8.666/93). De acordo com a **Lei n. 13.303/2016:**

Art. 78.

§ 3º As empresas de prestação de serviços técnicos especializados deverão garantir que os integrantes de seu corpo técnico executem pessoal e diretamente as obrigações a eles imputadas, quando a respectiva relação for apresentada em procedimento licitatório ou em contratação direta.

b) caso não comprove os vínculos referidos neste inciso até a assinatura do contrato, será concedido ao contratado **o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados desse ato**, sendo que seu descumprimento injustificado poderá ensejar a perda definitiva do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais previstas no edital;

III - Designar **preposto**, por meio de **carta de preposição** caso esse não seja o representante legal da empresa, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto.

a) a Carta de Preposição do Contratado deverá outorgar amplos poderes de representação ao preposto para representá-lo perante o Contratante, devendo conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) para contato entre a Administração com o contratado e com o preposto. Os dados devem ser mantidos atualizados pelo Contratado pelo e-mail **assenge@tre-ro.jus.br**.

b) **Das regras para designação do Preposto:** O contratado poderá indicar como preposto um membro da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços, podendo o contratante recusá-lo e pedir sua substituição em razão de perfil inadequado. **São atribuições do preposto:**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b.1) supervisionar os serviços e garantir que os profissionais cumpram os prazos e condições previstos no contrato;

b.2) consolidar em relatório único todas as ocorrências relacionadas a cada uma das etapas, destacando no relato os pontos relevantes, as eventuais inconformidades identificadas e a interrelação entre eles;

b.3) comunicar aos responsáveis técnicos o agendamento de reuniões com o contratante, zelando pelo comparecimento daqueles que devam dela participar.

10.2.2. POSTERIORMENTE À ASSINATURA DO CONTRATADO, DEVERÁ O CONTRATADO:

I - Comprovar, se ainda não o fez, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, o(s) vínculo(s) do(s) profissional(is) indicado(s) no certame licitatório como responsável(is) técnico(s), art. 30, L. 8.666/93, sendo que seu descumprimento injustificado poderá ensejar a perda definitiva do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais previstas neste projeto básico e no edital da concorrência;

a) o contratado responsabilizará-se, de **forma solidária**, pela regularidade dos projetos executados por seu(s) responsável(is) técnico(s), art. 70, Lei n. 8666/93. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas**/Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília : TCU, 2014, p. 16:

"A Lei n. 5.194/1966 regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando os autores forem profissionais habilitados de acordo com essa lei";

b) a ART/RRT/TRT deverá ser emitida de acordo com resolução do respectivo Conselho de Classe;

c) a autoridade competente poderá, ouvido o fiscal/gestor do contrato, prorrogar, por prazo razoável, em razão da impossibilidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificada e comprovada de emissão das ART/RRT/TRT no prazo inicialmente previsto neste inciso;

d) o contratado e seus profissionais obrigam-se a preservar os direitos autorais dos titulares dos projetos recebidos para análise, em cumprimento ao art. 17 da Lei n. 5.194/66.

II - Comprovar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, que **dispõe dos equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços**, inclusive das licenças dos *softwares* de sua propriedade compatíveis com a execução dos serviços - art. 30, II c/c o § 6º do mesmo artigo, da L. 8.666/93;

III - Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, **garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**. Caso a proposta da contratada tenha sido aceita sob a condição de apresentação de **garantia adicional** prevista no art. § 2º do art. 48 da Lei n. 8.666/93, a garantia contratual será correspondente a 6% (seis por cento) do valor total do contrato, nos dois casos na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário)**.

d) a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes do contratado, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pelo contratado, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura;

e) o descumprimento injustificado dessa obrigação poderá ocasionar a aplicação de sanções administrativas e a rescisão do contrato, independentemente de a contratada ter iniciado ou não a execução dos serviços.

IV - Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, seguro contra riscos de engenharia e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade civil profissional, com validade para todo o período de execução da obra, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos pelos eventos de risco a ela imputados de forma exclusiva, descritos no ANEXO VII (Evento xxx) deste projeto básico. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra. Conforme Acórdão TCU 1465 2013 e, ainda a Portaria - TCU 128, de 14 de maio 2014.

V - Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, **seguro coletivo contra acidentes de trabalho,** com validade para todo o período de execução dos serviços, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, **sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho** previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal e regulado pelas Leis n. 8.212, de 24/07/1991 e n. 8.213, de 24/07/1991;

VI - Realizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após a assinatura do contrato, a transferência do Alvará provisório de licença da Construção para sua titularidade. Na eventualidade da contratada não conseguir obter da municipalidade de Porto Velho, a transferência do alvará no prazo indicado neste inciso, esta deverá comprovar que requereu a medida em tempo hábil e informar, por escrito, eventuais solicitações de diligências solicitadas pelo órgão competente para essa finalidade.

VII - Participar de reunião inicial presencial com a presença obrigatória do representante legal da contratada, do preposto e do coordenador técnico indicado para os serviços, em data agendada entre as partes, na busca de elucidar todas as eventuais dúvidas existentes, traçar um plano mínimo de trabalho para a execução da obra, alertar para o cumprimento rigoroso das obrigações e prazos contratuais, além de outros aspectos, evento no qual deverá ser registrado de forma clara e direta a medida de rescisão unilateral imediata do contrato em face de descumprimentos iniciais que possam levar ao descumprimento do cronograma de execução da obra no exercício, na qual será deliberado, ainda, o prazo para elaboração, pelo contratado, do **Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC**, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

a) DAS DEMAIS REUNIÕES: As reuniões serão presencias ou por meio de videoconferência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a.1) Reuniões Presenciais:

i) obrigatoriamente, o contratado deverá participar de uma reunião inicial presencial para alinhar aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;

a.2) Reuniões por meio de videoconferência:

i) sempre que necessário, contratante ou contratado poderão convocar reuniões suplementares;

ii) as videoconferências serão operacionalizadas, preferencialmente, pelo ambiente **MEET** do **GOOGLE** ou **outra ferramentas que a Administração Pública tiver à disposição**, devendo a contratada viabilizar o seu acesso à referida ferramenta;

iii) na situação de eventuais impedimentos técnicos para a realização das videoconferências no ambiente indicado, poderão - desde que acordado previamente pelas partes - ser utilizadas outras ferramentas de tecnologia que garantam a qualidade dos eventos;

b) Regras gerais sobre as reuniões:

i) nas reuniões é obrigatória a presença dos responsáveis técnicos dos serviços de execução dos projetos;

ii) todas as reuniões serão agendadas e acordadas previamente entre as partes;

iii) todas as reuniões serão registradas em ata, minutada pelo contratado responsável pela execução dos projetos, da qual constará, além de outros elementos, o nome de seus participantes, os encaminhamentos e deliberações sobre os temas discutidos. A ata será enviada ao contratante e anexada ao processo administrativo relativo à gestão da contratação e assinado por todos os representantes das partes;

iv) tratando-se de reunião por meio de videoconferência o evento será gravado pelo contratado e enviado ao contratante em meio digital;

v) todas as reuniões serão secretariadas por um agente do contratado, responsável pelo envio da ata aos interessados;

vi) quando da apresentação dos relatórios o contratado deverá fazer referência às deliberações tomadas entre as partes nas reuniões realizadas, indicando as respectivas atas ou as datas das videoconferências;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vii) os relatórios produzidos pelo contratado constituem uma obrigação independente e não serão considerados, sob qualquer justificativa, como reunião entre as partes;

viii) o responsável técnico indicado pelo contratado deverá participar de reuniões, presencialmente ou de forma virtual, através de vídeo chamadas, sempre que convocadas pelo contratante, previamente agendadas, e sempre que existirem dúvidas que necessariamente devem ser sanadas antes da execução ou, na impossibilidade, imediatamente após a identificação da situação duvidosa;

ix) com a finalidade de facilitar a troca de informações, especialmente com imagens fotográficas e vídeos, será criado um **grupo utilizando o aplicativo whatsapp** do qual integração, no mínimo, o Assessor de Engenharia - ASSENGE, o fiscal da contratação, o responsável técnico das atividades, podendo receber outros integrantes se assim julgado necessário.

10.2.3. POSTERIORMENTE À EMISSÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - Apresentar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a emissão da ordem de execução de serviços, o registro do contrato de execução da obra no conselho de classe respectivo para fins de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme Lei n. 6.496/77 e Lei n. 12.378/2010 e resoluções dos respectivos conselhos de classes;

II - Registrar a obra no **prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do início das atividades de construção** no Cadastro Nacional de Obras - CNO. Esse cadastro é o banco de dados gerenciado pela Receita Federal que armazena informações cadastrais de obras de construção civil e de seus responsáveis. O cadastro é necessário para que se possa cumprir as obrigações tributárias (entregar declarações e realizar pagamentos) e, ao final da obra, obter a certidão de regularidade fiscal relativa à obra. Tal certidão será exigida para averbar a construção no registro de imóveis. Substitui as antigas matrículas do CEI (Cadastro Específico do INSS) - fonte: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/construcao-civil/cno>;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - Do Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato será de **15 (quinze) meses**, contados da data da assinatura do contrato.

II - Do Prazo de Execução: O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados da data do recebimento da ordem de serviços.

a) de acordo com o **art. 57, § 1º da Lei n. 8.666/93**, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

i) alteração do projeto ou especificações, pela administração;

ii) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

iii) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

iv) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

v) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

vi) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

vii) toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

10.4. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

I - O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Na forma do inciso II do art. 13 do Decreto Federal n. 7983/2013, constará do contrato cláusula expressa de concordância da contratada com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, **não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato**, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666, de 1993.

10.5. DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

I - É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item "d", II, do art. 65 da Lei n. 8.666/93;

II - **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a contratada está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

10.6. DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS

I - Trata-se de contrato de escopo com previsão de prestação de serviços pelo prazo de 12 (doze) meses; contudo, considerando-se que a data-base do orçamento foi fixada em março/2023 e, ainda, a eventual ocorrência de situações, sem culpa da contratada, que exija a prorrogação de prazos, os valores contratados poderão ser reajustados na forma definida neste projeto básico;

II - Em conformidade com a **Lei n. 10.192/2001** e dos **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU e ainda o PARECER n. 00004/2019/CPLC/PGF/AGU, de 23/9/2019** - os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados de MARÇO/ 2023, data-base do orçamento dos preços de referência, será adotado o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, observadas as seguintes regras:

a) **o reajuste não será aplicado nos serviços realizados no período apuratório**. Isso porque a emissão de boletim de medição



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorreria posteriormente à data do reajuste e, conseqüentemente, haveria uma parcela dos serviços medidos, executados na vigência dos preços originais e que receberiam indevidamente a incidência de reajuste. Considerando que desde o início do contrato se sabe a data em que ele poderá ser reajustado, a execução de medição a ser realizada na data do reajuste identificará todos os serviços executados sob a vigência dos preços originais, ou anteriores, caso não se trate do primeiro reajuste;

b) o reajuste será aplicado aos novos serviços incluídos no período apuratório, desde que tenha sido observada a data-base do orçamento vigente:

b.1) caso o **novo serviço** não esteja contemplado pelo SINAP na data-base, os preços podem ser obtidos diretamente por meio de pesquisa de mercado, realizada em data diferente da data-base do reajuste. **Nesses casos, o preço do novo serviço será deflacionado para a data-base do contrato pelo mesmo índice de reajuste contratual.**

c) serviços executados com atraso, de acordo com o **Decreto Federal n. 1.054/94**, ocorrendo atraso atribuível ao contratado na execução das obras ou serviços, o reajuste obedecerá as seguintes condições:

c.1) se houve majoração dos preços referenciais aplicáveis aos reajustes, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para a realização do fornecimento ou a execução dos serviços da obra;

c.2) se houve majoração dos preços referenciais aplicáveis aos reajustes, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que realizado o fornecimento ou executados os serviços;

*c.3) Se houver prorrogação regular do contrato **oriunda de fator alheio à vontade do contratado**, que exigiu reformulação do cronograma físico-financeiro da obra, prevalecerão os índices vigentes nas novas datas previstas para a realização do fornecimento ou para a execução da obra ou serviço.*

d) Os pedidos de reajustes deverão ser instruídos com as planilhas contendo a descrição dos serviços executados e os valores a serem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reajustados, as quais serão submetidas à manifestação da fiscalização e da gestão do contrato e posterior deliberação da autoridade administrativa.

III - A relação de equivalência e proporcionalidade entre o valor da proposta vencedora, que determinou o preço contratado, representada pelo percentual em relação ao valor de referência da licitação deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato (**Acórdão TCU n. 2622/2013 - Plenário**). Sobre a manutenção da equivalência dos termos financeiros da proposta tem-se também a regra prevista no Decreto Federal n. 7.983/2013:

Art. 14. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

10.7. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.7.1. O contrato administrativo possui natureza *intuitu personae*, ou seja, é personalíssimo, devendo ser executado, em regra, pelo próprio contratado. O contrato é firmado em razão das condições pessoais do contratado verificadas na licitação. Por isto, é vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob condição de rescisão do contrato, nos termos do art. 78, VI, da lei n. 8.666/93.

10.8. DA EMISSÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - São condições para a emissão da Ordem de Execução dos Serviços - OES, a apresentação da adjudicatária e contratada de todos os documentos para comprovação das obrigações listadas no item **10.2.1. (PREVIAMENTE À ASSINATURA DO CONTRATO)** e **10.2.2. (POSTERIORMENTE À ASSINATURA DO CONTRATADO)** deste projeto básico, além de cumprir o prazo do **item 10.12.1, I**, deste Projeto Básico;

II - Previamente ao início da execução dos serviços, o contratado, representado pelo preposto e pelo responsável técnico, deverá participar de reunião, presencial ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Apresentadas as comprovações exigidas pelos dispositivos referidos no incio I desta seção, será expedida a Ordem de Execução dos Serviços - OES.

IV - O prazo de início da execução da obra será contado a partir do efetivo recebimento da Ordem de Execução dos Serviços pelo contratado.

10.9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - Os serviços deverão ser executados conforme as especificações definidas nos projeto executivos, planilhas orçamentárias e demais anexos, cabendo ao contratado total responsabilidade por sua perfeita execução, sem quaisquer ônus adicionais ao Contratante;

II - A execução dos serviços deverão observar rigorosamente ainda:

a) as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sempre que aplicável a um serviço a ser executado;

b) as disposições legais da União, do Estado de Rondônia e dos Município de Porto Velho, quando aplicáveis;

c) aos regulamentos dos conselhos de classes profissionais;

d) outras normas aplicáveis.

III - Na hipótese de divergência entre as plantas e as especificações técnicas da obra, prevalecerá o constante das especificações técnicas;

IV - O contratado ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância dos agentes do TRE-RO;

V - A contratada deverá seguir rigorosamente os prazos assinalados pela respectiva ordem de serviço;

VI - A gestão da mão de obra necessária à realização dos serviços objeto deste Projeto Básico é de total responsabilidade do contratado;

VII - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO. Serão rejeitados os classificados como linha popular ou econômica. Previamente ao emprego, deverão ser submetidas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

amostras de todos os materiais para análise pela fiscalização do contrato. Tratando-se de produtos de procedência estrangeira, o contratante poderá exigir do contratado a apresentação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos equipamentos e materiais, dos documentos relativos à importação.

VIII - O serviços deverão ser executados, em regra, de **segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas**. Contudo, considerando a natureza do serviço ou a impossibilidade de execução nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal do contrato, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no mesmo período noturno;

IX - A execução dos serviços relativos a cada OES será acompanhada por um ou mais profissionais designados pelo contratante para a fiscalização;

X - A execução de serviços **não** autorizados e aprovados pelo contratante, mesmo que acarretem ônus financeiros inicialmente não previstos, serão absolutamente desconsiderados da obrigação de pagamento, não cabendo ao contratado qualquer alegação sobre sua remuneração.

XI - A contratada deverá manter no local da obra, durante a sua execução:

a) **01 (um) engenheiro residente em tempo integral, inscrito no CREA e aceito pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, irá representá-la sempre que for necessário;**

b) **01 (um) encarregado-geral dos serviços para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Comissão de Fiscalização;**

b.1) encarregado-geral: Com experiência apropriada para os serviços, indicado até a data da assinatura do expediente da Ordem de Serviço, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços. Engenheiro Civil e/ou Profissional Habilitado, com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da execução do objeto deste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Projeto Básico, devendo estar(em) presente(s) no momento da execução dos principais serviços;

c) pessoal devidamente qualificado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pela Comissão de Fiscalização.

10.10. DO RECEBIMENTO DA OBRA

I - Executado o contrato, o seu objeto será recebido, na forma definida nesta seção.

10.10.1. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

I - Será expedido **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - TRP** pela Comissão de Fiscalização da Obra, em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da contratada que o objeto foi executado conforme o projeto básico (desenhos, memoriais descritivos e especificações técnicas), vinculado ao contrato, conforme definido no art. 73, I, alínea "a", da Lei n. 8.666/93.

II - A contratada enviará comunicação à Comissão de Fiscalização, a qual deverá estar acompanhada da seguinte documentação:

a) Projetos **as built**, de todos os projetos alterados, memoriais, condições de garantia dos serviços/equipamentos, marca/modelo e **manuals de uso** das instalações e equipamentos;

b) Resultados dos testes e ensaios realizados na terraplanagem, drenagem e pavimentação - previstos nos itens 03.01 - Serviços Técnicos e de Apoio, previstos no Anexo II - Planilha Orçamentária - [1003641](#);

c) Condições gerais para a garantia quinquenal da obra.

d) Apresentar relatórios que comprovem o atendimento às exigências relativas à execução da obra (obrigações do construtor) em conformidade com o **OPR (Certificação LEED Silver)**.

III - Em caso de haver pendências nos serviços e nos equipamentos, serão adotadas as seguintes providências:

a) eventualmente constatado que os serviços não foram finalizados ou a existência de parcelas ainda não executadas e/ou fornecidas, a comunicação de conclusão dos serviços pelo contratante não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

será reconhecida, implicando na caracterização de atraso do cronograma, caso ultrapassado o prazo de execução previsto no contrato;

b) a Comissão examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do contrato e seus anexos, do projeto básico e especificações técnicas, e fará constar do termo de recebimento provisório todas as deficiências encontradas, que a contratada deverá sanar em prazo determinado pela Comissão, observado o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666/93;

c) constatada, durante a vistoria para o recebimento provisório, defeitos ou incorreções nos serviços executados, a Comissão fará constar do TRP, a lista de pendências concedendo-se prazo compatível e razoável ao contratado para, às suas expensas, reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte o objeto do contrato, com vistas ao atendimento das exigências listadas no TRP;

d) concluídos os trabalhos de execução dos serviços relativos às pendências listadas no TRP, o contratado deverá, dentro do prazo fixado no TRP, comunicar por escrito a finalização das tarefas à Comissão e solicitar a realização de nova vistoria;

e) constatada na nova vistoria:

e.1) que as pendências apontadas pela Comissão não foram sanadas ou novas pendência, caracterizar-se-á atraso da obrigação a partir da data concedida para a solução das pendências;

e.2) a conclusão regular de todos os serviços listados nas pendências e nenhuma outra, a Comissão emitirá comunicará ao contratado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para que tome as providencias necessárias ao recebimento definitivo;

10.10.2. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

I - Será expedido termo de **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - TRD** pela Comissão de Fiscalização da Obra, no prazo de até 90 (noventa), após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666/93.

II - A obra somente será considerada concluída e em condições de ser recebida, após cumpridas todas as obrigações assumidas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo contratado e atestada sua conclusão, mediante o TRD emitido pela Comissão;

III - O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia contratual ou da garantia legal prevista no art 618 do Código Civil, veja-se:

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

10.11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:

10.11.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Expedir a Ordem de Execução dos Serviços - OES, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, após a assinatura do contrato, desde que a contratada apresente as comprovações exigidas pelo item 10.2.2. deste projeto básico;

II - Reunir-se com o Contratado para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;

III - Orientar o contratado acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

IV - Dar conhecimento ao contratado acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

V - Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que o Contratado possa executar os serviços dentro das especificações;

V - Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pelo contratado;

VI - Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de Comissão para tanto formalmente designada, que deverá, ainda, atestar as faturas;

VII - Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pelo contratado;

IX - Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

detalhado e previamente submetido ao TRE-RO e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles;

X - Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo Contratante ou com as especificações deste projeto básico e seus anexos;

XI - Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações técnicas definidas neste projeto básico e seus anexos;

XII - Receber, de forma provisória e definitiva, os serviços que atendam aos critérios estabelecidos neste projeto básico e seus anexos;

XIII - Realizar o pagamento ao contratado, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste projeto básico e seus anexos;

XIV - Notificar por escrito o contratado a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

XV - Ceder ao contratado, se necessário, espaço para a execução dos serviços, ficando o contratado responsável por seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;

XVI - Notificar por escrito o contratado acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

XVII - Quando for o caso, informar ao contratado e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal;

XVIII - Notificar o contratado em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as sanções penais que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

XIX - Aplicar sanções administrativas na forma definida neste projeto básico;

XX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.12.2. REGRAS APLICÁVEIS AOS PAGAMENTOS:

I - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II - Os pagamentos serão realizados nas seguintes condições:

a) mensalmente, através de medição apresentada pelo contratado e atestada pela comissão de fiscalização do contratante, na forma prevista no item 2.3.2.2.

III - Desobriga-se o contratante a realizar o pagamento da fatura/nota fiscal desprovida de atestação da execução regular dos serviços medidos pela Comissão de Fiscalização do contrato e emissão de nota técnica pela Comissão Gestão do contrato, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

IV - O contratado deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes documentos:

a) demonstração da regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

a.1) em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

a.2) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

b) cópia digitalizada das folhas do Livro Diário referente ao período, devidamente atestadas pela Comissão de fiscalização;

b.1) a não apresentação desse documento ocasionará a retenção do pagamento da medição, ficando a liberação do pagamento condicionado ao saneamento da referida pendência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento das obrigações previstas nos incisos II e IV desta seção e ainda mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro da obra no CREA/RO;
- b) Matrícula da obra no no Cadastro Nacional de Obras - CNO; e
- c) Relação dos Empregados - RE.

VI - Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

a) O contratante poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada em decorrência direta ou indireta da execução do contrato.

VII - Ocorrendo reajuste, revisão ou reequilíbrio dos preços contratados de serviços medidos e ainda não quitados, far-se-á o pagamento por meio de duas faturas, sendo uma principal correspondente aos serviços com os preços não reajustados e outra suplementar como os valores decorrentes do reajustamento aplicado;

VIII - Salvo razões justificadas, será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos **serviços já concluídos**;

a) consideram-se serviços concluídos aqueles itens que compõem as etapas mensais que já foram executados.

b) entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela contratada na concorrência menos o BDI contratual;

b.1) o BDI relativo aos materiais e equipamentos, a parcela dos serviços relativos à mão-de-obra e seu respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos.

c) o pagamento será realizado após a aprovação dos serviços executados pela Comissão de Fiscalização do contrato;

d) os serviços não executados, ou executados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente realizados.

d.1) O contratante União reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

IX - O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura e demais documentos exigidos nesta seção e a devida atestação da Comissão de Fiscalização e emissão de nota técnica pela Comissão de Gestão do contrato, **aplicadas as retenções legais**, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

a) para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

b) poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e n. de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

c) o pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

X - Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

a) a eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

b) na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o processo deve ser instruído com as justificativas e motivos e será submetido à apreciação da autoridade superior competente,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

10.12.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Executar o objeto deste projeto básico e seus anexos nas condições, preços e prazos definidos no edital da obra, na sua proposta comercial e no instrumento contratual;

II - Responsabilizar-se por todas as despesas trabalhistas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) depósitos do FGTS;
- e) indenizações;
- f) vales-refeição;
- g) vales-transporte; e
- h) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo sistema normativo.

III - Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do contratante, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício com o TRE-RO;

IV - Manter os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante e também informar à Comissão de Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pelo contratado para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na obra;

V - Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Comissão de Fiscalização do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados ou quaisquer agentes em seu nome, durante a execução da obra;

VII - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados ou quaisquer agentes em seu nome na obra do Contratante;

VIII - Assumir inteira e total responsabilidade pela execução da obra, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas que executar;

IX - Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços:

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à contratada formular imediata comunicação escrita ao Contratante, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

X - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados na obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela contratada, ou no prazo para tanto estabelecido pela Comissão de fiscalização;

XI - Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

XII - Fornecer instalações adequadas para a fiscalização da obra;

XIII - Instalar uma placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;

XIV - Elaborar e dar cumprimento ao Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo o art. 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n. 12.305/10 e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução n. 307/2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes;

a) a contratada deverá observar, ainda, o descarte ou reutilização dos resíduos sólidos de acordo com a legislação do Município



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **Porto Velho**, que por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição;

XV - Cumprir de forma rigorosa todos as demais regras e exigências de sustentabilidade definidas neste projeto básico;

XVI - Prestar garantia, em relação aos serviços, na forma definida neste projeto básico e nos termos do § 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93;

XVII - Contratar e manter durante toda a execução contratual os seguintes seguros, encaminhando cópia ao contratante das respectivas apólices e eventuais alterações ou substituições:

a) seguro contra riscos de engenharia e responsabilidade civil profissional, com as coberturas exigidas neste projeto básico;

b) seguro coletivo contra acidentes de trabalho, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, **sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho** previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal e regulado pelas Leis n. 8.212, de 24/07/1991 e n. 8.213, de 24/07/1991;

c) outros exigidos pela legislação aplicável.

XVIII - Submeter à aprovação do contratante, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra;

XIX - Permitir aos técnicos da área de engenharia do Tribunal contratante e àqueles a quem o Tribunal formalmente indicar o acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados ao objeto;

XX - Manter Livro Diário de Obra **on line** atualizado e à disposição da Comissão de fiscalização, sob pena de aplicações de sanções previstas neste projeto básico, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

a) identificação da empresa;

b) identificação da obra;

c) condições climáticas;

d) pessoal;

d) rotinas de serviços executados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) outras ocorrências e observações;

f) assinatura do ART/RRT/TRT responsável.

g) ao final da obra, o livro-Diário será de propriedade da Administração do TRE-RO.

XXI - Comunicar à Comissão de fiscalização do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

XXII - Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e inclusive a **prevenção de incêndio**, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas especificações técnicas que constam dos anexos deste projeto básico;

XXIII - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Comissão fiscalizadora e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

XXIV - Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive os mal executados;

XXV - Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, com as instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas especificações técnicas, sempre que a comissão de fiscalização do contrato julgar necessário;

XXVI - Providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via à comissão de fiscalização do contrato;

XXVII - Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à comissão de fiscalização do contrato, quando solicitado;

XXVIII - Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

XXIX - Submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora, os nomes e os dados demonstrativos da respectiva capacidade técnica do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

XXX - Submeter à Comissão fiscalizadora as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;

XXXI - Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

XXXII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93. Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, salvo nas situações permissivas do Acórdão TCU n. 66/2021– Plenário;

XXXIII - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;

XXXIV - Manter-se, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da Concorrência;

XXXV - Cumprir todas as demais normas de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis direta ou indiretamente aos serviços que serão executados, independentemente de estarem referidas expressamente neste projeto básico, no edital ou no contrato.

XXXVI - O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela contratada e aprovado pela Comissão de Fiscalização servirá como base, também, para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções; Portanto, este Cronograma deverá conter todos os itens da planilha orçamentária.

XXXVII - Além do Cronograma Físico-Financeiro, a contratada deverá apresentar Cronograma de GANTTI, com vínculos e separação de serviços por etapas. Este Cronograma deverá ser apresentado em até 15 (quinze) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXXIII - A contratada deverá efetuar seu próprio planejamento, levando em conta a produtividade de seus máquinas, equipamentos e mão-de-obra sem, contudo, exceder o prazo aqui estipulado. Para o cumprimento do prazo de obra, tal planejamento deve incluir Plano de Ataque, maquinaria a ser utilizada, plano de intervenção nas áreas do complexo, horários estendidos de trabalho, horas especiais de recebimento de material, horário de entrada, saída de veículos, trabalhos noturnos e etc.

XXXIX - A contratada deverá arcar com todos os custos inerentes a este planejamento, inclusive horas extras. Caso haja qualquer alteração de cronograma, durante a execução do contrato, a contratada deverá entregar Cronograma Físico-Financeiro atualizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do aditivo.

10.12.3.1. CABERÁ AINDA À CONTRATADA, COMO PARTE DE SUAS OBRIGAÇÕES:

I - Realizar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RO, cumprindo-se o disposto da Lei n. 6.496/1977;

II - Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

III - Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; e

IV - Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

10.12.3.2. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

I - Caberá, ainda, ao contratado:

a) manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes;

b) assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

d) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do terreno da obra do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

e) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços objeto deste projeto básico e do contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e

f) assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto estabelecido neste projeto básico;

g) apresentar a devida comprovação fiscal/previdenciária e demais declarações das empresas subcontratadas, desde que devidamente autorizadas por este Tribunal;

II - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos nesta seção, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nem poderá onerar o objeto do contrato, razão pela qual o contratado renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.12.3.3. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

Deverá a licitante vencedora observar o seguinte:

I - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia durante a vigência do contrato;

II - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste projeto básico;

IV - A subcontratação parcial dos serviços somente será admitida nas condições previstas neste projeto básico e previamente autorizada pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão no edital do certame.

11.2 Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos no contrato, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o contratante poderá, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a contratante;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.1 Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

I - Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

III - Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na tabela que conata nesta seção desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.2.2 Poderá ser aplicada **multa** nas seguintes condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - No caso de atraso injustificado na execução do objeto, caracterizado em qualquer medição, pela execução superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor acumulado previsto para etapas ou subetapas do Cronograma Físico-Financeiro Executivo, poderá ser aplicada multa no valor definido na seguinte equação:

$$\text{Multa} = (2\% \text{ do VPCA}) \times (1 - \text{VMA/VPCA}).$$

Em que

VMA é o valor total medido para etapas ou subetapas, acumulado até o momento da apuração e

VPCA é o valor total previsto para etapas ou subetapas, no Cronograma Físico-Financeiro Executivo para execução, acumulado até o momento da apuração.

II - No caso de atraso injustificado na execução do objeto, caracterizado em qualquer medição, pela execução inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor acumulado previsto para etapas ou subetapas do Cronograma Físico-Financeiro Executivo, poderá ser aplicada multa no valor definido na seguinte equação:

$$\text{Multa} = (5\% \text{ do VPCA}) \times (1 - \text{VMA/VPCA}).$$

Em que

VMA é o valor total medido para etapas ou subetapas, acumulado até o momento da apuração e

VPCA é o valor total previsto para etapas ou subetapas, no Cronograma Físico-Financeiro Executivo para execução, acumulado até o momento da apuração.

III - A aplicação das multas por atraso injustificado será avaliada, em cada medição, dando oportunidade para que a CONTRATADA recupere-se de eventuais retardamentos decorrentes de dificuldades pontuais, ressalvados os atrasos ocorridos no caminho crítico do Cronograma Físico-Financeiro Executivo.

IV - No caso de atraso injustificado na conclusão do objeto, será aplicada multa de 0,05% do valor total do contrato por dia de atraso na entrega do objeto, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro Executivo apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, até o limite de 60 (sessenta) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - No caso de **inexecução parcial** do objeto, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando o atraso injustificado na conclusão do objeto ultrapassar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

VI - No caso de **inexecução total**, será aplicada multa de 10% do valor total do contrato. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços superior a 30 (trinta) dias **após a data limite de início determinada na ordem de serviço.**

VII - Poderão, ainda, cumulativamente, serem aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas adiante:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato
02	0,3% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato
03	0,3% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais	03
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	02
03	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de	01



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	substituir trabalhador quando exigido pela Comissão de fiscalização, por trabalhador;	
04	Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador	01
05	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	02
06	Deixar de zelar pelas instalações do TRE-RO ou de terceiros	01
07	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da Comissão de fiscalização, por ocorrência	02
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens deste projeto básico, do edital e de seus anexos e do contato não previstos nesta tabela de multas - ou nas regras específicas desses documentos - por item e por ocorrência	01

VIII - Quando o somatório das multas aplicadas com base nas tabelas alcançar o percentual de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, o contratante poderá declarar a inexecução parcial do contrato.

IX - Quando o somatório das multas aplicadas com base nas tabelas alcançar o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, o contratante poderá declarar a inexecução total do contrato.

X - No caso de rescisão unilateral por parte do contratante, em razão de responsabilidade da contratada, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

11.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o contratante:

I - A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com o contratante, de que trata o inciso III do art. 87 da Lei n. 8.666/93, poderá ser aplicada à contratada pelas condutas de inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e/ou em face da reiteração das condutas puníveis com a penalidade de multa, por até 2 (dois) anos.

11.2.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

I - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) nas condutas de inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta dolosa do contratado;

b) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados à obra;

c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da Administração;

e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da Administração após a assinatura do contrato;

f) Apresentação, à Administração, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

g) Inexecução total do objeto.

11.3 Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.

11.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

11.5. O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo contratado, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

11.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

11.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

11.8 As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.9. O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. O CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização do contrato será realizada por comissões especialmente designadas pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral para essas tarefas, de acordo com o § 2º do art. 22 da IN TRE-RO n. 004/2008.

12.2. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização para tanto instituída, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

I - Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e

II - Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

12.3. Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Comissão de Gestão ou de fiscalização poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

12.4. A Comissão de fiscalização anotará em Diário de Obra, a ser fornecido pela contratada, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência das comissões e gestão e fiscalização, definidas na IN TRE-RO n. 004/2008, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

12.6. A fiscalização de que trata este capítulo não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e sua ocorrência não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.1. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Projeto Básico serão esclarecidas pelos servidores da Assessoria de Engenharia - ASSENGE, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail assenge@tre-ro.jus.br.

14. DAS NORMAS TÉCNICAS

14.1. DAS NORMAS TÉCNICAS:

I - Os materiais empregados e os serviços executados, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto da demanda, existentes ou que venham a ser editadas;

II - Deverá observar, não exaustivamente, mas em especial:

a) Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Projeto Básico e seus Anexos;

b) ABNT NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);

c) Recomendações do "Manual de Obras Públicas - Edificações - Construções" do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

d) Recomendações do manual "Obras Públicas - Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas" do Tribunal de Contas da União;

e) Orientações Técnicas sobre "Obra e Serviço de Engenharia" do IBRAOP;

f) recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável);

g) recomendações atualizadas do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União;

h) recomendações e instruções dos fabricantes;

i) normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;

j) legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;

k) regulamento do [Corpo de Bombeiros](#) do Estado de Rondônia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

l) Código de postura e normativas para as edificações em geral da Prefeitura do município de Porto Velho;

m) legislação de sustentabilidade referida neste projeto básico.

III - O contratado deverá, regularmente, verificar, e adotar, se for o caso, as atualizações da legislação vigente, dos normativos da ABNT, orientações de organismos técnicos e eventuais novas regulamentações.

IV - A indicação das normas referidas neste projeto básico não excluem outras que se relacionem direta ou indiretamente como a execução de seu objeto.

15. ANEXOS

15.1. Complementa este projeto básico o Mapa de Gestão de Riscos da obra ().

15.2. Compõem este Projeto Básico os seguintes anexos:

Estudo Técnico Preliminar - ETP ([1003890](#))

Anexo I - Projetos Executivos ([1003635](#));

Anexo II - Planilhas Orçamentárias ([1003641](#));

Anexo III - Memorial Descritivo do Orçamento ([1003642](#));

Anexo IV - Cronograma Físico-Financeiro ([1003644](#));

Anexo V - Modelo de Indicação e Aceitação de Responsabilidade Técnica ([1003646](#));

Anexo VI - Modelo de Proposta ([1003647](#));

Anexo VII - Cobertura mínimas da apólice de seguro risco de engenharia e responsabilidade civil profissional ([1010052](#));

Anexo VIII - Declaração de Disponibilidade ([1003649](#));

Anexo IX - Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1003651](#));

Anexo XII - Mapa de Gestão de Riscos ([1010054](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

16.1. As especificações técnicas do objeto, integrado pelos projetos que compõem este documento são da responsabilidade das seguintes empresas:

I - FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - CNPJ n. 01.693.698/0001-30, quanto à elaboração de todos os projetos e planilhas orçamentárias;

II - EACE - Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda. - CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, responsável pelos serviços de apoio à fiscalização dos projetos, inclusive opinando por ajustes e aceitação dos projetos;

16.2. Aspectos técnicos de engenharia direta ou indiretamente relacionados ao objeto: servidores André Pimentel e Antônio Roberto dos Santos Ferreira, integrantes da Comissão Especial de Planejamento da Contratação para a construção do novo Prédio Sede deste Tribunal Regional Eleitoral, designada pela Portaria GAB-DG n. 246, de 19/8/2022 ([0881698](#)), publicada no DJe n. 167, de 24 de agosto de 2022.

16.3. Demais elementos do projeto básico: Demais integrantes da Comissão Especial de Planejamento da Contratação, com consultoria do servidor Jamil Januário, Assessor Jurídico da SAOFC.

16.4. Revisão final: Comissão Especial de Planejamento da Contratação.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Assessor(a) Chefe**, em 23/05/2023, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Técnico Judiciário**, em 23/05/2023, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Brito dos Santos, Assessor(a)**, em 23/05/2023, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FILIPTE TEIXEIRA, Técnico Judiciário**, em 25/05/2023, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1013342** e o código CRC **6F90E92D**.

0002281-95.2022.6.22.8000

1013342v8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PARECER JURÍDICO Nº 4 / 2023 - COMISSÕES/CEPJ

PROCESSO: 0002281-95.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

ASSUNTO: Definição da modalidade licitatória – Análise de Projeto Básico - Contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia para a execução de obras – Serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação no terreno que receberá o edifício da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital de Rondônia - **PARCELAMENTO DE OBJETO** - Análise.

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado, na sua origem, em agosto de 2022, pelo chefe da antiga SEOP - Seção de Engenharia e Obras deste Tribunal, com o objetivo de iniciar os procedimentos visando à construção da futura sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0874412](#)). Assim, veio ao processo a Solicitação de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratação n. 2/2022 ([0874479](#)) com a descrição primeira da demanda e o pedido de autorização para elaboração do estudo técnico preliminar e projeto básico, preambularmente autorizado pelo Secretário da SAOFC, oportunidade em que, por meio do Despacho n. 1938/2022 ([0874677](#)), também determinou a elaboração da matriz de risco e da Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação.

02. Vieram aos autos os documentos elaborados pela Comissão de Planejamento da Contratação - CPC, dos quais citam-se os principais: Estudo Técnico Preliminar para Obras, Bens e Serviços Especiais n. 4/2022 (0944040), Mapa de Gestão de Riscos da contratação n. 1/2023 ([0977527](#)), Informação Conclusiva do Valor Estimado para a contratação ([0976782](#)), que orçou a pretensa obra em **R\$ 129.855.385,23** (cento e vinte e nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos), o Projeto Básico da obra n. 2/2023 ([0979018](#)).

03. Após análise desta Comissão Jurídica por meio do Parecer Jurídico n. 01/2023 (0980302), manifestações favoráveis do titular da SAOFC ([0980491](#)) e da Diretoria-Geral ([0981586](#)), sobreveio decisão pela contratação da obra proferida pela autoridade administrativa, no caso, o Excelentíssimo senhor Presidente do TRE-RO ([0983858](#)).

04. Na sequência, publicou-se o Edital da Concorrência Pública n. 001/2023 e seus anexos ([0988007](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 15/03/2023 – e outros veículos na busca da ampliação da publicidade - consoante documentos comprobatórios ([0988440](#)), o qual, todavia, restou deserto ([1001124](#)).

05. O certame competitivo foi analisado por este Coletivo Jurídico por meio do Parecer Jurídico n. 3/2023 ([1000490](#)), oportunidade em que se concluiu, em síntese:

I - que o procedimento transcorreu de forma regular, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais de seu **resultado deserto**, motivo pelo qual poderia a autoridade homologar seu resultado no Sistema COMPRASNET;

II - em função do resultado deserto, registrou-se a possibilidade jurídica de a Administração, caso entendesse necessário, optar pela **contratação direta** da obra buscada no certame, com fundamento no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, destacando naquela oportunidade, todavia, que dado os expressivos valores do objeto, cerca de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), essa medida exigiria



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

extensa e substancial fundamentação para demonstrar a prevalência do interesse público na sua adoção. Além disso, também foi orientado que, optando pela contratação direta, seu objeto estaria limitado àquele dimensionado no edital, observadas, de forma expressa, todas as demais regras e condições - inclusive financeiras - da contratação;

III - ainda em função da deserção, apontou-se, como **boa prática**, que o administrador investigasse as causas pelas quais a disputa não logrou êxito na atração de competidores com o objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto ou mesmo no orçamento global da obra. Foi destacado também que o desfecho tornara-se mais inesperado até mesmo em função da vasta ampliação da publicidade conferida ao edital, até mesmo em jornal de grande circulação nacional (Jornal Folha de São Paulo);

IV - que, optando pela repetição do certame deserto, **poderia** a contratação ser **processada sob o regime da Lei n. 8.666/93** - assim como o contrato dela advinda, vez que o processo foi iniciado sob sua égide ou, ainda, pela adequação dos documentos da fase de planejamento, do edital do certame e do contrato às regras do novo regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, situação que, de igual forma, estaria em harmonia com os arts. 191 c/c 193, II, da nova lei e com os comandos do recentíssimo **Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário**.

06. Pelo Despacho 416/2023 ([1001261](#)), a senhora Diretora-Geral, no exercício da competência delegada conferida pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, declarou deserta a Concorrência Pública n. 01/2023 e determinou que a ASSENGE/COMSEG investigasse as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 16 do referido parecer deste Coletivo Jurídico. Assim, tal medida foi determinada pelo titular da SAOFC, por meio do Despacho 853/2023 ([1001858](#)).

07. Em cumprimento a tais comandos, veio ao processo a **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2023/ASSENGE, de 2/5/2023 (1002946)**, na qual o titular da unidade de engenharia conclui pela adoção de uma nova estratégia para a contratação da obra da nova sede deste Tribunal, consistente na **divisão da obra em 02 (duas) etapas**, sendo o objeto da **primeira a preparação do canteiro de obras** que, segundo registra, não teria vínculos com as etapas seguintes, e na qual seriam executados os seguintes serviços: terraplenagem, drenagem e pavimentação; na **segunda etapa** restariam a execução dos demais elementos construtivos, as infraestruturas das edificações até a entrega efetiva da obra. Estimou o custo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da primeira etapa em **R\$ 9.809.167,42** (nove milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos); acrescenta que, assim, haveria tempo para as devidas readequações dos serviços da segunda etapa para possibilitar a melhor fiscalização, controle e monitoramento da execução até sua finalização. Conforme registrado na referida manifestação da área de engenharia deste Tribunal, **o parcelamento da obra foi justificado pelo quadro fático adiante reproduzido:**

I - a unidade de engenharia buscou identificar os motivos para que nenhuma empresa participasse do processo licitatório; buscou respostas por meio de contato com os licitantes que se manifestaram por meio de pedidos de impugnação e de esclarecimento, sendo que:

a) a empresa **SJ ASSESSORIA E CONSULTORIA EM LICITAÇÕES e ATAS** (telefone 69 99300 2966), relatou: que o capital de giro necessário seria muito elevado, criando dificuldade para manter o faturamento durante o processo de execução; que ela própria atua com o limite de movimentação financeira na ordem de 4 a 8 milhões de reais; dificuldades de atender às exigências de qualificação técnica; mencionou, ainda, que buscou intermediar empresas do Sul e Sudeste do Brasil para executar a obra em Rondônia, entretanto foi informado que elas não tinham interesse em obras na Região Norte;

b) a empresa **EDS Construções** (Edgilson - Sócio Adm. - 3624-9816), informou que: em um primeiro momento alegou que o valor seria inexecutável (mas que foi devidamente esclarecida pela engenharia deste órgão); demonstrou dificuldade para comprovar, por meio de acervo técnico, a execução de projeto em BIM, alegando, ainda, a insegurança política e econômica que o País atravessa; mencionou o excesso de exigências normativas da administração pública, o que aumenta o risco no cumprimento de prazos e apresentação de documentos exigidos; como ponto positivo, identificou que o valor de mobilização financeira estaria compatível com as dimensões da obra;

c) a empresa **SBA Engenharia** (Swani França - Administradora 96-9818-3360) declarou: que o valor da obra era muito alto em relação à capacidade que as empresas da Região Norte têm para sua execução; questionou a exigência de engenheiro sênior como residente na obra (foi a ela informado que tal exigência tem previsão na planilha de custos da obra); também apontou a exigência de atestado de execução em BIM, alegando que ainda é raro que as empresas tenham executado obras com tal dispositivo tecnológico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) quanto às licitantes **ENGECOM LTDA** e **RM MACHADO E CIA LTDA**, mesmo após várias tentativas, não retornaram o contato.

II - após contato com as licitantes que demonstraram interesse na obra, buscou o **SINDUSCON-RO**, por meio de seu Presidente Ricardo Moreira dos Santos, também com a finalidade de subsidiar maiores informações, sendo que esse apontou as seguintes questões:

a) que a Entidade se reuniu para tratar da possibilidade de as construtoras locais absorverem a execução da obra; entre elas estavam os representantes das construtoras **Madecon, Castilho, JJ Construções, Engecon e Hidronorte**; que de forma consensual apontaram que não teriam condição de executar a obra de forma unitária e que haveria a intenção de formar um consórcio, mas essa estratégia não prosperou por motivos diversos internos;

b) foi questionado o tipo de fundação escolhido no projeto, pois sua execução por meio de estaca tornaria o serviço mais oneroso;

c) foram identificadas diferenças dos preços do SINAPI, com cotação na praça de São Paulo, porém mais caros no mercado local;

d) a exigência de acervo técnico de execução de obra em BIM seria uma dificuldade geral das empresas, pois ainda não é usualmente executado no mercado;

e) fez menção que os projetos apresentam falhas de informações e detalhes;

f) os quantitativos exigidos nos atestados, estabelecidos pela curva ABC, dificultam o atendimento de seu conjunto de exigências pelas empresas;

g) mencionou erro no edital, quanto à obrigação de a licitante de apresentar elaboração de projeto em BIM;

h) registrou que as construtoras estão executando obras de, no máximo, 50 milhões reais, inclusive em termos nacionais; sendo que as grandes empresas responsáveis por obras consideradas de grande vulto, maiores de 300 milhões de reais, não se interessam por obras de menor valor em função das exigências da administração em relação à legislação.

III - as referidas informações foram assim interpretadas e condensadas pela unidade:

a) o valor da obra, associado às exigências técnicas, causou um desestímulo às empresas com possibilidade de participar do certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) segundo os licitantes, há um vazio de interesse em obras, cujo valor situa-se entre 50 e 300 milhões de reais;

c) os aspectos técnicos de quantitativos e valores questionados durante o certame foram irrelevantes para o desfecho da licitação - até porque as empresas acataram os esclarecimentos técnicos da engenharia do TRE-RO;

d) os pontos mais relevantes, mencionados por todas as consultadas, foram as exigências de acervos e atestados técnicos, pois a maioria não tinha como atender a todos os requisitos simultaneamente.

IV - em função do quadro desenhado, **a unidade teceu as seguintes considerações, a título de justificativa para as regras iniciais do edital:**

a) procurou-se atender aos requisitos técnicos estabelecidas pelos órgãos de controle, na forma mais completa possível, com a finalidade de buscar empresas com a melhor capacidade técnica e experiência comprovadas para a execução da obra, haja vista o nível de informações contidas nos projetos executivos, de forma a atender interesse público, **porém desprovidos de informações relativas ao mercado da indústria da construção civil, o que foi evidenciado após o processo licitatório;**

b) observou-se que as interessadas na licitação realizaram poucas indagações sobre a qualidade dos projetos, especificações e planilhas orçamentárias, pois em suas exposições demonstraram que as informações técnicas contidas no edital estavam compatíveis.

V - nessa linha, **a unidade de engenharia apontou suas conclusões:**

a) entende necessário flexibilizar as exigências do edital em relação aos acervos técnicos e, por consequência, aumentar o nível de controle e monitoramento da obra por meio da contratação de empresa de apoio a fiscalização, pois um dos pontos mais mencionados pelas empresas foi a exigência de acervo técnico em execução na modelagem BIM, além do acervo técnico que comprove a experiência em volume de obra realizada nos moldes do objeto a ser contratado;

b) sugere **a divisão da obra em duas etapas**, sendo o **objeto da primeira etapa** constituído pelos serviços de preparação do canteiro de obras a saber: serviços execução de terraplenagem, drenagem e pavimentação. Registra que tais serviços não possuem vínculos com as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

etapas seguintes. Na **segunda etapa** restariam a execução dos demais elementos construtivos, as infraestruturas das edificações até a entrega efetiva da obra;

c) o objetivo de desmembrar a obra em duas etapas, na forma como sugerida, seria **iniciar a obra com a etapa dos serviços que sofrem influência das intempéries**, já que a execução desses serviços seria mais adequada e de menor custo no período de estiagem. Também porque se tratam de serviços de menor complexidade, que não têm inter-relação com as etapas seguintes, por tal motivo sem necessidade da exigência de acervo técnico de grandes obras, o que possibilitará a ampliação da competitividade, tornando mais atrativa a participação de maior número de empresas, mantendo-se as características técnicas para uma boa execução;

d) a opção se confirma em função de existência de inúmeras empresas que atuam no ramo de terraplenagem, drenagem e pavimentação no Estado de Rondônia, como também fora dele; os serviços mencionados apresentam menor complexidade do que as obras de edificação, etapa posterior, permitindo testes e ensaios que poderão evitar problemas de garantia nos serviços subsequentes, em especial das fundações;

e) estimou a **primeira etapa** em **R\$ 9.809.167,42** (nove milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), acrescenta que, assim, haveria tempo para as devidas readaptações dos serviços da segunda etapa para possibilitar a melhor fiscalização, controle e monitoramento da execução até sua finalização.

08. Na sequência, vieram ao processo os seguintes documentos elaborados pela Comissão Especial de Planejamento da Contratação para a construção do novo Prédio Sede - doravante denominada neste parecer por Comissão de Planejamento da Contratação, ou simplesmente CPC:

I - Estudo Técnico Preliminar para Obras, Bens e Serviços Especiais ([1003890](#)), que teve como linha mestre para sua redação as diretrizes da **Instrução Normativa SEGES/ME n. 40, de 22 de maio de 2020**;

II – Projeto Básico da obra n. 4/2023 ([1003631](#)), documento construído a partir das diretrizes da **Lei n. 8.666/93 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008**, contendo os elementos necessários à definição do objeto e as regras e condições da contratação e, inclusive, as exigências específicas de participação, habilitação e aceitação de propostas, composto pelos seguintes anexos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Anexo - o próprio Estudo Técnico Preliminar - ETP
([1003890](#))

Anexo I - Projetos Executivos ([1003635](#));

Anexo II - Planilhas Orçamentárias ([1003641](#));

Anexo III - Memorial Descritivo do Orçamento ([1003642](#));

Anexo IV - Cronograma Físico-Financeiro ([1003644](#));

Anexo V - Modelo de Indicação e Aceitação de Responsabilidade Técnica ([1003646](#));

Anexo VI - Modelo de Proposta ([1003647](#));

Anexo VII - Cobertura mínimas da apólice de seguro risco de engenharia e responsabilidade civil profissional ([1003648](#));

Anexo VIII - Declaração de Disponibilidade ([1003649](#));

Anexo IX - Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1003651](#));

Anexo X - Declaração de Visita e Renúncia ([1003653](#));

Anexo XI - Modelo - Relação de compromissos assumidos
([1003654](#));

Anexo XII - Modelo - Mapa de gestão de riscos ([1003657](#)).

09. Concluída a elaboração dos documentos da fase de planejamento da contratação a CPC enviou o processo à SAOFC. Por meio do Despacho 906/2023 ([1004436](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à:

I - Seção de Apoio à Contratação – SAC, para análise do Projeto Básico;

II – Coordenadoria de Orçamentos, Finanças e Contabilidade – COFC para, caso necessário, programação orçamentária da despesa;

III - Seção de Contratos – SECONT, para elaboração da minuta do contrato;

IV – Por fim, a esta Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos para emissão de parecer.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Verifica-se que a SAC solicitou as seguintes diligências ([1006304](#)):

I – excluir da redação dos itens 9.5.3.1, I, "a" (qualificação operacional) e 9.5.3.2, I, "a" (qualificação profissional), a exigência de **certidão de quitação no conselho profissional**, apontando que, de acordo com o TCU:

É ilegal a exigência de prova de quitação com o Crea para fins de habilitação, pois art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993 exige apenas o registro na entidade. O disposto no art. 69 da Lei 5.194/1966, que regulamenta o exercício dos profissionais de engenharia, não pode prevalecer diante do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, nem da própria Lei 8.666/1993 (norma geral). Acórdão 2472/2019-Primeira Câmara, Relator: AUGUSTO SHERMAN.

II - excluir da redação do item 9.5.3.2, inciso I, "b", "b.2" o registro de **não** cabimento de recurso pela inabilitação na situação de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica. Aponta que é um direito das partes se manifestarem em petições e recorrerem nos processos administrativos, em atendimento aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

III - Verificar a menção ao prazo de 60 meses para execução dos serviços, considerando que, pelo cronograma físico-financeiro há previsão de 12 meses, com eventual ajuste na redação do item 9.6.1, inciso I, "h".

11. Em função dessas diligências, veio ao processo uma nova versão do Projeto Básico, agora sob n. 05/2023 ([1006473](#)), contendo todos os ajustes apontados pela SAC, Segundo informa um servidor integrante da CPC ([1006491](#)). Na análise juntada no evento [1006785](#), a SAC concluiu pela regularidade dos documentos da fase de planejamento da contratação e seus anexos com as normas aplicáveis, nos seguintes termos:

4 - CONCLUSÃO:

Da análise acima exposta, conclui-se que o **PROJETO BÁSICO Nº 5/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENTE** (1006473) - complementado por seus anexos e demais elementos contidos no processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos art. 6º, I e IX c/c art. 7º, I, da L. 8.666/93, Decreto Federal n. 7.983/2013 e, ainda, às disposições da IN TRE-RO n. 004/2008, podendo a contratação de seu objeto ser processada por meio da modalidade licitatória de CONCORRÊNCIA PÚBLICA prevista no art. 22, I da L. 8.666/93, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Quanto ao aspecto orçamentário, em cumprimento ao comando do Coordenador substituto da COFC ([1005729](#)), a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF, informou que consta neste processo a programação orçamentária da despesa, juntada no evento [0980154](#). Tal ato, elaborado por essa unidade, no valor de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para execução no exercício de 2023, registra ainda, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias referentes a este exercício financeiro. Noticiou ainda que a proposta orçamentária 2023 registrada no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#).

Em sede de *Informações Complementares*, nesse mesmo documento, o Coordenador da COFC, registrou, ainda:

Trata-se de obra contemplada na LOA 2023, Lei nº 14.535/2022, (VOLUME II) na condição de investimento plurianual, com custo total estimado em R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), vinculada ao Programa de Trabalho nº 33 - Programa de Gestão e manutenção do Poder Judiciário, estando, com isso, compatível com a LDO 2023, Lei nº 14.439/2022 e com o PPA 2020-2023, aprovado pela Lei nº 13.971/2019:

(...)

Consigna-se que, a programação de custos por exercício encontra-se compatível com o projetado no sistema de gerenciamento da proposta orçamentária da Justiça Eleitoral (SIGEPRO-Web) e com o cronograma de desembolso encaminhado ao TSE na elaboração da PLOA 2023, através do Ofício 159 (0865354).

Registra-se a possibilidade de alteração do cronograma de desembolsos através da elaboração das propostas de leis de orçamentos dos exercícios seguintes, condicionada a anuência prévia do TSE, na condição de setorial orçamentária da Justiça Eleitoral, de modo a compatibilizar as dotações necessárias à realização da obra, às suas atuais necessidades, tendo em vista as possibilidades legais de alteração de seu custo ao longo de sua execução.

Ademais, consigna-se ainda a possibilidade de eventuais suplementações orçamentárias ao longo dos exercícios financeiros de sua execução, em caso de cenário fiscal favorável e anuência do TSE, tendo em vista a abertura de fases de alterações orçamentárias aos longo de cada exercício financeiro, pelo TSE.

13. A minuta do futuro contrato que regulará a relação obrigacional entre as partes foi juntada ao processo ([1006796](#)). Assim instruído, o processo foi enviado a esta Comissão de Pareceristas para análise e emissão de parecer jurídico.

14. No intuito de esclarecer alguns pontos relevantes do Projeto Básico da contratação, foram solicitadas as diligências descritas no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

evento [1007373](#), as quais - também em razão das informações da Comissão de Planejamento da Contratação ([1008865](#)) - culminaram nos seguintes **novos documentos**: TECE OUTRA NA REMESSA??

I - Projeto Básico n. 8/2023 ([1010049](#)), no qual foram mantidas - de forma justificada - a redação de alguns pontos objeto da diligência e promovidas as seguintes mudanças:

i. inserção, no **item 2.3.1**, lista exemplificativa de obras de engenharia, que demonstra a classificação do objeto como "obra" (de acordo com Orientação Técnica n. 002/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas);

ii. alteração da redação do **item 7.5** para suprimir o BDI de 16,61% para "serviços especiais", mantendo os demais percentuais de 19,43% e 25,97%;

iii. alteração da redação do **item 9.2.3** no tocante à justificativa à vedação de subcontratação obrigatória de ME/EPPs, o que não impedirá, todavia, a subcontratação dessa categoria de empresas para "(...) serviços auxiliares necessários à execução dos serviços finalísticos ora pretendidos pela Administração Pública";

iv. alteração da redação do **item 9.5.3.1** para inclusão de justificativa técnica da exigência de comprovação de quantitativos mínimos de serviços no patamar de 50% do objeto e para a vedação de somatório de atestados de capacidade técnica operacional;

v. alteração da redação do **item 9.5.3.2** para, **estendendo** a justificativa técnica do item 9.5.3.1 - exigência de comprovação de quantitativos mínimos de serviços no patamar de 50% e vedação de somatório - também para os acervos exigidos à comprovação da qualificação profissional;

vi. alteração da redação do **item 9.6.1.2** para suprimir o BDI de 16,61% para "serviços especiais", mantendo os demais percentuais de 19,43% e 25,97%;

vii. alteração da redação do **item 9.6.1.4** para adequar o prazo de liberação do compromisso da licitante vencedora à redação do art. 64, § 3º, da L. 8.666/93 - 60 dias;

viii. alteração da redação do **item 10.7.1** para estabelecer a vedação de subcontratação obrigatória de ME/EPPs, o que não impedirá, todavia, a subcontratação dessa categoria de empresas para "(...) *serviços auxiliares necessários à execução dos serviços finalísticos ora pretendidos pela Administração Pública*";



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ix. alteração da redação do **item 10.10.1, II, "b"**, no tocante à referência aos resultados dos testes e ensaios realizados na terraplanagem, drenagem e pavimentação;

x. Informação sobre a inclusão dos estudos de sondagem, subpasta do Anexo I - Projetos Executivos ([1003635](#));

xi. Informação sobre a inclusão os serviços de locação da obra previstos no item 03.01.15, relativos aos serviços de topografia, conforme Anexo II - Planilha Orçamentária ([1003641](#)).

II - Anexo VII - Cobertura de seguros de engenharia e responsabilidade civil profissional ([1010052](#)), para inclusão dos percentuais da cobertura básica e adicionais dos eventos de risco de engenharia imputados exclusivamente à contratada, na forma do Mapa de Gestão de Riscos elaborada pela Comissão, além de outros da natureza desse tipo de apólice;

III - Anexo XII - Mapa de Gestão de Riscos ([1010054](#)), para ajustes da descrição de alguns eventos de riscos de engenharia da fase de execução do contrato.

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

15. Inicialmente, destaca-se que este parecer utiliza como base os elementos que constam neste processo (0002281-95.2022.6.22.8000) até a presente data.

16. Também em sede de considerações iniciais, deve-se registrar que o atual Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral não disciplina, de forma nominada, a figura da Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos - vide **art. 127 da Resolução TRE-RO n. 06/2015**. Por sua vez, verifica-se que a competência para análises jurídicas ordinárias na área de contratações públicas deste Órgão - na forma do **art. 58-A, inciso I c/c IV** do referido Regulamento, com redação dada pela **Resolução TRE-RO n. 11/2022** – é conferida à Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – AJSOAFC.

17. Ocorre que, no exercício dos poderes conferidos à Administração – isso porque a mesma norma, em seu **art. 36, inciso XXV**, confere ao titular da Diretoria-Geral da Secretaria a competência genérica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para constituir comissões administrativas destinadas à realização de atividades definidas em lei, e designar seus membros – certamente em razão do valor e da possível complexidade dos temas que possam surgir no decorrer do certame licitatório e na fase de execução do futuro contrato, a Administração do TRE-RO decidiu pela formação deste coletivo jurídico (**PORTARIA Nº 247/2022 - 0881700**) com a finalidade de “(...) *prestar auxílio jurídico à contratação para a construção de nova Sede deste Tribunal Regional Eleitoral* (...). Embora o termo “auxílio” não seja o mais adequado para as atividades que serão desempenhadas, tem-se que, por força do referido ato administrativo, conferiu-se atribuição extraordinária ao grupo de três assessores jurídicos ali nominados para a *análise jurídica* dos atos da contratação que ensejam a intervenção legal ou regulamentar da unidade jurídica.

18. Quanto à intervenção legal, por força do comando expresso do **parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93**, está se referindo à aprovação da minuta do edital e do instrumento do contato, de competência privativa da unidade jurídica. Além disso, tem-se a **Instrução Normativa TRE-RO n. 04, de 31 de outubro, de 2008**, que prevê ainda a manifestação da unidade jurídica acerca do projeto básico, previamente à sua aprovação pela autoridade administrativa (art. 5º, VII) e, ao final do certame licitatório, para fins de sua eventual homologação (art. 5º, XIV).

19. Na forma desses normativos, e por sua própria natureza, este parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes deste processo, motivo pelo qual não adentrará no mérito técnico e administrativo de seu objeto, o que compreende também as soluções, quantitativos e estimativas apontadas pelas unidades competentes por sua elaboração, salvo flagrante ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

20. Nessa linha, a manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. Nesse aspecto, a discussão acerca do modelo de intervenção da unidade de auditoria neste processo - tratada no item 7 do Parecer Jurídico n. 1/2023 (0980302), não integra o referido escopo. Cabe esclarecer também que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 PRELIMINARMENTE

3.1.1 APLICAÇÃO DA LEI N. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 AO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA - POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DESSE REGIME JURÍDICO - APLICAÇÃO ARTS. 191 C/C 193, II, "A", DA LEI N. 14.133/2021, NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1167/2023.

21. Registra-se que a contratação da obra completa da nova sede deste Tribunal, inicialmente autorizada pela autoridade administrativa na data de 10/03/2023 (0983858) e que teve o edital certame publicado na data de 15/03/2023 (0988440) encontra-se formatada pelos da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), tudo em harmonia com a redação original da **Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**, que, nas regras combinadas dos artigos 191 e 193, II, possibilitava a adoção desses regimes **até o dia 1º/04/2023**, data a partir da qual seriam revogados. Contudo, entende-se que a contratação ora pretendida, embora derivada diretamente daquela, não poderia aproveitar o marco temporal da autorização inicial porque não se trata de uma repetição do certame, mas de uma **nova contratação de objeto constituído pelo parcelamento do objeto original**.

22. Todavia, na data de **31 de março de 2023** foi editada a **Medida Provisória n. 1.167**, que alterou os referidos dispositivos legais e concedeu à Administração a faculdade de continuar optando pelos regimes jurídicos dessa Lei - além das leis do Pregão (10.520/2002) e do RDC (12.462/2011) - desde que a opção escolhida seja expressamente indicada no edital e a publicação do instrumento convocatório ocorra até 29 de dezembro de 2023. Veja-se:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

Art. 193. Revogam-se:

(...)

II - em 30 de dezembro de 2023: (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

a) a Lei nº 8.666, de 1993; (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

b) a Lei nº 10.520, de 2002; e (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

c) os art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 2011. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

23. Nessa mesma esteira são também as conclusões do **Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário**, que estabeleceu que os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a **“opção por licitar ou contratar”** pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023, poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do edital seja materializada até 31/12/2023, veja-se:

(...)

9.2. *firmar o entendimento, com base no art. 16, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, de que:*

9.2.1. *os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a “opção por licitar ou contratar” pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023 poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023;*

9.2.2. *os processos que não se enquadrarem nas diretrizes estabelecidas no subitem anterior deverão observar com exclusividade os comandos contidos na Lei 14.133/21;*

9.2.3. *a expressão legal “opção por licitar ou contratar” contempla a manifestação pela autoridade competente que opte expressamente pela aplicação do regime licitatório anterior (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011), ainda na fase interna, em processo administrativo já instaurado.*

(...)

24. Como se trata de um "procedimento continuado" parece bastar a opção pelo regime jurídico para a contratação anterior (da obra completa) na data de 10/03/2023. Mesmo que assim não fosse, tem-se como certa a existência de autorização legal, pela redação **dos arts. 191 c/c 193, II, "a", da Lei n. 14.133/2021, na redação conferida pela Medida Provisória n. 1167/2023**, para que a Administração continue a utilizar o regime jurídico da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devendo, para tanto, na forma da referida regra legal, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

3.1.2 DO PARCELAMENTO DA OBRA EM DUAS ETAPAS - POSSIBILIDADE DA MEDIDA COM AMPARO NO § 1º DO ART. 23 DA LEI N. 8.666/93.

25. Como registrado no relatório deste parecer, por meio da **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2023/ASSENGE, de 2/5/2023 ([1002946](#))**, o titular da unidade de engenharia deste Tribunal, propõe a adoção de uma nova estratégia para a contratação da obra da nova sede deste Tribunal, consistente na **divisão da obra em 02 (duas) etapas, sendo o objeto da primeira os serviços necessários à preparação do canteiro de obras** que, segundo registra, não teria vínculos com as etapas seguintes, na qual seriam executados os seguintes serviços: terraplenagem, drenagem e pavimentação. Na **segunda etapa** restariam a execução dos demais elementos construtivos, as infraestruturas das edificações até a entrega efetiva da obra. Estimou o custo da primeira etapa em **R\$ 9.809.167,42** (nove milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos). Aduz que assim haveria tempo para as devidas readequações dos serviços da segunda etapa para possibilitar a melhor fiscalização, controle e monitoramento da execução até sua finalização. **Para justificar o parcelamento da obra**, apresentou um extenso quadro fático mostrando, principalmente, a realidade do mercado da construção civil no País - e em Rondônia, em especial - o qual também foi reproduzido no relato deste parecer e sobre o qual se falará mais adiante nesta mesma seção do parecer.

26. O certo é que a sugestão quanto ao parcelamento da obra foi adotada pela Comissão de Planejamento da Contratação. Tanto é assim que o Estudo Técnico Preliminar juntado no evento 1003890 - conquanto tenha apenas reproduzido as mesmas justificativas para a obra completa da nova sede deste Tribunal, descritos no ETP original, evento [0944040](#) - apontam essa nova solução para a demanda da Administração, veja-se:

6. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

6.1. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (art. 7º, II, IN 40/20):

6.1.1. SOLUÇÃO:

Considerando que o último certame restou DESERTO, conforme **RELATÓRIO Nº 22/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1000374) da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 (0988007)**, bem como a **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE (1002946)**, na qual a unidade técnica buscou identificar, conforme orientação constante no **PARECER JURÍDICO Nº 3 / 2023 -**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

COMISSÕES/CEPJ (1000490), junto ao mercado e representantes da categoria as possíveis causas do desinteresse do mercado em participar do referido processo, diante disso, foi constatado alguns apontamentos tanto no mercado quando de representantes da construção civil, consoante destacados abaixo:

(...)

27. De igual forma, o novo Projeto Básico n. 8/2023 ([1010049](#)) e seus diversos anexos, reproduzem a nova modelagem da contratação, reproduzindo o parcelamento anunciado, veja-se:

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia para a execução da terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Fórum Eleitoral, todos na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, de acordo com os Projetos Executivos (**Anexo I - Evento 1003635**), cadernos de encargos, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais Anexos deste Projeto Básico, todos disponíveis:

(...)

28. Constatada a opção pelo parcelamento da obra, com a contratação inicial de uma primeira etapa constituída pelos serviços de preparação do canteiro de obras, na qual seriam executados os serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação, cabe a este Coletivo Jurídico analisar se a modelagem proposta encontra abrigo na Lei de Licitações e se encontra em harmonia com a orientação jurisprudencial, notadamente do TCU, sobre o tema. De plano, constata-se que o parcelamento do objeto para fins de licitação tem expressa previsão na Lei n. 8.666/93, podendo o procedimento ser aplicado à aquisição de bens, quanto à contratação de obra e serviços, veja-se:

Lei n. 8.666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

(...)

§ 5º É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

29. Como visto o Estatuto das Licitações Públicas prevê que as obras - assim como os demais objetos - podem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem **técnica e economicamente viáveis**. Tem-se aqui os dois primeiros requisitos exigidos para o parcelamento de objeto nas licitações públicas que, por sua vez, não são genéricos, mas atrelados à consecução de duas finalidades específicas - ou, diria, dois outros requisitos - descritos também na mesma lei e representadas pela **busca do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado** e à **ampliação da competitividade sem perda da economia de escala**. Além disso, a norma também exige que nas contratações de objetos parcelados, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra deverá corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

30. Da leitura desses dispositivos, especialmente do art. 23, §1º, avulta-se, sobretudo, a “vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de potenciais interessados” (**JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 439**), de modo que o critério evidenciador do necessário parcelamento do objeto a ser licitado/contratado diretamente (conforme for o caso), em detrimento de seu agrupamento em lote único, por exemplo, remonta ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, bem como a ampliação da competitividade; aspectos esses a serem devidamente cotejados com a viabilidade técnica, operacional e econômica de tal “desmembramento” do objeto a ser contratado.

31. Nessa linha, passa-se a analisar se as justificativas trazidas pela Comissão de Planejamento da Contratação nos documentos da fase de planejamento da contratação atendem aos requisitos e finalidades previstas na referida lei para possibilitar, sob o aspecto jurídico, o parcelamento da obra na forma pretendida. Por certo, a análise deste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Coletivo Jurídico não adentrará no mérito da nova modelagem desenhada pela Comissão, cingindo-se à verificação da presença dos elementos formais exigidos pelos textos legais reproduzidos no item 27 deste parecer.

32. O objetivo da lei é promover o *“melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”*. Segundo essa racionalidade, parcelar o objeto promove a competitividade e, por isso, proporciona a contratação mais vantajosa para a Administração. **Carlos Pinto Coelho MOTTA** ensina que a **Súmula 247** consolida entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) no sentido de que o parcelamento do objeto é um dever:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (**MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. Ed. Rio de Janeiro: Del Rey Editora, 2011. p. 294**).

33. Assim, o parcelamento deve observar a preservação da economia de escala e ser tecnicamente viável. Isso porque permite-se reunir pretensões diferentes num mesmo objeto com fundamento na celeridade e na economia processual na licitação, possibilitando realizar licitação agregando objetos distintos num mesmo certame, mas todos da mesma natureza. Por isso, vale considerar o conselho de **Fernando Vernalha GUIMARÃES** e **Egon Bockmann MOREIRA**: *“(...) a Administração deve ser bastante cautelosa quando decidir pelo parcelamento (ou não), dedicando especial atenção aos efeitos – técnicos, econômicos e concorrenciais – que serão gerados ao certame”*.

34. Caso o parcelamento do objeto seja técnica e economicamente inviável, este deve ser afastado e, consequentemente, a reunião dos objetos será escolha acertada. Na doutrina, **GUIMARÃES** e **MOREIRA** afirmam que:

“O indicativo da LGL é pela *divisão*, sempre que possível, do objeto a ser licitado”. Ainda que a Lei 8.666/93 trate de um dever, a realidade pode exigir uma solução excepcional para o caso. Os mesmos autores alertam que a decisão por parcelar - ou não - o objeto deve ser motivada, pois deve ser comprovado que é tecnicamente exequível, economicamente viável, “gerar ganho de escala” e aumento da competição. Ausente a comprovação de qualquer uma dessas premissas, o parcelamento estará impedido. (**MOREIRA, Egon Bockmann; GUIMARÃES,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fernando Vernalha. Licitação pública: a Lei Geral de Licitação - LGL e o Regime Diferenciado de Contratação – RDC. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 143).

35. O TCU tem decidido nesse mesmo sentido, pro exemplo, como no **Acórdão 1.946/06 – Plenário:**

(...)

20. É cediço que a regra é o parcelamento do objeto de que trata o § 1º do art. 23 da Lei Geral de Licitações e Contratos, cujo objetivo é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, mas é imprescindível que se estabeleça que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável. Do contrário, existindo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, não há razão em fragmentar inadequadamente os serviços a serem contratados.

(...)

36. Nessa mesma linha, **Marçal JUSTEN FILHO**, ensina que o parcelamento deve respeito a “limites de ordem técnica e econômica”. Segundo o autor:

“O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória. Se a Administração necessitar adquirir um veículo, não teria sentido licitar a compra por partes (pneus, chassis, motor etc.). Mas seria possível realizar a compra fracionada de uma pluralidade de veículos. Em suma, o impedimento de ordem técnica significa que a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento”. (**JUSTEN FILHOS, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 366).**

37. Ainda, segundo **JUSTEN FILHO** (ob. cit., p. 366), o limite de ordem econômica “se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços”. Nessa esteira, seria descabido fracionar a licitação caso tal divisão aumentasse os preços.

38. Como visto, sob a ótica do Tribunal de Contas da União, o parcelamento será a regra, uma vez que se pressupõe que ao se parcelar os objetos a serem contratados, acudiria um maior número de interessados e, como tal, ao final, obter-se-ia uma proposta mais vantajosa para a Administração. Desse modo, sempre que for econômica e materialmente viável, o objeto deverá ser dividido, reservando-se o agrupamento para aquelas situações nas quais restar evidenciado, no caso concreto, que a segmentação resultaria em prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou, ainda, perda da economia de escala. Regra essa, aliás, que foi sedimentada por ocasião da edição da Súmula 247 da referida Corte de Contas federal, veja-se:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade** (sem destaque no original).

39. Por outro lado, a segmentação das demandas a serem atendidas pode ter por intuito, no caso concreto, não à referida obtenção de condições mais vantajosas para a Administração; mas sim, em verdade, a burla ao processo licitatório (ou, então, a adoção de uma modalidade mais simplificada, quando a adoção de modalidade mais complexa seria medida a se impor, conforme for o caso); hipótese na qual não se estará diante do parcelamento do objeto da contratação; mas sim, do **fracionamento irregular de despesas**, o qual, conforme discorre **Jorge Ulisses Jacoby FERNANDES**, consubstancia-se em: *"... conduta do administrador que, pretendendo definir a modalidade de licitação inferior à devida ou deixar de realizar a licitação – com fundamento no art. 24, incisos I e II -, reduz o objeto para alcançar valor inferior e realiza várias licitações ou dispensas para o mesmo objeto."* (**FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta sem Licitação. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006. p. 169.**

40. Nesse ponto, o parcelamento do objeto pretendido pela Administração afasta-se da eventual configuração do fracionamento irregular de despesas, haja vista que a parcela da obra que se pretende executar de maneira dissociada das demais, no valor de **R\$ 9.809.167,42** (nove milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), deverá ter sua contratação submetida ao rito da **concorrência pública** definida pelo art. 23, I, "a", da Lei n. 8.666/93. Isso porque, Na forma do art. 120 da LGL, os patamares financeiros associados à definição de limites para fins de licitação foram atualizados pelo Poder Executivo Federal por meio do **Decreto n. 9.412, de 18 de junho de 2018**, passando a modalidade de concorrência a ser adotada para obras com valores superiores a **R\$ 3.300.000,00** (três milhões e trezentos mil reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

41. Assentadas as premissas da lei e da sua compreensão pela doutrina especializada e pelo TCU, passa-se à análise das justificativas apresentadas pela Comissão da Contratação para o parcelamento da obra, insertas nos documentos da fase de planejamento.

42. De acordo com as justificativas e os demais elementos registrados no Projeto Básico n. 8/2023 ([1010049](#)) - em harmonia com aquelas também descritas nos Estudos Técnicos Preliminares ([1003890](#)), que tiveram sua origem na **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2023/ASSENGE, de 2/5/2023** ([1002946](#)), na qual o titular da unidade de engenharia concluiu pela adoção dessa estratégia para a contratação da obra da nova sede deste Tribunal (1002946), reproduzidas no relato deste parecer - tem-se que a medida pretendida, ao contrário de configurar eventual fracionamento irregular de despesas, está alicerçada, precipuamente, na modelagem sugerida como mais adequada à efetiva execução completa da obra, mesmo que por etapas, em face da realidade atual do mercado local e nacional da construção civil. Tanto é assim que a empreitada por preço global para a integralidade da obra, definida pelo Edital da Concorrência Pública n. 01/2023 ([0988007](#)), não logrou êxito na atração do mercado especializado da construção civil, **restando o certame deserto** ([1000372](#)).

43. Assim, constata-se que a modelagem que busca o parcelamento dos serviços não fora inicialmente prevista para a contratação da obra - fato que, aliás, depõe contra a qualidade dos estudos desenvolvidos na fase do ETP - mas definida a partir de uma nova leitura da realidade do mercado local e nacional desse segmento a partir, justamente, do resultado negativo da licitação inaugural. Essa conclusão está registrada em diversas passagens nos documentos da fase de planejamento da contratação, como se observa, por exemplo, no Capítulo 3 do Projeto Básico n. 8/2023, que trata das justificativas da contratação, veja-se:

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Dos Estudos Técnicos Preliminares:

As justificativas para a pretensa contratação estão elencadas no **Estudo Técnico Preliminar (1003890)**, no qual são abordadas de forma ampla e vasta a fim de esclarecer a necessidade de construir uma nova sede para o TRE/RO, Fórum Eleitoral e seus Anexos.

Entretanto, em que pese o esforço das unidades envolvidas para contratar o objeto da Concorrência n. 01/2023, o procedimento administrativo restou como DESERTO, ou seja, ausência de interessados na contratação com este Regional.

Frente a isto, após a unidade técnica buscou entender com o mercado as possíveis causas do referido resultado, foram constatados alguns fatores de âmbito técnico e econômico que limitaram a ampla competição, tais como, exigência de acervo técnico para os profissionais e atestados para as empresas em BIM, conforme Manifestação nº 13/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE (1002946), além disso, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor total da obra perante o cenário econômico e oscilação dos preços devido a pandemia causaram insegurança nas empresas em investir neste empreendimento.

Assim, considerando o orçamento disponibilizado para a obra, bem como o objetivo de ampliar a competição e obter preços vantajosos à Administração Pública, pretende-se parcelar o objeto em etapas adequadas e atrativas para o cenário econômico atual da construção civil no Estado de Rondônia e no Brasil.

(...)

44. Nesse mesmo documento, quando trata de especificar a solução escolhida, a Comissão da Contratação reproduz as justificativas que embasaram a opção original do não parcelamento da obra e, mais uma vez, aponta a necessidade do parcelamento fundado na realidade do mercado - apurada após o certame deserto da licitação originária - na viabilidade técnica da execução dos serviços iniciais da obra, representada pelos serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação que, segundo afirma, *"não comprometerão a integralização com as demais etapas a serem executadas nas futuras contratações"* e na busca de ampliar a competitividade, veja-se:

4.2. Do PARCELAMENTO da solução:

Em que pese a Comissão de Planejamento da Contratação manifestar-se inicialmente pelo não parcelamento, conforme destaque abaixo:

(...)

Verificou-se na execução do certame que houve desinteresse por parte da indústria da construção civil na referida contratação, como adiantado no item 3.1. Alguns fatores técnicos e econômicos, na atual realidade do mercado, afastaram a atratividade da contratação, conforme exposto no evento 1002946.

Assim, frente a esta realidade de mercado, a Comissão mudou seu entendimento e aceitou o parcelamento do objeto fundamentado na viabilidade técnica que a execução dos serviços iniciais da obra: TERRAPLANAGEM, DRENAGEM e PAVIMENTAÇÃO, não comprometerão a integralização com as demais etapas a serem executadas nas futuras contratações.

Nessa nova modelagem busca-se fomentar a participação no novo certame, visto o desinteresse constatado no último processo de contratação.

Ademais, o objetivo da norma prevista no art. 23, § 1º da Lei 8.666/93 é ampliar a competitividade, sobretudo, porque algumas empresas não têm capacidade ou condições de oferta o objeto integralmente - tal como ocorrido no certame anterior - mas apenas uma parte dele, razão pela qual se opta pelo parcelamento do objeto previsto no ETP.

45. Nesse viés, é possível traçar um paralelo entre os requisitos legais exigidos para o parcelamento e as justificativas apresentadas pela Comissão da Contratação para a adoção da medida, o que se fará sob o prisma estritamente jurídico, dado a incompetência deste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Coletivo Jurídico para discutir o mérito de tais razões, notadamente das soluções de engenharia propostas:

I - divisão em parcelas que se comprovarem técnica e economicamente viáveis: Para compreensão inicial desses dois termos referidos pela legislação - que na verdade não podem ser dissociados dos demais requisitos - cita-se excerto do **Acórdão TCU 3.155/2011 - Plenário**. Referido julgado reproduz a linha jurisprudencial pacificada no âmbito da Corte de Contas Nacional e explicita tais requisitos; em síntese, o primeiro deve ser entendido no sentido de que não pode haver descaracterização do objeto, enquanto que o segundo no fato de que o parcelamento não eleve os custos a cargo da Administração. Veja-se:

Acórdão TCU 3.155/2011 - Plenário:

(...)

Da leitura do §1º do art. 23, extrai-se a compreensão de que o parcelamento se impõe com vistas ao melhor aproveitamento das peculiaridades e recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade. É, portanto, um instrumento de que se deve valer o ente contratante para trazer à competição empresas dos segmentos de mercado aptos a operar com cada uma das parcelas que compõem o objeto licitado. A consequência natural é a ampliação da disputa e, como regra, a contratação por preços mais vantajosos.

7. Não se trata, no entanto, de regra absoluta, devendo o parcelamento efetivar-se quando for técnica e economicamente viável. Nesse contexto, julgo oportuno trazer à colação excerto do Voto condutor do Acórdão nº 1533/2011-Plenário, vazado nos seguintes termos:

"6.7. Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal está consolidada no sentido de que a decisão quanto ao parcelamento de obras e serviços e, também, das compras realizadas pela Administração Pública, nos termos do art. 23, §1º, da Lei. 8666/1993, deve estar, devidamente, balizada em estudos que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dessa medida. A primeira a ser entendida no sentido de que não pode haver descaracterização do objeto, enquanto que a segunda no fato de que o parcelamento não eleve os custos a cargo da Administração. Vejam-se, a propósito, os Acórdãos 86/2006, 1.025/2006, 1.425/2007, 2.305/2008, 2.351/2008 e 1.815/2009, todos do Plenário.

6.7.1. Assim, é possível que tais avaliações levem a Administração a concluir que o parcelamento do objeto de uma determinada licitação implicará a perda de economia de escala. Nesse caso, deverá o gestor público descartar essa hipótese, mesmo que com isso fique prejudicada a ampliação da competitividade.

6.7.2. Não haveria razão, pois, para parcelar-se o objeto da licitação, com o fim de ampliar o número de participantes do certame, se dessa medida resultasse a descaracterização da integralidade original do objeto ou o aumento dos custos globais do empreendimento ou da compra. Se isso ocorresse, restaria frustrado um dos objetivos primordiais da licitação que é de obter a melhor proposta para a Administração.

6.7.3. É neste contexto que a jurisprudência deste Tribunal tem sinalizado, também, que o disposto no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993 deve ser entendido que o parcelamento do objeto da licitação não constitui uma medida obrigatória



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inafastável, dependendo de prévias avaliações técnica e econômica a adoção dessa medida.

Para demonstrar a viabilidade técnica, a Comissão de Contratação registrou que (...) *aceitou o parcelamento do objeto fundamentado na viabilidade técnica que a execução dos serviços iniciais da obra (...)*. Isso porque, afirma, os serviços dessa primeira etapa que se pretende parcelar, compostos pelos serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação, (...) *não comprometerão a integralização com as demais etapas a serem executadas nas futuras contratações.*"

Vencida essa questão de ordem técnica, tem-se ainda que, na forma prevista na lei - e reproduzida no referido julgado do TCU - também não haveria razão para parcelar-se o objeto da licitação, mesmo com o fim de ampliar o número de participantes do certame, se dessa medida resultasse a descaracterização da integralidade original do objeto ou o **aumento dos custos globais do empreendimento ou da compra**.

Como registrado no acórdão do TCU citado, se isso ocorresse, restaria frustrado um dos objetivos primordiais da licitação que é de obter a melhor proposta para a Administração. Sobre tal exigência legal, a Comissão registra que essa situação não se faz presente, haja vista que o custo global de referência dos serviços que se pretende parcelar, dimensionado em **R\$ 9.809.167,40** (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos), foi obtido pela metodologia descrita na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, **ANEXO IX (Evento [1003651](#))** do projeto básico, de acordo com as IDÊNTICAS planilhas orçamentárias, com data-base em julho de 2021, que compõem seu **ANEXO II (Evento [1003641](#))** e que, também lastrearam o valor global da obra.

Em outras palavras, o custo global dos serviços parcelados, extraído das planilhas orçamentárias elaboradas para a integralidade da obra, não sofreu qualquer majoração em função da nova modelagem. No entanto, conforme consta do projeto básico n. 5/2023, os valores foram atualizados até março de 2023 pelo índice correspondente à variação de preços do SINAPI, no período de julho/2021 a março/2023, procedimento que encontra abrigo no **Acórdão 19/2017 - Plenário TCU**. Veja-se a redação inserta no PB:

7. DO CUSTO GLOBAL DE REFERÊNCIA DA ETAPA DA OBRA

7.1. O custo global de referência das obras foi dimensionado em **R\$ 9.809.167,40** (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

centavos), obtido pela metodologia descrita na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, **ANEXO IX (Evento 1003651)** deste projeto básico, de acordo com as planilhas orçamentárias que compõem seu **ANEXO II (Evento 1003641)**, das quais foram extraídas o valor total registrado no quadro adiante:

(...)

7.4. Referidos valores de referência têm como base preferencial a TABELA SINAPI NÃO DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, complementada com outras tabelas oficiais, bem como cotações de mercado, seguindo os critérios estabelecidos no Decreto Federal n. 7983/2013.

A empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** - CNPJ n. 01.693.698/0001-30 (Carta-Contrato n. 027/2017 (0254602) - evento SEI nº 0002397-77.2017.6.22.8000) adotou a **data-base de junho de 2021** e foram atualizados os valores através de aplicação do Índice acumulado e correspondente ao **PERÍODO DE JULHO/ 2021 A MARÇO DE 2023** (Tabela SINAPI) pela ASSENTE/TRE-RO deste Regional, tendo sido adotada essa metodologia após ter sido demonstrada ser demasiadamente complexa a atualização estimativa orçamentária em razão do volume de itens de serviços e insumos da planilha orçamentária, conforme recomendação do Acórdão 19/2017 - Plenário TCU.

II - melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliação da competitividade sem perda da economia de escala: Conforme já destacado pela doutrina e pelos diversos julgados do TCU, a redação do § 1º do art. 23 da LGL, demonstra, sobretudo, a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de potenciais interessados.

Assim, o critério evidenciador do necessário parcelamento do objeto a ser licitado, em detrimento de seu agrupamento em lote único, remonta ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, bem como a ampliação da competitividade, cotejados com a viabilidade técnica, operacional e econômica de tal desmembramento.

A análise das justificativas apresentadas pela Comissão da Contratação levam à conclusão que tais requisitos foram sobejadamente atendidos.

Na verdade, o quadro desenhado pela unidade técnica de engenharia, inseridas na **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2023/ASSENTE, de 2/5/2023 (1002946)**, integralmente consideradas pela Comissão para a definição do parcelamento da solução, revela que não haveria outro caminho a ser trilhado para o atendimento do interesse público, haja vista que, conforme ali registrado, a manutenção do regime de empreitada por preço global para a execução completa da obra, na forma pretendida no certame originário, simplesmente não teria resposta do mercado local ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nacional da construção civil em função dos aspectos ali enumerados e já reproduzidos no relato deste parecer.

Nesse sentido, tem-se que o parcelamento proposto não só poderá melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado - aqui entendido também como o conjunto dos potenciais licitantes - mas também se afigura, de acordo com o relato da Comissão, como a única forma de aproveitar tais recursos. Isso porque, a manutenção da modelagem inicial, pelo que concluiu a Comissão, não lograria êxito na atração de competidores. Assim, o parcelamento não decorreu de uma "opção", mas da única modelagem entendida como eficaz para trazer competitividade ao certame.

46. Pelo exposto nesta seção, este Coletivo Jurídico entende que o parcelamento da obra proposto pela Comissão de Planejamento da Contratação, na forma desenhada pelo Projeto Básico n. 5/2023 (1006473), está em harmonia com as regras permissivas dessa medida, disciplinadas pelo § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/93, como também com a jurisprudência do TCU, notadamente representada pelo Acórdão TCU 3.155/2011 - Plenário, podendo ser autorizada pela autoridade administrativa, dado que essa modelagem está amparada em justificativa técnica, não majorará os custos globais da contratação e se apresenta como aquela apta para atrair competidores ao futuro certame da concorrência pública.

47. Por tais motivos, o referido parcelamento não configura eventual fracionamento irregular de despesas, haja vista que a parcela da obra que se pretende executar de forma dissociada das demais, no valor de **R\$ 9.809.167,42** (nove milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), deverá ter sua contratação submetida ao rito da **concorrência pública** definida pelo art. 23, I, "a", da Lei n. 8.666/93. Isso porque, na forma do art. 120 da LGL, os patamares financeiros associados à definição de limites para fins de licitação foram atualizados pelo Poder Executivo Federal por meio do **Decreto n. 9.412, de 18 de junho de 2018**, passando a modalidade de concorrência a ser adotada para obras com valores superiores a **R\$ 3.300.000,00** (três milhões e trezentos mil reais).

48. Por fim, quanto a esse tema, registra-se ainda que, na execução das obras parceladas, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra deverá corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da LGL.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.2.1 CONTEXTO DA ANÁLISE.

49. Verificada na subseção 3.1.2 deste parecer a possibilidade jurídica do parcelamento pretendido, passa-se à análise dos documentos da fase de planejamento do objeto que se pretende executar de forma descentralizada, qual seja, os serviços de engenharia de execução da terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Fórum Eleitoral, todos na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

50. De forma preambular, registra-se que este Coletivo Jurídico analisou, por meio do Parecer Jurídico n.1/2023 ([0980302](#)) os inúmeros aspectos relacionados aos documentos da fase de planejamento da contratação da obra completa da nova sede deste Tribunal, objeto da Concorrência Pública n. 001/2023 e que, malgrado as cautelas adotadas, restou deserta. Agora, constata-se que o conjunto de documentos dessa mesma fase, relacionados apenas aos serviços objeto do parcelamento, derivam daqueles produzidas para a contratação inicial, embora apresentem diversas adequações ao redimensionamento do objeto parcelado. Mas o certo é que, os elementos que compõem o novo acervo mantêm uma relação bastante próxima com aqueles que integraram o primeiro, motivo pelo qual - até mesmo por racionalidade e economicidade - serão reproduzidas partes das análises registradas no referido parecer.

51. Para um esboço inicial do tema, tem-se que a **Lei n. 8.666/93** estabelece, entre outros requisitos, que obras e serviços somente poderão ser licitadas quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente, documento produzido a partir de indicações dos **estudos técnicos preliminares**, que assegurem a viabilidade técnica, o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, entre outros elementos. Veja-se:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

..

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

(...)

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

...

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório; (sem destaques no original)

...

52. De notar-se que a Lei de Licitações sempre exigiu da Administração, notadamente para a contratação de serviços e obras, em uma fase antecedente à elaboração do projeto básico, os *estudos prévios* para o correto dimensionamento, sob diversos aspectos, da solução pretendida. Contudo, faltava um regulamento para disciplinar com regras efetivas o estudo técnico preliminar. O próprio **Tribunal de Contas da União**, de certa forma, sempre foi bastante condescendente com a ausência de um documento específico no processo denominado estudo técnico preliminar à medida em que orientava que seus elementos poderiam compor o próprio projeto básico/termo de referência. Nesse sentido: **Acórdãos n. 1.292/2003 e 1.521/2003, ambos do Pleno**. Essa orientação, todavia, foi perdendo força no TCU pela premissa do fortalecimento da fase de planejamento como condição extremamente necessária na eficácia das contratações públicas.

53. Essa lacuna – até mesmo em decorrência de orientações expressas do TCU, especialmente formatadas no **Acórdão 1.273/2015 - Plenário** - foi preenchida parcialmente pela **Instrução Normativa SG/MPDG n. 5, de 25 de maio de 2017** – que revogou a **Instrução Normativa SLTI/MPOG, n. 2, de 30 de abril 2008**, regulamento que já tratava de forma embrionária sobre esse tema - e que, embora discipline somente a contratação de serviços e seja dirigida obrigatoriamente apenas ao Poder Executivo, definiu, de forma inaugural, os contornos básicos dos documentos da fase de planejamento, passíveis de aplicação a todas as contratações públicas. Veja-se:

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

54. De forma bastante sistemática, a referida instrução normativa cuidou de estabelecer os principais elementos dos estudos preliminares, gerenciamento de riscos e mesmo dos projetos básico. Em função disso, suas diretrizes passaram a ser adotadas, mesmo como **boa prática** por parte considerável da Administração Pública dos demais Poderes da União e Esferas Federativas.

55. Assim, conquanto a **IN TRE-RO n. 04/2008** – ou mesmo outras normas no âmbito deste Tribunal - não tenha previsto expressamente esses mesmos documentos da fase de planejamento das contratações disciplinados pela **IN SG/MPDG n. 5/2017**, notadamente o ETP e o Gerenciamento de Riscos, sua adoção pela Comissão é perfeitamente possível, como antes referido, como uma boa prática administrativa. Até porque muitos outros dispositivos dessa norma são rotineiramente adotados neste Tribunal a esse título. Soma-se, ainda, a cautela representada pelo desenvolvimento desses estudos em face dos valores expressivos da contratação pretendida, cerca de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

56. Dessa forma, este Coletivo Jurídico passará à análise dos documentos específicos da fase de planejamento da contratação. De plano faz-se o seguinte registro: verifica-se que a CPC buscou fundamentar - principalmente por meio da indicação das normas jurídicas e acórdãos do TCU - a sustentação para as diversas medidas, soluções e condições que forma adotadas para o dimensionamento das regras do certame licitatório e para a execução do futuro contrato. Assim, esta Comissão Jurídica apenas fará referência direta a um determinado ponto específico dos documentos caso julgue necessário reforça-lo ou, eventualmente, propor ajustes ou mesmo alterações para adequação à legislação ou à jurisprudência do TCU.

3.2.2 DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES – ETP – ART. 6º, IX, DA LEI N. 8.666/93.

57. Conforme já referido no item 52 deste parecer, os estudos técnicos preliminares previstos no **art. 6º, IX, da Lei n. 8.666/93** ganharam substância por meio das disposições da **IN SG/MPDG n. 5/2017**. Essa norma regulou de forma bastante pormenorizada, no seu artigo 24, os elementos básicos dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP exigido no âmbito do Poder Executivo Federal, elencando alguns como obrigatórios e outros como facultativos (§ 2º, art. 24). Assim como ocorreu



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com DFD, o ETP também foi introduzido nas contratações deste Tribunal por meio de formulário padronizado - veja-se o PSEI [0000549-50.2020.6.22.8000](#) que determinou essa medida. Contudo, seu conteúdo foi pouco desenvolvido, mesmo para obras, distanciando-se do modelo mais substanciosos proposto pela **IN 5/2017**. Não obstante tal fato, esse é o modelo que, em regra, tem sido adotado pelas unidades demandantes de contratações diversas.

58. Como visto, diante da complexidade - e certamente pelos expressivos valores estimados para a contratação da obra - como já fizera no ETP da obra completa - a Comissão foi além. Já no preâmbulo do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA OBRAS, BENS E SERVIÇOS ESPECIAIS, juntado no evento [1003890](#), informou que ampliou os elementos do modelo padronizado por este Tribunal com as regras da **Instrução Normativa SEDG/ME n. 40, de 26 de maio de 2020**, veja-se:

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

*Para cumprimento da exigência contida no art. 6º, IX, da Lei n. 8.666/93, tendo como balizamento os elementos aprovados no modelo que consta do PSEI n. 0000549-50.2020.6.22.8000, **acrescido** das demais regras da Instrução Normativa SEDG/ME n. 40/2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e **obras**, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico da pretensa contratação.*

59. A medida não merece qualquer reparo. As especificidades do objeto que se pretendia dimensionar - consistente nos serviços parcelados de terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno que receberá a nova sede deste Tribunal - e os expressivos recursos orçamentários necessários para essa contratação, justificam à saciedade a cautela adotada pela CPC na ampliação dos elementos em análise com o objetivo do melhor desenho, formatação e modelagem da solução buscada e que, por fim, a Comissão pretendia apresentar à Administração. Até porque, em função de sua singeleza, o modelo adotado neste Tribunal não traz efetivamente os elementos necessários a esse estudo. De outro lado, como já esclarecido neste parecer, embora a **IN SG/MPDG n. 5/2017** seja um bom referencial para tais análises, ela não tratou dos estudos técnicos para contratação de obras públicas, lacuna complementada pela referida **IN SEDG/ME n. 40/2020**, que, ademais, não se distanciou dos elementos daquela.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

60. Acerca da possibilidade de aplicação das instruções normativas do Poder Executivo aos órgãos dos demais poderes, deve-se registrar, de antemão, que suas normas **não são de cunho obrigatório** para esta Administração, integrante do Poder Judiciário, uma vez que ela não faz parte do SISG do Poder Executivo Federal. Nesse sentido, cita-se a seguinte lição de **Marçal**:

*As contratações de serviços, no âmbito da União, apresentam algumas peculiaridades derivadas da edição de diversas Instruções Normativas. A questão adquiriu novos contornos em vista, especificamente, da IN nº 2, de 30 de abril de 2008 (que sofreu várias alterações), da IN nº 4, de 19 de maio de 2008 e da **IN nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, todas editadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

(...)

Como é evidente, uma instrução normativa não apresenta eficácia vinculativa similar a uma lei. A instrução normativa veicula normas de nível infralegal e infrarregulamentar. Trata-se de normas jurídicas complementares, destinadas a orientar e padronizar a atividade administrativa.

(...)

Outra questão relevante envolve a pretensão contemplada na Instrução Normativa nº 2 (refletindo determinação contida no Dec. nº 1.094 e no próprio Dec. nº 6.081), de vincular todos os órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Ora, uma das características inerentes às autarquias e às fundações reside na sua autonomia, cuja extensão é determinada na lei instituidora. Logo, não cabe ao Presidente da República competência para emitir normas de serviço aplicáveis às autarquias.

*(...). Esse entendimento não pode ser mantido a partir da vigência da CF/88. Portanto, deve-se reputar que o Dec. 1.094 **aplica-se exclusivamente no âmbito do Poder Executivo Federal propriamente dito**, tal como se passa com a competência instituída pelo Dec. nº 6.081. Por isso, a IN nº 2 não alcança as atividades administrativas desempenhadas por outros Poderes nem aquela desenvolvida no âmbito da Administração autárquica e fundacional. (**Marçal Justen Filho - Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15 ed. São Paulo, Dialética, p. 143 e 145**) - (sem grifo no original).*

61. Contudo, a ausência de obrigatoriedade não impede a **utilização de suas regras como boa prática administrativa**. Tanto é assim que os guias de boas práticas em contratações editados pelo TCU adotam, rotineiramente, dispositivos das diversas instruções normativas do Poder Executivo Federal.

62. Feitas essas necessárias ponderações iniciais, passa-se à análise dos elementos propriamente ditos que constam do ETP produzido pela Comissão e juntado ao processo no evento [1003890](#). Nessa esteira, constata-se que o referido documento sofreu reduzidas alterações em relação ao ETP da contratação originária juntada ao processo no evento [0944040](#). Seus elementos foram apenas adequados - em alguns



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poucos aspectos, em função do redimensionamento do objeto fruto do parcelamento. Este é o ponto central do novo ETP produzido pela Comissão, no qual apresenta as justificativas para a necessidade de parcelamento da obra, veja-se:

6. ESCOLHA DA SOLUÇÃO

6.1. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (art. 7º, II, IN 40/20):

6.1.1. SOLUÇÃO:

Considerando que o último certame restou DESERTO, conforme **RELATÓRIO Nº 22/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1000374)** da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 (0988007)**, bem como a **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE (1002946)**, na qual a unidade técnica buscou identificar, conforme orientação constante no **PARECER JURÍDICO Nº 3 / 2023 - COMISSÕES/CEPJ (1000490)**, junto ao mercado e representantes da categoria as possíveis causas do desinteresse do mercado em participar do referido processo, diante disso, foi constatado alguns apontamentos tanto no mercado quando de representantes da construção civil, consoante destacados abaixo:

(...)

Considerando as informações acima, entendemos ser necessário alterar a solução contante no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (0944040)**.

A solução consiste na, essência, na **construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital**, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários à execução da obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste estudo e seus anexos e que para alcançar esse objetivo será necessário executar o referido empreendimento EM ETAPAS, que a princípio, conforme demonstrato na manifestação da unidade técnico, serão divididas em duas: a **EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO** e, como segunda etapa, a **EXECUÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS SEGUINTEs**, ou seja, as infraestruturas das edificações até a efetiva conclusão da obra..

Partindo do fato de que a execução da obra está devidamente justificada e autorizada pela Administração, a CPC apenas acrescentou, **nos capítulos 6 e 11 do ETP**, que a adoção do parcelamento decorreu do levantamento realizado com representantes do mercado e da categoria da construção civil acerca das possíveis causas do desinteresse em participar do certame revelaram:

a) o valor da obra, associado às exigências técnicas, causou um desestímulo às empresas com possibilidade de participar do certame;

b) segundo os licitantes, há um vazio de interesse em obras, cujo valor situa-se entre 50 e 300 milhões de reais;

c) os aspectos técnicos de quantitativos e valores questionados durante o certame foram irrelevantes para o desfecho da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação - até porque as empresas acataram os esclarecimentos técnicos da engenharia do TRE-RO;

d) os pontos mais relevantes, mencionados por todas as consultadas, foram as exigências de acervos e atestados técnicos, pois a maioria não tinha como atender a todos os requisitos simultaneamente.

Em função desse quadro optou pela execução da obra em etapas, divididas em duas: a primeira consistente na execução de terraplenagem, drenagem e pavimentação e, como segunda etapa, a execução dos elementos construtivos seguintes, ou seja, as infraestruturas das edificações até a efetiva conclusão da obra. Como a análise desenvolvida na **subseção 3.1.2 deste parecer** concluiu pela possibilidade jurídica do parcelamento pretendido, entende-se que não haja mais considerações sobre a modelagem proposta para a execução da obra por etapas.

63. Em função do redimensionamento dos serviços oriundos do parcelamento, a CPC, no capítulo 10 do ETP, atualizou a estimativa dos valores dos serviços que se pretende contratar para **R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, a serem executados no exercício de 2023, com indicação expressa da fonte orçamentária.

64. A CPC aponta, **capítulo 12 do ETP**, a necessidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização da etapa pretendida, dada inexistência em seus quadros de profissionais com especialidades múltiplas para essa tarefa, que assim será realizada de forma indireta. Destaca também que os profissionais que integram o quadro do TRE-RO atuarão na Comissão de Fiscalização do contrato que vier a ser firmado. Aduz que, embora a data tecnicamente ideal para iniciar esses serviços seja a partir do mês de maio, a CPC trabalha com o cronograma de execução e, assim, prevê o início da obra está para o mês de **Julho de 2023**. Além disso, informa que será necessária a aquisição de diversos equipamentos que serão utilizados pela área técnica do TRE-RO em função das inúmeras atividades de fiscalização e controle da execução da obra, sendo que tais equipamentos foram levantados pela área de engenharia e integram o planejamento das contratações do Tribunal para o ano 2023, devendo ser priorizados suas aquisições.

65. Como visto, a contratação dos serviços técnicos especializados para a execução da fiscalização de obra tem fundamento no **art. 67 da Lei n. 8.666/93** e previsão expressa no art. 24, I, da INT RE-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RO n. 004/2008. Por sua vez, a aquisição de equipamentos que serão utilizados nesses serviços encontra abrigo no próprio planejamento da contratação e no art. 7º, VIII, da IN SEDG/ME 40/20.

66. A CPC registra no **capítulo 13** que a contratação está prevista no Plano de Obras 2020-2022 definido pela **Resolução TRE-RO n. 4/2021** ([0688044](#)), depois alterado para Plano de Obras 2021-2023 pela Resolução TRE-RO n. 10/2022 ([0806503](#)), que atualizou a Escala de Priorização de Obras e Valores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para o triênio 2021/2023 e no seu Anexo III elencou a priorização da construção do Edifício sede, fórum e garagem e depósitos, com início no ano de 2023 ([0804685](#)), com custo total ali estimado de R\$ 101.738.574,75 (cento e um milhões, setecentos e trinta e oito mil quinhentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), valor que foi revisto no ETP em função do parcelamento. Destaca também que a contratação vem ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 do órgão, MACRODESAFIOS - SOCIEDADE, no tocante ao fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade; em relação aos PROCESSOS INTERNOS, concretiza a promoção da sustentabilidade, na medida em que a construção do prédio terá a certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design Ambiental).

67. A CPC indica que os resultados pretendidos, de forma geral, consistem em obter, dentro do **prazo de 12 meses dimensionado no cronograma da obra**, a execução da etapa definida para a construção do novo edifício para abrigar a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e o Fórum Eleitoral da Capital, com tecnologias construtivas modernas, equipado de forma eficaz com tecnologias ambientais equipamentos e instalações que garantam acessibilidade aos usuários e público interno, inclusive com atuação no entorno da nova sede, na forma da legislação que deverá ser observada.

68. No **capítulo 14**, destacam-se as diversas medidas arroladas pela CPC como **preliminares à celebração do contrato**. Verifica-se ainda uma preocupação bastante expressiva quanto aos possíveis impactos ambientais da obra e as respectivas medidas de tratamento, disciplinadas no **capítulo 16**. Além disso, a CPC registrou que se guiou pela busca da *sustentabilidade* do empreendimento, motivo pelo qual não se limitou apenas aos aspectos ambientais, mas também econômicos, sociais, culturais, pautadas na integridade.

69. A CPC deixou o detalhamento das condições do certame para o PB contratação, sendo mesma essa a sede mais adequada para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tema. Embora tenha adiantado algumas medidas no **capítulo 18** ETP. Por fim, no **capítulo 21**, conclui a CPC que os elementos e justificativas registradas no ETP demonstraram à sociedade a necessidade real da Administração, a razoabilidade e a viabilidade da obra pretendida, inclusive sobre o aspecto orçamentário, e se manifesta favorável à contratação e, no **capítulo 22**, nos termos da **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**, e do **art. 7º, § 4º, IN 40/20**, a CPC decidiu de forma justificada pelo sigilo parcial das informações contidas no ETP, até a data da aprovação da divulgação do edital da obra, devendo tramitar apenas nas unidades afetas à contratação, sem qualquer divulgação de seus elementos materiais ao público externo, notadamente aos interessados diretos.

70. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

JURÍDICA: Analisado o inteiro teor do Estudo Técnico Preliminar produzido pela Comissão em cumprimento ao comando do **art. 6º, IX, da Lei n. 8.666/93**, adotado nas contratações do TRE-RO por determinação da Presidência deste Tribunal (evento [0509011](#) - PSEI [0000549-50.2020.6.22.8000](#)) e que - certamente pelos valores estimados para a contratação da obra - orientou-se pelas regras e diretrizes da **Instrução Normativa SEDG/ME n. 40, de 26 de maio de 2020**, este Coletivo Jurídico, trazendo também para esta análise os fundamentos registrados na Seção 3.1.2 do Parecer Jurídico n. 01/2023 ([0980302](#)), conclui que seus elementos estão em harmonia com os referidos normativos, como também apontam critérios, medidas e práticas respaldadas pelas normas expressamente referidas nesse documento e, ainda, pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

3.2.3 MAPA DE GESTÃO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO – RESOLUÇÃO TSE N. 23.702/2022.

71. Conquanto não previsto expressamente na **Lei n. 8.666/93**, o gerenciamento de risco vem sendo abordado seguidamente nas diversas normas aplicáveis à gestão pública de forma geral e às contratações públicas de maneira especial, notadamente em função das orientações do TCU acerca do desenvolvimento de ferramentas de governança na área de contratações. Tanto é assim que a **IN SG/MPDG n. 5/2017** disciplinou de forma bastante abrangente o gerenciamento de riscos nos artigos 25 a 26.

72. Para não se alongar em demasia no extenso rol de normas que tratam desse tema, citam-se a **Resolução CNJ n. 347, de 13 de outubro de 2020**, que dispõe sobre a Política de Governança das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratações Públicas no Poder Judiciário, e a **Resolução TSE n. 23.702, de 08 de junho de 2022**, que dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral, ambas de observância obrigatória para este órgão. Em síntese, a gestão de risco, independentemente do modelo adotado, caracteriza-se por cinco pontos básicos, como aqueles listados pelo art. 25, da **IN SG/MPDG n. 5/2017**:

I - **identificação dos principais riscos** que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;

II - **avaliação dos riscos identificados**, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III - **tratamento dos riscos** considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

IV - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, **definição das ações de contingência** para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e

V - **definição dos responsáveis pelas ações de tratamento** dos riscos e das ações de contingência.

73. Na esteira de todas essas orientações e diretrizes dos órgãos superiores e de controle, a matéria encontra regramento próprio no âmbito deste Tribunal. A **Resolução TRE-RO n. 5, de 23 de fevereiro de 2017**, dispõe sobre a Política de Gerenciamento de Riscos e cria o Comitê de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral de Rondônia, tendo como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento de riscos no modelo de processo de gestão de riscos estabelecido no **COSO ERM** (adotado pelo TCU e que foi projetado com o objetivo de orientar as organizações no estabelecimento de um processo de gestão de riscos corporativos e na aplicação de boas práticas sobre o tema) e na norma **ABNT NBR ISO 31000:2009** (que trata dos princípios e diretrizes da gestão de riscos). Em suma o modelo compreende – como não poderia deixar de ser – as fases de identificação, análise e tratamentos dos riscos e prevê, ainda, que os instrumentos necessários ao processo de gestão de riscos serão definidos no **Plano de Gestão de Riscos**. Veja-se:

Resolução TRE-RO n. 5/2017:

Art. 2º A Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral de Rondônia tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gerenciamento de riscos, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as melhores práticas adotadas no setor público.

Parágrafo único. A política definida nesta Resolução deve ser adotada em todas as áreas e níveis de atuação, sendo aplicável aos diversos processos de trabalho, programas, projetos e ações da Justiça Eleitoral de Rondônia.

...

Art. 9º A Justiça Eleitoral de Rondônia adotará o modelo de processo de gestão de riscos estabelecido no COSO ERM e na norma ABNT NBR ISO 31000:2009, compreendido pelas seguintes fases:

I - estabelecimento dos objetivos dos diversos processos operacionais, ciclos de negócio, programas e/ou tarefas;

II - identificação dos riscos: consiste na busca, reconhecimento e descrição de riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;

III - análise dos riscos: refere - se à compreensão da natureza do risco e à determinação do nível de risco mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis;

IV - avaliação dos riscos: trata-se da comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco para determinar se o risco é aceitável ou tolerável, auxiliando na decisão sobre o tratamento de riscos;

V - tratamento dos riscos: consiste na seleção e implementação de uma ou mais ações de tratamento para modificar os riscos;

VI - monitoramento e análise crítica: diz respeito à verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação de risco, realizadas de forma contínua, a fim de determinar a adequação, suficiência e eficácia dos controles internos para atingir os objetivos estabelecidos;

VII - comunicação e consulta: consiste na manutenção de fluxo regular e constante de informações com as partes interessadas, durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

§ 1º O monitoramento e a análise crítica podem ser aplicados à estrutura da gestão de riscos, ao processo de gestão de riscos, ao risco ou aos controles.

*§ 2º A descrição detalhada das fases a que se refere o caput, bem como os procedimentos e os instrumentos necessários ao processo de gestão de riscos, serão definidos no **Plano de Gestão de Riscos**, a ser estabelecido pelo Comitê Estratégico no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Resolução.*

§ 3º Eventuais conflitos de atuação decorrentes do processo de gestão de riscos serão dirimidos pelo Comitê Estratégico.

74. Para dar concretude à regulamentação deste Regional, sobreveio a Portaria **DG/TRE-RO n. 146, de 09 de agosto de 2021**, que em seu artigo 2º dá publicidade ao **Manual de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**, que estabelece detalhes quanto aos procedimentos e aos instrumentos práticos para a implementação da gestão de riscos no âmbito do TRE/RO ([0723933](#)), como ferramenta de apoio e orientação, e o **Manual Operacional de Gestão de Riscos (MICROPROCESSO DE CONTRATAÇÃO)** - [0723934](#), ambos do PSEI



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [0000616-49.2019.6.22.8000](#). A CPC registrou que a **metodologia** que embasa o MAPA DE GESTÃO DE RISCO da contratação, ANEXO XII do PB juntada no **evento 1010054**, seguirá os procedimentos definidos nesses dois documentos deste Regional, sendo que deles foram extraídas as diretrizes gerais para a sua construção.

75. No que relevante, verifica-se que o documento aponta as medidas para o tratamento e acompanhamento dos riscos das fases do seu planejamento, seleção do fornecedor até a gestão e fiscalização do futuro contrato. Destacam-se nesta análise:

I - Na fase de seleção do fornecedor: riscos de impugnações do edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo e risco do certame licitatório restar deserto;

II - Na fase da execução contratual: riscos pelo atraso na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais; impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc); alterações no projeto básico/ executivo inicialmente contratados, por solicitação da contratante, identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes, prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos, Atrasos da obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais, descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada, entre outros.

Vê-se ainda que nos **RISCOS 07, 10, 15, 16 e 17**, a Comissão mapeou eventos de riscos que foram alocados à contratada e para os quais está exigindo seguro de riscos de engenharia e da responsabilidade civil profissional (vide item 10.2.2, IV do PB).

Vê-se que tal cautela está em harmonia com **Acórdão TCU n. 1465/2013 - Plenário, veja-se:**

9.2. recomendar ao DNIT que:

9.2.1 preveja, doravante, nos empreendimentos a serem licitados mediante o regime de contratação integrada, previsto no art. 9º da Lei nº 12.462/2011, uma “matriz de riscos” no instrumento convocatório e na minuta contratual, de forma a tornar o certame mais transparente, fortalecendo, principalmente, a isonomia da licitação (art. 37, XXI, da Constituição Federal; art. 1º, § 1º, IV, da Lei nº 12.462/2011) e a segurança jurídica do contrato (art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2.2 acrescente aos editais de obras que contemplem “seguro risco de engenharia” documento que reflita adequadamente os vários aspectos e particularidades que, a exemplo dos modelos adotados no setor privado, deverão compor as condições que a apólice abarcará, conforme as características de cada empreendimento a ser segurado;

Conquanto o referido acórdão do TCU faça referência às contratações sob o regime do RDC da Lei n. 12.462/2011, verifica-se que essa boa prática vem sendo adotada em contratações de obras sob o regime da Lei n. 8.666/93. Sobre essa constatação, cita-se excerto do material didático do **Curso Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia, p. 194**, do Professor e doutrinador **André Pachioni Baeta**, Engenheiro. Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, veja-se:

Exigências de Seguros

- Muitos editais têm exigido a apresentação, após a assinatura do contrato, de apólices de Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional, tendo o órgão contratante como COSSEGURADO.

- A título de exemplo, os Seguros de Risco de Engenharia podem ter a seguinte cobertura:

(...)

Além disso, a **Portaria TCU n. 128/2014 (disponível em: [file:///C:/Users/001150482305/Downloads/Portaria-TCU%20n%20128-2014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/001150482305/Downloads/Portaria-TCU%20n%20128-2014%20(1).pdf))**, que dispõe sobre a licitação e a execução de contratos de serviços no âmbito da Secretaria do Tribunal de Contas da União, estabelece, expressamente, a exigência de seguros contra riscos de engenharia, veja-se:

Art. 40. Quando das contratações de serviços de engenharia deverá ser exigido da contratada a apresentação de seguro contra riscos de engenharia e de seguro coletivo contra acidentes de trabalho, adotando-se o modelo constante do Anexo I, Modelo “E”, desta Portaria.

As despesas com seguros consta da composição do BDI, demonstrada pelo **item 9.6.1.2, IV do PB** e especificada no **Anexo III - Memorial Descritivo do Orçamento (1003642)**. Nesse último documento verifica-se que estão definidos os seguintes percentuais:

Tanto para o BDI convencional de 25,97%, quanto para o BDI diferenciado para serviços gerais de 19,43%:

0,80% para o custo de seguros e garantias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1,27% para riscos.

Sobre tais previsões, cita-se excerto do **Acórdão TCU 2.369/2011 - Plenário**:

VI.3 RISCOS, SEGUROS E GARANTIAS

142. Em um orçamento de obra, por mais detalhado e criterioso que seja, é impossível prever com exatidão todas as peculiaridades do projeto. Os riscos se manifestam dentro e fora do canteiro e podem se materializar em eventos de pequena a grande imprevisibilidade. São riscos de características intrínsecas do projeto, de fornecedores, de fatores externos, de fenômenos naturais, de prazos, de recebimento e de fiscalização e contratação.

(...)

152. Para o subitem Garantias, a proposta segue as recomendações do [Acórdão 325/2007-TCU-Plenário](#), ou seja, com valor mínimo igual a zero nos casos em que não haja exigência no edital e valor máximo de 0,42% para os casos de exigência de garantias de cinco por cento do valor do contrato.

153. Para o subitem Seguros, a previsão é de uma taxa específica para cobrir as despesas advindas da contratação de seguros para cobertura dos riscos que são inerentes ao ramo da construção civil, visto que reduzi-los a zero é, de forma evidente, impossível. A existência desse subitem na composição do BDI acarreta redução nos valores a serem considerados para o subitem Risco, sem, contudo, eliminá-lo. Os valores propostos resultam da análise dos dados obtidos na pesquisa e da consulta informal a empresa do ramo de seguros com foco em obras de edificação acerca dos custos com Seguro Risco Engenharia e Performance Bond (espécie de seguro-garantia visando garantir a realização completa do objeto do contrato).

54. Já para o subitem Riscos, adotaram-se as considerações propostas por Mozart Bezerra (p. 88) que indica uma variação para mais de 60% da faixa de risco baixo para a faixa de risco médio, e de 30% desta última para a faixa de risco intermediário, com percentual de custo variando de 0,25% a 1,2%. Assim, a proposta apresentada a seguir busca considerar, diferentemente do [Acórdão 325/2007-TCU-Plenário](#), a existência do risco para diferentes obras e serviços de engenharia:

(...)

No caso em análise a soma de ambos totaliza 2,07% do valor previsto para a contratação da obra, o equivalente a **R\$ 203.049,77 (duzentos e três mil quarenta e nove reais e setenta e sete centavos)**. Dessa forma, verifica-se que não se trata de um ônus desarrazoado para a futura contratada, haja vista que a despesa tem expressa previsão na composição do BDI.

76. Nota-se que para todos os riscos mapeados, a CPC trouxe medidas preventivas, ações de contingências, indicando também as unidades responsáveis pelas medidas. Além disso, **alocou alguns riscos da execução da obra à contratada**. Nesse sentido, pouco – ou mesmo nada – pode ser acrescentado por este Coletivo Jurídico acerca da gestão de risco elaborada pela Comissão. Por certo, a identificação e o tratamento dos riscos apontados nas diversas fases da contratação foram frutos da leitura da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realidade do processo de contratação, do objeto em questão, seu valor e peculiaridades, do universo potencial de fornecedores, das possíveis dificuldades no certame e mesmo na execução do contrato, formatados pela experiência dos membros da Comissão. Ademais, o gerenciamento de riscos não é um procedimento estanque. Pode e deve ser atualizado de acordo com a dinâmica dos fatos que permeiam o processo da contratação, como aliás é recomendado pelo **art. 26, § 1, da IN SG/MPDG 5/2017**, e também previsto no Manual de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

77. CONCLUSÃO DA COMISSÃO JURÍDICA: Com essas considerações, este Coletivo Jurídico conclui que os elementos que constam do Mapa de Gestão de Riscos da contratação estão em harmonia com os referidos normativos.

3.1.4 PROJETO BÁSICO DA CONTRATAÇÃO – ART. 6º, IX, DA LEI N. 8.666/93 E ART. 3º, XVII, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE-RO N. 004/2008.

78. Verifica-se que a Comissão, após as referidas diligências da SAC e deste Coletivo Jurídico, por fim trouxe ao processo, no evento [1010049](#), o minucioso Projeto Básico n. 8/2023, produzido a partir dos elementos mínimos exigidos pelo **art. 6º da Lei n. 8.666/93**, acrescido também por diversas outras regras e condições que deverão ser observadas no certame e na execução do futuro contrato. Como já afirmado neste parecer, observou-se que a CPC buscou fundamentar, principalmente por meio da indicação das normas jurídicas e acórdãos do TCU, a sustentação para as diversas medidas, soluções, regras e condições que foram adotadas para o dimensionamento dos documentos da fase interna da contratação, entre eles o projeto básico.

79. Dessa forma, este Coletivo Jurídico apenas fará referência direta a um determinado ponto específico do PB caso julgue necessário reforça-lo. Registra-se que, por meio do pedido de diligências que consta do evento 1007373, este Coletivo Jurídico orientou a adequação de algumas regras à legislação ou à jurisprudência do TCU, como também procurou elucidar aspectos entendidos como mais relevantes e que podem ser objeto de eventuais questionamentos no decorrer do certame ou mesmo pelas unidades de órgãos de controle.

80. Análise dos elementos do PB:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - capítulo 1: apenas reproduz a legislação de regência da Lei n. 8.666/93, situação que já foi analisada na seção 3.1 deste parecer;

II - capítulo 2: traz a descrição do **objeto**, consistente na execução serviços de engenharia de terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Fórum Eleitoral, na cidade de Porto Velho, de acordo com os Projetos Executivos (**Anexo I - Evento [1003635](#)**), cadernos de encargos, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais Anexos deste Projeto Básico.

Também estão previstas neste capítulo diversas condições relacionadas à execução dos serviços, especificações técnicas e critérios de medição - de acordo com Caderno de Especificações Técnicas - CET, obrigações relacionadas à obtenção de certificação LEED Silver e Certificação PROCEL - Etiqueta PBE EDIFICA CLASSE A, manutenção, assistência técnica e garantia como requisitos para o recebimento definitivo da obra.

Nenhum reparo quanto à descrição do objeto. Até porque o detalhamento e as especificações técnicas dos serviços e demais encargos relacionados à obra estão descritos nos inúmeros projetos que compõem o Anexo I

III - capítulo 3: remete às vastas justificativas apontadas nos Estudos Técnicos Preliminares que constam do evento 0944040 - que diz respeito à construção da nova sede. Contudo, como também constou no novo ETP anexo ao PB (1003890). Acrescentou ainda que o resultado deserto da Concorrência n. 01/2023, realizou levantamento com representantes do mercado e da categoria da construção civil acerca das possíveis causas do desinteresse em participar do certame, as quais revelaram que alguns fatores de âmbito técnico e econômico limitaram a ampla competição, tais como, exigência de acervo técnico para os profissionais e atestados para as empresas em BIM, conforme Manifestação n. 13/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENTE ([1002946](#)). Além disso, o valor total da obra no atual contexto do cenário econômico e oscilações dos preços devido a pandemia causaram insegurança nas empresas em investir neste empreendimento. Ainda constam do ETP, os seguintes fatores:

a) o valor da obra, associado às exigências técnicas, causou um desestímulo às empresas com possibilidade de participar do certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) segundo os licitantes, há um vazio de interesse em obras, cujo valor situa-se entre 50 e 300 milhões de reais;

c) os aspectos técnicos de quantitativos e valores questionados durante o certame foram irrelevantes para o desfecho da licitação - até porque as empresas acataram os esclarecimentos técnicos da engenharia do TRE-RO;

d) os pontos mais relevantes, mencionados por todas as consultadas, foram as exigências de acervos e atestados técnicos, pois a maioria não tinha como atender a todos os requisitos simultaneamente.

Em função desse quadro a CPC, considerou o orçamento disponibilizado para a obra e o objetivo de ampliar a competição e obter preços vantajosos à Administração Pública, e optou pelo parcelamento do objeto em etapas adequadas e atrativas para o cenário econômico atual da construção civil no Estado de Rondônia e no Brasil.

Análise da CEPJ: Os requisitos legais para o parcelamento da obra foram analisados, de forma bastante detalhada, na seção 3.1.2 deste parecer, no qual concluiu-se, face às justificativas e aos elementos de ordem técnica e econômica apresentados pela CPC, por seu cumprimento, havendo, portanto, a possibilidade legal de sua adoção com fundamento no art. 23, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

IV - capítulo 4: praticamente reproduz os elementos das justificativas descritas no capítulo 3, que fundamentam a solução do parcelamento da obra, já analisada por este Coletivo Jurídico;

V - capítulo 5: traz a demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão foi analisado por esta Comissão Jurídica no item 66 deste parecer, não havendo outras considerações em relação às regras do PB;

VI - capítulo 6: a CPC disciplinou uma gama bastante extensa de exigências de sustentabilidade e acessibilidade. De fato, conforme registrado no PB, a **Resolução CNJ n. 400/2021**, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, estabelece práticas ambientalmente corretas, e também aquelas economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

um desenvolvimento nacional sustentável. Assim, tem-se como norte que a discricionariedade do agente público não reside em decidir se deve realizar licitações sustentáveis ou não.

Como visto, não se trata de dever moral, mas de respeito ao Princípio da Legalidade e da Eficiência decorrentes do Estado de Direito, como já decidiu o Tribunal de Contas da União no **Acórdão TCU n. 1752/2011 – Plenário**. Recentemente, o **Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU**, da Consultoria –Geral da União, aprovado nos termos do DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU (NUP: 00688.000723/2019-45), consolidou o entendimento de que a *“administração pública é obrigada a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos.”*

Dessa forma, a sustentabilidade deve ser considerada pelo gestor público: **a)** na fase de planejamento da contratação, **b)** na elaboração das minutas, com consulta ao Guia, **c)** na fase de execução contratual e **d)** na adequada destinação ambiental dos resíduos decorrentes da aquisição. A eventual impossibilidade de adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos Estudos Técnicos Preliminares ou nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito, conforme o **Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU** e previsão do **§1º do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 58, de 2022**, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP.

Nota-se que a CPC buscou práticas do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União - AGU**, que no ano de 2022 apresentou sua 5ª edição. Como ali registrado, o Guia é amplamente adotado no âmbito de toda a Administração Pública brasileira, inclusive recomendado pelo Tribunal de Contas da União na formatação de exigências sustentáveis nas contratações públicas. Veja-se:

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que o Guia “tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais”(Acórdão n. 1056/2017 - Plenário). Em outra oportunidade, a Corte de Contas entendeu pela licitude de cláusulas editalícias relativas à habilitação e à certificação dos licitantes, desenhadas com base em recomendações constantes do nosso Guia, admitindo sua reprodução para certames futuros (Acórdão n. 2661/2017 - Plenário). ps. 12-13 do Guia.

Complemente-se, ainda, que a Administração do TRE-RO está disciplinado a utilização obrigatória do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União – AGU, com aplicação para TODAS as suas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações – sobre esse procedimento, veja-se o PSEI n. 0002040-24.2022.6.22.8000.

Para não se alongar muito no vasto rol elaborado pela CPC – o qual está lastreado por fundamentação normativa - este Coletivo Jurídico destacará algumas exigências de sustentabilidade e acessibilidade registradas no PB.

Sustentabilidade ambiental:

i) a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento, com comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra por meio do CERFLOR - Programa Brasileiro de Certificação Florestal ou outros institutos acreditados pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ou, ainda, pela FSC - *Forest Stewardship Council* - ou Conselho de Manejo Florestal, organização internacional não-governamental, fundada em 1993, que não emite certificados e sim acredita certificadoras no mundo inteiro, garantindo que os certificados destas obedeçam a padrões de qualidade. As certificadoras desenvolvem um método para certificação baseado nos Princípios e Critérios do FSC, adaptando-o para a realidade de cada região ou sistema de produção (Fundamento: art. 3º da L. 8.666/93 c/c om art. 4º do Decreto 7.746/2016);

ii) Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes;

iii) obrigações decorrentes da obtenção de certificação LEED Silver e Certificação PROCEL - Etiqueta PBE EDIFICA CLASSE A. Deverão ser adotadas, no mínimo, as orientações para a melhoria da qualidade ambiental de acordo com o CADERNO LEED - Anexo XI;

Sustentabilidade econômica: Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local (de acordo com o **art. 3º da L. 8.666/93 e art. 4º do Decreto Federal n. 7.746/2016**) e possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação (**art. 12, V, da L. 8.666/93**).

Sustentabilidade social:

i) responsabilidade social na preservação de direitos trabalhistas e social de seus empregados, de acordo com a legislação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicável, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

ii) responsabilidade social na preservação de direitos contratuais das empresas terceirizadas e subcontratadas, na forma da legislação aplicável e de acordo com os contratos celebrados, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

iii) responsabilidade social na preservação de direitos creditórios de todos os fornecedores de todos e quaisquer insumos fornecidos à contratada para emprego na obra, na forma da legislação aplicável e de acordo com os contratos celebrados, cujo cumprimento será exigida comprovação pelo fiscal do contrato quando dos pagamentos das faturas dos serviços medidos;

iv) observar o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional pela empresa contratada (Fundamento: Art. 40, § 5º da Lei n. 8.666/93; Decreto n. 9.450, de 24 de julho de 2018 e Resolução CNJ n. 307, de 17 de dezembro de 2019). Acerca do o emprego de mão de obra formada por pessoas egressas do sistema prisional, de forma bastante coerente, a CPC fez constar do PB que essa obrigação somente será exigível mediante comprovação, pelo TRE-RO, na época da assinatura do contrato ou, posteriormente, na fase de sua execução, da possibilidade concreta de efetivação dessa política pública. Tal entendimento é o que vem sendo adotado por esta Administração, na linha do **Parecer Jurídico n. 303/2021 (0656175)**, proferido em sede de consulta no PSEI n. 0002651-45.2020.6.22.8000.

Sustentabilidade social:

Destaca-se a obrigação pela futura contratada de rigorosa observância das disposições do Código de Postura do Município de Porto Velho (**LC PMPV n. 873/2021**), para que qualquer instalação da obra não gere barreiras urbanísticas e, de qualquer forma interferiram no direito do livre acesso, a acessibilidade e o trânsito da população nos logradouros e espaços públicos por eles afetados.

Além disso, o dever de cumprimento rigoroso de todas as demais recomendações, regulamentos e normas nacionais acerca do cumprimento de regras de acessibilidade no empreendimento da obra, principalmente as recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) e as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre o tema.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - capítulo 7: trata do que custo global de referência das obras, dimensionado em **R\$ 9.809.167,40 (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, obtido pela metodologia descrita na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, **ANEXO IX (Evento [1003651](#))** do projeto básico, de acordo com as planilhas orçamentárias que compõem seu **ANEXO II (Evento [1003641](#))**. Os valores dos serviços, incluindo mão de obra e fornecimento de materiais para a execução da obra, foram orçados em conformidade com as regras do **Decreto Federal n. 7.983, de 8 de abril de 2013**.

Como registrado no PB, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento da obrigatoriedade da utilização dos custos referenciais disponibilizados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, previsto neste normativo, para a elaboração de orçamentos de obras e edificações custeadas com recursos federais, como no **Acórdão TCU n. 324/2021 – Plenário**.

Nota-se, ainda, que os valores de referência têm como base a **TABELA DO SINAPI NÃO DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA**.

Pelo que registrado pela Comissão, a empresa contratada responsável pela elaboração dos projetos e das planilhas orçamentárias adotou a **data-base da Tabela SINAP de junho de 2021**. A partir daí, foram os valores foram atualizados pela área de engenharia deste Regional, pela variação das tabelas do SINAP no **período de julho/2021 a março de 2023** (SINAPI), o que levou a data-base, para fins de apresentação de propostas e eventuais reajustes, para março de 2023.

Tais opções, adoção da **data-base de referência da orçamentação em março/2023** e do regime **não desonerado, exigem algumas considerações deste Coletivo Jurídico**.

Em relação à **data-base no mês de março de 2023 - apenas atualizada pelos índices de variação das tabelas do SINAPI após junho/2021** - a CPC apresentou a seguinte justificativa no item 7.4 do PB:

*(...) adotou a **data-base de junho de 2021** e foram atualizados os valores através de aplicação do Índice acumulado e correspondente ao **PERÍODO DE JULHO/ 2021 A MARÇO DE 2023** (Tabela SINAPI) pela ASSENGE/TRE-RO deste Regional, tendo sido adotada essa metodologia após ter sido demonstrada ser demasiadamente complexa a atualização estimativa orçamentária em razão do*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

volume de itens de serviços e insumos da planilha orçamentária, conforme recomendação do Acórdão 19/2017 - Plenário TCU.

De fato, no campo do ideal, seria extremamente recomendável que os preços estivessem atualizados com os valores referencias das tabelas do SINAP mais recentes e próximas da deflagração do certame. Contudo, a CPC registra que apenas foi possível aplicar os índices que refletem a variação dos preços das tabelas do SINAPI até **MARÇO/2023**, já que as planilhas com os orçamentos foram elaboradas pela empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA contratada para esse fim específico, a qual apenas atualizou as planilhas orçamentárias da obra com os valores do mês de junho de 2021.

A questão da data-base do orçamento de referência – e suas implicações - é um tema bastante recorrente no âmbito das contratações públicas de obras, notadamente quando se tratam de obras de valores expressivos, principalmente pela dificuldade da constante atualização dos milhares de itens que compõem as planilhas de serviços.

Por sua vez, essa questão foi bem enfrentada pelo Tribunal de Contas da União no **Acórdão n. 19/2017 – Plenário**, no qual ficou registrado essa problemática e admitida o orçamento de referência, embora defasado em relação à apresentação das propostas, **desde que considerado como data-base para efeito de reajustamento dos preços do contrato o efetivo referencial de preços utilizado para a orçamentação da obra**. Sobre o tema, vejam-se os significativos excertos extraídos desse julgado:

Acórdão n. 19/2017 – Plenário:

(...)

2. A empresa representante se insurgiu contra os seguintes aspectos no certame em tela:

a) defasagem entre a data-base do orçamento estimado (janeiro de 2016) e a data do reajuste, o qual ocorreria após um ano a contar da entrega da proposta (13/9/2016), o que supostamente resultaria em prejuízo aos licitantes e ensejaria desequilíbrio contratual, uma vez que o interregno entre as referidas datas seria de oito meses;

(...)

9. (...) No entender da empresa representante, tal defasagem teoricamente não traria qualquer problema caso a data-base para efeitos de reajustamento contratual também fosse referenciada a janeiro/2016. Ocorre que a cláusula 15.1 do edital previu como marco inicial para a realização do reajuste a data da entrega da proposta, e não a data do orçamento de referência elaborado pela Administração. Assim, de fato, verificou-se considerável defasagem, de nove meses, entre o orçamento estimado e a abertura das propostas.

...



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. (...) o transcurso de muito tempo entre a data de elaboração do orçamento estimativo da licitação e a data de abertura das propostas é um problema recorrente na licitação de obras públicas.

15. Primeiramente, é forçoso reconhecer que não existe um prazo ou período máximo que esteja positivado na Lei de Licitações e Contratos limitando a defasagem temporal entre a data de elaboração do orçamento estimativo da contratação e a data de divulgação da licitação ou de abertura das propostas.

16. De acordo com o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado. Desse modo, antes da realização de qualquer procedimento licitatório cabe ao gestor público realizar pesquisa de mercado com a finalidade de elaborar orçamento, o qual será utilizado para se definir a modalidade de licitação, bem como proceder à necessária adequação orçamentária da despesa.

17. Além disso, o aludido orçamento estimativo servirá como parâmetro de controle da exequibilidade e economicidade das propostas, constituindo-se instrumento essencial e obrigatório para que a comissão de licitação e a autoridade superior - que homologa o procedimento licitatório - verifiquem a pertinência dos preços contratados com aqueles praticados pelo mercado.

18. Embora não seja aplicável à confecção do orçamento estimativo de obras públicas, a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, pode ser aplicada por analogia. O citado normativo estabelece que, para serem utilizadas como fonte de pesquisa de preços, as contratações similares de outros entes públicos devem estar vigentes ou terem sido concluídos nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços. A referida IN ainda dispõe que no caso da pesquisa com fornecedores somente serão admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 dias.

19. Esse prazo de seis meses também já havia sido utilizado em alguns julgados desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 3.516/2007-1ª Câmara, ..., e do Acórdão 1.462/2010-Plenário, o qual apreciou situação semelhante à tratada nos autos. ...

20. Considerando que o interregno de seis meses entre a elaboração do orçamento e a abertura do certame seja aceitável para a licitação de obras públicas, cabe perquirir quais os procedimentos exigíveis quando tal prazo fosse ultrapassado e a estimativa de custos se tornasse desatualizada. Obviamente, o procedimento desejável seria realizar a atualização do orçamento estimativo com base nos últimos relatórios do Sinapi disponíveis e proceder a nova cotação com fornecedores e/ou prestadores de serviços, nos casos em que os serviços/insumos a serem orçados não fossem abrangidos pela referida tabela de custos. Outras fontes referenciais de preços, como publicações técnicas especializadas, contratações realizadas por outros entes públicos, sistemas referenciais de custos mantidos pelas esferas estadual e municipal também poderiam ser consultadas no processo de atualização do orçamento, conforme previsão constante do art. 6º do Decreto 7.983/2013.

21. Todavia, não se pode olvidar que tal procedimento pode ser bastante árduo e trabalhoso, notadamente em obras de grande vulto e complexidade como o caso ora avaliado, cuja planilha orçamentária é composta por centenas de serviços distintos.

22. Sopesando os problemas advindos da falta de atualização do orçamento e o ônus de realizar nova pesquisa de mercado, parece-me adequada uma terceira opção, aventada pela peça inicial da empresa representante, pois o problema seria mitigado caso a data-base para efeitos de reajustamento contratual fosse



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referenciada à data de elaboração do orçamento estimativo da contratação, e não à data da entrega da proposta – critério utilizado no edital do MPOG.

23. Enfatizo que não há nenhuma ilegalidade no critério de reajuste previsto na Concorrência nº 2/2015, que se encontra integralmente aderente ao disposto nas Leis 8.666/1993 e 10.192/2001:

Art. 40. O edital conterá ...

(...)

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, ...

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

24. Como se vê, o gestor público pode adotar discricionariamente dois marcos iniciais distintos para efeito de reajustamento dos contratos: (i) a data limite para apresentação da proposta; e (ii) a data do orçamento. Ocorre que o segundo critério se mostra mais robusto, pois reduz os problemas advindos.

*25. Por esse motivo, entendo pertinente recomendar ao MPOG que, em futuras **licitações de obras públicas, quando se demonstrar demasiadamente complexa a atualização da estimativa orçamentária da contratação, adote como marco inicial para efeito de reajustamento contratual a data-base de elaboração da planilha orçamentária.** (sem destaques no original)*

(...)

Nessa linha, verifica-se que o referencial de preços adotado pela CPC pelas atualizações da variação dos índices de preços das tabelas do SINAP no período de junho/2021 até março/2023, é tido como regular pelas razões expostas no **Acórdão TCU n. 19/2017 – Plenário, haja vista que esse mesmo referencial temporal - março/2023 - será utilizado como data-base para eventual reajustamento dos preços do futuro contrato.**

Quanto a **adoção do regime não desonerado**, verifica-se que a Comissão trouxe fundamentação bastante sólida para sua justificativa. Destacam-se apenas os seguintes aspectos:

a) a **Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011**, facultou às empresas de Construção Civil, dos grupos 412, 432, 433 e 439 do CNAE 2.0, substituir a contribuição social previdenciária incidente sobre a folha de salários por uma contribuição incidente sobre a receita bruta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) o referido diploma legal limita à data de 31 de dezembro de 2023 a possibilidade de as empresas beneficiárias do regime especial recolherem as contribuições à seguridade social apuradas pela receita bruta.

Em função desse marco temporal e da incerteza da prorrogação do regime, considerando que as obras que integram o objeto deste projeto básico possuem cronograma de execução que supera esse marco temporal, OPTOU-SE pela definição dos custos unitários pela TABELA DO SINAPI NÃO DESONERADA para todos os serviços.

Até porque, tratando-se do critério de julgamento do menor preço na concorrência, para a empresa se sagrar vencedora deverá ofertar a proposta de menor valor, **independentemente do regime de contribuição tributária em que esteja enquadrada**.

Assim, para o TCU, escorado por inúmeras análises elaboradas por suas unidades técnicas, a adoção do regime desonerado ou onerado terá pouca repercussão no preço efetivamente praticado, pois as empresas, na elaboração de suas propostas, considerarão os respectivos regimes tributários aplicáveis, independentemente daquele considerado nas estimativas. Nesse sentido, são as conclusões do **Acórdão n. 2594/2021 – Plenário, em harmonia com o Acórdão n. 2622/2013 – Plenário**.

c) diante da opção facultada ao empresário, **o edital deverá conter ressalva** para esclarecer que o licitante poderá apresentar sua planilha de preços onerada ou desonerada, desde que apresente a tributação adequada de acordo com a opção, em especial quando apresentar proposta pelo regime desonerado, no qual deverá ser informado o valor relativo à contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta, conforme previsto no Artigo 7, IV, e Art. 9º, § 16, da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e de acordo com orientação do TCU no mesmo Acórdão n. 2.622/2013 – Plenário.

No edital também deve ser estipulado que, uma vez feita a opção na proposta de preços, ela será irretratável, na forma do artigo 9º, §16 da Lei 12.546/2011.

ÍNDICES DO BDI: A Comissão também registra que sobre os custos unitários e, por consequência, o orçamento global de referência, foi aplicado o **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)** indicados na página 1 do Memorial Descritivo do Orçamento, Anexo III, que trata da composição dos BDI's, nos seguintes patamares:

a) **BDI de 25,97%** (vinte e cinco inteiro e noventa e sete centésimos por cento), referente a convencional;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) BDI de 19,43% (dezenove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente aos serviços gerais; e;

No entendimento deste Coletivo Jurídico o tema de formação do índice de BDI que venha a ser adotado para cada obra ou serviço de engenharia é **matéria de natureza técnica da área de engenharia** e que, portanto, **escapa de sua competência**. Isso porque, apesar de terem seus limites iniciais definidos pelos acórdãos referidos no PB, também podem ser acrescidos - ou mesmo modelados de forma justificada - a partir do exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, **levando em consideração as peculiaridades de cada caso concreto**, veja-se, entre outras passagens:

Acórdãos n. 2369/2011 – TCU – Plenário

(...)

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto: (..)

Como visto, a adequação dos índices de BDIs aos limites máximos orientados pelo TCU - ou eventualmente a extrapolação justificada desses patamares - compete exclusivamente à área técnica de engenharia deste Tribunal, no caso à Comissão de Planejamento de Contratação, haja vista que que composta também por profissionais da área técnica de engenharia.

Nesse compasso, verifica-se que a Comissão, coletivo com competência para tanto, registrou no **item 7.5 do PB** que a média dos referidos percentuais dos BDIs foi definida em harmonia com os **Acórdãos n. 2369/2011 – TCU – Plenário e 2.622/2013 - TCU - Plenário**.

VIII - capítulo 8: trata da aderência ao planejamento orçamentário, CPC indica a legislação de aplicável a esse tema e demonstra que a despesa pretendida tem fonte orçamentária certa para execução no exercício de 2023, veja-se:

8.5. O suporte orçamentário para a execução dos valores estimados no exercício de 2023 consta da Proposta de Lei Anual de Orçamento do exercício 2023 que tramita no Congresso Nacional através do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN n. 32, de 2022, na condição de investimento plurianual, destacado na ação orçamentária 159L - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia – RO, vinculada ao Plano Plurianual 2020-2023 através do programa de gestão 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, com previsão dotações de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para o exercício 2023.

IX - capítulo 9: trata do certame licitatório a Comissão trouxe os diversos aspectos associados direta ou indiretamente ao certame licitatório.

Dada a sua relevância para a elaboração do edital da licitação, este Coletivo Jurídico fará a análise de todos aqueles pontos entendidos como passíveis de questionamentos na fase competitiva, podendo assim subsidiar a Comissão Especial de Licitação em sede de eventuais incidentes de esclarecimentos ou impugnações. Mais uma vez deve ser destacado o trabalho muito bem fundamentado pela CPC, o que muito facilita a análise jurídica deste Coletivo, que se fará adiante de forma segmentada:

9.1 Adoção da modalidade de concorrência pública:

Tratando-se o objeto da contratação de obras - na forma definida pelo **art. 6º, I, da Lei n. 8.666/93**, tem-se, de plano, o afastamento da modalidade especial do Pregão, disciplinada pela **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002**, e que se destina à contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia.

Assim, adotado o regime da **Lei n. 8.666/93** – possibilidade já analisada por este Coletivo na Seção 3.1 deste parecer - tem-se que a definição da modalidade licitatória se dá em função do valor da contratação – e não do objeto pretendido, ao contrário do atual regime de contratações disciplinado pela **Lei n. 14.133/2021**. Nesses termos, como o valor da obra foi estimado em **R\$ R\$ 9.809.167,40** (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos), deverá ela ser contratada por meio de certame licitatório na modalidade de **CONCORRÊNCIA**. Veja-se:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sobre o valor da obra e a aplicação da modalidade licitatória da concorrência há, ainda, alguns aspectos a serem considerados neste parecer.

Na forma do **art. 120 da Lei n. 8.666/93**, os patamares financeiros associados à definição de limites para fins de licitação foram **atualizados** pelo Poder Executivo Federal por meio do **Decreto n. 9.412, de 18 de junho de 2018**, passando a modalidade de concorrência a ser adotada para obras com valores superiores a **R\$ 3.300.000,00** (três milhões e trezentos mil reais).

Essa informação ganha relevância para a verificação da possível classificação da obra como sendo de “**grande vulto**”, na forma definida pela **Lei n. 8.666/93**. Veja-se:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se

V - **Obras, serviços e compras de grande vulto** - aquelas cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 desta Lei;

Como visto, de acordo com a definição legal, as contratações com valores superiores a **R\$ 82.500.000,00** (oitenta e dois milhões e quinhentos mil reais - R\$ 3.300.000,00 X 25) estão enquadradas na categoria de grande vulto submetida a certas regras definidas pela própria Lei n. 8.666/93. **Contudo, não é o caso da obra objeto do parcelamento e pretendida nesta contratação.**

No entanto, caso considerado o valor do objeto global da obra, ela estaria submetida a tais condições especiais definidas pela **Lei n. 8.666/93**, veja-se:

Habilitação técnica:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de **grande vulto**, de alta complexidade técnica, **poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução**, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

Quanto à exigência de garantia:

Garantia:

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

...

§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.

*§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de **grande vulto** envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)*

Veja-se que as duas condições especiais derivadas das obras de grande vulto são **facultativas** à Administração.

Tanto é assim que a **Comissão justificou o afastamento** da exigência de apresentação pelos licitantes da metodologia de execução da obra (art. 39, §8º) no **item 9.5.3 do PB**, visto que a obra não apresenta alta complexidade técnica e também porque será disponibilizado o projeto executivo detalhado que já indica qual processo construtivo será adotado.

Em relação à possibilidade de elevação do percentual de garantia do contrato para 10% (art. 56, § 3º), preferiu manter o patamar de 5% (cinco por cento - o **item 10.2.2, III, do PB**), talvez porque esteja exigindo também seguros contra riscos de engenharia e responsabilidade civil profissional (**item 10.2.2, III, do PB**).

Por fim, tem-se ainda no **art. 39 da Lei n. 8.666/93** a exigência de **audiência pública** concedida pela autoridade responsável, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital. Contudo, esse procedimento de caráter vinculativo apenas será aplicável às contratações com valor superior a **100 (cem) vezes** o limite previsto no **art. 23, inciso I, alínea "c", desta Lei**, o equivalente a **R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões)**, patamar bastante superior ao orçado para a obra pretendida.

Assim, em função da razão da natureza do objeto e de seu valor, tem-se que a contratação deverá ser precedida de licitação na modalidade de **concorrência** do tipo menor preço, com forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento no **art. 6º, VIII, "a", c/c art. 10, II, "a", c/c art. 22, I, c/c art. 23, I, "c", c/c art. 45, § 1º, I, todos da L. 8.666/93**.

9.2 inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tratando-se de empreitada por preço global, não será aplicável a regra do **art. 48, III, da LC n. 123/2006, e art. 8º do Decreto Federal n. 8.538/2015**, que estabelecem a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou a estipulação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

Por sua vez, a Comissão registrou que mesmo com a previsão de **subcontratação** de alguns serviços, **não está prevendo a aplicação a regra da subcontratação obrigatória** de microempresa ou empresa de pequeno porte prevista no **art. 48, II da LC n. 123/2006 e art. 7º, do Decreto Federal n. 8.538/2015**.

Justificou a medida pelo fato de que esses serviços são da área de engenharia e quando aglutinados, de forma geral, são prestados por empresas de médio e grande porte econômico, como é o caso das empresas que atuam no segmento de terraplanagem, drenagem e pavimentação. A ausência dessa exigência, todavia, não impede que a contratada venha a subcontratar com ME/EPPs que possam atender alguns serviços auxiliares necessários à execução dos serviços finalísticos pretendidos.

De fato, as referidas regras de preferência, podem ser afastadas de forma justificada quando, por exemplo, não for vantajoso – ou não for mesmo viável - para a Administração ou, ainda, representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, como no caso em análise que essa opção poderia levar à total ineficácia da medida porque os serviços que poderão ser subcontratados são, na sua grande maioria, prestados por empresas de maior porte.

Nessa linha, verifica-se que a justificativa apresentada pela CPC tem lastro no **art. 49, III, da LC n. 123/2006**, veja-se:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:

...

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; (sem destaque no original)

9.3 Das condições de participação:

Neste tópico pode ser destacado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – A admissão da **participação de empresas em consórcio**, nos termos do **artigo 33 da L. 8.666/1993**: De fato, essa medida é recomendada fortemente pelo Tribunal de Contas da União, por exemplo, no **Acórdão TCU n. 310/2004 - Plenário**, como forma de ampliar a competitividade do certame;

II - A admissão da **participação de empresas estrangeiras**, de forma isolada ou em consórcio, nos termos dos respectivos **artigos 3º, II, e 33 da L. 8.666/1993**, e, até mesmo as empresas estrangeiras que não funcionem no País, posto que elas podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, de acordo com a **IN SEGES n. 10, de 2020, que alterou a IN SEGES n. 3, de 2018**. Esse mesmo normativo prevê a possibilidade de que um ou mais documentos requeridos não existam em outros países, situação na qual o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. Assim, deverão atender, tanto quanto possível, às exigências de habilitação e proposta mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente (**art. 32, § 4º, da Lei n. 8.666/93**);

III – Vedação de participação no certame:

a) de acordo com o PB, não poderão participar da licitação a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ n. 01.693.698/0001-30**, autora dos projetos que serão objeto de execução nesta contratação e a empresa **EACE - Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda. - CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23**, contratada para os serviços técnicos de fiscalização da elaboração dos projetos, ambas impedidas legalmente na forma do **art. 9º, I, da Lei n. 8.666/93**;

b) também não poderá participar da licitação a empresa que tenha vínculo com os autores dos projetos, não descaracterizando a ilicitude o desligamento recente deste do quadro societário da licitante, em tempo próximo ao lançamento do instrumento convocatório (**Acórdão TCU n. 1170/2010 - Plenário e Acórdão TCU n. 9917/2016 - 2ª Câmara**).

Tais regras de vedação deverão constar expressamente do edital do certame.

9.5. Dos documentos de habilitação - Envelope n. 1:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que as exigências de **habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica**, explicitadas nos **itens 9.5.1 a 9.5.3 do PB**, derivam dos normativos legais ou orientações emanadas por acórdãos do TCU e explicitados no texto pela CPC, como também em função de justificativas registradas pela Comissão para lastrear algumas das exigências ali relacionadas, como no caso dos requisitos mínimos de liderança para os consórcios, regras específicas para apresentação de documentos por empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil e quantitativos mínimos para fins de comprovação de qualificação operacional das empresas ou profissional dos responsáveis técnicos indicados pelos licitantes.

Destaca-se, quanto aos requisitos de **habilitação técnica**, a inclusão de justificativa técnica da exigência de comprovação de quantitativos mínimos de serviços no patamar de 50% do objeto e para a vedação de somatório de atestados de capacidade técnica operacional, como também para os acervos exigidos à comprovação da qualificação profissional (**itens 9.5.3.1 e 9.5.3.2**).

Por seu turno, quanto à **qualificação econômico-financeira descrita no item 9.5.4 do PB**, verifica-se a preocupação da Comissão com a efetiva comprovação da boa situação financeira das licitantes, na medida em que está exigindo essa comprovação por meio dos seguintes instrumentos:

a) o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, devem comprovar índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) Comprovação de Patrimônio Líquido correspondente a 10% do valor total estimado do contrato, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, conforme teor do **art. 31, §3º, Lei n. 8.666/93 (Acórdão TCU n. 2.397/2017-Plenário)**.

Em um necessário *link* com o tema das garantias contratuais, também previstas pelo PB, nota-se que o TCU já **vedou a exigência quando cumulada com a comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo** disciplinados pelo **art. 31, § 2º da Lei n. 8.666/93**. Veja-se o teor do enunciado da **Súmula TCU 275**:

SÚMULA N. 275/2012

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Esse entendimento da Súmula 257 foi superado pela jurisprudência do TCU, que passou a admitir a comprovação de patrimônio líquido mínimo pelo licitante, para fins de qualificação econômico-financeira, concomitantemente com previsão de prestação de garantia contratual (art. 56) pelo contratado, mantendo a vedação apenas em relação à garantia de proposta, que não está sendo exigida no PB. Veja-se:

Acórdão n. 2.397/2017 Plenário

Ementa: Não viola o art. 31, § 2º, da Lei 8.666/1993 o edital da licitação exigir comprovação de patrimônio líquido mínimo pelo licitante, para fins de qualificação econômico-financeira, concomitantemente com previsão de prestação de garantia contratual (art. 56) pelo contratado. Afrenta aquele dispositivo legal a exigência simultânea de patrimônio líquido mínimo e de garantia de participação na licitação (art. 31, inciso III) como requisitos de habilitação. (sem destaque no original)

c) declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos (Anexo XI do PB - evento [1003654](#)) que comprove que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, tendo como fundamento o **art. 31, § 4º, da L. 8.666/93 e o Acórdão TCU n. 592/2016 - Plenário;**

d) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial.

Por fim, constata-se a regra disciplinada para a **habilitação de consórcios**, permitindo-se o somatório dos quantitativos para efeito de qualificação econômico-financeira e técnica das empresas integrantes do consórcio – e dos acervos dos responsáveis técnicos indicados - na proporção de sua respectiva participação e **desde que observadas as regras estabelecidas em relação aos quantitativos mínimos definidos no PB** - estando também em harmonia com a redação do **art. 33, III, da Lei n. 8.666/93.**

9.6. Dos documentos da proposta comercial - Envelope n. 02:

As regras para elaboração e apresentação da proposta comercial pelas licitantes – que deverão ser inseridas no edital do certame – foram disciplinadas neste subitem e, de igual fora, derivam dos normativos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legais ou orientações emanadas por acórdãos do TCU e explicitados no texto pela CPC, como também em função de justificativas registradas pela Comissão para lastrear algumas das exigências ali relacionadas, das quais podem ser destacadas:

I – Criação de um modelo para a apresentação da proposta comercial, conforme Anexo VI do projeto básico ([1003647](#)), que não é padronizado, mas que deverá conter, no mínimo, todos os elementos que dela constam. O PB também lista no **item 9.6.1, I**, a observância de outras exigências pelos licitantes, das quais se destacam:

a) apresentação de planilha de custos e formação de preços, nos moldes daquela que integra o Anexo I (projetos e planilhas orçamentárias - [1003641](#));

b) a composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme Anexo II - [1003642](#);

Importante destacar que, no **item 9.6.1.2. da composição do BDI** (bonificação e despesas indiretas), a CPC trouxe explicações sobre alguns aspectos do BDI, tal como composição, extraída do **Acórdão TCU n. 2.622/2013 – Plenário**, e os índices adotados, também de acordo com esse julgado.

Sobre os índices do BDI adotados para a contratação, reprise-se aqui o que já afirmado neste parecer quando da análise do Capítulo 7 do PB: a adequação dos índices de BDIs aos limites máximos orientados pelo TCU - ou eventualmente a extrapolação justificada desses patamares - compete exclusivamente à área técnica de engenharia deste Tribunal, no caso à Comissão de Planejamento de Contratação, haja vista que que composta também por profissionais da área técnica de engenharia, motivo pelo qual escapa da competência deste Coletivo Jurídico.

Alicerçada também em entendimentos do TCU - dos quais cita os **Acórdãos 1551/2008, 804/2012 e 1452/2017, todos do Plenário** – a Comissão registrou que, durante a fase da licitação, a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima dos limites considerados no Projeto Básico só deverá acontecer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por custos inferiores aos paradigmas.

c) a apresentação de cronograma físico-financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme Anexo I, no qual deverá ser observado o prazo de execução 12 (doze) meses.

II – No tocante à desclassificação das propostas, tratada no **item 9.6.2 do PB**, destacam-se as regras acerca da desclassificação por inexequibilidade, definida pelo **art. 48, II, c/c § 1º, “a” e “b”, ambos da Lei n. 8.666/93**.

Assim, das licitantes classificadas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores, a saber: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou b) valor orçado pela Administração, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de **GARANTIA ADICIONAL**, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a **diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta** (art. 48, § 2º, L. 8.666/93). **Essa regra deverá constar do edital do certame.**

Nota-se que essa regra, encontra-se em harmonia com a referida previsão legal e, ainda, com as conclusões firmadas pelo TCU no recente **Acórdão n. 169/2021-Plenário**.

III – Em relação às regras do julgamento das propostas, tratadas no **item 9.6.3 do PB**, destacam-se as aquelas atinentes à aceitabilidade de preços, a saber:

a) o registro de que os preços máximos de cada uma das **etapas** previstas no cronograma físico-financeiro para a execução do objeto são os definidos no orçamento de referência, na forma do **Parágrafo único do art. 13 do Decreto 7.983/2013**;

b) o registro de que, na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados **custos unitários diferentes** daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência adotados para a orçamentação, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, incluído o valor correspondente ao BDI, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência adotados pela Administração licitante (**art. 13, I, Decreto 7.983/2013**).

c) o rol com as informações obrigatórias que devem conter a composição dos custos unitários para a aceitação do preço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Essa regra deverá constar do edital do certame. As demais regras apenas reproduzem o procedimento de classificação e aceitação das propostas, de ordinário já integrantes dos editais de licitação.

X - Capítulo 10: Neste capítulo a Comissão trouxe os diversos aspectos associados direta ou indiretamente à fase da contratação do objeto. Verifica-se que a Comissão disciplinou de forma bastante detalhada as regras específicas para as diversas etapas que compreendem o procedimento da contratação. Vê-se que algumas são bastante comuns, haja vista que integram costumeiramente as contratações deste órgão; outras, entretanto, foram formatadas em função de cautelas certamente associadas ao expressivo valor da obra que se pretende contratar.

A análise deste Coletivo Jurídico será dirigida **SOMENTE** aos aspectos que possam eventualmente gerar controvérsias, o que se fará adiante.

I - Fase posterior à assinatura do contratado - item 10.2.2 do PB

No inciso IV, verifica-se a obrigação para que o contratado apresente seguro contra riscos de engenharia e responsabilidade civil profissional, com validade para todo o período de execução da obra, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos pelos eventos de risco a ela imputados de forma exclusiva, descritos no ANEXO VII ([1010052](#)), além de outros riscos inerentes a esse tipo de seguro. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra.

Para fundamentar a exigência, a CPC indicou o **Acórdão TCU 1465/2013** e, ainda a **Portaria TCU 128, de 14 de maio 2014. A licitude e razoabilidade de tal exigência foi analisada no item 75, III, deste parecer.** Como já referido, o TCU orienta que os editais de obra contemplem seguros de risco de engenharia, fruto de uma matriz de riscos, adequados aos vários aspectos e particularidades que deverão conter as condições que a apólice abarcará, conforme as características de cada empreendimento a ser segurado. Tais requisitos encontram-se preenchidos pela definição dos riscos de engenharia já no mapa de gestão de riscos elaborado pela CPC ([1003657](#)) e pelos eventos de risco e coberturas mínimas da apólice definidas pelo Anexo VII do PB ([1010052](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – Das alterações do contrato - item 10.4 do PB:

No inciso II desse subitem, a Comissão estabeleceu que deverá constar do contrato **cláusula expressa de concordância da contratada com a adequação do projeto** que integrar o edital de licitação, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no **§ 1º do art. 65 da Lei n. 8.666, de 1993**.

Referida exigência decorre do **inciso II do art. 13 do Decreto Federal n. 7983/2013** e tem seu fundamento pela adoção do regime de empreitada por preço global. Como registrado, essa regra de concordância deverá constar expressamente da minuta do contrato, anexo ao edital, o que efetivamente se verifica na redação da Subcláusula Terceira da CLÁUSULA PRIMEIRA do instrumento juntado no evento [1006796](#).

III – Do reajuste dos preços contratados - item 10.6 do PB:

Embora se trata-se de **contrato de escopo** com previsão de prestação de serviços pelo prazo de 12 (doze) meses, a que a data-base do orçamento foi fixada em março/2023. Além disso, dada a eventual ocorrência de situações, sem culpa da contratada, que exija a prorrogação de prazos, o PB traz as regras de reajustamento dos valores contratados, em conformidade com a **Lei n. 10.192/2001** e os **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU, e, ainda, o PARECER n. 00004/2019/CPLC/PGF/AGU, de 23/9/2019**.

Assim, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados de **março/2023**, data-base do orçamento dos preços de referência - de acordo com o explicitado no **item 7.4 do PB** e analisado neste parecer quando da verificação das regras do Capítulo 7.

Para tanto, está sendo adotado o **Índice Nacional da Construção Civil - INCC**, de acordo com as regras definidas no PB para o reajuste em relação aos serviços executados e aqueles ainda em execução (**item 10.6. II**).

O reajuste de preços decorre da álea ordinária e está vinculado a um índice previamente definido no contrato. Tem como ideia



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

central a reposição da perda do poder aquisitivo da moeda por meio do emprego de índices de preços prefixados no contrato administrativo e encontra seu fundamento no **art. 40, XI e 55, III, ambos da Lei n. 8.666/1993**, vejam-se:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

(...)

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(..)

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

(...)

Por sua vez, a **Lei n. 10.192, de 14/2/2001**, admite, para reajustar os contratos, a utilização de índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados.

Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

§ 2º Em caso de revisão contratual, o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, ou de nova revisão, será a data em que a anterior revisão tiver ocorrido.

(...)

Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com o que publicado no site da **Fundação Getúlio Vargas - FGV** (www.portallibre.fgv.br), instituição responsável pela elaboração e divulgação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, esse referencial, com periodicidade mensal:

"(...) possibilita o pleno acompanhamento da evolução dos preços de materiais, serviços e mão-de-obra mais relevantes para a construção civil.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) foi o primeiro índice desenvolvido para monitorar a evolução dos preços de materiais, serviços e mão-de-obra destinados a construção de residências no Brasil. Além de se um dos índices componentes do Índice Geral de Preços (IGP) do FGV IBRE, o INCC continua sendo, mais de 70 anos depois, um dos mais importantes indicadores de preços para o seu segmento."

Nesse viés, verifica-se que a adoção do Índice Nacional da Construção Civil - INCC está em harmonia com os textos normativos supracitados, vez que podem refletir a variação efetiva dos custos setoriais dos diversos itens que formam os preços da construção civil no Brasil.

IV – Da Subcontratação - item 10.7 do PB:

Verifica-se que a Comissão, optou por vedar a subcontratação de serviços. Nenhum reparo. A subcontratação, desde que parcial, prevista no **art. 72 da Lei n. 8.666/93**, é uma faculdade conferida à Administração, tendo sido afastada de forma expressa para os serviços pretendidos.

V - Aspectos associados à execução e recebimentos provisório e definitivo dos serviços - Itens 10.10.1 e 10.10.2:

Notam-se que as regras e condições que formam o conteúdo desses itens, embora materializem comandos normativos, como no caso do recebimento provisório e definitivo da obra, dizem respeito às questões de ordem pragmática, voltados à execução regular dos serviços.

Destaca-se o cuidado da CPC ao elencar, no **item 10.10.1, II**, o extenso rol de documentos que a contratada deverá apresentar na fase do recebimento provisório da obra, assim como os procedimentos que se seguem até o recebimento definitivo, para o qual também se exige uma gama de documentos, na forma descrita do **item 10.10.2, II**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Obrigações das partes - Item 10.11:

A análise do conjunto de obrigações das partes não revela pontos que mereçam maior destaque, sendo todas decorrentes do natural vínculo que será inaugurado com a celebração do contrato administrativo que regulará a relação entre a Administração contratante e a futura contratada para a execução da obra.

Chama a atenção, todavia, o **item 10.12.3.2**, que trata das obrigações sociais, comerciais e fiscais. Não obstante, tais encargos foram formatados em harmonia com as exigências de **sustentabilidade social**, disciplinadas no **capítulo 6, item 6.1.1.3 do PB**.

XI - capítulo 11: Nota-se que, de plano, a Comissão elencou os casos passíveis das **sanções punitivas** definidas pelo **art. 87 da Lei n. 8666/93**, quais sejam: **a)** advertência; **b)** multa; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a contratante; e **d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Quanto à **multa moratória** prevista no **art. 86 da Lei n. 8.666/93**, à CPC trouxe sistemática que permite aferir concretamente a parcela de descumprimento das obrigações durante a execução do contrato para apenas sobre ela fazer incidir a sanção. Nesse aspecto, a Comissão agiu plenamente de acordo com o entendimento do **TCU** sobre o tema, que orienta aos gestores públicos a aplicação de sanções com observância dos critérios de **razoabilidade e proporcionalidade**. A título meramente exemplificativo, veja-se o acórdão adiante:

Acórdão 2.345/2017 – Plenário (Voto):

(...)

*28. Observo que tanto a multa moratória prevista no art. 86 da Lei de Licitações quanto a sanção do art. 87, inciso II, do mesmo diploma legal são penalidades administrativas cuja dosimetria depende de uma avaliação discricionária da Administração, balizada pelas cláusulas contratuais e pelos **princípios da razoabilidade e proporcionalidade**.*

Mesmo as multas por eventuais atrasos na conclusão do objeto - que significa o todo - foi estabelecida em patamar bastante razoável de 0,05% ao dia, também alinhada com a orientação do TCU. Já nas situações de **inexecução parcial e total** da obrigação, que ensejam multas mais robustas, também foram previstos prazo bastantes elásticos para a sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

configuração, permitindo à contratada a retomada da regularidade na execução do contrato com vistas a sua conclusão.

Nota-se ainda a materialização dos **Princípios da razoabilidade e proporcionalidade** no estabelecimento de multas graduadas em relação à gravidade das diversas ocorrências de descumprimento descritas nos quadros contidos no **item 12.2.2, VII do PB**.

Nessa linha, verifica-se que o estabelecimento das sanções observou as disposições legais aplicáveis e, ainda, estão em sintonia com as orientações do TCU sobre esse tema.

XII - capítulo 12: Na forma do **item 12.1 do PB** a gestão e a fiscalização do contrato será realizada por comissões especialmente designadas pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral para essas tarefas, de acordo com o **§ 2º do art. 22 da IN TRE-RO n. 004/2008**.

Relembra-se que, de acordo com o que ficou registrado no Capítulo 12 dos Estudos Técnicos Preliminares, evento [1003890](#), a Administração contratará pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização dos serviços.. A contratação deverá contemplar também a figura do agente comissionador do LEED para orientar e monitorar a aplicação das normas exigidas pela Certificação LEED. As atribuições desse profissional serão detalhadas nos documentos dessa contratação correlata.

XIII - capítulo 13, 14, 15 e 16: Esses capítulos trazem disposições meramente informativas que dispensam qualquer referência nesta análise.

81. Como afirmado anteriormente, o minucioso **Projeto Básico n. 8/2023 ([1010049](#))** foi produzido a partir dos elementos exigidos pelo **art. 6º da Lei n. 8.666/93**, acrescido também por diversas outras regras e condições que deverão ser observadas no certame e na execução do futuro contrato. Nessa tarefa, observou-se que a Comissão buscou fundamentar, principalmente por meio da indicação das normas jurídicas e acórdãos do TCU, a sustentação para as diversas medidas, soluções, regras e condições que foram adotadas para o dimensionamento das regras dos documentos da fase interna da contratação, entre eles o projeto básico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

82. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

JURÍDICA: Concluída sua análise, tem-se que as considerações deste Coletivo Jurídico, registradas nos capítulos e itens específicos do PB em exame, foram todas no sentido de aferir a regularidade das regras e condições elaboradas pela Comissão de Planejamento da Contratação, estando o **Projeto Básico n. 8/2023 (1010049)** em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e demais normas aplicáveis, e, ainda, consentâneo com as orientações que constam dos diversos acórdãos do Tribunal de Contas da União, todos indicados no referido documento.

IV – CONCLUSÃO

83. Pelo exposto e por tudo o mais que consta neste processo, esta Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos **conclui:**

I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, a saber:

a) **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, juntado no evento [1003890](#), produzido pela Comissão de Planejamento da Contratação em cumprimento ao comando do **art. 6º, IX, da Lei n. 8.666/93**, adotado nas contratações do TRE-RO por determinação da Presidência deste Tribunal (evento 0509011 - PSEI 0000549-50.2020.6.22.8000) e que orientou-se também pelas regras e diretrizes da **Instrução Normativa SEDG/ME n. 40, de 26 de maio de 2020**, estando seus elementos em harmonia com os referidos normativos, como também apontam critérios, medidas e práticas respaldadas pelas normas expressamente referidas nesse documento e, ainda, pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, na forma analisada nos itens 57 a 70 deste parecer e, ainda os fundamentos registrados na Seção 3.1.2 do Parecer Jurídico n. 01/2023 (0980302);

b) **Mapa de Gestão de Risco da contratação**, juntado no evento [1010054](#), produzido pela Comissão em cumprimento às regras da **Resolução CNJ n. 347/2020; Resolução TSE n. 23.702/2022; IN SG/MPDG n. 5/2017; Resolução TRE-RO n. 5/2017**, e da **Portaria DG/TRE-RO n. 146/2021**, que em seu artigo 2º dá publicidade ao **Manual de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**, que estabelece os procedimentos e instrumentos práticos para a implementação da gestão de riscos no âmbito do TRE/RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0723933](#)), como ferramenta de apoio e orientação e o **Manual Operacional de Gestão de Riscos (MICROPROCESSO DE CONTRATAÇÃO)** - [0723934](#), ambos do PSEI n. [0000616-49.2019.6.22.8000](#), na forma analisada nos itens 71 a 77 deste parecer;

c) **Projeto Básico n. 8/2023, juntado no evento [1010049](#)**, produzido pela Comissão em cumprimento ao comando do **art. 6º, IX, da Lei n. 8.666/93**, estando seus termos e condições em conformidade com as regras da **Lei n. 8.666/93**, demais normas aplicáveis e, ainda, consentâneo com as orientações que constam dos diversos acórdãos do Tribunal de Contas da União, todos indicados no referido documento, na forma analisada nos itens 78 a 82 deste parecer;

II - pela possibilidade de aprovação dos referidos documentos da fase de planejamento da contratação, inclusive o projeto básico e seus anexos, pelas fundamentos apontados neste parecer, também analisados e tidos como regulares pela SAC ([1006785](#)), caso assim entenda a autoridade competente para o ato;

III - pela aplicação do regime jurídico da **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993**, à contratação pretendida, isso porque se trata de um "procedimento continuado", referido no **Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário**, da contratação anterior (obra completa), que foi autorizada na data de 10/03/2023. Mesmo que assim não fosse, tem-se como certa a existência de autorização legal, pela redação **dos arts. 191 c/c 193, II, "a", da Lei n. 14.133/2021, na redação conferida pela Medida Provisória n. 1167/2023**, para que a Administração continue a utilizar o regime jurídico da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação, devendo, para tanto, na forma da referida regra legal, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

IV - tratando-se de obra com valor estimado de **R\$ 9.809.167,40** (nove milhões, oitocentos e nove mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos), o objeto deverá ser contratado por meio de certame licitatório na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, com fundamento no **art. 23, I, "c", da Lei n. 8.666/93**.

O edital de licitação, caso aprovada a contratação pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer a licitação na modalidade de **concorrência** seja **tipo menor preço**, com forma de execução indireta, sob o regime de **empreitada por preço global**, com fundamento no **art. 6º, VIII, "a", c/c art. 10, II, "a", c/c 22, I, c/c art. 23, I, "c", c/c art. 45, § 1º, I, todos da Lei n. 8.666/93**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme já apontado no item 12 deste parecer, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2023 e a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF informou que consta neste processo a programação orçamentária da despesa, juntada no evento [0980154](#). Assim, nota-se o cumprimento dos **arts. 58 e 60 da Lei n. 4.320/1964; arts. 7º, § 2º, II e 57, I, ambos da Lei n. 8.666/93** e, ainda, do disposto no **art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo, da LC n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal**, tem-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

V - tratando-se de empreitada por preço global, NÃO será aplicável a regra do **art. 48, III, da LC n. 123/2006, e art. 8º do Decreto Federal n. 8.538/2015**, que estabelecem a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou a estipulação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar; tampouco terá aplicação, de forma justificada no PB, a previsão de **subcontratação obrigatória de microempresa ou empresa de pequeno porte** prevista no **art. 48, II, da LC n. 123/2006, e art. 7º do Decreto Federal n. 8.538/2015**, o que, todavia, não impede que a contratada venha a subcontratar com ME/EPP'S que possam atender algum serviço passível de subcontratação;

VI – aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no capítulo 6 do PB e analisados no item 80, VI, deste parecer.

84. Em razão dos fundamentos apontados neste parecer, além das demais disposições que constam do PB e que já ordinariamente são disciplinadas, **as regras adiante deverão também constar expressamente do edital do certame:**

I - ressalva no sentido de que os licitantes poderão apresentar suas planilhas de preços com regime tributário onerado ou desonerado, desde que apresente a tributação adequada de acordo com a opção, em especial quando apresentar proposta pelo regime desonerado, para o qual deverá informar o valor relativo à contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta, conforme previsto no **artigo 7º, IV, e art. 9º,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 16, da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e de acordo com orientação do TCU no Acórdão n. 2.622/2013 – Plenário;

II - registro que, uma vez feita a opção referida no item anterior ela será irretratável, na forma do **artigo 9º, § 16, da Lei n. 12.546/2011;**

III - vedação de participação no certame:

a. não poderão participar da licitação a empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ n. 01.693.698/0001-30, autora dos projetos que serão objeto de execução nesta contratação e a empresa EACE - Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda. - CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, contratada para os serviços técnicos de fiscalização da elaboração dos projetos, ambas impedidas legalmente na forma do **art. 9º, I, da Lei n. 8.666/93;**

b. a empresa que tenha vínculo com os autores dos projetos, não descaracterizando a ilicitude o desligamento recente deste do quadro societário da licitante, em tempo próximo ao lançamento do instrumento convocatório (**Acórdão TCU n. 1170/2010 - Plenário e Acórdão TCU n. 9917/2016 - 2ª Câmara**).

IV - das licitantes classificadas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores, a saber: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou b) valor orçado pela Administração, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de GARANTIA ADICIONAL, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a **diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta** (art. 48, § 2º, L. 8.666/93).

V - quanto ao julgamento das propostas:

a. o registro de que os preços máximos de cada uma das **etapas** previstas no cronograma físico-financeiro para a execução do objeto são os definidos no orçamento de referência, na forma do **parágrafo único do art. 13 do Decreto 7.983/2013;**

b. o registro de que, na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados **custos unitários diferentes** daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência adotados para a orçamentação, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeiro do contrato, incluído o valor correspondente ao BDI, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência adotados pela Administração licitante (**art. 13, I, Decreto n. 7.983/2013**).

c. o rol com as informações obrigatórias que devem conter a composição dos custos unitários para a aceitação do preço (**item 9.6.3.2, III, do PB**).

85. Por fim, considerando que o **Capítulo 10, item 10.1.I, do PB** prevê a formalização de instrumento de contrato, a SECONT elaborou a minuta juntada no evento [1006796](#). Contudo após as alterações processadas pelo novo Projeto Básico n. 8/2023 ([1010049](#)), **a referida minuta deverá também ser atualizada para registrar as novas redações de alguns dispositivos**, a saber:

I - Cláusula Terceira, vedação da subcontratação, na forma da nova redação do item 10.7 do PB;

II - Cláusula Oitava, ajuste dos percentuais do BDI, de acordo com a nova redação do item 7.5 do PB;

III - Cláusula Décima Primeira, regra acerca do seguro contra riscos de engenharia, nova redação do item 10.2.2, IV do PB.

86. Após as alterações indicadas - e outras que se entender necessárias - a SECONT juntará nova minuta ao processo, a qual será analisada juntamente com a minuta do edital do certame para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, motivo pelo qual o processo poderá ter sua tramitação regular.

À consideração da autoridade administrativa.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 16/05/2023, às 18:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO DO NASCIMENTO DA SILVA, Assessor Jurídico**, em 17/05/2023, às 12:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO SADECK FILHO, Assessor Jurídico**, em 17/05/2023, às 17:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1010792** e o código CRC **2E00FCF4**.

0002281-95.2022.6.22.8000

1010792v12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

Processo: 0002281-95.2022.6.22.8000

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral

Assunto: Contratação. Construção da nova sede do Tribunal.

DECISÃO Nº 27 / 2023 - PRES/ASESP

Vistos.

Tratam os autos do registro dos atos referentes à contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia para a execução de obra de construção da nova sede do Tribunal.

Realizada a respectiva licitação, conforme autorizado por meio da decisão n. 17/2023 ([0983858](#)), o certame foi declarado deserto ([1000374](#) e [1001261](#)).

Em razão disso, a Assessoria de Engenharia da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (ASSENGE), após análise dos motivos do desinteresse por parte das empresas da construção civil, propõe o parcelamento do objeto ([1002946](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para tanto, a ASSENGE juntou novo projeto básico, que após diligências indicadas pelas demais unidades técnicas, consta como projeto básico n. 8/2023 ([1010049](#)).

A Seção de Apoio às Contratações (SAC) atestou a conformidade do projeto básico ([1006785](#)).

A Seção de Contratos (SECONT) juntou a minuta de contrato ([1006796](#)).

A Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos (CEPJ) juntou parecer favorável à contratação e aprovou a minuta de contrato ([1010792](#)).

A SAOFC manifestou favorável à deflagração do processo ([1010997](#)).

No mesmo sentido foi a manifestação da Diretoria-Geral ([1011619](#)).

É o relatório.

Conforme manifestação da ASSENGE ([1002946](#)), após reuniões com empresas e sindicato da construção civil, foi relatado:

(...)

a) O valor da obra associada às exigências técnicas causou um desistímulo às empresas com possibilidade de participar do certame;

b) Segundo os licitantes, há um vazio de interesse em obras, cujo o valor situa-se entre 50 e 300 milhões de reais;

c) Os aspectos técnicos de quantitativos e valores apontados foram irrelevantes dentro de todo o contexto da obra, pois em sua maioria acatou os esclarecimentos técnicos feitos pela engenharia do TRE-RO;

d) Os pontos mais relevantes e mencionado por todas foram as exigências de acervos e atestados técnicos, pois a maioria não tinha como atender a todos os requisitos simultaneamente.

(...)

Em razão disso, a ASSENGE indicou como alternativa a divisão da obra em duas etapas, sendo a primeira relativa à execução de serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação e a segunda referente à construção das infraestruturas e edificações.

A primeira etapa teve o custo estimado em R\$ 9.809.167,42 (nove milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), havendo previsão orçamentária suficiente neste exercício financeiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A ASSENGE informa que, deflagrada a primeira fase, terá tempo suficiente para realizar os estudos e adequações para implementação da segunda etapa.

A necessidade da construção e a adequação das previsões orçamentárias foram suficientemente abordadas na decisão n. 17/2023 ([0983858](#)).

Tendo em vista o resultado da licitação, declarada deserta, a implementação da proposta da ASSENGE possibilitará a celeridade necessária para o cumprimento do plano de obras do Tribunal, bem como a adequada execução orçamentária, considerando a previsão de recursos para a obra, neste exercício.

Os documentos necessários à deflagração da licitação referente à primeira etapa foram apresentados e aprovados pelas áreas técnicas, conforme atestado pela SAOFC ([1010997](#)) e DG ([1011619](#)).

Portanto, considerada a liberação do orçamento para este exercício e levando-se em conta as justificativas das unidades técnicas, evidencia-se a viabilidade da contratação conforme proposto.

Ante o exposto, acolho o parecer da Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos (CEPJ) ([1010792](#)), a manifestação da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) ([1010997](#)) e a manifestação da Diretoria-Geral ([1011619](#)), que adoto como fundamentos adicionais, nos termos do disposto no art. 50, § 1º, da Lei n. 9.784/1999, e decido:

1 - aprovar o Estudo Técnico Preliminar para Obras, Bens e Serviços Especiais ([1003890](#)); o Mapa de Gestão de Riscos da Contratação ([1010054](#)); e o Projeto Básico n. 8/2023 - ASSENGE ([1010049](#)) e seus anexos, de acordo com a análise de regularidade realizada pela SAC e pela CEPJ;

2 - aprovar a aplicação do regime jurídico da Lei n. 8.666/93 à contratação pretendida, com fundamento no Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário e nos arts. 191 c/c 193, inciso II, letra "a", da Lei n. 14.133/2021, na redação conferida pela Medida Provisória n. 1.167/2023, devendo, para tanto, na forma da referida regra legal, ser realizada a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023;

3 - autorizar a contratação por meio de licitação na modalidade concorrência, tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com fulcro no com fulcro no art. 6º, inciso VIII, letra "a", c/c art. 10, inciso II, letra "a", c/c art.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22, inciso I, c/c art. 23, inciso I, letra "c", c/c art. 45, § 1º, inciso I, todos da Lei n. 8.666/93;

4 - aprovar o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1003651](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

5 - determinar a aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no capítulo 6 do PB e analisados no item 80, VI, do Parecer Jurídico n. 4/2023 - CEPJ ([1010792](#));

6 - determinar a inserção, de forma expressa, no futuro edital do certame licitatório, das regras indicadas nos termos do item 84 do Parecer Jurídico n. 4/2023 - CEPJ ([1010792](#)):

a) ressalva no sentido de que os licitantes poderão apresentar suas planilhas de preços com regime tributário onerado ou desonerado, desde que apresente a tributação adequada de acordo com a opção, em especial quando apresentar proposta pelo regime desonerado, para o qual deverá informar o valor relativo à contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta, conforme previsto no art. 7º, inciso IV, e art. 9º, § 16, da Lei n. 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e de acordo com orientação do TCU no Acórdão n. 2.622/2013 – Plenário, destacando-se que uma vez feita essa opção ela será irretratável;

b) vedação de participação no certame da empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, autora dos projetos que serão objeto de execução nesta contratação, e da empresa EACE - Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, contratada para os serviços técnicos de fiscalização da elaboração dos projetos, ambas impedidas legalmente na forma do art. 9º, inciso I, da Lei n. 8.666/93;

c) para a assinatura do contrato será exigida GARANTIA ADICIONAL das licitantes classificadas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores, a saber: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou b) valor orçado pela Administração, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da correspondente proposta (art. 48, § 2º, Lei n. 8.666/93);

d) quanto ao julgamento das propostas:

d.1. o registro de que os preços máximos de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro para a execução do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objeto são os definidos no orçamento de referência, na forma do parágrafo único do art. 13 do Decreto n. 7.983/2013;

d.2. o registro de que, na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência adotados para a orçamentação, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, incluído o valor correspondente ao BDI, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência adotados pela Administração licitante (art. 13, inciso I, Decreto n. 7.983/2013).

d.3. o rol com as informações obrigatórias que devem conter a composição dos custos unitários para a aceitação do preço (item 9.6.3.2, III, do PB).

7 - Declarar a inaplicabilidade da regra do art. 48, inciso III, da LC n. 123/2006 e do art. 8º do Decreto Federal n. 8.538/2015, que estabelecem a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou a estipulação de cota de até 25% para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar; tampouco terá aplicação, de forma justificada no PB, a previsão de subcontratação obrigatória de microempresa ou empresa de pequeno porte prevista no art. 48, inciso II, da LC n. 123/2006 e no art. 7º do Decreto Federal n. 8.538/2015, o que, todavia, não impede que a contratada venha a subcontratar com ME/EPP'S que possam atender algum serviço passível de subcontratação;

8 - determinar a publicação do aviso do edital, com fulcro no art. 21 da Lei n. 8.666/1993, no Diário Oficial da União (DOU), no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), em jornal de grande circulação no estado e divulgação no Portal de Compras do Governo Federal - ComprasNet, com o fito de ampliar a área de competição e dar maior publicidade e divulgação ao certame licitatório.

9 - determinar a atualização da minuta de instrumento contratual, para registrar as novas redações de alguns dispositivos, com observância do disposto no item 85 no Parecer Jurídico n. 4/2023 - CEPIJ ([1010792](#)), a qual será analisada juntamente com a minuta do edital.

À Diretoria-Geral, para as providências decorrentes desta decisão.

Porto Velho, 22 de maio de 2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Assinado eletronicamente por:
Desembargador KIYOSHI MORI
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOSHI MORI, Presidente**, em 22/05/2023, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1011973** e o código CRC **9879FAAD**.

0002281-95.2022.6.22.8000

1011973v34



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002281-95.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Concorrência Pública – Contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia para a execução de obras – **Serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação no terreno** que receberá o edifício da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital de Rondônia - **PARCELAMENTO DE OBJETO** - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 7 / 2023 - COMISSÕES/CEPJ

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado, na sua origem, em agosto de 2022, pelo chefe da antiga SEOP - Seção de Engenharia e Obras deste Tribunal, com o objetivo de iniciar os procedimentos visando à construção da futura sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0874412](#)). Após regular tramitação sobreveio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

decisão pela contratação da obra proferida pela autoridade administrativa, no caso, o Excelentíssimo senhor Presidente do TRE-RO ([0983858](#)). Assim, publicou-se o Edital da Concorrência Pública n. 001/2023 e seus anexos ([0988007](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 15/03/2023 – e outros veículos na busca da ampliação da publicidade - consoante documentos comprobatórios ([0988440](#)), o qual, todavia, **restou deserto** ([1001124](#)).

02. Após análise pelas unidades técnicas das possíveis causas que levaram à deserção do certame que objetivara a contratação integral da obra da futura sede deste Tribunal, **optou-se pelo parcelamento do objeto**, com nova modelagem da contratação agora compreendida somente pelos **serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação no terreno** que receberá o edifício da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do Fórum Eleitoral da Capital de Rondônia. Nesse contexto vieram ao processo novos documentos da fase de planejamento da contratação que desaguaram no PROJETO BÁSICO Nº 8/2023 - ASSENGE ([1010049](#)).

03. Após regular instrução com Parecer Jurídico nº 4/2023 pela regularidade ([1010792](#)), manifestação favorável da SAOFC ([1010997](#)) e da Diretoria- Geral ([1011619](#)) sobreveio a autorização da contratação parcelada pela Presidência deste Tribunal ([1011973](#)).

04. Por meio do despacho n. 1075/2023 ([1013015](#)), o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à **ASLIC** para elaboração da minuta de edital; à **SECONT** para atualizar a minuta de instrumento contratual ([1006796](#)), em razão da necessidade de **registrar as novas redações de alguns dispositivos**, com observância ao disposto no **item 85** do Parecer Jurídico n. 4/2023 da CEPJ e, após a este Coletivo para análise e emissão de parecer jurídico e, ainda, à **ASLIC** para deflagração do certame e publicação do aviso do edital no DOU, DJE TRE-RO, em jornal de grande circulação no estado e no Portal de divulgação de compras do ComprasNet, com o fito de ampliar a área de competição e dar maior publicidade e divulgação ao certame licitatório. Assim, veio ao processo a nova minuta do instrumento contratual, com as alterações antes indicadas por este Coletivo, além de outras também constatadas pela SECONT ([1013118](#)). Em função de diligências do Presidente da Comissão Especial de Licitação, que por meio da Solicitação n. 95/2023 ([1013169](#)) destacou pontos que entendia merecedores de manifestação pela Comissão de Planejamento da Contratação, foi elaborado o novo **Projeto Básico n. 10/203/ASSENGE** ([1013342](#)), que sistematizou os ajustes apontados e justificados pela CPC na Informação n. 57/2023 ([1013483](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. A minuta do edital do certame foi analisada e aprovada por este Coletivo no Parecer Jurídico nº 5/2023 ([1014350](#)). Em seguida, publicou-se o Edital da Concorrência Pública n. 002/2023 e seus anexos, agendada para o dia 30/06/2023, ([1015752](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 30/05/2023, consoante documentos comprobatórios juntados no evento [1015753](#).

06. Juntou-se ao processo ATA de reunião ocorrida no dia 29/06/2023 ([1026757](#)), portanto no dia anterior à abertura do certame, promovida pelo Secretário da SAOFC, servidor Francisco Parentes da Costa Filho, que contou com a presença do pessoal da área de engenharia deste Tribunal e de Ricardo Moreira, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (SINDUSCON-RO). Segundo registrado no referido documento:

(...) os objetivos do encontro foram de ampliar a divulgação da obra, verificar o nível de interesse do mercado local em participar do processo de licitação da nova sede do TRE-RO, bem como possíveis falhas de projetos e especificações apontadas pela instituição representante da indústria da construção civil em Rondônia; além de ouvir as dificuldades que as empresas do Estado podem enfrentar em função do valor da obra.

07. A ata contém os seguintes registros:

I - relato do Presidente do SINDUSCON-RO:

Acerca da (...) dificuldade do setor no cenário geral, diante da questão financeira das empresas do Estado de Rondônia, em especial a capacidade de capital de giro, tendo em vista que a empresa vencedora da licitação necessita recursos financeiros para iniciar as atividades no canteiro de obra, sendo que poucas empresas no Estado têm essa capacidade de obter recursos junto as instituições bancárias, haja vista a elevada taxa de juros do mercado financeiro, com uma SELIC a 13,75%.

(...) que a instalação da Câmara Setorial da Construção em Rondônia, formada pelo SINDUSCON, Sindicato da Indústria da Construção Pesada, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, centrais sindicais, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, elevará o rigor em relação a fiscalização as questões trabalhistas, o que exigirá um controle administrativo maior do desenvolvimento da obra; situação temerária para vários construtores.

Acerca da atuação das empresas nas obras públicas, informou que a maioria das últimas licitações que restaram desertas se deve ao fato das construtoras não acharem atrativos os preços da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices Civil (SINAPI), referente aos orçamentos públicos, pois os valores referentes aos insumos no Estado de Rondônia são bem mais elevados do que nos demais Estados da federação.

(....) que os valores da tabela SINAPI para o região norte, referentes aos custos de mão de obra e insumos, não deixa uma margem que estimule o setor a atuar na iniciativa pública, e que além disso, a peculiar forma contratual feita pela administração pública dificulta qualquer negociação dos termos contratuais pactuados em comparação com o setor privado, onde no transcorrer da obra, pode renegociar possíveis dificuldades.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...) apresentou uma minuta de ofício que questionava a execução da obra em relação as planilhas, projetos e especificações.

(...) ficou de formalizar documento com as observações apontadas pelo grupo que demonstrou interesse em participar do processo licitatório da construção da nova sede.

II - esclarecimentos da Assessoria de Engenharia - ASSENGE do Tribunal:

(...) que os valores da tabela do SINAPI podem ser alterados o caso de comprovação da defasagem, levando-se em consideração as devidas composições de custos.

(...) foi exposta pela equipe de engenharia deste tribunal a ideia de licitar o remanescente da obra em lotes, tais como: um lote do edifício sede, outro lote do fórum eleitoral, outro do depósito e assim, sucessivamente, de maneira a parcelar a obra, o que distribuiria melhor os valores da obra entre os participantes, tendo como consequência a ampliação de participantes no processo licitatório, já que haveria valores mais compatíveis com sua capacidade de execução de cada empresa (...). A ideia foi considerada positiva pelo representante do SINDUSCON-RO.

08. Veio também ao processo a Informação ASSENGE nº 67, de 30/06/2023 ([1027768](#)), que traz justificativas e aponta a **necessidade de suplementação na programação orçamentária da obra no valor de R\$ 50.605.880,41** (cinquenta milhões, seiscentos e cinco mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), em função da estimativa atualizada do valor de empreendimento em R\$ 180.605.880,41 (cento e oitenta milhões, seiscentos e cinco mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos).

09. Houve diversos pedidos de disponibilidade das planilhas orçamentárias analíticas dos custos dos serviços, cronograma-físico financeiro e composição de BDI em formato *Excel*, todos atendidos pela Comissão Especial de Licitação, conforme pode ser comprovado pelos eventos juntados no Volume IX do processo. Nota-se, ainda, pedido de agendamento para visita aviado pela empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, ([1019928](#)), o qual foi enviado à área de engenharia para agendar diretamente com o solicitante ([1019931](#)). Constata-se ainda os seguintes incidentes:

I - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

a) MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES

LTDA: Narra que a planilha orçamentária apresenta datas- base divergentes: planilhas orçamentária sintética, data-base SINAPI (03/2023); planilha orçamentária analítica, data-base SINAPI (06/2021) e indaga qual planilha deverá ser adotada e, ainda, qual data base foi considerada como referência para tabela SICRO E SBC?



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Resposta da unidade técnica e do Presidente da CEL: A planilha a ser considerada para fins de valor unitário e global deverá ser a SINTÉTICA que possui data base SINAPI (03/2023). A planilha analítica com data base SINAPI (06/2021), deverá ser adotada apenas como referência para detalhamento das composições em especial quanto aos coeficientes de insumo e mão de obra. Quanto à data-base para tabela SICRO E SBC, esclareceu que orçamento inicial da obra adotou a data base 06/2021 tanto para SINAPI quanto SICRO e SBC. Neste certame todas as fontes de valores, SICRO, SINAPI e outras tabelas oficiais, inclusive as cotações, foram reajustadas aplicando-se a variação da tabela SINAPI do período 06/2021 a 03/2023, que corresponde a maioria dos itens da planilha compatibilizando os valores unitários para a competência 03/2023 ([1025961](#), [1026031](#) e [1028272](#)).

b) OTIMA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES

LTDA: Indaga se o relatório do SICAF referido no item 7.10 do edital substituirá os documentos da Qualificação Técnica ([1025247](#)).

Resposta do Presidente da CEL: SIM, de acordo com o item 7.10 do edital, A DECLARAÇÃO EMITIDA PELO SICAF poderá, a critério das licitantes, substituir, dentro do envelope, a qualificação técnica, na qual conste tais informações nos respectivos níveis registrados, regulares, vigentes e válidos. Todavia, cumpre às licitantes que fizerem essa opção, atentarem para as regras resultantes dessa escolha ([1028273](#)).

II - IMPUGNAÇÕES:

a) BINDA ASSESSORAMENTO E TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA ([1024557](#)): Nota-se que a empresa impugnante, com nome de fantasia **Licitantemais**, não se trata de uma empresa de engenharia, mas prestadora de serviços de assessoramento, por certo também na área de licitações. Assim, percebe-se um modelo de "impugnação-padrão", com diversos pedidos de esclarecimentos em seu conteúdo, quase sempre manejada nos certames licitatórios deste órgão para atacar, de forma muitas vezes débil, inúmeros itens dos editais. Por celeridade, será reproduzido as respostas elaboradas pelo paciente Presidente da CEL que, ao final, **julgou o apelo totalmente improcedente ([1028274](#)):**

Resposta do Presidente da CEL:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Quesito: O titular da empresa poderá apresentar cópia do documento eletrônico oficial com foto? Nesse caso será necessária a autenticação da cópia (haja vista ser documento cuja conferência de autenticidade poderá ser aferida em simples diligência junto ao mecanismo de autenticação do órgão emitente)?

4.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) SIM, o licitante poderá apresentar cópia do documento eletrônico oficial com foto. c) Não se pode perder de vista que a licitação é “PRESENCIAL”, ou seja, não se trata de pregão eletrônico. Logo, a cópia do documento físico é necessária para sua juntada aos autos. Esta deve ser autenticada pelos meios previstos no edital, quais sejam: por cartório competente, por servidor do TRE-RO ou por advogado, podendo o licitante optar por qualquer desses meios.

5. Quesito: No tocante ao contrato social ou documento de constituição da empresa, será necessária autenticação de suas laudas? Se documento registrado junto a Junta comercial do Estado, também será necessário proceder com a autenticação do instrumento?

5.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) De acordo com o item 5.3. do edital, “os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente, por servidor deste TRE-RO ou por advogado. Caso os documentos sejam apresentados em cópia simples, deverá ser apresentado conjuntamente o documento original à Comissão de Licitação para conferência no ato do credenciamento”. É livre a escolha por qualquer dessas formas previstas no edital.

6. Quesito: A procuração (seja pública ou particular) deverá ter firma reconhecida do outorgante? A cópia dos documentos de identificação do procurador deverá ter firma reconhecida em cartório?

6.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) O edital não previu a exigência de firma reconhecida em cartório para o caso de procuração. Todavia, nesse caso, o edital expressamente previu que o preposto também entregará à Comissão de Licitação cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes e respectivas assinaturas dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários. c) Por fim, o item 8.3. do edital prevê que “é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo”. Portanto, é possível a promoção de diligências para se verificar a veracidade de qualquer documento apresentado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. Quesito: (...) Temos a indagar se as empresas interessadas em participar do processo poderão apresentar atestados de capacidade técnica com serviços similares ao licitado, porém como unidades de medida diferentes, ou seja, ao invés de comprovar ter executado o Serviços de Terraplenagem: área mínima de 9.000 m², poderá fazê-lo em execução de igual serviço com unidade de medida em Tonelada? O mesmo poderá ocorrer com o serviço de Drenagem ou Pavimentação, para considerar outro tipo de medida?

7.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) De acordo com o item 14.2 do edital, deve-se observar os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, além de outros. Assim, impõe-se a fiel observância às regras do edital. c) A similaridade e compatibilidade prevista no §3º do art. 30 da lei 8.666/93 é aquela regulamentada no item 7.5, b.1, do edital. Portanto, poderão ser apresentados atestados de capacidade técnica relativos a serviços similares ao licitado, desde que seja possível aferir, objetivamente, o atendimento aos requisitos expressamente definidos no item 7.5, b.1, do edital.

8. Quesito: O item 7.6., alínea b.3.1., traz a exigência de que o Engenheiro Civil ou arquiteto apresentará as CAT's com execução de serviços superiores aos relacionados no item 7.5 revelando divergência, enquanto que o primeiro solicita quantidade mínima, o segundo expressando quantidade superior àquelas já relacionadas. Dessa feita, questionamos, em relação ao disposto, o que deverá ser efetivamente considerado em relação às parcelas de maior relevância entre os atestados e as CAT's do Engenheiros, mínimas ou superiores?

8.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) A leitura isolada não se mostra a mais adequada. Há que se observar que tanto as alíneas b.1.1, b.1.2 e b.1.3 do item 7.5, b, b.1, quanto as alíneas b.3.1.1, b.3.1.2 e b.3.1.3 do item 7.6, b, b.3.1 tratam de QUANTITATIVO MÍNIMOS, podendo as licitantes apresentarem comprovação igual ou superior. c) Ademais, de acordo com o item 14.4 do edital, as regras devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa. d) Portanto, para comprovação de qualificação técnica, deverá ser considerado o QUANTITATIVO MÍNIMO estabelecido nas alíneas b.1.1, b.1.2 e b.1.3 do item 7.5, b, b.1 e nas alíneas b.3.1.1, b.3.1.2 e b.3.1.3 do item 7.6, b, b.3.1, do edital, podendo as licitantes apresentarem comprovação igual ou superior.

9. Quesito: (...) urge a retificação do instrumento convocatório para que, em harmonia aos dispositivos legais, seja oportunizado as licitantes comprovarem possuir Patrimônio ou Capital



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mínimo igual OU superior a 10% do valor estimado pela Administração para contratação.

9.1. Resposta: a) Trata-se de impugnação ao edital. b) A leitura apresentada pela impugnante seria, a seu ver, que o edital teria solicitado, ao mesmo tempo, a comprovação de capital mínimo e de patrimônio líquido mínimo, o que não corresponde à realidade. c) O edital, em momento algum, exigiu a comprovação de capital mínimo. Exigiu, porém, que a licitante apresente o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, sem estabelecer um mínimo de capital. Independentemente do capital, o balanço deverá comprovar os índices exigidos no edital. d) Portanto, não tendo o edital exigido capital mínimo, é perfeitamente lícita a exigência de patrimônio líquido, conforme previsto no §2º do art. 31 da Lei 8.666/93. Nesse quesito, não há o que reformar.

10. Quesito: (...) urge também fazer constar no Edital, para fins de ateste da saúde econômico-financeira as empresas proponentes, a comprovação de atendimento dos índices de liquidez e solvências preconizados no Edital, por meio de declaração com a aplicação das fórmulas recomendadas nas informações contábeis extraídas do respectivo Balanço de cada uma, devidamente assinada pelo representante legal e profissional contábil, a fim de viabilizar o julgamento objetivo da compatibilidade entre o Balanço apresentado com o que efetivamente exige o Edital.

10.1. Resposta: a) Trata-se de impugnação ao edital. b) Não há nenhuma cláusula no edital que vede a apresentação de declaração, com a aplicação das fórmulas recomendadas nas informações contábeis extraídas do respectivo Balanço de cada uma, devidamente assinada pelo representante legal e profissional contábil. Poderá o licitante apresentar tal declaração, em conjunto com o balanço exigido no edital, caso queira. c) Portanto, não tendo o edital vedada a apresentação de documentação complementar ao balanço, poderão as licitantes apresentarem caso queiram, como requerido pela recorrente, não havendo o que reformar nesse quesito.

11. Quesito: Outro questionamento versa sobre a aceitação dos balanços do exercício financeiro de 2021, haja vista, a prorrogação do envio do balanço na forma de SPED ter sido prorrogado até a data de 30 de junho de 2023, de acordo com a nota emitida pela Receita Federal no dia 30/05/2023, por força da Instrução Normativa RFB nº 2142, de 26 de maio de 2023. Desse modo, questionamos, se será observado o determinado na IN acima que versa sobre a prorrogação, sendo aceito o Balanço patrimonial do exercício de 2021, considerando também que poderá haver novas prorrogações?



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b)

O item 7.4 do edital exige a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei. c) Não é possível à Comissão de Licitação realizar julgamento antecipado de documentos de habilitação. Se houve ou se não houve prorrogação e se a eventual licitante é ou não beneficiária de eventual prorrogação é um julgamento que só será possível realizar diante da análise do caso concreto, ou seja, com a documentação em julgamento no momento certo, na fase de habilitação. É, portanto, ônus das licitantes comprovarem, se for o caso, que o balanço e as demonstrações contábeis apresentada são as exigíveis e foram apresentadas na forma da lei. d) Assim, a Comissão fará a análise da exigibilidade do documento no momento certo, ou seja, na fase de habilitação, não sendo possível essa análise em sede de esclarecimento.

12. Quesito: Deve ser observado que a finalidade da participação em empresas em consórcio é justamente para somar ao atendimento das exigências, mas, se a redação faz alusão ao atendimento do item que aponta a integralidade do exigível, como poderão soma-los? Ou, poderá haver somatório de atestados para que se atinja o quantitativo das parcelas de maior relevância?

12.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b)

No que concerne ao somatório, o edital expressamente prevê no item 7.5, b, que não será permitido o somatório dos atestados de capacidade técnica para a obtenção dos quantitativos mínimos. **Todavia,** será permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica distintos para comprovação de cada uma das (três) características (terraplenagem, drenagem e pavimentação), desde que seja observado o quantitativo mínimo de cada uma delas. c) O edital também é claro ao estabelecer, no item 7.5, b.4 que no caso de consórcio, poderá a qualificação técnica-operacional ser comprovada por diferentes integrantes, desde que seja observado o quantitativo mínimo exigido no item 7.5, b, b.1. d) O critério é objetivamente definido, não havendo margem para interpretação diversa. e) Portanto, é possível que a comprovação seja apresentada por empresas distintas, unidas em consórcio, desde que cada um dos atestados comprove o quantitativo mínimo exigido em cada uma das (três) características (terraplenagem, drenagem e pavimentação).

13. Quesito: a) (...) no caso da apuração ou aferição da exequibilidade das propostas das empresas Lucro Presumido, o LDI da deverá ou não considerar a cobertura de tais encargos (IRPJ e CSLL)? b) As empresa Lucro Real, de forma contrária, caso não tenham lucro, não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagarão IRPJ e CSLL, admitindo desta forma a possibilidade de percentuais próximo a zero no seu BDI? c) (...) para composição do BDI serão observados os percentuais mínimos e qual sua limitação? d) Devem os impostos ser considerados para fins de composição a luz do acórdão 1214/2013 – TCU?

13.1. Para resposta ao quesito, foi solicitada a manifestação da unidade técnica-demandante deste Tribunal.

A Assessoria de Engenharia assim se manifesta: a) A empresa questiona acerca da composição do DBI, assim seguimos nesse campo, no Acórdão TCU 1213/2014 referenciado pela empresa, nada fala sobre comprovação de IRPJ e CSLL. b) Não prospera nenhum argumento da empresa, já que o TCU mantém convergência no entendimento de que não cabe a inclusão daqueles tributos (IRPJ e CSLL) na composição do BDI e nos orçamentos de referência elaborados pela administração pública. c) Os órgãos e entidades submetidos ao controle do Tribunal de Contas da União não devem considerar em suas planilhas orçamentárias os custos relativos a IRPJ e CSLL, bem como não poderão aceitar propostas em que constem esses itens destacados (na planilha ou BDI). No Acórdão nº 38/2018, Plenário, o Min. Rel. Aroldo Cedraz em seu voto consignou: 9. *Cabe esclarecer a recorrente que: (...) v) é irregular a inclusão do IRPJ ou da CSLL nas planilhas de custo ou no BDI do orçamento base de obra. O IRPJ e a CSLL não podem ser repassados ao contratante, dada a sua natureza direta e personalística, não devendo, tais tributos, constar em item da planilha de custos ou na composição do BDI. Nesse sentido estão os Acórdãos 2.886/2013-TCU Plenário, 1.696/2013-TCU-Plenário, 325/2007-TCU Plenário, 4.277/2009-TCU-1ª Câmara, etc. (destacamos).* d) Nada impede, todavia, que os licitantes incluam a referida rubrica na composição do seu BDI de forma embutida (e não destacada) no bojo do lucro da empresa (Acórdão nº 2442/2012 – Plenário e Acórdão nº 648/2016-Plenário), já que esses custos são personalíssimos da empresa. e) Seguindo a presente ordem de ideias, se em licitação o proponente equivocadamente cota, de forma destacada, os componentes CSLL e IRPJ no BDI, por exemplo, cumpre à Administração diligenciar, ofertando a oportunidade de correção da planilha, em princípio mantido o valor final ofertado. e) No mais, cabe ressaltar que na composição do BDI deverá ser obedecido aos Acórdãos 2.369/2011-TCU Plenário e 2.622/2013-TCU.

13.2. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) Acolho a manifestação da unidade técnica-demandante e a adoto como resposta aos quesitos apresentados. c) Esclareço, ainda, que o BDI utilizado é apenas “referencial”, não havendo cláusula que estabeleça índices



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mínimos ou máximos, razão pela qual não caberá à Comissão de Licitação criar regras de julgamento que não estejam previstas no instrumento convocatório. Poderá, todavia, promover diligências e solicitar justificativas, informações e complementações julgadas necessárias.

14. Quesito: Solicitamos esclarecimento a respeito da possibilidade de apresentação de documentos com assinatura eletrônica em substituição a documentos com firma cartorária.

14.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) A impugnante faz confusão entre assinatura eletrônica e firma cartorária, que são coisas distintas. c) Quanto à firma cartorária, não há essa exigência no edital. d) Quanto à assinatura, o edital não faz distinção entre assinatura realizada de forma manual ou no formato digital. É perfeitamente possível que os licitantes optem por essa segunda modalidade, devendo atentar para a observância dos requisitos estabelecidos em lei para sua validade.

15. Quesito: No caso da certidão de Falência e Recuperação Judicial, inexistindo na sede da licitante, um distribuidor, junto ao Fórum, que seja expedida certidão centralizada de tais informações, como deverá ser feita a referida comprovação?

15.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) O item 7.4, b, do edital estabelece que a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deve ser expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. c) Veja que o edital não exige que o documento deva ser emitido na sede da licitante, mas no foro competente dessa sede, que pode ser na respectiva comarca ou não, a depender da organização do Poder Judiciário de cada estado. d) Portanto, cabe ao interessado em participar da licitação verificar junto ao Poder Judiciário de seu estado qual é o foro competente que abrange o local onde está instalada a sede da empresa.

16. Quesito: A comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnica e a empresa licitante poderá ser feito mediante apresentação de carta-compromisso no qual a licitante compromete-se, caso ganhe a licitação, em contratar o responsável técnico indicado?

16.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) O item 7.5, alíneas “d” e “e”, estabelecem objetivamente as formas de comprovação de vínculo, dentre as quais consta, na alínea “d.4”, a declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo. c) Portanto, da leitura dos dispositivos citados, é possível inferir



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que a comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnica e a empresa licitante poderá ser feito mediante apresentação de carta compromisso no qual a licitante compromete-se, caso ganhe a licitação, em contratar o responsável técnico indicado, desde que acompanhada da declaração de anuência do citado profissional.

17. Quesito: Em análise a redação editalícia, temos a seguinte disposição “5.3. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente, por servidor deste TRE-RO ou por advogado. Caso os documentos sejam apresentados em cópia simples, deverá ser apresentado conjuntamente o documento original à Comissão de Licitação para conferência no ato do credenciamento.” Diante do exposto, solicitamos esclarecimento a respeito de quais documentos serão passíveis de autenticação.

17.1. Resposta: a) Trata-se de pedido de esclarecimento. b) Da leitura do item 5.3 do edital, os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada. Ora, os documentos necessários ao credenciamento são aqueles previsto no item 5.2. do edital. c) Por fim, o item 8.3. do edital prevê que “é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo”. Portanto, é possível a promoção de diligências para se verificar a veracidade de qualquer documento apresentado.

b) SINDUSCON-RO - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia ([1025244](#)): Aduz que (...) *não faz o menor sentido fazer uma licitação dos serviços de TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, separado dos serviços de construção civil, e principalmente antes de serem feitos os serviços de construção civil, pois quando da execução dos mesmos danificariam todos os serviços de pavimentação asfáltica e de drenagem executados:*” Cita como lastro de sua alegação:

1. Quando os serviços de estrutura metálica dos prédios forem ser executados, o PATOLAMENTO DOS GUINDASTES vai danificar a pavimentação asfáltica;

2. Quando os serviços de concretagem forem ser executados, os caminhões de concreto vão danificar a pavimentação asfáltica;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Quando os caminhões carregados com brita, areia e outros materiais, forem descarregar o material, vão danificar a pavimentação asfáltica e meio fio;

4. Quando a obra for concluída, se prevendo o prazo de 5 anos que foi definido na primeira licitação que deu deserta, os serviços de pavimentação asfáltica, terraplanagem e drenagem vão ter perdido a garantia, qual o sentido disso uma sede nova com uma pavimentação velha??

5. Durante a execução da obra, com certeza, esses serviços de DRENAGEM serão afetados, pois é normal sujeira na obra, principalmente uma obra desse porte, e quem ficará responsável por reconstruir esses serviços de DRENAGEM??

6. Os gastos com administração local da obra de mais de 625 mil reais, em um ano, serem exclusivos dos serviços de pavimentação e drenagem, sendo que poderiam estar sendo executados juntos os serviços de construção civil da obra, e este gasto ser diluído em mais serviços;

7. Pelos gastos na MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, mais de 6 milhões e 300 mil reais, com mais de um milhão de reais em transporte de material, mais de um milhão de reais em reaterro, mais de um milhão de reais em escoramento de valas, nos parecem valores muito altos para se adequar um terreno para se construir um prédio em porto velho, pois aqui os preços dos terrenos são muito baratos em relação ao resto do país.

8. Principalmente entendemos que esses gastos têm que ser analisados, se naquele local já funcionou um antigo aterro público ou lixão, o que pelo tipo de fundação escolhida demonstra muito mais cuidado em relação ao terreno escolhido;

9. Esse gasto de quase 10 MILHÕES DE REAIS em serviços de terraplanagem e drenagem, daria para o TRE-RO comprar os melhores terrenos de porto velho e ainda sobrar dinheiro, sem esse custo absurdo de pavimentação, como exemplo o terreno que pertence ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA, que fica na Av. Jorge Teixeira esquina com rua pinheiro machado;

10. Quem será o responsável pelos custos de RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO após 5 anos, antes da entrega dos prédios principais do TER-RO? Pois não é justo que esse custo seja do contribuinte que paga seus impostos e sim do responsável por esse desperdício.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, requer o cancelamento da licitação (...) pelo bem do serviço público e caso queira fazer sua sede naquele local, que licite o prédio como um todo como da primeira vez, que corrija sua planilha que estava cheia de erros e serviços faltantes, para que não de DESERTA NOVAMENTE.

Resposta do Presidente da CEL que julgou improcedente a impugnação ([1028275](#)):

"(...)

3. A impugnante **NÃO DEMONSTRA** objetivamente qual cláusula do edital pretende impugnar. Em vez disso, limita-se a demonstrar seu descontentamento com o objeto, apresentando algumas observações e quesitos. Todavia, ao final, sugere o cancelamento da licitação, razão pela qual o pleito é recebido como impugnação.

4. Nos tópicos 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 9 de sua carta nº 008/23, a impugnante traz algumas observações que parecem apontar para eventuais equívocos na escolha da solução. Todavia, a impugnantes não traz qualquer elemento que comprove o alegado. As informações ali contidas requerem a apresentação de elementos técnicos objetivos, a fim de que o alegado possa ser submetido à análise da unidade técnica deste Tribunal.

5. Nos tópicos 4, 5 e 10 de sua carta nº 008/23, a impugnante faz perguntas sem indicar qual cláusula do edital pretende impugnar, dando um caráter muito vago aos quesitos.

5.1. No tópico 4, a impugnante questiona: “qual o sentido disso uma sede nova com uma pavimentação velha?”

5.2. No tópico 5 a impugnante questiona: “quem ficará responsável por reconstruir esses serviços de DRENAGEM?”

5.3. No tópico 10 a impugnante questiona: Quem será o responsável pelos custos de RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO após 5 anos, antes da entrega dos prédios principais do TER-RO?

5.4. Como se verifica, falta objetividade para esses quesitos. Deveria a impugnante apontar qual o item do Edital, do projeto executivo, do projeto básico ou dos demais anexos pretende impugnar, bem como indicar qual aspecto técnico ou legal estaria a Administração violando em sua escolha. Os quesitos, de tão vagos, mais se assemelham a mera demonstração de insatisfação.

6. Por todo o exposto, **julgo IMPROCEDENTE a impugnação**, visto que a o pleito não indica a cláusula do edital ou anexo que deseja impugnar e não apresenta qualquer elemento comprobatório do alegado, revelando-se mero inconformismo."

10. Após os relatos incidentes, o Presidente da CEL concluiu que os pontos esclarecidas e o julgamento pela improcedência das impugnações não produziram alterações nas cláusulas do edital, motivo pelo decidiu também pela manutenção da data prevista para a abertura da Sessão Pública (30/06/23), nos termos do § 4º, do art. 21 da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Na sequência, vieram ao processo os seguintes documentos:

I - Documentos de credenciamento das seguintes licitantes:

a) **OTIMA** Empreendimentos e Construções Ltda - CNPJ 04.067.378/0001-63 ([1028227](#));

b) **MADECON** Engenharia e Participações Ltda - CNPJ 04.067.378/0001-63 ([1028249](#));

c) **MEKA** Engenharia Ltda - CNPJ 08.812.617/0001-13 ([1028259](#)).

II - Documentos de habilitação das seguintes licitantes:

a) **OTIMA** Empreendimentos e Construções Ltda - CNPJ 04.067.378/0001-63 ([1028243](#), [1028245](#) e [1028246](#));

b) **MADECON** Engenharia e Participações Ltda - CNPJ 04.067.378/0001-63 ([1028250](#), [1028251](#) e [1028252](#));

c) **MEKA** Engenharia Ltda - CNPJ 08.812.617/0001-13 ([1028260](#) e [1028261](#));

d) **THS** Construtora e Incorporadora Ltda - CNPJ 24.906.430/0001-35 ([1028262](#), [1028263](#) e [1028264](#));

e) **CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** - CNPJs: 26.588.861/0001-26 e 20.598.506/0001-51 ([1028265](#), [1028266](#), [1028267](#), [1028268](#) e [1028269](#)).

III - Ata da sessão pública para recebimento dos envelopes nº 1 de habilitação e nº 2 de proposta - 30/06/23 ([1028271](#)), da qual constam os seguintes registros relevantes:

a) foi aferida e atestada a inviolabilidade e autenticidade dos envelopes de habilitação e proposta, rubricados pelos representantes e membros da CEL;

b) foram abertos os envelopes de habilitação e os documentos foram rubricados pelos presentes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) a representante da licitante MADECON constatou que o Balanço Patrimonial da licitante THS não possuía confirmação do envio para a Receita Federal;

d) pela impossibilidade da análise dos documentos na própria sessão em razão da quantidade de documentos, o Presidente declarou suspensão a sessão, com base no item 8.4.1 do edital e informou nova data para reabertura da sessão: dia 04/07/2023, às 14h.

IV - Manifestação dos servidores da área de engenharia deste Tribunal, que integram a Comissão de Planejamento da Contratação sobre os documentos de habilitação técnica profissional e operacional apresentados pelas licitantes ([1028607](#));

V - Informação da Seção de Contabilidade da COFC contendo a análise dos documentos de qualificação econômico-financeira das licitantes ([1029379](#));

VI - Juntada ao processo dos seguintes documentos:

a) certidões legais de todas as 5 (cinco) licitantes, de acordo com os eventos respectivos, volume XI;

b) recibo de entrega de escrituração contábil digital, com data de 04/07/2023, da licitante **THS** ([1029826](#)),

c) credenciamento de novo representante com poderes no certame da licitante **MADECON** ([1029983](#)), fato também registrado na ata de julgamento da fase de habilitação ([1029984](#)).

VII - Ata da sessão pública de julgamento da documentação de habilitação - 04/07/23 ([1029984](#)), na qual constam os seguintes registros relevantes, após a oitiva das unidades antes indicadas:

a) **Licitante OTIMA:** item 7.6, "b", b3, b.3.1.1 (Serviços de Terraplenagem: área mínima de 9. 000 m2 (metro quadrado), b.3.1.2 (Serviços de Drenagem: 300 m (metro) de tubulações) e b.3.1.3 (Serviços de Pavimentação (base e sub base): 360 m3 (metro cúbico) do edital: os acervos apresentados não há identificação dos serviços. O contrato citado no acervo não corresponde ao citado no atestado operacional. sendo que no acervo não há qualquer menção a quantitativos;

b) **Licitante MADECON:** item 7.6, "b", b3, b.3.1.2 do edital (Serviços de Drenagem: 300m (metro linear) de tubulações): os acervos apresentados não há identificação dos serviços. Não foi localizado acervo que demonstre o quantitativo mínimo de demonstração de execução.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na sessão, após apontamento da licitante e reanálise da documentação por parte da equipe de Engenharia deste Tribunal, verificou-se que a documentação foi apresentada, atendendo assim o edital;

c) **Licitante MEKA:** Qualificação técnica-profissional: item 7.6, "b", b3, b.3. 1.2 do edital (Serviços de Drenagem: 300m (metro linear) de lubulações): Quantidade indicada não atende (29,5m) ao edital. Na sessão, após reanálise da equipe de Engenharia deste Tribunal, verificou-se que o apontamento acima também se aplica à qualificação técnica-operacional. pois o quantitativo total foi de 109,5m. Portanto, não atende ao edital nos requisitos qualificação técnica profissional e operacional;

d) **Licitante THS:** Atende ao edital. Tendo em vista o apontamento registrado pela empresa MADECON na sessão anterior, o licitante THS foi diligenciado. Na diligência, apresentou via e-mail a comprovação do envio do balanço patrimonial;

e) **Licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES:** Atende ao edital.

f) solicitadas **diligências ao licitante OTIMA**, em função dos apontamentos da unidade técnica. o Presidente da CEL informou nova data para reabertura da sessão: dia 06/07/2023, às 14h.

VIII - Juntada dos seguintes documentos:

a) **ofício expedido à Licitante OTIMA** para, na forma do item 8.3 do edital, **esclarecer** o fato apontado pela unidade técnica, indicando quais dos documentos apresentados comprovam o exigido no item 7.6, "b", b.3.1 do edital, podendo apresentar comprovantes (contratos, ordens de serviços e outros) relativos ao acervo técnico JÁ APRESENTADO no certame ([1030020](#)), com **resposta da licitante** juntada nos evento [1030160](#) e [1030332](#);

b) solicitação pela **MADECON**, dos documentos de habilitação das demais licitantes. Informado o link de acesso, pelo prazo de 3 dias, pelo e-mail cadastrado ([1030161](#));

c) manifestação dos servidores da área de engenharia acerca dos documentos e justificativas apresentadas pela **licitante OTIMA**, na qual registra que a correlação entre o acervo técnico (fls. 2 a 5/17 - evento [1028246](#)) e os quantitativos contidos no atestado (fls. 11, 26 e 28/31 - do evento [1028244](#)). Conclui pelo atendimento ao requisito relacionado à habilitação técnico e operacional ([1030415](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Ata da sessão pública de julgamento dos documentos de habilitação - 06/07/23 ([1031384](#)), na qual constam os seguintes registros relevantes:

a) **Licitante OTIMA:** Após a diligência que resultou em apresentação de justificativa sobre os documentos apresentados que atenderiam aos requisitos apontados na manifestação da equipe técnica de engenharia, constatou-se que empresa cumpriu todas as exigências editalícias referente a habilitação. A CEL julgou a licitante HABILITADA no certame;

b) **Licitante MEKA:** Por não atender o edital nos requisitos qualificação técnica-operacional e profissional, no que concerne aos serviços de drenagem: 300 metros de tubulações, previsto nos itens 7.5, "b", b.1.2 e 7.6, "b", b.1.2 do edital, a CEL julgou a licitante INABILITADA e concedeu prazo 30 (trinta) dias para o recolhimento do envelope da proposta, findo o prazo será descartado;

c) **Licitante THS:** A licitante cumpriu todas as exigências editalícias referente a habilitação. A CEL a julgou HABILITADA no certame;

d) **Licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES:** A licitante cumpriu todas as exigências editalícias referente a habilitação. A CEL a julgou HABILITADA no certame;

e) para cômputo do prazo recursal legal do art. 109, I, "a", L. 8.666/93, a CEL registrou que todas as licitantes ficam intimadas para, caso queiram, RECORRER, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação do aviso de julgamento no Diário Oficial da União. Por fim, informou aos presentes a data de reabertura da sessão: 17/07/2023, às 14h.

X - Juntada dos seguintes documentos ao processo:

a) comprovação da publicação da decisão da fase de habilitação no DOU, DJE/TRE-RO, SIASGnet e Portal da Transparência deste Tribunal, todos de 07/07/23 ([1031999](#));

b) juntada de documento pessoal de Orivaldo Batista Gomes ([1035831](#)).

XI - Ata da sessão pública de julgamento dos documentos de propostas - 17/07/23 ([1035834](#)), na qual constam os seguintes registros relevantes:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) não houve recursos ao julgamento dos documentos da fase de habilitação;

b) foi oportunizado a verificação dos lacres dos envelopes de propostas das licitantes **HABILITADAS**. Tidos como regulares, o Presidente da CEL procedeu na abertura dos envelopes e solicitou a todos que rubricassem os documentos;

c) constatada a ausência do "arquivo eletrônico" de que trata a alínea "j" do item 9.1 do edital, o Presidente da CEL informou aos presentes que, nos termos do item 10.4 do edital, diligenciaria a todos as licitantes para esclarecerem e/ou complementarem a instrução dos documentos de proposta nesse requisito, com prazo até às 18h do dia 18/07/2023, para que os licitantes complementem suas propostas;

d) oportunizou aos presentes se manifestarem acerca dos documentos, o representante da **licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** registrou que:

i. a proposta da **licitante MADECON** não informa a contribuição patronal, se é zero ou 4,5 % do CPRP;

ii. a proposta da **licitante THS** não apresenta a assinatura do responsável legal da empresa, mas apenas a assinatura do representante técnico.

e) considerada a impossibilidade de analisar detalhadamente as propostas na própria sessão, pela extensão dos documentos, o que requer tempo para análise minuciosa, o Presidente da CEL decidiu suspender a sessão (item 10.3 do edital). Informada a data para a reabertura da sessão: dia 20/07/2023, às 14h.

XII - Juntada dos seguintes documentos ao processo:

a) ofício expedido a todas as licitantes habilitadas ([1035852](#)), por meio do qual o Presidente da CEL solicita que apresentem todas as planilhas e composições que alimentam a formação do valor global **em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL**, conforme exigido no item 9.1, "j", do edital; notícia também que ata da sessão de 17/07/2023 foi divulgada no portal de Transparência deste Tribunal e no sistema ComprasNet estando ainda os autos disponíveis para consulta, mediante solicitação; E-mail a todas as licitantes com mesmo conteúdo ([1035899](#));

b) documentos de proposta:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i. **Licitante OTIMA:** 36 páginas de documentos juntadas no evento [1035875](#);

ii. **licitante MADECON:** 130 páginas de documentos juntadas nos eventos [1035880](#) e [1035881](#);

iii. **Licitante THS:** 140 páginas de documentos juntadas nos eventos [1035913](#), [1035914](#), [1035916](#) e [1035920](#);

iv. **Licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES:** 192 páginas de documentos juntadas nos eventos [1035927](#), [1035930](#), [1035936](#), [1035944](#) e [1035947](#);

c) e-mail da **Licitante THS** ([1036103](#)), em resposta à diligência, no qual registra que as propostas originais foram impressas e anexadas ao envelope e as propostas foram assinadas eletronicamente pelo proprietário da empresa e por meio do qual envia os seguintes documentos à CEL: i. proposta comercial com assinatura eletrônica do representante legal de Acácio da Silva Santos e física do responsável técnico da licitante ([1036106](#)); ii. planilhas orçamentárias, anexas da proposta, com assinatura eletrônica do representante legal de Acácio da Silva Santos e física do responsável técnico da licitante ([1036107](#)); e iii. planilhas e composições que alimentam a formação do valor global em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL ([1036110](#));

d) e-mail da **licitante MADECON** ([1036112](#)), em resposta à diligência, por meio do qual envia as planilhas e composições que alimentam a formação do valor global em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL ([1036113](#));

e) e-mail da **licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** ([1036115](#)), em resposta à diligência, por meio do qual envia as planilhas e composições que alimentam a formação do valor global em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL ([1036117](#));

f) e-mail da **licitante OTIMA** ([1036400](#)), em resposta à diligência, por meio do qual envia as planilhas e composições que alimentam a formação do valor global em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL ([1036401](#));

g) solicitação, **pela licitante THS** ([1036405](#)), dos arquivos das propostas de preços apresentadas no certame; atendida pelo Presidente da CEL pelo envio, por e-mail, do *link* de acesso aos documentos, com prazo de acesso de 3 dias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h) solicitação, **pela licitante OTIMA (1036406)**, dos arquivos das propostas de preços apresentadas no certame; atendida pelo Presidente da CEL pelo envio, por e-mail, do conteúdo das propostas comerciais apresentadas no certame;

i) **manifestação do titular da área de engenharia deste Tribunal**, integrante da CPC, sobre os documentos de proposta das licitantes, com o seguinte conteúdo ([1036506](#)):

i. análise prévia quanto à **verificação da inexecuibilidade das propostas**, que apurou, entre os dois critérios fixados no edital, o piso de R\$ 5.849.177,41 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil cento e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), inferior a todas as propostas apresentadas no certame;

ii. concluiu pelo atendimento das exigências de classificação das propostas pelas licitantes: **OTIMA, MADECON e THS** e pelo não atendimento pela licitante **CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES**.

XIII - Ata da sessão pública de julgamento dos documentos de propostas - 20/07/23 ([1037181](#)), na qual constam os seguintes registros relevantes:

a) o Presidente da CEL informou aos presentes que, Em resposta à diligência, todos as licitantes apresentaram, dentro do prazo estabelecido, a documentação exigida na alínea "j" do item 9 .1 do edital;

b) que as propostas foram analisadas pela Comissão Especial de Licitação e pela Equipe Técnica de Engenharia deste Tribunal e achadas conforme, resultando na seguinte classificação:

1ª colocada: MADECON, no valor R\$ 6.962.098,65;

2ª Colocada: THS, no valor R\$ 8.714.242,63;

3ª Colocada: CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES, no valor R\$ 8.873 .235,50;

4ª Colocada: OTIMA, no valor R\$ 8.874.294,12.

c) que o BDI informado pela licitante **CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES**, no percentual de 21,46, foi aplicado tanto para serviços como para materiais. Isso, contudo, não prejudica o valor da proposta, que se encontra abaixo do estimado, tanto no aspecto global



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quanto para cada uma das etapas. O edital prevê BDis diferenciados, sendo o convencional estimado de em 25,97 e o diferenciado em 19,43;

d) Em relação ao questionamento do representante da licitante **CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** acerca do CPRB da licitante **MADECON**, esse foi devidamente comprovado pela apresentação das planilhas em EXCEL (prevista na alínea "j" do item 9.1 do edital), nas planilhas de composição BDI INFRA e BDI DIFERENCIADO;

e) Encerrada a fase de julgamento de propostas, a CEL, em razão do prazo recursal legal do art. 109, I, "b", da L. 8.666/93, registrou que ficaram intimadas na sessão todas as licitantes que participantes dessa fase para, querendo, recorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação do resultado de julgamento no Diário Oficial da União, prevista para o dia 21/07/2023. Também ficaram intimados as licitantes classificados para, havendo recurso, querendo, apresentarem contrarrazões a partir do dia 31/07/2023. Registrou por fim que os autos ficariam disponíveis para consulta mediante solicitação, sendo que, eventuais recursos, contrarrazões e solicitações deveriam ser apresentadas diretamente à Comissão ou pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

XIV - Juntada dos seguintes documentos ao processo, todos produzidos na fase recursal após a publicação do resultado do certame:

a) comprovação da publicação da decisão dos documentos de propostas no DOU, DJE/TRE-RO, SIASGnet e Portal da Transparência deste Tribunal, todos de 21/07/23 ([1037527](#));

b) solicitação, pela **licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES**, dos documentos de habilitação e proposta de preços das demais licitantes, sendo-lhe informada o *link* de acesso aos documentos solicitados para o e-mail norte.eng10@gmail.com, com prazo de acesso de 10 dias ([1037705](#));

c) **recurso**, interposto em 24/07/2023, pela **licitante THS**, no qual, em suma, alega ([1040921](#)) que o **valor de R\$ 6.962.098,65** ofertado pela licitante vencedora **MADECON** é "supostamente"(?) inexecutável, podendo causar prejuízos ao órgão licitante, haja vista que tal valor está discrepante das demais propostas, devendo ser desclassificada na forma do item 10.5, "b" c/c 10.6 e 10.6.1. do edital;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) **recurso**, interposto em 28/07203, **pela licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES**, no qual, em suma, alega ([1040924](#)):

Em relação à proposta da licitante MADECON, vencedora do certame:

i. após analisar detidamente a proposta, observou que o BDI apresentado foi de 25,97% e o diferenciado de 19,43% (conforme fls. 124/125 da proposta; porém, analisando item a item a composição de custos unitários, vislumbrou, conforme demonstrou pormenorizadamente na peça, que a recorrida usou de meio de minorar seu preço não usando seu BDI corretamente, prejudicando a concorrência do certame;

ii. a recorrente analisou todos os itens da proposta da recorrida e em todos constatou que ela não usou o BDI corretamente, minorando seu preço a fim de prejudicar a concorrência do certame e ludibriar a Administração Pública.

A partir deste ponto, a recorrente faz a análise de inúmeros itens de serviços da planilha, mostrando que, caso o BDI informado pela recorrida estivesse corretamente aplicado sobre o preço dos serviços, o valor total de cada um deles seria inferior, o que poderia levar à redução do preço global da proposta e a sua inexecuibilidade;

iiii. Em função de suas alegações, **apresenta as seguintes conclusões:**

iiia. que o uso de BDI inferior ao que foi declarado (25,97%) pela recorrida traz consequências graves ao certame, pois coloca em xeque a concorrência, vez que além de ter dado o desconto nos itens, de forma correta, ela minorou seu BDI aplicando ainda mais desconto em todos seus itens, agindo com a intenção deste fim;

iiib. que não se trata de um erro eventual, pois não foi um, dois ou alguns itens que tiveram minorada a aplicação do BDI, mas em razão de todos os itens houve a intenção de minorar a aplicação do BDI, afastando qualquer falha que por ventura possa ser alegada e que as licitantes que usaram corretamente seu BDI, estão em desvantagem, pois a recorrida artificiou seu valor final usando tal técnica;

iiic. que esse procedimento tem uma consequência prática mais danosa à administração, pois diante de possíveis processos de repactuação, aditivos de itens e valores, a única beneficiária deste ato será a empresa recorrida, pois com a minoração de seu BDI, conseguiu, de forma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

indireta, elevar o valor de seus itens e quando na eventualidade, no futuro, desses ajustes, usará o valor do item oferecido juntamente com seu BDI real;

iiid. indaga, no processo de pagamento a recorrida usaria qual BDI para formalizar suas medições? O apresentado na sua composição do BDI (25,97%) ou o usado minorando seu preço em cada item? Ou seja, ficaria ainda mais cristalino que a minoração do preço com a minoração do BDI, de forma deliberada pela recorrida, acarreta possíveis e graves danos à administração e aos licitantes, que se prejudicam pela minoração do valor onde é inalterável;

iii2. por fim, sustenta que o desconto apresentado pela recorrida não deveria ter sido aceito pela Comissão Especial de Licitação, requerendo assim sua desclassificação.

Em relação à proposta da licitante THS, segunda colocada no certame:

i. que a recorrida não apresentou a assinatura de seu sócio/diretor em nenhum evento de sua proposta, seja na planilha sintética, analítica, cronograma físico-financeiro, na composição de BDI e nas contribuições sociais; traz imagens desses documentos na peça recursal;

ii. que conforme registra o estatuto social da recorrida, somente tem poderes para assinar com administrador Acácio da Silva Santos, sendo ele o signatário dos documentos de habilitação; traz imagens desses documentos na peça recursal;

iii. que a recorrida tenta ludibriar a administração e os concorrentes, pois conforme comprovado pelos documentos, nenhum ato da proposta foi assinado pelo representante legal da empresa;

iv. que o item 9 do edital, que trata da proposta comercial é claro, taxativo e vincula os participantes do certame no sentido de que, além dos demais requisitos, a proposta deverá estar devidamente data e assinada, como também rubricada, o que significa pelo representante legal do licitante;

v. que a ausência de assinatura faz a proposta ser inexistente para o mundo jurídico. Tal formalidade seria essencial para dar segurança aos participantes do ato e uma vez que uma recorrida descumpre, descumpre a vinculação ao instrumento convocatório, que é o princípio basilar que norteia a administração pública quando licita. Assim, requer a desclassificação da proposta da recorrida pelo descumprimento do item 9.1 do edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Requerimentos finais do recorrente:

i. seja o processo encaminhado ao presidente da Comissão para reconsiderar sua decisão e reformá-la, desclassificando as propostas das recorridas MADECON e THS, pelos motivos expostos;

ii. Caso não haja reconsideração da decisão pelo Presidente da Comissão, requer o envio dos autos à autoridade superior, para que julgue totalmente procedente o recurso a fim de reformar a decisão recorrida e desclassificando as propostas das recorridas MADECON e THS.

e) Ofício-Circular expedido a todas as licitantes que participaram da fase de julgamento das propostas ([1040957](#)), por meio do qual o Presidente da CEL: **a)** informou a todas que as **licitantes THS e CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** apresentaram recurso; **b)** enviou as peças recursais; e **c)** registrou que os autos do processo estavam disponíveis para consulta, mediante solicitação pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br ou diretamente com a CEL, em horário de expediente;

f) **contrarrazões**, apresentadas em 03/08/23, da **licitante MADECON**, no qual, em suma, alega ([1043959](#)):

i. que conforme o item 9.1, "g," g.1. do edital a planilha de composição de BDI deve estar descrita com todos os seus componentes, em valores nominais e com percentual e o item 9.4., I, "b" que na composição de custos unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas referentes à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, sendo que a Administração determinou a utilização de dois tipos de BDI, sendo um para mão de obra (25,97%) e outro para material (19,43%). Esclarece que dentro de cada composição existem composições auxiliares que formam o preço final, sendo que cada um desses insumos corresponde a um tipo, tais como equipamentos, taxas, serviços, mão de obra e outros;

ii. assim, em suma, alega que em suas planilhas foi apresentada a composição detalhada e ao final foi devidamente indicado o BDI de 25,97%, mas que possuem subitens exclusivamente de mão de obra, aos quais foi aplicado o BDI correspondente, enquanto que, para os demais subitens (equipamentos, taxas e serviços) foi aplicado o BDI inferior de materiais, motivo pelo qual alega que sua proposta é totalmente exequível até porque, sustenta, o BDI não pode ser aplicado diretamente na planilha, como afirmado pelas recorrentes, sendo que a sua aplicação somente ocorre após a verificação da composição unitária de cada insumo, porquanto o BDI se aplica em TODOS os itens da proposta, na forma por ela apresentado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iii. traz alguns exemplos da aplicação correta do BDI aos diversos serviços;

iv. que, de acordo com o disposto no art. 45, § 1º, I da L. 8.666/93, o licitante, além de ofertar o menor preço, deverá apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital para viabilizar o reconhecimento de sua vantajosidade para a Administração mediante critérios objetivos de julgamento e seleção das propostas, o que teria sido fielmente cumprido pela recorrida. Até porque, segundo registra, o detalhamento do BDI é requisito obrigatório da proposta, devendo observar, no que couber, a composição mínima indicada no art. 9º do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, sob pena de desclassificação da proposta. Aduz que, de acordo com o **Manual obras públicas do TCU**, no preço final dos serviços, composto também pelo BDI: (...) *deve ser avaliado para cada caso específico, dado que seus componentes variam em função do local, tipo de obra e sua própria composição* (TCU, 2014, p. 21) - cita também doutrina nesse sentido. Reafirma que o preço do BDI apresentado é o mesmo utilizado na planilha base da licitação, da qual estipulou o percentual de 25,97% para mão de obra e 19,43% para material, havendo assim obedecido a todos os comandos do edital, já que adotou os mesmos parâmetros na apresentação de sua proposta;

v. registra que o valor de sua proposta no valor de R\$ 6.962.098,65 teve um desconto de 29,02% sobre o valor estimado da licitação, devendo ser garantida a **supremacia do interesse público sobre o privado**, sendo que o interesse público deve buscar a **proposta mais vantajosa** respeitando o *princípio da isonomia* entre as licitantes no seu julgamento. Assim, aduz que a decisão da Comissão em habilitá-la e declará-la vencedora do certame foi proferida dentro dos ditames legais, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes, a **legalidade e vinculação ao edital**, assim como a supremacia do interesse público, tendo como objetivo o interesse de que toda a sociedade seja beneficiada com o objeto da presente licitação;

vi. registra que não houve afronta aos princípios basilares da Administração Pública e da Constituição Federal e destaca que sua **boa-fé é evidente**, porquanto demonstrou que cumpriu as regras do edital, ao qual a Administração está vinculada, e que apresentou a melhor proposta de preço;

vii. por fim, requer que os argumentos dos recursos de **CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** e **THS** não sejam conhecidos pelos motivos narrados no seu recurso por ser de direito e justiça.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) manifestação dos servidores da área de engenharia deste Tribunal, integrante da CPC, sobre os pontos registrados nos recursos e nas contrarrazões, em suma, com o seguinte conteúdo ([1045480](#)):

Em relação à proposta da licitante MADECON, vencedora do certame:

i. que nos inúmeros subitens das planilhas apontadas pela recorrente em relação às composições analíticas apresentadas pela recorrida, não apresentam clareza na valoração e forma de aplicação do BDI, sendo que a planilha orçamentária da recorrida, fls. 10 do evento [1035880](#), não seguiu o modelo do Anexo II do evento [1003641](#), fls. 2, que apresenta a coluna separada do BDI de mão de obra e do BDI de material, o que deixaria claro os valores dos BDI utilizados;

ii. que somente nas contrarrazões da recorrida MADECON ficou demonstrada a forma de composição e aplicação do BDI; porém foi indicado o detalhamento do BDI apenas para os itens 1.1.1 e 1.1.2, ou seja, se faz necessário a apresentação do detalhamento em todos os serviços da planilha sintética para identificar os BDIs aplicados em material e mão de obra utilizada pela recorrida;

iii. que para a correta identificação da aplicação do BDI apresentado na composição da recorrida, faz-se necessário que seja demonstrado em todos os itens da planilha sintética: a) quais insumos foram apropriados como mão de obra e serviço; b) a indicação clara de aplicação dos percentuais de BDI sobre a somatória de mão de obra; c) a apresentação de arquivo nativo em *EXCEL* com fórmulas em todos os campos. Tais informações constavam do arquivo modelo de proposta, conforme fls 2. do Anexo II do evento [1003641](#), no entanto a recorrida ocultou as informações na sua proposta, inclusive não constam na planilha em *EXCEL* (evento [1036113](#)) entregue pela recorrida;

iv. que considerando tais observações não seria possível afirmar assertivamente que a recorrida adotou BDI na composição de custo unitário divergente da composição de BDI;

v. que analisado o total sem BDI, o total do BDI e o total geral contido às fls 11/63 da planilha, evento [1035880](#), tem-se: a) total sem BDI: R\$ 5.688.308,24; b) valor do BDI: R\$ 1.273.790,41 (22,39%); e c) valor total Geral: R\$ 6.962.098,65. Registra, então que, os BDIs estabelecidos pela recorrida foram de 25,97% e 19,43% (diferenciado); sendo o valor do BDI colocado na sua planilha de 22,39%; entretanto não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

foi possível obter de "onde saiu o total sem BDI", concluindo que, novamente, há demonstração de falta de clareza na valoração e aplicação do BDI;

vi. conclui que diante desse quadro, não seria possível acatar integralmente e de imediato o recurso apresentado pela licitante Consorcio Norte, sendo necessário o detalhamento da proposta da licitante recorrida MADECON quanto às informações não apresentadas no envelope de proposta, desde que não haja alteração dos valores unitários e global, conforme já feito nas contrarrazões, devendo ser demonstrado para todos os itens da planilha.

h) ofício expedido à licitante MADECON ([1046447](#)), por meio do qual o Presidente da CEL, com base no item 14.7 do edital, solicita à recorrida a apresentação de **PLANILHA SINTÉTICA AJUSTADA AO MODELO CONSTANTE NO ANEXO II DO EDITAL**, nela constando os valores **SEM e COM BDI**, a fim de que fique claro qual é, efetivamente, o BDI utilizado, sendo **VEDADA** a majoração do valor total da proposta, com de dois dias úteis, a contar do recebimento da mensagem eletrônica contendo o ofício ([1046480](#)). Confirmação de recebimento no dia 09/08/23 ([1046498](#));

i) e-mail da recorrida MADECON ([1046498](#)), por meio do qual: a) envia o Ofício nº 265, de 10/08/2023 ([1047319](#)) com resposta à diligência referida no item "h" anterior; b) envia planilha com os BDIs ajustados ([1047329](#)), solicita desconsideração da referida planilha ([1047872](#)) e junta outra atualizada ([1047873](#)); no referido ofício a recorrida traz, no que essencial - e parte de forma literal - as seguintes manifestações:

i. *que a proposta foi elaborada por um software com sistema de alta tecnologia não possuindo formulas em Excel pois os relatórios das planilhas apresentadas são exportados diretamente do programa para o formato Excel evitando assim possíveis erros de preços de insumos, de cálculos e somatórios;*

ii. *que a imagem da tela do software de orçamentos de obras onde demonstra que somente o insumo de mão de obra está sendo considerado o BDI de 25,97% e os demais insumos estão sendo considerados materiais com o BDI de 19,43%. Nesse ponto cita como exemplo a composição de custos dos profissionais eletricitas;*

iii. *que a maioria das composições dos itens da planilha possuem COMPOSIÇÕES AUXILIARES;*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iv. que levando em consideração o exemplo dado, pode-se afirmar que é incorreto utilizar o BDI cheio somente de mão de obra para o item exemplificado, sendo que em sua composição auxiliar não contém somente os insumos relacionados a mão de obra, e para validar essa afirmação, apresenta a imagem da tabela do SINAPI do mês 03/2023 sem desoneração, citando e reproduzindo as páginas;

v. que, (...) *via de regra, não pode ser aplicado desconto na mão de obra, podendo ser observado que a soma do valor da mão de obra da composição do SINAPI continua a mesma da composição apresentada pela empresa sem BDI de R\$ 17,07. Assim, (...) Ficou demonstrado que o valor apresentado com BDI está CORRETO;*

vi. finaliza alegando que: (...) *em todas as composições onde estiver o INSUMO TIPO: MÃO DE OBRA está sendo aplicado o BDI correspondente de 25,97%, o que for diferente disso aplica-se o BDI de MATERIAL, ou seja, 19,43%. Assim, o (...) BDI está sendo aplicado em cada TIPO de INSUMO e não no valor do item final.*

j) Solicitação do Presidente da CEL ([1047876](#)) e **manifestação** dos servidores da área de engenharia deste Tribunal, integrante da CPC, sobre os esclarecimentos apresentados pelo recorrida, em suma, com o seguinte conteúdo ([1048362](#)):

i. que considerando a análise da proposta conforme Anexo I (evento [1047975](#)), no qual conferiu-se a planilha reenviada, observou-se que os valores dos serviços destacados em **vermelho**, foram obtidos através de BDI'S divergentes do indicado pela licitante em sua composição analítica;

ii. que considerando o Anexo II (evento [1048344](#)), identificou-se pela coluna "C12" e "C14", que o BDI real adotado pela licitante de mão de obra e material, respectivamente, diverge do BDI que a licitante indicou na proposta inicial, que deveria ser: mão de obra: 25,97% e material: 19,43%;

iii. que para a análise, considerou-se que as células preenchidas em "azul" equivalem ao **BDI calculado com valores menores que o BDI indicado**, e as células preenchidas em "laranja" equivalem ao **BDI calculado com valores maiores que o BDI indicado pela licitante**, concluindo que não há regularidade na utilização do BDI na planilha orçamentária;

iv. que, sendo considerado que os valores unitários, sem o BDI indicados na coluna C8 e C9, evento ([1048344](#)), estejam



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

corretos e aplicando-se os BDIs indicados pela licitante, conclui-se que o valor total da proposta deveria ser **R\$ 6.962.098,65** (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos). Assim, indica que a proposta deveria ser reduzida em **R\$ 6.730,65** (seis mil setecentos e trinta reais e trinta e seis centavos), conforme indicado no evento [1047975](#);

v. nessa linha, a título de conclusão, manifestam-se pela **confirmação das inconsistências** apontadas pelo recorrente.

k) ofício expedido à recorrida ([1048394](#) e [1048497](#)), no qual o Presidente da CEL, em suma:

i. dá conhecimento da manifestação da CPC;

ii. descreve os itens de serviços das planilhas com BDIs maiores ou menores que os percentuais indicados na proposta;

iii. destaca que a recorrida afirmou expressamente em sua manifestação do dia 10/08/2023 que: "**em todas as composições onde estiver o INSUMO TIPO MÃO DE OBRA está sendo aplicado o BDI correspondente de 25,97%, o que for diferente disso aplica-se o BDI de MATERIAL, ou seja, 19,43%**" e que "**o BDI está sendo aplicado em cada TIPO de INSUMO e não no valor do item final**".

Todavia, como apontado pela área técnica deste Tribunal, essa informação não se sustenta na planilha, que apresenta BDIs distintos dos informados na proposta em diversos itens, o que fragiliza a credibilidade da proposta e do ofício apresentados.

Sustenta que: *A simples aplicação de 25,97% para o total de serviços e de 19,43% para o total de material já demonstra claramente a inconsistência, visto que, se aplicados esses percentuais, o valor da proposta deveria ser menor que a apresentada. Além disso, a diversidade de BDIs apresentados em vários itens deixa claro que o BDI ofertado na proposta não corresponde aos valores constantes nas planilhas;*

iv. assim, solicito, com prazo de dois (2) dias úteis, sob pena de recusa da proposta, que a recorrida ajuste sua planilha de composição de custos e de BDI, nos exatos termos do ANEXO II do edital, observando que: a) não poderá haver majoração no preço GLOBAL; b) não poderá haver majoração nos preços de cada uma das etapas constantes nos ANEXO VI; c) a planilha de composição do BDI deve, necessariamente, corresponder ao BDI efetivamente detalhado nas planilhas de preços.

l) e-mail **tempestivo** da recorrida MADECON ([1049519](#)), por meio do qual: a) envia o Ofício nº 269, de 17/08/2023 ([1049521](#)) com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

resposta à diligência referida no item "k" anterior; b) envia nova planilha com os BDIs ajustados ([1049523](#)). No referido ofício a recorrida registra, apenas, está encaminhando a (...) *planilha ajustada conforme solicitada no ofício supracitado*.

m) nova solicitação do Presidente da CEL ([1049524](#)) e **manifestação** dos servidores da área de engenharia deste Tribunal, integrante da CPC, sobre a nova planilha apresentada pelo recorrida, em suma, com o seguinte conteúdo ([1049627](#)):

i. que após análise detalhada da proposta reenviada verificou-se que:

a) a recorrida apropriou corretamente o valores de BDIs apresentados na composição do material e da mão de obra em todos os serviços da planilha sintética;

b) dentre as alterações realizadas para ajustar realizou alterações nos valores unitários de serviços, sem que houvesse alteração do valor global da proposta;

c) compara o valor ofertado na licitação com o ajustado, demonstrando a manutenção do valor global da proposta de **R\$ 6.962.098,65** (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) e que as diferenças das etapas de serviços demonstradas no referido quadro são inexpressivas em face do valor da obra.

ii. conclui que as pendências apontadas pelo recorrente foram sanadas pela recorrida após os ajustes da proposta inicial.

XV - Manifestação da CEL acerca dos recursos apresentados pelas licitantes THS e CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES ([1049806](#)), da qual destacam-se os seguinte pontos:

a) que, sem adentrar ao mérito dos pleitos, verifica-se que os recorrentes figuram como participantes do certame, o que caracteriza o interesse, legitimando-os à propositura; que os recursos foram apresentados dentro do prazo, sendo tempestivos; que os recursos podem ser conhecidos;

b) que para subsidiar a Comissão, foram solicitados manifestações da unidade técnica-demandante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em relação ao recurso interposto em 24/07/2023 pela licitante THS, segunda colocada no certame ([1040921](#)):

c) alega a recorrente que o valor de **R\$ 6.962.098,65** ofertado pela licitante vencedora **MADECON** é supostamente inexecutável, podendo causar prejuízos ao órgão licitante, haja vista que tal valor está discrepante das demais propostas, devendo ser desclassificada na forma do item 10.5, "b" c/c 10.6 e 10.6.1. do edital.

Manifestação da CEL:

i. o recorrente não apresentou qualquer pedido, limitando-se a alegar uma suposta inexecutabilidade;

ii. o cálculo de executabilidade de proposta está expressamente previsto no edital e esse foi aplicado, conforme demonstrado pela unidade técnica; o valor-parâmetro que deve ser adotado, em observância ao item 10.6.1 do edital, era de **R\$ 5.849.177,41**. Assim, claramente se percebe que **o valor da proposta do licitante vencedor (R\$ 6.962.098,65) foi maior que o parâmetro mínimo para aferição de executabilidade;**

ii. assim, conclui que considerando que o recorrente não trouxe qualquer elemento adicional que corrobore sua tese e que não apresentou qualquer pedido, **a Comissão Especial de Licitação, opina pela manutenção da aceitação da proposta vencedora.**

Em relação ao recurso interposto em 28/07/2023 pela licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES ([1040924](#)):

PRIMEIRA ALEGAÇÃO RECURSAL - AUSÊNCIA DE ASSINATURA NA PROPOSTA DA LICITANTE THS:

d) alega a recorrente que a proposta do licitante THS não possui a assinatura de seu sócio/diretor em nenhum evento, seja na planilha sintética, analítica, cronograma físico-financeiro, na composição de BDI e nas contribuições sociais. A exigência se baseia no item 9.1 do edital. A seu ver, trata-se de vício insanável, que deve levar à desclassificação da proponente.

Manifestação da CEL:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Correta a observação do recorrente de que a proposta entregue pela empresa THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA não estaria assinada. Todavia, equivocada a conclusão de que tal falha resultaria automaticamente na desclassificação da proponente.

15. Há que se ter em mente que a licitação procura obter a proposta mais vantajosa para a Administração, que resulte na satisfação do interesse público, razão pela qual não se admite a recusa de uma proposta por conta de uma falha que pode ser facilmente sanável. Trata-se da aplicação dos princípios da razoabilidade e do formalismo moderado, além da possibilidade de saneamento de falhas por meio de diligências, cuja previsão se encontra tanto no edital, como na legislação e na jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União.

16. Sobre a possibilidade de realização de diligências para ajustes, dispõe o edital:

14.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

(...)

14.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17. O Tribunal de Contas da União tem entendimento pacífico sobre a aplicação do princípio do formalismo moderado, a saber:

É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios. (Ac. 1217/23-Plenário)

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Ac. 357/2015-Plenário)

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Ac. 1795/15-Plenário)

Na condução de licitações, falhas sanáveis, meramente formais, identificadas na documentação das proponentes não devem levar necessariamente à inabilitação ou à desclassificação, cabendo à comissão de licitação promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Ac. 3340/15-Plenário)

A realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório independe de previsão em edital, uma vez que a Lei 8.666/1993 não impõe tal exigência. (Ac. 2495/13-Plenário)

18. Firme nessa convicção é que a Comissão Especial de Licitação resolveu efetuar diligência. A empresa THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA apresentou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documentação assinada no formato digital. Consta, claramente, que o documento foi assinado no dia 07/06/2023 ([1036106](#)), portanto “antes” da abertura da proposta. Por algum motivo de ordem tecnológica, a impressão não saiu com a assinatura, mas os documentos apresentados em sede de diligência comprovam a assinatura anterior à abertura do certame.

19. Verificou-se, portanto, que se tratava de uma falha meramente formal. A assinatura não foi realizada em sede diligência. Houve, sim, uma simples falha de impressão que foi sanada mediante diligência visto que a assinatura ocorreu em data anterior à abertura do certame. Ademais, não houve qualquer alteração nas propostas ou em seus elementos constitutivos.

20. A diferença de valores entre a segunda e a terceira coloca é de exatos R\$ 158.992,87. Seria irrazoável, desproporcional e contrário ao interesse público pagar uma cifra bastante elevada apenas por uma falha de impressão que pôde ser sanada em simples diligência. Ademais, o envio de proposta em envelope lacrado, cuja abertura se deu em sessão pública com a assinatura de todos os presentes, e o posterior envio, em sede de diligência, do mesmo documento, com assinatura digital anterior à abertura do certame, deixa claro que a empresa THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA efetivamente participou do certame e apresentou proposta, afastando a tese de “DOCUMENTOS SEM VALOR JURÍDICO”, além de ficar demonstrado que realização de diligência foi a melhor alternativa adotada.

21. Posto isto, a Comissão Especial de Licitação mantém a aceitação da proposta da segunda colocada.

SEGUNDA ALEGAÇÃO RECURSAL - BDIs EM DESACORDO COM O EDITAL PARA MINORAR O VALOR DA PROPOSTA DA LICITANTE MADECOM, VENCEDORA DO CERTAME:

e) alega a recorrente que, em análise da proposta vencedora, observou o BDI de 25,97% e de 19,43%, conforme o caso. Porém, analisando item a item da sua composição, vislumbrou que o recorrido usou de meio para minorar seu preço, vez que não usou corretamente o BDI, prejudicando o certame. Afirma que os erros de planilhas foram propositais, afastando-se qualquer falha, e, por isso, a proposta deveria ser recusada.

Manifestação da CEL:

(...)

23. Instada, a unidade técnica informa que os BDIs estabelecidos pelo VENCEDOR foram de 25,97% e 19,43% (diferenciado), sendo o valor do BDI colocado na planilha da Contratada é de 22,39%, entretanto não foi possível obter de onde saiu o total sem BDI, o que demonstra falta de clareza na valoração e aplicação do BDI. Em função disso, não é possível acatar integralmente e de imediato o recurso apresentado pelo RECORRENTE, sendo necessário o detalhamento da proposta da MADECON quanto às informações não apresentadas no envelope de proposta, desde que não haja alteração dos valores unitários e global, conforme foi feito nas contrarrazões, devendo ser demonstrado para todos os itens da planilha ([1045480](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. *Correta a manifestação da unidade técnica, a Assessoria de Engenharia deste Tribunal.*

25. *Sobre isso, dispõe o edital:*

10.4.2. Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência adotados pelo Projeto Básico, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, incluído o valor correspondente ao BDI, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência adotados pela Administração licitante;

26. *Acerca do tema, decidiu o Tribunal de Contas da União (TCU):*

O licitante pode apresentar a taxa de BDI que melhor lhe convier, desde que o preço proposto para cada item da planilha e, por consequência, o preço global não estejam em limites superiores aos preços de referência. (AC TCU 2738/2015-Plenário)

As diversas características de cada tipo de empreendimento levam a variações nas taxas de BDI adotadas, sendo inviável se considerar tecnicamente adequada a utilização de parâmetro uniforme para todas as obras. (AC TCU 2369/2011-Plenário)

27. *Como bem se verifica, o edital expressamente permite aos licitantes a utilização de cálculo distinto do realizado pela Administração, inclusive o cálculo do BDI, desde que não haja majoração do valor global da proposta, como muito bem frisado pela unidade técnica deste Tribunal. Na mesma linha é o entendimento pacífico do TCU. Logo, não é possível recusar a proposta do VENCEDOR simplesmente por causa do BDI.*

28. *Equivocada a conclusão do recorrente de que a falha apontada resultaria automaticamente na desclassificação do vencedor, visto que o licitante sequer é obrigado a usar o mesmo BDI ou o mesmo cálculo que a Administração utilizou para fins de levantamento de preços. Na verdade, o caso requer apenas simples diligência, a fim de se evidenciar o cálculo efetuado e identificar qual o BDI efetivamente utilizado nas planilhas, em observância aos princípios da razoabilidade e do formalismo moderado, conforme itens 15, 16 e 17 acima, desta manifestação.*

29. *Frise-se que a unidade técnica não pôde concluir a análise por conta da precariedade de informações. Assim sendo, para que a unidade técnica tenha condições de analisar, efetuou-se diligência junto ao licitante vencedor para que evidencie o BDI efetivamente utilizado ([1046480](#)). A diligência foi atendida tempestivamente ([1047872](#) e [1047873](#)). A proposta com o BDI evidenciado foi submetido à análise técnica ([1047876](#)).*

30. *De posse das informações necessárias e suficientes, agora sim a unidade técnica, a Assessoria de Engenharia deste Tribunal, teve condições de analisar a proposta, manifestando-se pela **confirmação das inconsistências** apontadas pelo recorrente ([1048362](#)).*

31. *A manifestação técnica ([1048362](#)) e a planilha de análise ([1048344](#)) deixam claro que se trata apenas de erro de cálculo dos BDIs (25,47% e 19,45%), que somente agora a Comissão de Licitação pode verificar, dada a necessidade de prévia análise técnica. Nesse caso, impõe-se a observância aos princípios da razoabilidade e do formalismo moderado, conforme itens 15, 16 e 17 acima, desta*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manifestação, com o fundamento para realização de diligência para ajustes de cálculo da planilha.

32. É importante destacar que a diferença de valores entre a primeira e a segunda colocação é de exatos R\$ 1.752.143,98 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil, cento e quarenta e três reais e noventa e oito centavos). Seria irrazoável, desproporcional e contrário ao interesse público pagar uma cifra bastante elevada apenas por um erro de cálculo que pode ser sanado em simples diligência.

33. Assim sendo, efetuou-se diligência junto ao licitante vencedor para que efetue o ajuste de sua planilha de proposta, corrigindo os erros de cálculos dos BDIs ([1048394](#)). A diligência foi atendida tempestivamente ([1049521](#) e [1049523](#)), mantendo-se o valor global da proposta e mantendo-se abaixo do estimado os valores unitários. A proposta ajustada foi submetida à análise técnica ([1049524](#)), que manifestou pela sua regularidade ([1049627](#)).

e) Conclusão da Comissão Especial:

- i. pelo conhecimento dos recursos, posto que tempestivos, legítimos e adequadamente apresentados;
- ii. pela improcedência dos recursos, dados os fatos e fundamentos apresentados nesta manifestação;
- iii. pela homologação do certame;
- iv. pela adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

XVI - Por fim, a CEL relata as ocorrências do certame no Relatório n. 47/2022 ([1049862](#)).

12. Assim instruídos, os autos foram remetidos a este Coletivo Jurídico para análise dos atos praticados na licitação ([1050503](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2023

2.1 Publicidade do certame:

13. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se o cumprimento da exigência contida no **art. 21, § 2º, II, "a", da Lei n. 8.666/93**, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, nos veículos legais ([1015753](#)), com observância do prazo mínimo de 30 (trinta) dias das publicações até o recebimento das propostas. Verifica-se ainda que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as publicações e divulgações ocorreram no Diário Oficial da União, Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Sistema COMPRAS.GOV, jornal A GAZETA DE RONDÔNIA, diário de grande circulação no Estado e na página da transparência deste Tribunal.

14. Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto (obra pública), a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e, ainda, o endereço no qual ocorreria a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo § 1º do art. 21 da referida Lei.

2.2 Pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital:

15. Como **constou de forma bastante analítica no relato deste parecer**, houve dois pedidos de esclarecimentos (**MADECON e ÓTIMA**), devidamente respondidos de acordo com os elementos que constam dos eventos [1025961](#); [1026031](#); [1028272](#)) e [1028273](#). Verificou-se ainda duas impugnações ao edital (**BINDA** - nome de fantasia **Licitantemais**; **SINDUSCON-RO**) ambas julgadas totalmente improcedentes pela CEL, de acordo com os elementos que constam dos eventos [1028274](#) e [1028275](#).

Análise das respostas e julgamentos da Comissão Especial de Licitação:

Verifica-se que os incidentes antes reportados, trouxeram questões de ordem técnica de **engenharia** - relacionadas ao objeto - ou de **natureza contábil** - relacionadas ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis.

Em relação a ambas, houve manifestações das respectivas unidades técnicas, seja neste certame ou no anterior da Concorrência nº 01/2023. Isso porque alguns incidentes reprisaram pontos também questionados e respondidos na primeira competição. Esse quadro possibilitou a utilização, pelo Presidente da CEL, das informações antes produzidas. Por sua vez, constata-se que o Presidente da Comissão acolheu na íntegra as referidas manifestações das unidades técnicas - exceto quando decidiu que a resposta poderia antecipar um juízo de valor somente possível quando da análise dos documentos de habilitação.

No tocante às **questões jurídicas** suscitadas pelos interessados, essas foram totalmente elucidadas pelo Presidente da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Comissão quando das respostas aos esclarecimentos e dos julgamentos das impugnações, todas reproduzidas no relato deste parecer -

Assim, após analisar o interior teor das respostas e julgamentos dos incidentes pela Comissão Especial de Licitação, este Coletivo Jurídico conclui que foram aplicadas as regras e condições do edital do certame, da Lei n. 8.666/93 e da jurisprudência atualizada do TCU, motivo pelo qual conclui também por sua licitude e regularidade, não havendo qualquer reparo sobre o aspecto legal ou jurídico.

Há somente um registro digno de nota e que diz respeito à impugnação manejada pelo **SINDUSCON-RO** - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia ([1025244](#)) que, em suma, aduz que (...) *não faz o menor sentido fazer uma licitação dos serviços de TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO, separado dos serviços de construção civil, e principalmente antes de serem feitos os serviços de construção civil, pois quando da execução dos mesmos danificariam todos os serviços de pavimentação asfáltica e de drenagem executados:(...) citando diversos argumentos para tanto.*

De fato, este Coletivo Jurídico concorda inteiramente com a resposta técnica do Presidente da CEL que julgou improcedente a impugnação, (...) *visto que a o pleito não indica a cláusula do edital ou anexo que deseja impugnar e não apresenta qualquer elemento comprobatório do alegado, revelando-se mero inconformismo.*" ([1028275](#)).

Contudo, embora os argumentos trazidos pelo Presidente do SINDUSCON sejam aparentemente fruto de ilações desprovidas de substrato fático, entende-se que, em casos como tais, o **Princípio da Moralidade** conjugado com o **Princípio da Publicidade**, entre outros, aos quais o procedimento licitatório deve obediência (art. 3º da L. 8.666/93), ficariam melhor atendidos por meio de uma manifestação da unidade técnica de engenharia sobre as questões arguidas pela entidade classista, que também contemplaria a necessária **transparência** dos atos praticados pela Administração. Nesse sentido:

16) Princípio da Publicidade:

Outro princípio referido é o da publicidade, que visa garantir a transparência da atuação estatal e a plena participação da sociedade na produção dos atos administrativos.

16.1) A publicidade como instrumento de participação democrática

Em primeiro lugar, a publicidade é um instrumento de participação democrática na formação da vontade estatal. O procedimento administrativo voltado à contratação é o resultado da conjugação das atuações públicas e privadas.

Isso significa que a Administração não se encontra numa posição jurídica de "proprietária" dos interesses envolvidos. Nem sequer se pode aludir a uma



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

posição de superioridade em face da sociedade e dos potenciais interessados. A Administração é serva da realização dos interesses coletivos e da promoção dos direitos fundamentais.

A publicidade é uma decorrência inafastável da concepção democrática, que reconhece que a vontade estatal traduz um processo de consenso a partir da participação aberta a todos os integrantes da Nação. (Marçal Justen Filho - Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15 ed. São Paulo, Dialética, ps. 76 e 77 - sem grifo no original).

Nessa linha, repita-se, conquanto este Coletivo Jurídico não veja na referida impugnação elementos capazes de alterar a modelagem da contratação pretendida, **orienta-se** à Comissão Especial de Licitação que, em situações similares, **sempre ouça as unidades técnicas diretamente relacionadas aos questionamentos** - ou mesmo quando se tratar de ataques às regras editalícias que dispensam oitiva de terceiros - e profira julgamento com fundamentação apta a rechaçar, de forma cabal, todas as alegações, sejam elas fundadas ou mesmo desprovidas dessa qualidade.

2.3 Fase do julgamento dos documentos de habilitação das licitantes:

16. Como **fartamente relatado neste parecer**, a fase de julgamento dos documentos das cinco participantes do certame, a saber: a) **OTIMA Empreendimentos e Construções Ltda** - CNPJ 04.067.378/0001-63 ([1028243](#), [1028245](#) e [1028246](#)); b) **MADECON Engenharia e Participações Ltda** - CNPJ 04.067.378/0001-63 ([1028250](#), [1028251](#) e [1028252](#)); c) **MEKA Engenharia Ltda** - CNPJ 08.812.617/0001-13 ([1028260](#) e [1028261](#)); d) **THS Construtora e Incorporadora Ltda** - CNPJ 24.906.430/0001-35 ([1028262](#), [1028263](#) e [1028264](#)); e e) **CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** - CNPJs: 26.588.861/0001-26 e 20.598.506/0001-51 ([1028265](#), [1028266](#), [1028267](#), [1028268](#) e [1028269](#)), também foi objeto de questionamentos, todos, de igual forma, registrados no minucioso relato desta análise.

17. Serão destacados somente os pontos relevantes que geraram discussão ou que foram objeto de deliberação pela Comissão para análise jurídica da regularidade e licitude dos atos ali praticados. Assim, tem-se a **inabilitação da Licitante MEKA** por desatendimento ao edital nos requisitos de **qualificação técnica-operacional e profissional**, no que concerne aos quantitativos de serviços de drenagem, para os quais foram exigidos 300 metros lineares de tubulações, de acordo com os itens 7.5, b.1.2 e 7.6, b.3.1.2 do edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Análise da decisão de inabilitação da licitante MEKA pela Comissão Especial de Licitação:

O quantitativo mínimo de 300 metros lineares de serviços de tubulações de drenagem como requisito de qualificação técnico-operacional e profissional foi expressamente exigido pelo edital do certame, respectivamente nos subitens 7.5.b.1.2 e 7.5.b.3.1.2.

De acordo com a unidade técnica ([1028607](#)), quanto à **qualificação técnico-profissional**, a quantidade indicada de 29,5m não atende ao edital. Na sessão, após reanálise da equipe, verificou-se que o apontamento também se aplicava à **qualificação técnico-operacional**, com quantitativo de 109,5m.

Dessa forma, andou bem a Comissão ao inabilitar a licitante pelo descumprimento às regras habilitatórias estabelecidas de forma clara e expressa no edital, na forma do seu **item 8.7, "a"**, veja-se:

8.7. Será inabilitado o concorrente que:

- a) não apresentar quaisquer dos documentos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório;***
- b) apresentar documentos com adulteração, falsificação ou com prazo de validade/vigência vencidos;***
- c) Não atender às exigências do instrumento convocatório e seus anexos integrantes;***
- d) Não atender às solicitações de diligências e apresentação de comprovações e documentação complementar no prazo estipulado, ou apresentar intempestivamente ou, ainda, expressamente abrir mão desses prazos.***

Como visto, tratando-se de requisito objetivo representado pela comprovação documental de execução prévia de quantitativo de serviços definidos de forma clara no edital, ônus do qual a licitante não se desincumbiu, a decisão de desclassificação não merece reparos.

Por fim, destaca-se que tanto a inabilitada quanto as demais competidoras foram regularmente intimadas do ato de julgamento dos documentos de habilitação, contudo não houve manifestação recursal dessa fase do certame, fato registrado na **ata da sessão pública do dia 17/07/23** ([1035834](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4 Fase da classificação e julgamento das propostas comerciais:

18. Como na fase anterior, serão destacados somente os pontos relevantes que geraram discussão ou que foram objeto de deliberação pela Comissão para que se possa assim concluir pela regularidade e licitude dos atos praticados em relação na fase de julgamento de proposta das quatro competidoras habilitadas, a saber: a) **OTIMA Empreendimentos e Construções Ltda;** b) **MADECON Engenharia e Participações Ltda;** c) **THS Construtora e Incorporadora Ltda;** e, d) **CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES.**

19. Nessa linha consistente na análise de regularidade e licitude das questões efetivamente relevantes para o desfecho do certame - embora tenham ocorridos diversos outros incidentes desprovidos dessa característica - verifica-se que não houve situações controversas até o momento da aceitação das quatro propostas e da divulgação do resultado do certame. Até esse ponto, sempre com oitiva da área técnica de engenharia deste Tribunal, a CEL aferiu com rigor a presença de todos os requisitos formais exigidos pelo **item 9.1.** do edital para a aceitação das propostas. Inclusive **possibilitou a todos**, com fundamento no **item 14.7** do edital, a complementação dos documentos de propostas. No caso, a diligência consistiu na abertura de prazo isonômico para apresentação de todas as planilhas e composições que alimentam a formação do valor global **em arquivo eletrônico no formato nativo e compatível com o EXCEL**, conforme exigido no **item 9.1, "j"**, do edital ([1035852](#) e [1035899](#)).

20. Vencida e cumprida a diligência, após manifestação dos servidores da área de engenharia deste Tribunal - integrante da CPC - ([1036506](#)) sobre os documentos de proposta das licitantes, que também comprovou a exequibilidade de todas elas, que de acordo com os critérios fixados no edital teve o piso de R\$ 5.849.177,41, a Comissão chegou ao seguinte resultado, registrado ata da sessão pública de julgamento dos documentos de propostas de 20/07/23 ([1037181](#)):

1ª colocada: MADECON, no valor R\$ 6.962.098,65;

2ª Colocada: THS, no valor R\$ 8.714.242,63;

3ª Colocada: CONSÓRCIO NORTE E RR CONTRUÇÕES, no valor R\$ 8.873.235,50;

4ª Colocada: OTIMA, no valor R\$ 8.874.294,12.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.5 Fase recursal:

21. Veio ao processo a comprovação da publicação da decisão dos documentos de propostas no DOU, DJE/TRE-RO, SIASGnet e Portal da Transparência deste Tribunal, todos de 21/07/23 ([1037527](#)). Na sequência:

I - houve solicitação da **licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES**, dos documentos de habilitação e proposta de preços das demais licitantes, sendo-lhe informada o *link* de acesso aos documentos solicitados para o e-mail norte.eng10@gmail.com, com prazo de acesso de 10 dias ([1037705](#));

II - recurso, interposto em 24/07/2023, **pela licitante THS**, no qual, em suma, alega ([1040921](#)) que o **valor de R\$ 6.962.098,65** ofertado pela licitante vencedora MADECON é "supostamente"(?) inexecuível, podendo causar prejuízos ao órgão licitante, haja vista que tal valor está discrepante das demais propostas, devendo ser desclassificada na forma do item 10.5, "b" c/c 10.6 e 10.6.1. do edital;

III - recurso, interposto em 28/07/2023, **pela licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** ([1040924](#)), no qual, em suma, alega que:

a) após analisar detidamente a proposta da licitante **MADECON**, vencedora do certame, observou que o BDI apresentado foi de 25,97% e o diferenciado de 19,43% (conforme fls. 124/125 da proposta); porém, analisando item a item a composição de custos unitários, vislumbrou, conforme demonstrou pormenorizadamente na peça, que a recorrida usou de meio de minorar seu preço não usando seu BDI corretamente, prejudicando a concorrência do certame. Tal ocorrência, aponta, levaria à redução do preço global da proposta e a sua inexecuibilidade. Requer, por fim, a desclassificação da proposta da recorrida;

b) que a recorrida **licitante THS**, **segunda colocada no certame**, não apresentou a assinatura de seu sócio/diretor em nenhum evento de sua proposta, seja na planilha sintética, analítica, cronograma físico-financeiro, na composição de BDI e nas contribuições sociais; traz imagens desses documentos na peça recursal e requer a desclassificação da proposta da recorrida.

IV - contrarrazões, apresentadas em 03/08/23 ([1043959](#)) pela **licitante MADECON**, no qual, em suma, alega que nas suas planilhas foram apresentadas a composição detalhada e ao final devidamente indicado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o BDI de 25,97%, mas que possuem subitens exclusivamente de mão de obra, aos quais foi aplicado o BDI correspondente, enquanto que, para os demais subitens (equipamentos, taxas e serviços) foi aplicado o BDI inferior de materiais, motivo pelo qual alega que sua proposta é totalmente exequível até porque, sustenta, o BDI não pode ser aplicado diretamente na planilha, como afirmado pelas recorrentes, sendo que a sua aplicação somente ocorre após a verificação da composição unitária de cada insumo, porquanto o BDI se aplica em TODOS os itens da proposta, na forma por ela apresentado.

22. Submetida a questão levantada pela recorrente **CONSÓRCIO NORTE** acerca dos percentuais de BDIs que constaram das planilhas da recorrida e as informações e documentos que integraram as contrarrazões da **MADECON**, a área de engenharia deste Tribunal conclui que diante do quadro exposto em sua análise, **não seria possível acatar integralmente e de imediato o recurso apresentado pela licitante Consorcio Norte**, sendo necessário o detalhamento da proposta da licitante recorrida **MADECON** quanto às informações não apresentadas no envelope de proposta, desde que não houvesse alteração dos valores unitários e global, devendo ser demonstrado para todos os itens das planilhas ([1045480](#)).

23. Tal manifestação da área técnica gerou a necessidade de diligenciar a recorrida para apresentação de PLANILHA SINTÉTICA AJUSTADA AO MODELO CONSTANTE NO ANEXO II DO EDITAL, nela constando os valores **SEM e COM BDI**, a fim de que ficasse claro qual seria, efetivamente, o BDI utilizado, **VEDADA** a majoração do valor total da proposta, com prazo de dois dias úteis a partir da ciência ([1046480](#) e [1046498](#)). Os documentos foram apresentados ([1046498](#), [1047329](#) e [1047873](#)) e submetidos à análise da área técnica que concluiu pela **confirmação das inconsistências** apontadas pelo recorrente. Assim, foi concedido pelo Presidente da Comissão o prazo de dois (2) dias úteis), **sob pena de recusa da proposta**, para que a recorrida ajustasse sua planilha de composição de custos e de BDI, nos exatos termos do ANEXO II do edital, observando que: a) não poderia haver majoração no preço GLOBAL; b) não poderia haver majoração nos preços de cada uma das etapas constantes nos ANEXO VI; e, c) que a planilha de composição do BDI deveria, necessariamente, corresponder ao BDI efetivamente detalhado nas planilhas de preços ([1046447](#) e [1046480](#)).

24. Assim, em cumprimento à referida diligência, veio ao processo novos documentos da recorrida **MADECON** e também informações acerca do procedimento por ela adotado na aplicação dos BDIs



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de serviços e materiais dos itens das planilhas de custos ([1046498](#) e [1047319](#)). Após a segunda análise, a área técnica demandante concluiu que sendo considerado que os valores unitários, sem o BDI indicados no evento ([1048344](#)) estivessem corretos e aplicando-se os BDIs indicados pela licitante, o valor total da proposta deveria ser **R\$ 6.962.098,65** (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos). Assim, indica que a proposta deveria ser reduzida em **R\$ 6.730,65** (seis mil setecentos e trinta reais e trinta e seis centavos), conforme indicado no evento [1047975](#) e, a título de conclusão, manifestou-se pela **confirmação das inconsistências** apontadas pelo recorrente ([1048362](#)).

25. Assim, mais uma vez, a recorrida foi notificada para, no prazo de dois (2) dias úteis, **sob pena de recusa da proposta**, ajustar sua planilha de composição de custos e de BDI, nos exatos termos do ANEXO II do edital, observando que: a) não poderia haver majoração no preço GLOBAL; b) não poderia haver majoração nos preços de cada uma das etapas constantes nos ANEXO VI; c) a planilha de composição do BDI deveria, necessariamente, corresponder ao BDI efetivamente detalhado nas planilhas de preços. Em cumprimento e tempestivamente, da recorrida MADECON enviou o Ofício nº 269, de 17/08/2023 ([1049521](#)) com envio de nova planilha com os BDIs ajustados ([1049523](#)).

26. Após a terceira análise, a área técnica demandante concluiu que ([1049627](#)):

I - a recorrida apropriou corretamente o valores de BDIs apresentados na composição do material e da mão de obra em todos os serviços da planilha sintética;

II - dentre as alterações realizadas para ajustar realizou alterações nos valores unitários de serviços, sem que houvesse alteração do valor global da proposta;

III - comparado o valor ofertado na licitação com o ajustado, demonstra-se a manutenção do valor global da proposta de **R\$ 6.962.098,65** (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) e que as diferenças das etapas de serviços demonstradas no referido quadro são inexpressivas em face do valor da obra;

IV - por fim, que as pendências apontadas pelo recorrente foram sanadas pela recorrida após os ajustes da proposta inicial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Tal manifestação da unidade técnica demandante, pela manutenção da aceitação da proposta - agora ajustada - da recorrida **licitante MADECON**, orientou a manifestação da Comissão para subsidiar o julgamento do recurso manejado pela recorrente **CONSÓRCIO NORTE**, conforme se verá adiante.

Da manifestação da Comissão acerca dos recursos interpostos da fase de classificação e julgamento das propostas comerciais pelas licitantes THS e CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES ([1049806](#)):

I - que, sem adentrar ao mérito dos pleitos, verifica-se que os recorrentes figuram como participantes do certame, o que caracteriza o interesse, legitimando-os à propositura; que os recursos foram apresentados dentro do prazo, sendo tempestivos; **que os recursos podem ser conhecidos:**

Análise da CEPJ: De fato, os documentos juntados ao processo, todos indicados no relato deste parecer, demonstram o preenchimento dos **pressupostos processuais**, motivo pelo qual os recursos devem ser conhecidos, afastando-se a regra de barreira estabelecida no **item 11.6** do edital.

II - Em relação ao recurso interposto em 24/07/2023 pela licitante THS, segunda colocada no certame ([1040921](#)), acerca da alegação de que o valor de **R\$ 6.962.098,65** ofertado pela licitante vencedora **MADECON** seria supostamente inexecutável e que poderia causar prejuízos ao órgão licitante, haja vista que tal valor estaria discrepante das demais propostas, devendo a proposta ser desclassificada na forma do item 10.5, "b" c/c 10.6 e 10.6.1. do edital.

Manifestação da CEL:

i. que o recorrente não apresentou qualquer pedido, limitando-se a alegar uma suposta inexecutabilidade;

ii. que o cálculo de executabilidade de proposta está expressamente previsto no edital e esse foi aplicado, conforme demonstrado pela unidade técnica; o valor-parâmetro que deve ser adotado, em observância ao item 10.6.1 do edital, era de **R\$ 5.849.177,41**. Assim, claramente se percebe que **o valor da proposta do licitante vencedor (R\$ 6.962.098,65) foi maior que o parâmetro mínimo para aferição de executabilidade;**

ii. que, assim, considerando que o recorrente não trouxe qualquer elemento adicional que corrobore sua tese e que não apresentou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualquer pedido, **opinou pela manutenção da aceitação da proposta vencedora**.

Análise da CEPJ: De fato, o critério de inexecuibilidade é objetivo e deriva de regra expressa prevista no edital. Veja-se:

10.6.1. Para os efeitos do disposto no item acima, consideram-se manifestamente inexecuíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) valor orçado pela administração.

Por sua vez, a área de engenharia deste Tribunal realizou a análise prévia do valor de referência para fins de **inexecuibilidade das propostas** e apurou, entre os dois critérios fixados no edital, **o piso de R\$ 5.849.177,41 (1036506)**, motivo pelo qual não há falar-se de inexecuibilidade da proposta da primeira colocada com preço superior em mais de 1 milhão ao piso apurado.

Assim, não assiste razão à recorrente, posto que não há justificativa alguma para a desclassificação pretendia, apenas possibilitada por preço efetivamente considerado inexecuível. Sobre o tema, veja-se:

Acórdão TCU 1615/2008 - Plenário:

Competição e conseqüente busca dos melhores preços à Administração são fundamentos de qualquer modalidade licitatória. Lei de Licitações e Contratos visa, além da competição, garantir que a contratada possua condições de honrar as obrigações assumidas perante o Poder Público. Esta é a razão da existência da prévia fase de habilitação, cuja função é avaliar a capacidade do licitante para suprir os encargos inerentes ao objeto licitado. Em complemento, o art. 48, II, da referida lei exige a desclassificação de proposta com preços inexecuíveis. Destarte, a Lei nº 8.666/1993, preza a competição e a segurança na contratação.

Nesses termos, na linha da manifestação da Comissão Especial de Licitação, entende este coletivo que o recurso deve ser julgado totalmente improcedente pela autoridade administrativa.

III - Recurso interposto em 28/07/2023 pela licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES (1040924), acerca da alegação de que a proposta do **licitante THS** não possui a assinatura de seu sócio/diretor em nenhum evento, seja na planilha sintética, analítica, cronograma físico-financeiro, na composição de BDI e nas contribuições sociais. A exigência se baseia no **item 9.1** do edital. A seu ver, trata-se de vício insanável, que deve levar à desclassificação da proponente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Manifestação da CEL:

i. que o recorrente não apresentou qualquer pedido, limitando-se a alegar uma suposta inexecutabilidade;

o valor de **R\$ 6.962.098,65** ofertado pela licitante vencedora **MADECON** seria supostamente inexecutável e que poderia causar prejuízos ao órgão licitante, haja vista que tal valor estaria discrepante das demais propostas, devendo a proposta ser desclassificada na forma do item 10.5, "b" c/c 10.6 e 10.6.1. do edital.

Manifestação da CEL, em síntese:

i. que o desatendimento de **exigências formais não essenciais** não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública;

ii. que o **Tribunal de Contas da União** tem entendimento pacífico sobre a aplicação do **princípio do formalismo moderado**, citando inúmeros acórdãos sobre o tema.

iii. que firme nessa convicção a Comissão realizou diligência e a licitante THS apresentou a documentação assinada no formato digital. Consta, claramente, que o documento foi assinado no dia 07/06/2023 ([1036106](#)), portanto “antes” da abertura da proposta. Por algum motivo de ordem tecnológica, a impressão não saiu com a assinatura, mas os documentos apresentados em sede de diligência comprovam a assinatura anterior à abertura do certame. Assim, verificou-se que se tratava de uma **falha meramente formal. A assinatura não foi realizada em sede diligência**. Houve, sim, uma simples falha de impressão que foi sanada mediante diligência visto que a assinatura ocorreu em data anterior à abertura do certame. Ademais, **não houve qualquer alteração nas propostas** ou em seus elementos constitutivos;

iv. que, nessa linha, a Comissão **opina pela manutenção da aceitação da proposta da segunda colocada THS.**

Análise da CEPJ: De fato, o ato de manutenção da aceitação da proposta da **recorrida THS** está fartamente demonstrada pela CEL e, como referido, também encontra lastro nas regras do edital, veja-se:

9.1. A proposta comercial deverá ser apresentada no envelope n. 02, em conformidade com o ANEXO VI - Modelo de proposta comercial, observando ainda os seguintes elementos: a) redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que comprometam sua regularidade, devidamente datada e assinada, como também rubricada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

9.3. *Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazos de garantia e preços dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação:*

a) (...)

b) a falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "PROPOSTA" e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência:

(...)

14.5. *O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.*

(...)

14.8. *No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.*

De notar-se que, embora haja regra editalícia expressa exigindo que a proposta deva ser apresentada assinada e rubricada (**item 9.1**) e que a ausência dessa assinatura deve ser suprida na sessão de abertura das propostas, sob pena de desclassificação (**item 9.3, "b"**), tais dispositivos não podem ser interpretados de forma isolada, mas por critérios de razoabilidade e em harmonia com as demais disposições existentes no edital sobre erros formais e, ainda, de acordo com o **Princípio do Formalismo Moderado** mencionado pela CEL.

Nesse sentido, tem-se que, além dos textos suprarreferidos dos **itens 14.5 e 14.8** que justamente materializam o **Princípio do Formalismo Moderado**, não se constatou a "falha" na sessão de abertura das propostas. Assim, também não foi possibilitada seu saneamento pela licitante recorrida, apenas oportunizada por meio de diligência na fase recursal. Esse procedimento, aliás, como informa a CEL, revelou que não houve omissão, mas simples falha de impressão.

Nesse compasso, reproduz-se ainda, por sua recenticidade, as conclusões do **Acórdão TCU 1217/2023 - Plenário**, citado pela CEL:

*É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erros formais ou vícios sanáveis por meio de diligência, em face dos **princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público**, que permeiam os processos licitatórios.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, na linha da manifestação da Comissão Especial de Licitação, entende este coletivo que o recurso em relação à licitante THS deve ser julgado totalmente improcedente pela autoridade administrativa.

IV - Recurso interposto em 28/07/2023 pela licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES ([1040924](#)), no qual alega que, em análise da proposta vencedora da **recorrida MADECON**, observou o BDI de 25,97% e de 19,43%, conforme o caso. Porém, analisando item a item da sua composição, vislumbrou que o recorrido usou de meio para minorar seu preço, vez que não usou corretamente o BDI, prejudicando o certame. Afirma que os erros de planilhas foram propositais, afastando-se qualquer **falha de procedimento** e, por isso, a proposta deveria ser recusada.

Manifestação da CEL:

i. informa que o edital expressamente permite aos licitantes a utilização de cálculo distinto do realizado pela Administração, inclusive o cálculo do BDI, desde que não haja majoração do valor global da proposta, como muito bem frisado pela unidade técnica deste Tribunal. Na mesma linha que esse é o entendimento pacífico do TCU, não sendo possível recusar a proposta vencedora simplesmente pelo BDI; motivo pelo qual **estaria equivocada a conclusão do recorrente de que a falha apontada resultaria automaticamente na desclassificação do vencedor**, visto que o licitante sequer é obrigado a usar o mesmo BDI ou o mesmo cálculo que a Administração utilizou para fins de levantamento de preços. Assim, sustenta que o caso requeria apenas simples diligência para evidenciar o cálculo efetuado e identificar qual o BDI efetivamente foi utilizado nas planilhas, em observância aos princípios da razoabilidade e do formalismo moderado, já referidos;

ii. registra que a manifestação técnica ([1048362](#)) e a planilha de análise ([1048344](#)) deixam claro que se tratava apenas de erro de cálculo dos BDIs (25,47% e 19,45%), que somente nesta fase a Comissão de Licitação pode verificar, dada a necessidade de prévia análise técnica. Assim, efetuou-se diligência com o licitante vencedor para ajustar suas planilhas e proposta, corrigindo os erros de cálculos dos BDIs ([1048394](#)). A diligência foi atendida tempestivamente ([1049521](#) e [1049523](#)), mantendo-se o valor global da proposta e mantendo-se abaixo do estimado os valores



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

unitários. A proposta ajustada foi submetido à análise técnica ([1049524](#)), que manifestou pela sua regularidade ([1049627](#));

iii. destaca que a diferença de valores entre a primeira e a segunda colocas é de exatos **R\$ 1.752.143,98**. Assim, seria irrazoável, desproporcional e contrário ao interesse público pagar uma cifra bastante elevada apenas por um erro de cálculo que pode ser sanado em simples diligência, impondo-se a observância dos princípios da razoabilidade e do formalismo moderado;

iv. que, nessa linha, a Comissão **opina pela manutenção da aceitação da proposta da licitante vencedora.**

Análise da CEPJ: De fato, o ato de manutenção da aceitação da proposta da **recorrida MADECON** está fartamente demonstrada pela CEL e, como referido, também encontra lastro nas regras do edital, complementadas pelas regras do projeto básico da contratação, vejam-se:

EDITAL:

9.3. *Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazos de garantia e preços dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão de Licitação;*

a) Serão corrigidos automaticamente pela Comissão de Licitação quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

(...)

9.5. DA COMPOSIÇÃO DO BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS): *A composição do BDI deve observar o disposto no item 9.6.1.2 do Projeto Básico.*

(...)

14.5. *O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.*

(...)

14.8. *No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO:

9.6.1.2. DA COMPOSIÇÃO DO BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS):

(...)

Os percentuais correspondentes a formação da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) estão devidamente demonstrados no itens 1 (BDI) e 4 (Planilha Financeira), do Memorial Descritivo do Orçamento - ANEXO III (Evento [1003642](#)), assim formados:

a) BDI Convencional: 25,97 % (vinte e cinco inteiros e noventa e sete centésimos por cento);

b) BDI Diferenciado 1: Serviços Gerais: 19,43% (dezenove inteiro e quarenta e três centésimos por cento).

VI - Em conformidade com o Acórdão TCU n. 548/2016-Plenário, a análise isolada de apenas um dos componentes do preço (custo direto ou BDI) não é suficiente para caracterizar o sobrepreço, pois um BDI contratual elevado pode ser compensado por um custo direto ofertado pela licitante abaixo do paradigma, qual seja o valor global, de forma que o preço do serviço contratado esteja abaixo do preço de mercado. Esse exato entendimento constou na ementa do **Acórdão TCU n. 1551/2008 - Plenário**, relatado pelo Ministro Augusto Nardes, veja-se:

"Não se admite a impugnação da taxa de BDI consagrada em processo licitatório plenamente válido sem que esteja cabalmente demonstrado que os demais componentes dos preços finais estejam superestimados, resultando em preços unitários completamente dissociados do padrão do mercado. Na avaliação financeira de contratos, o controle deve incidir sobre o preço unitário final e não sobre cada uma de suas parcelas individualmente..."

VII - Neste sentido, durante a fase da licitação, a Jurisprudência do TCU entende que a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima dos limites considerados neste Projeto Básico só deverá acontecer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por custos inferiores aos paradigmas, conforme o Acórdão 1804/2012 e 1452/2017, ambos do TCU - Plenário.

Como visto, os percentuais dos BDIs - porque são dois, um para serviços e outro para materiais - utilizados nas planilhas de preços da Administração licitante **não são vinculativos**. O edital trouxe regra clara sobre a faculdade de utilização de BDIs distintos pelos licitantes. Tal medida, como indicado no edital, foi complementada pelas regras do projeto básico que, de igual forma, permite a utilização de BDIs diversos, desde que o valor global - e das etapas, de acordo com o art. 13, I, do Decreto Federal nº 7.983/2013 - estejam situados nos limites dos patamares financeiros estimados pela Administração. Por sua vez, tal procedimento, foi formatado em total harmonia com a jurisprudência pacífica do TCU, conforme acórdãos reproduzidos no projeto básico, no edital e, ainda, na manifestação da Comissão.

Ademais, **há ainda dois pontos relevantes.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O **primeiro** é que as informações trazidas pela recorrida **MADECON** no evento [1047319](#)) esclarecem que não se tratou de uma tentativa deliberada de disfarçar possível preço inexequível de sua proposta - como sugere e até mesmo afirma a recorrente na suas razões. Pelo que foi registrado, a proposta foi elaborada em *software* com sistema que não possui formulas em *Excel* sendo os relatórios das planilhas exportados diretamente do programa para o formato *Excel* - segundo justificado - para evitar possíveis erros de preços de insumos, de cálculos e somatórios. A recorrida afirma que a imagem da tela do referido *software* de orçamentos de obras demonstra que somente no insumo de mão de obra foi considerado o BDI de 25,97% e os demais insumos foram considerados materiais, com o BDI de 19,43%.

Nesse sentido, verifica-se a ocorrência de incompatibilidade entre o *software* utilizado pela recorrida e as planilhas de *Excel* utilizadas pela Administração licitante, gerando os incidentes que foram apontadas pela área técnica e definitivamente sanadas, permitindo assim a clareza dos percentuais dos BDIs efetivamente utilizados na proposta da recorrida.

O **segundo** diz respeito ao fato de que a Comissão oportunizou à licitante, por duas vezes, a faculdade de ajustar os dados dos BDIs de sua proposta - sob pena de recusa e desde que os ajustes nas planilha de composição de custos e de BDI não majorassem o preço GLOBAL ou cada uma das etapas constantes nos ANEXO VI do edital.

De fato, o poder de diligência da Comissão de Licitação e da autoridade superior, **em qualquer momento - o que inclui a fase recursal** - está regulado no edital e decorre de expresso mandamento legal, veja-se:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

De acordo com o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União, esse dispositivo legal não veicula uma simples discricionariedade ao gestor público, mas sim um verdadeiro dever de ação nas situações em que a diligência se mostrar necessária e adequada.

Nesse sentido, tem-se o **Acórdão TCU 830/2018 – Plenário**, bastante pertinente ao caso em análise:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

9.4.1. as omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não ensejam necessariamente a antecipada desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública promover as adequadas diligências junto às licitantes para a devida correção das eventuais falhas, sem a alteração, contudo, do valor global originalmente proposto, em consonância, por exemplo, com os Acórdãos 2.546/2015, 1811/2014 e 187/2014, do *Plenário* do TCU;

(...)

Cita-se, ainda, o **Acórdão TCU 1211/2021 - Plenário**. A construção da linha de interpretação adotada pelo TCU passa pela premissa de que **não** há inclusão de nova proposta, pois esta deve ser considerada em relação ao preço total e não à composição desse valor, o que permitiria o saneamento de erros/falhas cometidas no preenchimento da planilha desde que não haja majoração do preço global, ou seja, sem qualquer mudança na proposta ofertada pela empresa.

Nesses termos, na linha da manifestação da Comissão Especial de Licitação, entende este coletivo que o recurso em relação à licitante MADECON deve ser julgado totalmente improcedente pela autoridade administrativa.

28. Por fim, a Comissão junta ao processo o Relatório nº 47/2034 ([1049862](#)), no qual traz circunstanciado relato das principais ocorrências do certame e no qual se manifesta pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, por suas improcedências, homologação do certame e adjudicação do objeto à licitante vencedora.

III – CONCLUSÃO

29. Após a detida análise exposta neste parecer, releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados nas diversas atas produzidas durante o procedimento da Concorrência Pública, todos com a devida publicidade. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação, caso a autoridade julgue a improcedência dos recursos.

30. Ante o exposto e por tudo o que consta do processo, esta Comissão Especial de Pareceristas Jurídicos opina nos seguintes termos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - pelo conhecimento do **recurso interposto pela licitante THS Construtora e Incorporadora Ltda** - CNPJ 24.906.430/0001-35, **segunda colocada no certame (1040921)** acerca da alegação de que o valor de R\$ **6.962.098,65** ofertado pela licitante vencedora **MADECON** seria supostamente inexecutável e que poderia causar prejuízos ao órgão licitante e, **no mérito, por seu total improvimento** - desfecho também sustentado na manifestação produzida pela CEL ([1049806](#)) - haja vista que o **critério de inexecutabilidade é objetivo**, deriva de regra expressa prevista no art. 48, II e § 1º da Lei nº 8.666/93 e no item 10.6.1 do edital, foi apurado pela unidade técnica ([1036506](#)) e aplicado de forma regular no julgamento das propostas pela Comissão de Licitação;

II - pelo conhecimento do **recurso interposto pela licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** - CNPJs: 26.588.861/0001-26 e 20.598.506/0001-51 e, **no mérito**, na linha da manifestação da Comissão Especial de Licitação:

a) **por seu total improvimento**, quanto ao pedido da desclassificação da proposta da **licitante THS** por ausência de assinatura, haja vista que o ato foi sanado em fase de diligências, procedimento amparado pelo art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 e pelos **itens 14.5 e 14.8 do edital** que materializam o **Princípio do Formalismo Moderado**, como também foi praticado em harmonia com a jurisprudência do TCU, *vg*, **Acórdão TCU 1217/2023 - Plenário**;

a) **por seu total improvimento**, quanto ao pedido de desclassificação da proposta da **licitante MADECON** por inconsistência nos índices dos BDIs, haja vista que, de igual forma, o ato foi sanado em fase de diligências, procedimento amparado pelo art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 e pelos **itens 14.5 e 14.8 do edital** que materializam o **Princípio do Formalismo Moderado**, como também foi praticado em harmonia com a jurisprudência do TCU, *vg*, **Acórdão TCU 830/2018 - Plenário**.

III - decididos os recursos, pela possibilidade, com fundamento no art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, de **homologação do certame e adjudicação do objeto à licitante MADECON Engenharia e Participações Ltda** - CNPJ 04.067.378/0001-6, vencedora da competição da Concorrência Pública nº 02/2023, posto que ofertante do menor preço global de R\$ **6.962.098,65** (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) para a execução do objeto da licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

33. Em função do exposto na Seção 2.2, item 15 deste parecer, em relação à impugnação manejada pelo **SINDUSCON-RO** - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia ([1025244](#)), conquanto este Coletivo Jurídico não veja no referido incidente elementos capazes de alterar a modelagem da contratação pretendida, **orienta-se** à Comissão Especial de Licitação que, em situações similares, **sempre ouça as unidades técnicas diretamente relacionadas aos questionamentos** - ou mesmo quando se tratar de ataques às regras editalícias que dispensam oitiva de terceiros - e profira julgamento com fundamentação apta a rechaçar, de forma cabal, todas as alegações, sejam elas fundadas ou mesmo desprovidas dessa qualidade.

34. De notar-se que o contrato que vier a ser celebrado será submetido **ao regime da Lei n. 8.666/93**, uma vez que o processo foi iniciado sob sua égide. Veja-se:

Lei 14.133/2021:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

35. Verifica-se ainda que, após a homologação no sistema, se houver, o processo deverá retornar à ASLIC, unidade de apoio da CEL, para juntada dos documentos relativos à publicidade do certame.

36. Por derradeiro, registre-se que este Coletivo Jurídico analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que não possui competência legal para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 24/08/2023, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO DO NASCIMENTO DA SILVA, Assessor Jurídico**, em 24/08/2023, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO SADECK FILHO, Assessor Jurídico**, em 24/08/2023, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1050673** e o código CRC **8BFD4B71**.

0002281-95.2022.6.22.8000

1050673v83



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

Processo: 0002281-95.2022.6.22.8000

Interessado: Seção de Obras e Projetos

Assunto: Contratação de empresa para construção da nova sede do TRE-RO.

DECISÃO Nº 51 / 2023 - PRES/ASSPRES

Visto.

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para registros dos atos referentes à contratação de empresa especializada para construção da futura sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em que houve a divisão da obra em duas etapas, sendo a primeira relativa à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução de serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação e a segunda referente à construção das infraestruturas e edificações.

Por meio da Decisão n. 27/2023, esta Presidência autorizou a contratação por meio de licitação na modalidade de concorrência, tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, dentre outras providências a serem observadas ([1011973](#)).

O Edital do certame foi publicado no DOU n. 102, de 30/5/2023 ([1015753](#)).

Realizada a sessão pública para julgamento das propostas, em 20/7/2023, sagrou-se vencedora a empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 08.666.201/0001-34, com o valor de R\$ 6.962.098,65 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) ([1037181](#) e [1037527](#)).

Inconformadas com o resultado do certame, as empresas **THS Construtora e Incorporadora LTDA, Consórcio Norte e RR construções** interpueram recurso (eventos [1040921](#) e [1040924](#), respectivamente).

Contrarrrazões da empresa MADECON Engenharia e Participações LTDA juntadas no evento [1043959](#).

A Comissão Especial de Licitação manifesta-se nos seguintes termos:

Por todo o exposto, manifestamo-nos:

- I) Pelo conhecimento dos recursos, posto que tempestivos, legítimos e adequadamente apresentados;
- II) Pela improcedência dos recursos, dados os fatos e fundamentos apresentados nesta manifestação;
- III) Pela homologação do certame;
- IV) Pela adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

Instada, a Comissão Especial de Pareceristas emitiu o Parecer Jurídico 7/2023 ([1050673](#)), com a seguinte conclusão:

I - pelo conhecimento do recurso interposto pela licitante **THS Construtora e Incorporadora Ltda** - CNPJ 24.906.430/0001-35, **segunda colocada no certame** ([1040921](#)) acerca da alegação de que o valor de R\$ **6.962.098,65** ofertado pela licitante vencedora **MADECON** seria supostamente inexecutável e que poderia causar prejuízos ao órgão licitante e, **no mérito, por seu total**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

improvemento - desfecho também sustentado na manifestação produzida pela CEL ([1049806](#)) - haja vista que o **critério de inexecução é objetivo**, deriva de regra expressa prevista no art. 48, II e § 1º da Lei nº 8.666/93 e no item 10.6.1 do edital, foi apurado pela unidade técnica ([1036506](#)) e aplicado de forma regular no julgamento das propostas pela Comissão de Licitação;

II - pelo conhecimento do **recurso interposto pela licitante CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES** - CNPJs: 26.588.861/0001-26 e 20.598.506/0001-51 e, **no mérito**, na linha da manifestação da Comissão Especial de Licitação:

a) **por seu total improvemento**, quanto ao pedido da desclassificação da proposta da **licitante THS** por ausência de assinatura, haja vista que o ato foi sanado em fase de diligências, procedimento amparado pelo art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 e pelos **itens 14.5 e 14.8 do edital** que materializam o **Princípio do Formalismo Moderado**, como também foi praticado em harmonia com a jurisprudência do TCU, *vg*, **Acórdão TCU 1217/2023 - Plenário**;

a) **por seu total improvemento**, quanto ao pedido de desclassificação da proposta da **licitante MADECON** por inconsistência nos índices dos BDIs, haja vista que, de igual forma, o ato foi sanado em fase de diligências, procedimento amparado pelo art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 e pelos **itens 14.5 e 14.8 do edital** que materializam o **Princípio do Formalismo Moderado**, como também foi praticado em harmonia com a jurisprudência do TCU, *vg*, **Acórdão TCU 830/2018 - Plenário**.

III - decididos os recursos, pela possibilidade, com fundamento no art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, de **homologação do certame e adjudicação do objeto à licitante MADECON Engenharia e Participações Ltda** - CNPJ 04.067.378/0001-6, vencedora da competição da Concorrência Pública nº 02/2023, posto que ofertante do menor preço global de **R\$ 6.962.098,65** (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) para a execução do objeto da licitação.

A Diretoria-Geral manifesta-se em consonância com assessoria jurídica e com a ASLIC, nos seguintes termos (1054671):

a) **conhecimento dos recursos** interpostos pelas empresas THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA (integrante do CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES), em razão de serem tempestivos, legítimos e adequadamente apresentados;

b) **improcedência de ambos os recursos**, com base nos fatos e fundamentos expostos na Manifestação n. 8/2023-ASLIC ([1049806](#)), mantendo inalterada a decisão da Comissão Especial de Licitação em todos os seus fundamentos;

c) **homologação da Concorrência Pública n. 002/2023** ([1015752](#));

d) **adjudicação do objeto** à licitante MADECON Engenharia e Participações Ltda - CNPJ 04.067.378/0001-6, vencedora da competição da Concorrência Pública nº 02/2023, para a execução do objeto da licitação;

e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) remessa dos autos à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante aos autos, efetuada a homologação.

Por fim, o feito deve ser devolvido à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.

Relatado no essencial, decido.

O Edital de Concorrência Pública n. 2/2023 visa à contratação da execução de serviços de engenharia consistentes em terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno da nova sede do TRE-RO e do Fórum Eleitoral desta capital ([1015752](#)).

É necessário registrar que, além de proceder aos ditames da Lei n. 8.666/93, este Tribunal procedeu a uma reunião com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia (SINDUSCON-RO) para ampliar a divulgação da obra, verificar o nível de interesse do mercado local em participar do processo de licitação da nova sede do TRE-RO, bem como para discutir eventuais falhas em especificações ([1026757](#)).

Após os procedimentos licitatórios previstos na legislação de regência, o resultado de julgamento das propostas foi publicado no diário oficial da União, DOU n. 138/2023, de 21/7/2023, e no diário da Justiça eletrônico, DJe n. 131/2023 do TRE-RO, de 21/7/2023, com a seguinte classificação ([1037527](#)):

1ª colocada: MADECON, no valor R\$ 6.962.098,65;

2ª Colocada: THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA, no valor R\$ 8.714.242,63;

3ª Colocada: CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES, no valor R\$ 8.873.235,50;

4ª Colocada: OTIMA, no valor R\$ 8.874.294,12.

Dentro do prazo recursal, a empresa CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES apresentou o recurso em relação às propostas das licitantes MADECON e THS ([1040924](#)), solicitando a reconsideração da decisão pelo Presidente da Comissão para a desclassificação das licitantes citadas ou, em caso de manutenção do julgamento das propostas, pelo envio dos autos à autoridade superior.

A segunda colocada, empresa THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA, também recorreu para a desclassificação da empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

MADECON, alegando que a respectiva proposta apresenta valor supostamente inexequível, podendo causar prejuízos para este Tribunal ([1040921](#)).

Os recursos estão previstos no art. 109, I, "b", da Lei n. 8.666/93, devendo ser recebidos e processados ([1040956](#)).

A empresa MADECON apresentou contrarrazões ([1043959](#)), bem como, atendendo solicitação de diligência constante no Ofício 3/2023 ([1048394](#)), realizado com base nos itens 14.7 e 14.8 do edital, ajustou a planilha de composição de custos e de BDI, nos exatos termos do ANEXO II do edital de licitação, sem alterar o valor global da sua proposta.

Pois bem.

Conforme bem elucidado pelas unidades técnicas ([1050673](#) e [1054671](#)), os recursos não merecem acolhimento.

Primeiramente, em relação ao recurso da THS ([1040921](#)), verifica-se que, a alegação de que o valor apresentado pela 1ª colocada é inexequível, não prospera em razão do item 10.6.1 do edital, vejamos:

10.6.1. Para os efeitos do disposto no item acima, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- b) valor orçado pela administração.

O valor a ser adotado, em observância ao referido item, é de R\$ 5.849.177,41 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil cento e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), e como visto, a proposta do licitante vencedor, no valor de R\$ 6.962.098,65 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) foi maior que o parâmetro mínimo para aferição de exequibilidade.

O recurso do CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES ([1040924](#)) menciona haver irregularidades nas propostas da THS e MADECOM.

O recorrente argumenta que a proposta da licitante THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA não possui a assinatura de seu sócio/diretor em nenhum evento, seja na planilha sintética, analítica,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cronograma físico-financeiro, na composição de BDI e nas contribuições sociais, o que ensejaria a desclassificação.

Sem razão o recorrente. Conforme ponderado pela Comissão Especial de Licitação ([1049806](#)), a licitação busca a proposta mais vantajosa para a Administração, que resulte na satisfação do interesse público, não se admitindo a recusa de proposta por conta de falha que pode ser facilmente corrigida.

Trata-se da aplicação dos princípios da razoabilidade e do formalismo moderado, além da possibilidade de saneamento de falhas por meio de diligências, cuja previsão se encontra tanto no edital (item 14.7), como na legislação e na jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União (TCU), a saber:

(...) em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros. (Ac. 1217/23-Plenário)

(...) 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Ac. 357/2015-Plenário)

No mesmo sentido são os acórdãos n. 1795/15-TCU-Plenário e n. 3340/15-TCU-Plenário.

No caso em análise, a Comissão Especial de Licitação diligenciou junto à empresa THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA, que apresentou a documentação assinada no formato digital onde consta que a assinatura se deu no dia 07/06/2023 ([1036106](#)), portanto em data anterior à abertura da proposta.

Por fim, sobre essa questão, há que se destacar que a diferença de valores entre a segunda (THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA) e a terceira colocada (a recorrente CONSÓRCIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

NORTE E RR CONSTRUÇÕES) é de R\$ 158.992,87, sendo irrazoável, desproporcional e contrário ao interesse público acolher o recurso em razão da falha apontada, que foi sanada pela empresa segunda colocada ([1036106](#)).

Não merece acolhimento, ainda, a alegação da recorrente CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES sobre o fato de a primeira colocada (MADECOM) usar de meio para minorar seu preço não usando corretamente o BDI (Bonificações e despesas indiretas), que é a composição prevista no item 9.1, alínea "g" do edital:

g) A PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme ANEXO III;

g.1) Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

g.2) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

g.3) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254);

g.4) Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;

g.5) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

g.6) Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;

g.7) Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma;

g.8) Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, não superior ao limite indicado no projeto básico;

No item 10.4.2, o edital dispõe que:

Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles obtidos a partir dos sistemas de custos de referência adotados pelo Projeto Básico, desde que o preço global orçado e o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do contrato, incluído o valor correspondente ao BDI, fiquem iguais ou abaixo dos preços de referência adotados pela Administração licitante;

Sobre este ponto, foi necessário o detalhamento da proposta pela MADECON quanto às informações que não estavam claras no envelope de proposta e, conforme teor das contrarrazões e planilha no evento n. [1049523](#), a recorrida realizou esclarecimentos sobre a aplicação do BDI.

Em seguida, a Assessoria de Engenharia da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (ASSENGE), assegurou o seguinte sobre os esclarecimentos da MADECOM:

- a) O Licitante apropriou corretamente os valores de BDI apresentado na composição referente a material e mão obra em todos os serviços da planilha sintética;
- b) Dentre as alterações realizadas para ajustar, o licitante realizou alterações nos valores unitários de serviços, sem que houvesse alteração do valor global da proposta.
- c) Assim temos o valor comparado com o valor ofertado na licitação, conforme quadro comparativo detalhado abaixo:

Item	Descrição	Total da Proposta ajustada	Proposta Inicial	Diferença
1	SERVIÇOS INICIAIS	261.259,18	R\$ 261.293,80	-R\$ 34,62
2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	812.167,91	R\$ 812.032,58	R\$ 135,33



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	SERVIÇOS TÉCNICOS E DE APOIO	138.725,40	R\$ 138.708,54	R\$ 16,86
4	MOVIMENTO DE TERRA	4.687.743,84	R\$ 4.693.002,56	-R\$ 5.258,72
5	PAVIMENTAÇÃO	332.404,40	R\$ 332.895,70	-R\$ 491,30
6	DRENAGEM	727.358,60	R\$ 721.725,89	R\$ 5.632,71
31.3	DESMOBILIZAÇÃO	2.439,32	R\$ 2.439,58	-R\$ 0,26
	Total Geral	6.962.098,65	6.962.098,65	0,00

Salientamos que as diferenças das etapas de serviços acima demonstrado são inexpressivo em face do valor da obra.

Diante do acima exposto, concluímos que as pendências apontadas pela Recorrente, foram sanadas pelo licitante, após os ajustes da proposta inicial

Dessa forma, conforme análise da ASSENTEGE, houve o saneamento da proposta da MADECON. Em razão disso, acolho as ponderações da Comissão de Licitação ([1049627](#)), da Assessoria de Engenharia ([1049627](#)) e da Diretoria-Geral ([1054671](#)), para concluir que a tese do recorrente deve ser afastada, tendo em vista que, após diligências para ajustes, o cálculo da planilha inicialmente apresentada foi alterado, contudo com a manutenção do valor global da proposta.

Acerca do tema, os seguintes acórdãos do TCU podem ser aplicados, por analogia, ao presente caso, o acórdão TCU n. 2738/2015-Plenário, que registra que o licitante pode apresentar a taxa de BDI que melhor lhe convier, desde que o preço proposto para cada item da planilha e, por consequência, o preço global não estejam em limites superiores aos preços de referência, bem como o acórdão TCU n. 2369/2011-Plenário, que dispôs que as diversas características de cada tipo de empreendimento levam a variações nas taxas de BDI adotadas, sendo inviável se considerar tecnicamente adequada a utilização de parâmetro uniforme para todas as obras.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Logo, em que pesem os argumentos dos recorrentes, não há elementos que possam conduzir à desclassificação automática da primeira colocada, especialmente pela correção de cálculos efetuada pela empresa recorrida, devendo ser rejeitado o recurso também sobre esta questão.

Por fim, conforme consta no parecer jurídico da Comissão Especial de Pareceristas ([1050673](#)), o certame atendeu às exigências legais de publicidade; os pedidos de esclarecimentos e impugnações foram adequadamente respondidos e julgados; o julgamento dos documentos de habilitação, bem como a classificação e julgamento das propostas ocorreram conforme as normas de regência, não merecendo reparo.

Ante o exposto, acolho as manifestações da Assessoria de Engenharia ([1049627](#)), da Comissão Especial de Licitação ([1049806](#) e [1049862](#)), o parecer da Comissão Especial de Pareceristas ([1050673](#)) e a manifestação da Diretoria-Geral ([1054671](#)), os quais adoto como fundamento adicional, nos termos do disposto no art. 50, § 1º, da Lei n. 9.784/1999, para concluir pela regularidade do procedimento e decido:

1. Conheço dos recursos interpostos pelas empresas THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA (integrante do CONSÓRCIO NORTE E RR CONSTRUÇÕES), em razão da sua legitimidade e tempestividade;

2. Nego provimento aos referidos recursos, com base nos fatos e fundamentos desta decisão e os expostos na Manifestação n. 8/2023-ASLIC ([1049806](#)), no Parecer Jurídico n. 7/2023-CEPJ ([1050673](#)) e na Manifestação n. 325-GABDG ([1054671](#)), mantendo inalterada a decisão da Comissão Especial de Licitação em todos os seus fundamentos;

3. homologo a Concorrência Pública n. 002/2023 ([1015752](#)); e

4. adjudico o objeto à licitante MADECON Engenharia e Participações Ltda - CNPJ 08.666.201/0001-34, vencedora da competição da Concorrência Pública n. 2/2023, para a execução do objeto da licitação.

À Diretoria-Geral, para ciência e à SAOFC para continuidade.

Porto Velho, 11 de setembro de 2023.

Desembargador KIYACHI MORI

Presidente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 11/09/2023, às 20:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1057667** e o código CRC **B7779F54**.

0002281-95.2022.6.22.8000

1057667v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 19/2023

CONTRATO TRE-RO N. 19/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0002281-95.2022.6.22.8000

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DO TERRENO DO NOVO EDIFÍCIO SEDE E FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ sob o n. **04.565.735/0001-13**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

representado por seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ***2600 – SSP/SP e do CPF n. ***.734.148-**.

CONTRATADA: Empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **08.666.201/0001-34**, com sede na Rodovia BR-364, n. 9551, Bairro Cidade Jardim, CEP: 76.815-800, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): 69) 3222-3232 / (69) 99940-4739, E-mail(s): contratos@madeconengenharia.com.br / financeiro@madeconengenharia.com.br, neste ato representada pelo senhor **GLAUCO OMAR CELLA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n. *.481.***-4/SSP-PR e CPF n. ***.781.909-**.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos, no Decreto Federal 9507/2018, Decreto Federal 7746/2016, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução TSE 23.702/2022, 23.474/2016, na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Ato de Autorização da Licitação: DECISÃO Nº 27/2023 - PRES/ASESP, de 22/05/2023 (evento [1011973](#)).

Ato de Homologação da Concorrência Pública: DECISÃO Nº 51/2023 - PRES/ASSPRES, de 11/09/2023 (evento [1057667](#)).

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obras – serviços de terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno que receberá o edifício da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Fórum Eleitoral, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, de acordo com os Projetos Executivos (Anexo I - Evento [1003635](#)), cadernos de encargos, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais Anexos do Projeto Básico correspondente.

Subcláusula Primeira – Endereço da execução das obras:

LOCALIZAÇÃO DO TERRENO QUE RECEBERÁ A OBRA	TIPO DE OBRA
Av. Lauro Sodré n. 2.661, Bairro São Sebastião, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP.: 76.803-490.	CONSTRUÇÃO

Subcláusula Segunda – O detalhamento dos serviços objeto desta contratação consta no Item 2.3. do Projeto Básico correspondente.

Subcláusula Terceira – A partir da assinatura deste contrato, a CONTRATADA concorda expressamente com a adequação do projeto que integra o edital de licitação, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666, de 1993 (redação dada pelo inciso II do art. 13 do Decreto 7983/2013).

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA deverá realizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, a transferência do Alvará provisório de licença da Construção para sua titularidade. Na eventualidade de a CONTRATADA não conseguir obter da municipalidade de Porto Velho a transferência do alvará no prazo indicado nesta subcláusula, deverá comprovar que requereu a medida em tempo hábil e informar, por escrito, eventuais solicitações de diligências solicitadas pelo órgão competente para essa finalidade.

Subcláusula Quinta – Mediante assinatura deste contrato, a CONTRATADA se compromete a atender as regras estabelecidas neste instrumento e no Projeto Básico e em seus anexos, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais e as regras que serão atendidas a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

partir da assinatura desta contratação, inseridas nos Itens 10.2.1. e 10.2.2. do Projeto Básico correspondente.

Subcláusula Sexta - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios e as práticas de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) e **acessibilidade** definidos para esta contratação, conforme detalhado no Item 6 do Projeto Básico correspondente.

Subcláusula Sétima – Por meio da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA se compromete a observar, entre outros, os seguintes tópicos constantes do Projeto Básico correspondente e de seus anexos:

1. ANEXO Nº I - Projetos Executivos (evento [1003635](#));
2. ANEXO Nº II – Planilhas Orçamentárias (evento [1003641](#));
3. ANEXO Nº III – Memorial Descritivo Do Orçamento (evento [1003642](#));
4. ANEXO Nº IV – Cronograma Físico-Financeiro (evento [1003644](#));
5. ANEXO Nº V - Indicação e Aceitação de RT (evento [1003646](#));
6. ANEXO Nº VII - Coberturas Seguro Risco Eng. e Profissional (evento [1010052](#));
7. ANEXO Nº VIII - Declaração De Disponibilidade (evento [1003649](#));
8. ANEXO Nº X - Declaração de Visita ou Renúncia (evento [1003653](#));
9. ANEXO Nº XI - Modelo - Relação de Compromissos Assumidos (evento [1003654](#));
10. ANEXO Nº XII - Mapa de Gestão de Riscos (evento [1010054](#)).

Subcláusula Oitava – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Concorrência Pública supramencionado e seus anexos, inclusive no Projeto Básico correspondente (PB) e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA vencedora do referido certame, assim como em seus anexos e documentações técnicas.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, realizada na modalidade de concorrência do tipo menor preço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato administrativo possui natureza *intuitu personae*, ou seja, é personalíssimo, devendo ser executado, em regra, pelo próprio contratado. O contrato é firmado em razão das condições pessoais do contratado verificadas na licitação. Por isto, é vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob condição de rescisão do contrato, nos termos do art. 78, VI, da lei n. 8.666/93.

DA EMISSÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – Quanto à emissão da ordem de execução dos serviços objeto deste contrato, deve ser observado o que segue:

I - São condições para a emissão da Ordem de Execução dos Serviços - OES, a apresentação da adjudicatária e CONTRATADA de todos os documentos para comprovação das obrigações listadas no item 10.2.1. do PB (Previamente à assinatura deste contrato) e 10.2.2. do PB (Posteriormente à assinatura do contrato), além de cumprir o prazo do item 10.12.1, I, do Projeto Básico;

II - Previamente ao início da execução dos serviços, a CONTRATADA, representada pelo preposto e pelo responsável técnico, deverá participar de reunião, presencial ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;

III - Apresentadas as comprovações exigidas pelos dispositivos referidos no inciso I desta seção, será expedida a Ordem de Execução dos Serviços - OES;

IV - O prazo de início da execução da obra será contado a partir do efetivo recebimento da Ordem de Execução dos Serviços pela CONTRATADA.

Subcláusula única – A CONTRATADA deverá observar, **posteriormente à emissão da ordem de execução dos serviços**, as seguintes condições:

I - Apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a emissão da ordem de execução de serviços, o registro do contrato de execução da obra



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no conselho de classe respectivo para fins de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme Lei n. 6.496/77 e Lei n. 12.378/2010 e resoluções dos respectivos conselhos de classes;

II - Registrar a obra, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do início das atividades de construção, no Cadastro Nacional de Obras - CNO. Esse cadastro é o banco de dados gerenciado pela Receita Federal que armazena informações cadastrais de obras de construção civil e de seus responsáveis. O cadastro é necessário para que se possa cumprir as obrigações tributárias (entregar declarações e realizar pagamentos) e, ao final da obra, obter a certidão de regularidade fiscal relativa à obra. Tal certidão será exigida para averbar a construção no registro de imóveis. Substitui as antigas matrículas do CEI (Cadastro Específico do INSS) - fonte: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/construcao-civil/cno>.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – Quanto à execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar o que segue:

I - Os serviços deverão ser executados conforme as especificações definidas nos projetos executivos, planilhas orçamentárias e demais anexos, cabendo à CONTRATADA total responsabilidade por sua perfeita execução, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE;

II - A execução dos serviços deverão observar rigorosamente ainda:

- a) as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sempre que aplicável a um serviço a ser executado;
- b) as disposições legais da União, do Estado de Rondônia e dos Município de Porto Velho, quando aplicáveis;
- c) aos regulamentos dos conselhos de classes profissionais;
- d) outras normas aplicáveis.

III - Na hipótese de divergência entre as plantas e as especificações técnicas da obra, prevalecerá o constante das especificações técnicas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância dos agentes do TRE-RO;

V - A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente os prazos assinalados pela respectiva ordem de serviço;

VI - A gestão da mão de obra necessária à realização dos serviços objeto do Projeto Básico é de total responsabilidade da CONTRATADA;

VII - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO. Serão rejeitados os classificados como linha popular ou econômica. Previamente ao emprego, deverão ser submetidas amostras de todos os materiais para análise pela fiscalização do contrato. Tratando-se de produtos de procedência estrangeira, o CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a apresentação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos equipamentos e materiais, dos documentos relativos à importação.

VIII - Os serviços deverão ser executados, em regra, de **segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas**. Contudo, considerando a natureza do serviço ou a impossibilidade de execução nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal do contrato, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no mesmo período noturno;

IX - A execução dos serviços relativos a cada OES será acompanhada por um ou mais profissionais designados pelo CONTRATANTE para a fiscalização;

X - A execução de serviços **não** autorizados e aprovados pelo CONTRATANTE, mesmo que acarretem ônus financeiros inicialmente não previstos, serão absolutamente desconsiderados da obrigação de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação sobre sua remuneração;

XI - A CONTRATADA deverá manter no local da obra, durante a sua execução:

a) 01 (um) engenheiro residente em tempo integral, inscrito no CREA e aceito pela Administração do TRE-RO, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, irá representá-la sempre que for necessário;

b) 01 (um) encarregado-geral dos serviços para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Comissão de Fiscalização;

b.1) encarregado-geral: Com experiência apropriada para os serviços, indicado até a data da assinatura da expedição da Ordem de Serviço, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços. Engenheiro Civil e/ou Profissional Habilitado, com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da execução do objeto deste contrato, devendo estar(em) presente(s) no momento da execução dos principais serviços;

c) pessoal devidamente qualificado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pela Comissão de Fiscalização.

DO RECEBIMENTO DA OBRA

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – Para o recebimento do objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá observar o que segue:

1. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:

I - Será expedido **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - TRP** pela Comissão de Fiscalização da Obra, em até 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da CONTRATADA que o objeto foi executado conforme o projeto básico (desenhos, memoriais descritivos e especificações técnicas), vinculado ao contrato, conforme definido no art. 73, I, alínea "a", da Lei n. 8.666/93.

II - A CONTRATADA enviará comunicação à Comissão de Fiscalização, a qual deverá estar acompanhada da seguinte documentação:

- a) Projetos *as built*, de todos os projetos alterados, memoriais, condições de garantia dos serviços/equipamentos, marca/modelo e **manuals de uso** das instalações e equipamentos;
- b) Resultados dos testes e ensaios realizados na terraplanagem, drenagem e pavimentação - previstos nos itens 03.01 - Serviços Técnicos e de Apoio, previstos no Anexo II do PB - Planilha Orçamentária – evento [1003641](#);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Condições gerais para a garantia quinquenal da obra.
- d) Apresentar relatórios que comprovem o atendimento às exigências relativas à execução da obra (obrigações do construtor) em conformidade com o **OPR (Certificação LEED Silver)**.

III - Em caso de haver pendências nos serviços e nos equipamentos, serão adotadas as seguintes providências:

- a) eventualmente constatado que os serviços não foram finalizados ou a existência de parcelas ainda não executadas e/ou fornecidas, a comunicação de conclusão dos serviços pelo contratante não será reconhecida, implicando na caracterização de atraso do cronograma, caso ultrapassado o prazo de execução previsto no contrato;
- b) a Comissão examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do contrato e seus anexos, do projeto básico e especificações técnicas, e fará constar do termo de recebimento provisório todas as deficiências encontradas, que a contratada deverá sanar em prazo determinado pela Comissão, observado o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666/93;
- c) constatada, durante a vistoria para o recebimento provisório, defeitos ou incorreções nos serviços executados, a Comissão fará constar do TRP, a lista de pendências concedendo-se prazo compatível e razoável ao contratado para, às suas expensas, reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte o objeto do contrato, com vistas ao atendimento das exigências listadas no TRP;
- d) concluídos os trabalhos de execução dos serviços relativos às pendências listadas no TRP, a CONTRATADA deverá, dentro do prazo fixado no TRP, comunicar por escrito a finalização das tarefas à Comissão e solicitar a realização de nova vistoria;
- e) constatada na nova vistoria:
 - e.1) que as pendências apontadas pela Comissão não foram sanadas ou novas pendência, caracterizar-se-á atraso da obrigação a partir da data concedida para a solução das pendências;
 - e.2) a conclusão regular de todos os serviços listados nas pendências e nenhuma outra, a Comissão emitirá comunicará ao contratado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para que tome as providências necessárias ao recebimento definitivo.

2. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Será expedido termo de **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - TRD** pela Comissão de Fiscalização da Obra, no prazo de até 90 (noventa), após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666/93.

II - A obra somente será considerada concluída e em condições de ser recebida, após cumpridas todas as obrigações assumidas pelo contratado e atestada sua conclusão, mediante o TRD emitido pela Comissão;

III - O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia contratual ou da garantia legal prevista no art 618 do Código Civil, veja-se:

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 57, §§ 1º e 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O prazo de vigência deste contrato é de 15 (quinze) meses, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução desta contratação é de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços.

Subcláusula Segunda – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo, de acordo com o art. 57, § 1º da Lei n. 8.666/93:

- i) alteração do projeto ou especificações, pela administração;
- ii) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- iii) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

iv) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

v) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

vi) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Subcláusula Terceira – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – O valor total deste contrato é de **R\$ 6.962.098,65** (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA (eventos [1035880](#) e [1049523](#)).

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO TERRENO DO NOVO EDIFÍCIO SEDE, FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL E ANEXOS Endereço: Av. Lauro Sodré n. 2.661, Bairro São Sebastião, Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP n. 76.803-490.	6.962.098,65
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO		6.962.098,65

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, relativos a esta contratação como,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro, mão de obra e fornecimento de materiais, e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, ação orçamentária 159L - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – RO, programa de gestão 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, Fonte 1000000000, Natureza de Despesa 44.90.51, conforme Nota de Empenho 2023NE000437, de 13/09/2023 (evento [1061256](#)).

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por exercício fiscal
			Exercício 2023 (R\$)
Investimento	Construção da nova sede do TRE-RO	RO CONSEDE	11.000.000,00
Total por exercício financeiro			11.000.000,00
Fonte: Painel Orçamentário, PPA e LOA			

Subcláusula Terceira – Os custos unitários e, por consequência, o orçamento global de referência assim apurado foi aplicado o **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)** de acordo com o item 4, páginas 7 a 11, do Memorial Descritivo do Orçamento, **Anexo III (Evento [1003642](#))**, que trata da composição do BDI, no qual tem o **percentual do BDI correspondente a 25,97%** (vinte e cinco inteiro e noventa e sete centésimos por cento), referente a convencional; e o **percentual de BDI de 19,43%** (dezenove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), referente aos serviços gerais; conforme a média definida pelos **Acórdãos n. 2369/2011 – TCU – Plenário e 2.622/2013 - TCU - Plenário**, e conforme informado no item 7.5 do Projeto Básico respectivo.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA – Quanto ao pagamento dos serviços objeto deste contrato, deve ser observado o que segue:

Subcláusula Primeira - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura e demais documentos exigidos nesta seção e a devida atestação da Comissão de Fiscalização e emissão de nota técnica pela Comissão de Gestão do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

a) para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

b) poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e n. de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a CONTRATADA informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

c) o pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

1. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p>$I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

a) a eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

b) na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, o processo deve ser instruído com as justificativas e motivos e será submetido à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.

1. Os pagamentos serão realizados nas seguintes condições:

a) mensalmente, através de medição apresentada pela CONTRATADA e atestada pela comissão de fiscalização do CONTRATANTE, na forma prevista no item 2.3.2.2. do Projeto Básico (Cláusula Décima Sétima deste contrato).

2. Desobriga-se o CONTRATANTE a realizar o pagamento da fatura/nota fiscal desprovida de atestação da execução regular dos serviços medidos pela Comissão de Fiscalização do contrato e emissão de nota técnica pela Comissão Gestão do contrato, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

3. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes documentos:

a) demonstração da regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça:

a.1) em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a CONTRATADA deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

a.2) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

b) cópia digitalizada das folhas do Livro Diário referente ao período, devidamente atestadas pela Comissão de fiscalização;

b.1) a não apresentação desse documento ocasionará a retenção do pagamento da medição, ficando a liberação do pagamento condicionado ao saneamento da referida pendência;

4. O pagamento da primeira fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento das obrigações previstas nos itens 1 e 3 desta Subcláusula e ainda mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Registro da obra no CREA/RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Matrícula da obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO; e

c) Relação dos Empregados - RE.

5. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à CONTRATADA em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

a) O CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA em decorrência direta ou indireta da execução do contrato.

6. Ocorrendo reajuste, revisão ou reequilíbrio dos preços contratados de serviços medidos e ainda não quitados, far-se-á o pagamento por meio de duas faturas, sendo uma principal correspondente aos serviços com os preços não reajustados e outra complementar como os valores decorrentes do reajustamento aplicado;

7. Salvo razões justificadas, será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços já concluídos, observando que:

a) consideram-se serviços concluídos aqueles itens que compõem as etapas mensais que já foram executados.

b) entende-se por custo a cotação de preço apresentada pela CONTRATADA na concorrência menos o BDI contratual:

b.1) o BDI relativo aos materiais e equipamentos, a parcela dos serviços relativos à mão-de-obra e seu respectivo BDI, serão pagos após a efetiva e completa aplicação dos materiais e instalação dos equipamentos.

c) o pagamento será realizado após a aprovação dos serviços executados pela Comissão de Fiscalização do contrato;

d) os serviços não executados, ou executados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente realizados:

d.1) O CONTRATANTE União reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

DA GARANTIA CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura deste contrato, **garantia contratual correspondente a 5%** (cinco por cento) do valor total do contrato. Caso a proposta da CONTRATADA tenha sido aceita sob a condição de apresentação de garantia adicional prevista no art. § 2º do art. 48 da Lei n. 8.666/93, a garantia contratual será correspondente a 6% (seis por cento) do valor total deste contrato, nos dois casos na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).
- d) a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura;
- e) o descumprimento injustificado dessa obrigação poderá ocasionar a aplicação de sanções administrativas e a rescisão do contrato, independentemente de a CONTRATADA ter iniciado ou não a execução dos serviços.

**DO SEGURO RISCO DE ENGENHARIA E DA
RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL**

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, **seguro contra riscos de engenharia e responsabilidade civil profissional**, com validade para todo o período de execução da obra, o qual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá cobrir eventuais prejuízos pelos eventos de risco a ela imputados de forma exclusiva, descritos no ANEXO VII (evento 1010052) do Projeto Básico. Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à coisa pública, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução da obra. Conforme Acórdão TCU 1465 2013 e, ainda a Portaria - TCU 128, de 14 de maio 2014.

DO SEGURO COLETIVO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, **seguro coletivo contra acidentes de trabalho**, com validade para todo o período de execução dos serviços, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal e regulado pelas Leis n. 8.212, de 24/07/1991 e n. 8.213, de 24/07/1991.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização deste contrato serão realizadas por comissões especialmente designadas pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral para essas tarefas, de acordo com o § 2º do art. 22 da IN TRE-RO n. 004/2008.

Subcláusula Primeira - A execução da obra será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização para tanto instituída, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

I - Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro; e

II - Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Comissão de Gestão ou de fiscalização poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

Subcláusula Terceira – A Comissão de fiscalização anotará em Diário de Obra, a ser fornecido pela CONTRATADA, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Subcláusula Quarta – As decisões e providências que ultrapassarem a competência das comissões e gestão e fiscalização, definidas na IN TRE-RO n. 004/2008, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Subcláusula Quinta – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Além de observar e cumprir as obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Edital e anexos, obriga-se a Administração a:

I - Expedir a Ordem de Execução dos Serviços - OES, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura deste contrato, desde que a CONTRATADA apresente as comprovações exigidas pelo item 10.2.2. do Projeto Básico;

II - Reunir-se com a CONTRATADA para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;

III - Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

V - Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações;

VI - Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

VII - Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio de Comissão para tanto formalmente designada, que deverá, ainda, atestar as faturas;

VIII - Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;

IX - Autorizar quaisquer serviços pertinentes à obra, decorrentes de imprevistos durante a sua execução, mediante orçamento detalhado e previamente submetido ao TRE-RO e aprovado pela Administração, desde que comprovada a necessidade deles;

X - Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo CONTRATANTE ou com as especificações neste contrato e no projeto básico e seus anexos;

XI - Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações técnicas definidas neste contrato e no projeto básico e seus anexos;

XII - Receber, de forma provisória e definitiva, os serviços que atendam aos critérios estabelecidos neste contrato e no projeto básico e seus anexos;

XIII - Realizar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste contrato e no projeto básico e seus anexos;

XIV - Notificar por escrito a CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

XV - Ceder à CONTRATADA, se necessário, espaço para a execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável por seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;

XVI - Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

XVII - Quando for o caso, informar à CONTRATADA e oficiar a Vara de Execuções Penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal;

XVIII - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as sanções penais que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

XIX - Aplicar sanções administrativas na forma definida neste contrato e no projeto básico; e

XX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Projeto Básico correspondente, no Edital de Licitação e anexos, obriga-se a CONTRATADA ao que segue:

I - Responsabilizar-se por todas as despesas trabalhistas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) depósitos do FGTS;
- e) indenizações;
- f) vales-refeição;
- g) vales-transporte; e
- h) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo sistema normativo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício com o TRE-RO;

III - Manter os seus empregados identificados, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE e também informar à Comissão de Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado na obra;

IV - Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Comissão de Fiscalização do contrato;

V - Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados ou quaisquer agentes em seu nome, durante a execução da obra;

VI - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados ou quaisquer agentes em seu nome na obra do CONTRATANTE;

VII - Assumir inteira e total responsabilidade pela execução da obra, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas que executar;

VIII - Verificar e comparar todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços, observando que:

a) no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita ao CONTRATANTE, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

IX - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados na obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela CONTRATADA, ou no prazo para tanto estabelecido pela Comissão de fiscalização;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

XI - Fornecer instalações adequadas para a fiscalização da obra;

XII - Instalar uma placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente;

XIII - Elaborar e dar cumprimento ao Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo o art. 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei n. 12.305/10 e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por meio da Resolução n. 307/2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes, sendo que:

a) a CONTRATADA deverá observar, ainda, o descarte ou reutilização dos resíduos sólidos de acordo com a legislação do Município de Porto Velho, que por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição;

XIV - Cumprir de forma rigorosa todos as demais regras e exigências de sustentabilidade definidas no projeto básico;

XV - Prestar garantia, em relação aos serviços, na forma definida neste instrumento contratual e nos termos do § 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93;

XVI - Contratar e manter durante toda a execução contratual os seguintes seguros, encaminhando cópia ao CONTRATANTE das respectivas apólices e eventuais alterações ou substituições:

a) seguro contra riscos de engenharia e responsabilidade civil profissional, com as coberturas exigidas neste contrato e no projeto básico;

b) seguro coletivo contra acidentes de trabalho, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal e regulado pelas Leis n. 8.212, de 24/07/1991 e n. 8.213, de 24/07/1991;

c) outros exigidos pela legislação aplicável.

XVII - Submeter à aprovação do CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XVIII - Permitir aos técnicos da área de engenharia do CONTRATANTE e àqueles a quem o CONTRATANTE formalmente indicar o acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados ao objeto;

XIX - Manter Livro Diário de Obra *online* atualizado e à disposição da Comissão de fiscalização, sob pena de aplicações de sanções previstas neste contrato, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da empresa;
- b) identificação da obra;
- c) condições climáticas;
- d) pessoal;
- e) rotinas de serviços executados;
- f) outras ocorrências e observações;
- g) assinatura do ART/RRT/TRT responsável.
- h) ao final da obra, o livro-Diário será de propriedade da Administração do TRE-RO.

XX - Comunicar à Comissão de fiscalização do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

XXI - Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e inclusive a prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias, conforme previsto nas especificações técnicas que constam dos anexos do projeto básico;

XXII - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Comissão fiscalizadora e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

XXIII - Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal-executados;

XXIV - Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, com as instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas especificações técnicas, sempre que a comissão de fiscalização do contrato julgar necessário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXV - Providenciar, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via à comissão de fiscalização do contrato;

XXVI - Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a à comissão de fiscalização do contrato, quando solicitado;

XXVII - Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

XXVIII - Submeter à aprovação da Comissão fiscalizadora, os nomes e os dados demonstrativos da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

XXIX - Submeter à Comissão fiscalizadora as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;

XXX - Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

XXXI - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, sendo que:

a) Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, salvo nas situações permissivas do Acórdão TCU n. 66/2021– Plenário;

XXXII - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;

XXXIII - Manter-se, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da Concorrência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXXIV - Cumprir todas as demais normas de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis direta ou indiretamente aos serviços que serão executados, independentemente de estarem referidas expressamente no projeto básico, no edital ou neste contrato;

XXXV - O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela Comissão de Fiscalização servirá como base, também, para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções, para tanto, este Cronograma deverá conter todos os itens da planilha orçamentária;

XXXVI - Além do Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA deverá apresentar Cronograma de GANTTI, com vínculos e separação de serviços por etapas. Este Cronograma deverá ser apresentado em até 15 (quinze) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço;

XXXVII - A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento, levando em conta a produtividade de seus máquinas, equipamentos e mão-de-obra sem, contudo, exceder o prazo aqui estipulado. Para o cumprimento do prazo de obra, tal planejamento deve incluir Plano de Ataque, maquinaria a ser utilizada, plano de intervenção nas áreas do complexo, horários estendidos de trabalho, horas especiais de recebimento de material, horário de entrada, saída de veículos, trabalhos noturnos e etc.;

XXXVIII - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos inerentes a este planejamento, inclusive horas extras. Caso haja qualquer alteração de cronograma, durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá entregar Cronograma Físico-Financeiro atualizado em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do aditivo;

XXXIX - Designar preposto, por meio de carta de preposição caso esse não seja o representante legal da empresa, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto.

a) a Carta de Preposição da CONTRATADA deverá outorgar amplos poderes de representação ao preposto para representá-la perante o CONTRATANTE, devendo conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) para contato entre a Administração com a CONTRATADA e com o preposto. Os dados devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA mediante o envio para o seguinte endereço eletrônico - e-mail: assenge@tre-ro.jus.br.

b) Das regras para designação do Preposto: A CONTRATADA poderá indicar como preposto um membro da equipe técnica responsável pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestação dos serviços, podendo o CONTRATANTE recusá-lo e pedir sua substituição em razão de perfil inadequado. São atribuições do preposto:

- b.1) supervisionar os serviços e garantir que os profissionais cumpram os prazos e condições previstos no contrato;
- b.2) consolidar em relatório único todas as ocorrências relacionadas a cada uma das etapas, destacando no relato os pontos relevantes, as eventuais inconformidades identificadas e a inter-relação entre eles;
- b.3) comunicar aos responsáveis técnicos o agendamento de reuniões com o contratante, zelando pelo comparecimento daqueles que devam dela participar.

Subcláusula Primeira - Caberá ainda à CONTRATADA, como parte de suas obrigações:

I - Realizar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RO, cumprindo-se o disposto da Lei n. 6.496/1977;

II - Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

III - Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra; e

IV - Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

Subcláusula Segunda - Quanto às obrigações Sociais, Comerciais e Fiscais, caberá, ainda, à CONTRATADA:

I - Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes;

II - Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato;

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRE-RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do terreno da obra do TRE-RO;

V - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços objeto do projeto básico e deste contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e

VI - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto estabelecido no projeto básico e neste contrato;

VII - Apresentar a devida comprovação fiscal/previdenciária e demais declarações das empresas subcontratadas, desde que devidamente autorizadas por este Tribunal;

VIII - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta seção, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRE-RO, nem poderá onerar o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o TRE-RO.

Subcláusula Terceira - É expressamente proibido à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do TRE-RO durante a vigência deste contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-RO;

III - É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste contrato;

IV - A subcontratação parcial dos serviços somente será admitida nas condições previstas no projeto básico e previamente autorizada pela Administração do TRE-RO.

Subcláusula Quarta - Quanto às obrigações relacionadas à obtenção de certificação LEED Silver, para a execução da obra, a CONTRATADA deverá observar:

a) As obrigações decorrentes da obtenção de **Certificação LEED, categoria SILVER** (*Leadership in Energy and Environmental Design* - Liderança em Energia e Design Ambiental) devem ser obedecidas, pois durante a execução dos serviços de engenharia em destaque, a empresa a ser contratada deverá atentar que seus procedimentos de execução dos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços estejam em estrito cumprimento às orientações estabelecidas pelas entidades certificadoras, com o fito do TRE/ RO obter a certificação de construção com os parâmetros do LEED e PROCEL. As referidas certificações serão expedidas pela entidade GBC Brasil - *Green Building Council* Brasil e pela PROCEL, os requerimentos e aprovações prévias estão disponibilizados através do ANEXO I (Evento [0976772](#)).

b) As obrigações definidas pelas certificadoras estão indicadas no requerimento da LEED de indicativo de serviços, que é denominado **OPR - Requerimento de Projeto do Proprietário** e seus anexos, assim como a Etiqueta PROCEL e seus documentos correlatos à certificação. Informa-se ainda que, o empreendimento terá uma fiscalização direta de Agentes Comissionadores da GBC Brasil e do PROCEL para atuarem na verificação dos cumprimentos das obrigações de projeto e da conduta da construtora na execução dos serviços.

DAS REUNIÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Quanto às reuniões, deverá ser observado o que segue:

I - Participar de reunião inicial presencial com a presença obrigatória do representante legal da CONTRATADA, do preposto e do coordenador técnico indicado para os serviços, em data agendada entre as partes, na busca de elucidar todas as eventuais dúvidas existentes, traçar um plano mínimo de trabalho para a execução da obra, alertar para o cumprimento rigoroso das obrigações e prazos contratuais, além de outros aspectos, evento no qual deverá ser registrado de forma clara e direta a medida de rescisão unilateral imediata do contrato em face de descumprimentos iniciais que possam levar ao descumprimento do cronograma de execução da obra no exercício, na qual será deliberado, ainda, o prazo para elaboração, pelo contratado, do Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002, que deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

a) DAS DEMAIS REUNIÕES: As reuniões serão presencias ou por meio de videoconferência.

a.1) Reuniões Presenciais:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i) obrigatoriamente, a CONTRATADA deverá participar de uma reunião inicial presencial para alinhar aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;

a.2) Reuniões por meio de videoconferência:

i) sempre que necessário, CONTRATANTE ou CONTRATADA poderá convocar reuniões suplementares;

ii) as videoconferências serão operacionalizadas, preferencialmente, pelo ambiente MEET do GOOGLE ou outras ferramentas que a Administração Pública tiver à disposição, devendo a CONTRATADA viabilizar o seu acesso à referida ferramenta;

iii) na situação de eventuais impedimentos técnicos para a realização das videoconferências no ambiente indicado, poderão - desde que acordado previamente pelas partes - ser utilizadas outras ferramentas de tecnologia que garantam a qualidade dos eventos.

b) Regras gerais sobre as reuniões:

i) nas reuniões é obrigatória a presença dos responsáveis técnicos dos serviços de execução dos projetos;

ii) todas as reuniões serão agendadas e acordadas previamente entre as partes;

iii) todas as reuniões serão registradas em ata, minutada pela CONTRATADA responsável pela execução dos serviços, da qual constará, além de outros elementos, o nome de seus participantes, os encaminhamentos e deliberações sobre os temas discutidos. A ata será enviada ao CONTRATANTE e anexada ao processo administrativo relativo à gestão da contratação e assinado por todos os representantes das partes;

iv) tratando-se de reunião por meio de videoconferência o evento será gravado pela CONTRATADA e enviado ao CONTRATANTE em meio digital;

v) todas as reuniões serão secretariadas por um agente da CONTRATADA, responsável pelo envio da ata aos interessados;

vi) quando da apresentação dos relatórios a CONTRATADA deverá fazer referência às deliberações tomadas entre as partes nas reuniões realizadas, indicando as respectivas atas ou as datas das videoconferências;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vii) os relatórios produzidos pela CONTRATADA constituem uma obrigação independente e não serão considerados, sob qualquer justificativa, como reunião entre as partes;

viii) o responsável técnico indicado pela CONTRATADA deverá participar de reuniões, presencialmente ou de forma virtual, através de vídeo chamadas, sempre que convocadas pelo CONTRATANTE, previamente agendadas, e sempre que existirem dúvidas que necessariamente devem ser sanadas antes da execução ou, na impossibilidade, imediatamente após a identificação da situação duvidosa;

ix) com a finalidade de facilitar a troca de informações, especialmente com imagens fotográficas e vídeos, será criado um grupo utilizando o aplicativo WhatsApp do qual integração, no mínimo, o Assessor de Engenharia - ASSENGE, o fiscal da contratação, o responsável técnico das atividades, podendo receber outros integrantes se assim julgado necessário.

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Quanto aos critérios de medição, deverá ser observado o que segue:

a) A aferição dos serviços executados e seus quantitativos, bem como a apuração de valores para fins de pagamento, será realizada através da medição dos serviços, com base nos critérios definidos no **Caderno de Encargos**.

b) A planilha de medição será montada com base no Cronograma Físico-Financeiro e na estrutura analítica do projeto apresentada e aprovada pela Comissão de Fiscalização.

c) Ao completar 30 (trinta) dias de execução dos serviços será executada a primeira medição, e assim sucessivamente até o término da obra, devendo a contratada apresentar, via correio eletrônico, sua proposta de medição de serviços através de planilhas, acompanhada necessariamente, de memória de cálculo que aponte os locais dos serviços para melhor compreensão das quantidades apontadas em planilha.

d) O item/ etapa a ser medido(a) deverá estar em conformidade com o Cronograma, não sendo permitido a antecipação de um serviço que possa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

interferir em atividade subsequente ou mesmo resultar em retrabalho do serviço.

e) A aferição da periodicidade do cronograma será feita em conformidade com os itens concluídos e contidos nas etapas mensais, conforme o regime de contratação.

f) A CONTRATADA deverá apontar em planilhas de medição os serviços (material e mão-de-obra) efetivamente concluídos até a data da medição, não serão aprovadas pela Comissão de Fiscalização serviços executados de forma incompleta, tampouco alegação de material simplesmente adquirido por meio de Nota Fiscal ou posto em obra.

g) Somente após o ateste da Comissão de Fiscalização, poderá a contratada emitir a Nota Fiscal, que deverá ser acompanhada, além da planilha de medição de serviço e memória de cálculo, dos demais documentos de regularidade fiscal e trabalhista.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Quanto às sanções administrativas, deverá ser observado o que segue:

Subcláusula Primeira - Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos no contrato, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no contrato e/ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

I - Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

- a) Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

c) Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na tabela que conata nesta seção desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Poderá ser aplicada **multa nas seguintes condições:**

a) No caso de atraso injustificado na execução do objeto, caracterizado em qualquer medição, pela execução superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor acumulado previsto para etapas ou subetapas do Cronograma Físico-Financeiro Executivo, poderá ser aplicada multa no valor definido na seguinte equação:

$$\text{Multa} = (2\% \text{ do VPCA}) \times (1 - \text{VMA}/\text{VPCA}).$$

Em que

VMA é o valor total medido para etapas ou subetapas, acumulado até o momento da apuração e

VPCA é o valor total previsto para etapas ou subetapas, no Cronograma Físico-Financeiro Executivo para execução, acumulado até o momento da apuração.

b) No caso de atraso injustificado na execução do objeto, caracterizado em qualquer medição, pela execução inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor acumulado previsto para etapas ou subetapas do Cronograma Físico-Financeiro Executivo, poderá ser aplicada multa no valor definido na seguinte equação:

$$\text{Multa} = (5\% \text{ do VPCA}) \times (1 - \text{VMA}/\text{VPCA}).$$

Em que

VMA é o valor total medido para etapas ou subetapas, acumulado até o momento da apuração e

VPCA é o valor total previsto para etapas ou subetapas, no Cronograma Físico-Financeiro Executivo para execução, acumulado até o momento da apuração.

c) A aplicação das multas por atraso injustificado será avaliada, em cada medição, dando oportunidade para que a CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recupere-se de eventuais retardamentos decorrentes de dificuldades pontuais, ressalvados os atrasos ocorridos no caminho crítico do Cronograma Físico-Financeiro Executivo.

d) No caso de atraso injustificado na conclusão do objeto, será aplicada multa de 0,05% do valor total do contrato por dia de atraso na entrega do objeto, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro Executivo apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, até o limite de 60 (sessenta) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto.

e) No caso de **inexecução parcial** do objeto, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando o atraso injustificado na conclusão do objeto ultrapassar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

f) No caso de **inexecução total**, será aplicada multa de 10% do valor total do contrato. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços superior a 30 (trinta) dias **após a data limite de início determinada na ordem de serviço**.

g) Poderão, ainda, cumulativamente, serem aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas adiante:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato
02	0,3% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato
03	0,3% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária ou, não havendo, do valor do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	03
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	02
03	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela Comissão de fiscalização, por trabalhador;	01
04	Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador	01
05	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	02
06	Deixar de zelar pelas instalações do TRE-RO ou de terceiros	01
07	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da Comissão de fiscalização, por ocorrência	02
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens deste projeto básico, do edital e de seus anexos e do contato não previstos nesta tabela de multas - ou nas regras específicas desses documentos - por item e por ocorrência	01

h) Quando o somatório das multas aplicadas com base nas tabelas alcançar o percentual de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, o contratante poderá declarar a inexecução parcial do contrato.

i) Quando o somatório das multas aplicadas com base nas tabelas alcançar o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, o contratante poderá declarar a inexecução total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

j) No caso de rescisão unilateral por parte do contratante, em razão de responsabilidade da CONTRATADA, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

IV - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE:

a) A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com o contratante, de que trata o inciso III do art. 87 da Lei n. 8.666/93, poderá ser aplicada à contratada pelas condutas de inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato e/ou em face da reiteração das condutas puníveis com a penalidade de multa, por até 2 (dois) anos.

V - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:

1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) nas condutas de inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta dolosa da CONTRATADA;

b) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados à obra;

c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da Administração;

e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da Administração após a assinatura do contrato;

f) Apresentação, à Administração, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

g) Inexecução total do objeto.

Subcláusula Segunda - Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da CONTRATADA em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no nesta Cláusula.

Subcláusula Terceira - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Quinta - A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

Subcláusula Sexta - Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

Subcláusula Sétima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Oitava - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

Subcláusula Nona - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima - As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da CONTRATADA serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Décima Primeira - O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

Subcláusula Décima Segunda - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados, observado o que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) É vedado o reequilíbrio, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a contratada está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DO REAJUSTE DOS PREÇOS

(Art. 55, III, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Trata-se de contrato de escopo com previsão de prestação de serviços pelo prazo de 12 (doze) meses; contudo, considerando-se que a data-base do orçamento foi fixada em março/2023 e, ainda, a eventual ocorrência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situações, sem culpa da CONTRATADA, que exija a prorrogação de prazos, os valores contratados poderão ser reajustados na forma definida neste contrato;

II - Em conformidade com a **Lei n. 10.192/2001** e dos **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU e ainda o PARECER n. 00004/2019/CPLC/PGF/AGU, de 23/9/2019** - os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados de MARÇO/ 2023, data-base do orçamento dos preços de referência, será adotado o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, observadas as seguintes regras:

a) **o reajuste não será aplicado nos serviços realizados no período apuratório.** Isso porque a emissão de boletim de medição ocorreria posteriormente à data do reajuste e, conseqüentemente, haveria uma parcela dos serviços medidos, executados na vigência dos preços originais e que receberiam indevidamente a incidência de reajuste. Considerando que desde o início do contrato se sabe a data em que ele poderá ser reajustado, a execução de medição a ser realizada na data do reajuste identificará todos os serviços executados sob a vigência dos preços originais, ou anteriores, caso não se trate do primeiro reajuste;

b) **o reajuste será aplicado aos novos serviços incluídos no período apuratório, desde que tenha sido observada a data-base do orçamento vigente:**

b.1) caso o **novo serviço** não esteja contemplado pelo SINAP na data-base, os preços podem ser obtidos diretamente por meio de pesquisa de mercado, realizada em data diferente da data-base do reajuste. **Nesses casos, o preço do novo serviço será deflacionado para a data-base do contrato pelo mesmo índice de reajuste contratual.**

c) **serviços executados com atraso**, de acordo com o **Decreto Federal n. 1.054/94**, ocorrendo atraso atribuível ao contratado na execução das obras ou serviços, o reajuste obedecerá às seguintes condições:

c.1) se houve majoração dos preços referenciais aplicáveis aos reajustes, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para a realização do fornecimento ou a execução dos serviços da obra;

c.2) se houve majoração dos preços referenciais aplicáveis aos reajustes, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que realizado o fornecimento ou executados os serviços;

c.3) Se houver prorrogação regular do contrato oriunda de fator alheio à vontade do contratado, que exigiu reformulação do cronograma físico-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeiro da obra, prevalecerão os índices vigentes nas novas datas previstas para a realização do fornecimento ou para a execução da obra ou serviço.

d) Os pedidos de reajustes deverão ser instruídos com as planilhas contendo a descrição dos serviços executados e os valores a serem reajustados, as quais serão submetidas à manifestação da fiscalização e da gestão do contrato e posterior deliberação da autoridade administrativa.

III - A relação de equivalência e proporcionalidade entre o valor da proposta vencedora, que determinou o preço contratado, representada pelo percentual em relação ao valor de referência da licitação deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato (**Acórdão TCU n. 2622/2013 - Plenário**). Sobre a manutenção da equivalência dos termos financeiros da proposta tem-se também a regra prevista no Decreto Federal n. 7.983/2013:

Art. 14. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - O Contratado deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativas, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital da Concorrência Pública supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993, no Decreto Federal 9507/2018, Decreto Federal 7746/2016, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução TSE 23.702/2022, 23.474/2016, na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA VIGÉSIMA QUINTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 15 de setembro de 2023.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pelo CONTRATANTE	GLAUCO OMAR CELLA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 15/09/2023, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO OMAR CELLA, Usuário Externo**, em 15/09/2023, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 15/09/2023, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 15/09/2023, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1061260** e o código CRC **7B9C894F**.